

Área sectorial	Sistema Urbano, Habitação e Equipamentos			
Designação do documento	Diagnóstico Sectorial			
Contacto da equipa	(CEDRU) Eduarda Marques da Costa / José Manuel Simões / Sérgio Barroso			
	Data	03	03	2009

ÍNDICE

0. NOTA DE APRESENTAÇÃO	11
1. SUMÁRIO EXECUTIVO	15
2. SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA/CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO	19
2.1. Contextualização da Região nas Opções de Desenvolvimento Nacional e Regional.....	19
2.1.1. Introdução.....	19
2.1.2. As Grandes Opções de Desenvolvimento de Nível Nacional.....	22
2.1.2.1. Políticas, Programas e Estratégias de Âmbito Transversal	22
2.1.2.2. Políticas, Programas e Estratégias de Âmbito Sectorial	26
2.1.2.3. Instrumentos de Política de Âmbito Nacional.....	30
2.1.3. Grandes Opções de Desenvolvimento Sectorial ao Nível Regional.....	35
2.1.3.1. Políticas, Programas e Estratégias de Âmbito Transversal	35
2.1.3.2. Instrumentos de Política de Âmbito Regional	38
2.2. Análise da Adequação das Orientações Estratégicas do PROT-AML (2002) ao Actual Contexto das Políticas de Desenvolvimento Urbano, Equipamentos e Habitação.....	42
3. DIAGNÓSTICO TERRITORIAL	59
3.1. Sistema Urbano	59
3.1.1. Tendências Pesadas de Estruturação do Sistema Urbano	59
3.1.1.1. Da Atractividade da AML	61
3.1.1.2. Do Alastramento e Consolidação da Urbanização	63
3.1.1.3. Dos Eixos de Estruturação da Ocupação Urbana	67
3.1.1.4. Da Compacidade Construtiva	70
3.1.1.5. Da Qualidade e Disfuncionalidade dos Tecidos Urbanísticos	72
3.1.2. Centralidades Urbanas	76
3.1.2.1. Do Policentrismo e da Armadura Urbana da AML.....	78
3.1.2.2. Das Centralidades Urbanas Motrizes	84

3.2. Habitação e Dinâmicas Urbanas	97
3.2.1. Evolução do Efectivo Habitacional.....	97
3.2.1.1. Parque Habitacional.....	97
3.2.1.2. Dinâmica do Licenciamento	113
3.2.1.3. Dinâmica da Construção.....	117
3.2.2. Dinâmica Habitacional, da População, do Emprego e da Mobilidade	123
3.3. Equipamentos Colectivos	131
3.3.1. Equipamentos Educativos	132
3.3.2. Equipamentos Desportivos	137
3.3.3. Equipamentos Sociais	142
3.3.3.1. Infância e Juventude	143
3.3.3.2. População Idosa	147
3.3.3.3. População Portadora de Deficiência.....	154
3.3.4. Equipamentos de Saúde.....	157
4. ANÁLISE SWOT	198
5. AMBIÇÃO.....	206
6. SÍNTESE	210
BIBLIOGRAFIA E FONTES ESTATÍSTICAS	216
ANEXOS.....	227

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Medidas de Políticas e Metas Estabelecidas no Âmbito da ENPSIS (2008-2010)	28
Quadro 2 – Análise da Adequação das Normas Gerais - Orientações Sectoriais do PROT-AML aos Instrumentos de Política	44
Quadro 3 – Análise da Adequação das Normas Gerais - Orientações Territoriais do PROT-AML (2002)	49
Quadro 4 – Adequação das Normas Específicas – Ordenamento Territorial e Planeamento Urbanístico do PROT-AML (2002)	53
Quadro 5 – Evolução da Ocupação Urbana do Solo: 1990, 2000 e 2009	63
Quadro 5 – Parque Habitacional (1991, 1996, 2002 e 2007)	102
Quadro 6 – Número de Licenças Concedidas pelas Câmaras Municipais - Construção de Novos Edifícios para Habitação e Obras em Edifícios para Habitação (1991-1995, 1996-2001, 2002-2007 e 1991-2007)	115
Quadro 7 – Número de Licenças Concedidas pelas Câmaras Municipais - Construção de Novos Edifícios para Habitação e Obras em Edifícios (1991, 1996, 2002 e 2007)	116
Quadro 8 – Número de Edifícios para Habitação Concluídos, Segundo o Tipo de Obra (1991-1995, 1996-2001, 2002-2007 e 1991-2007)	118
Quadro 9 – Número de Edifícios para Habitação Concluídos, Segundo o Tipo de Obra (1991, 1996, 2002 e 2007)	119
Quadro 10 – Número de Edifícios para Habitação Concluídos, Segundo o Tipo de Obra (1991, 1996, 2002 e 2007)	121
Quadro 11 – Dimensão Média dos Edifícios de Habitação Concluídos, Segundo o Número de Fogos (1991-1995, 1996-2001, 2002-2007 e 1991-2007)	122
Quadro 12 – Número de Alojamentos e População (1991, 1996, 2002 e 2007)	124
Quadro 13 – Relação Emprego/Residentes (Número de Empregos/100 Habitantes), por Concelho (1981, 1991 e 2001)	126
Quadro 14 – Estabelecimentos de Ensino, por Município Segundo o Nível de Ensino Ministrado (2006/2007)	133
Quadro 15 – Oferta de Equipamentos de Creche (2007)	145
Quadro 16 – Oferta de Equipamentos de Centro de Dia (2007)	148
Quadro 17 – Oferta de Equipamentos de Lar de Idosos (2007)	151
Quadro 18 – Oferta de Equipamentos de Residência para Idosos (2007)	153
Quadro 19 – Oferta de Equipamentos de Lares de Apoio para Crianças e Jovens Portadores de Deficiência (2007)	155
Quadro 20 – Oferta de Equipamentos de CAO para População Adulta Portadora de Deficiência (2007)	156
Quadro 21 – Oferta de Equipamentos de Lares Residenciais para População Adulta Portadora de Deficiência (2007)	157
Quadro 22 – Rácio N° de Habitantes por Equipamento da Rede de Cuidados de Saúde Primários	160

Quadro 23 - Internamento (Total das Especialidades) nos Hospitais do Serviço Nacional de Saúde da AML (2007).....	165
Quadro 24 - Evolução do Número de Visitantes dos Museus Tutelados pelo Instituto dos Museus e da Conservação, entre 2002 e 2008.....	168
Quadro 25 - N° de Habitantes por Quartel de Bombeiros, por concelho (2010).....	196

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução da população da AML entre 2002 e 2007	62
Figura 2 – Evolução da Ocupação Urbana do Solo de 1990 a 2000.....	64
Figura 3 – Evolução da Ocupação Urbana do Solo de 2000 a 2009.....	65
Figura 4 – Solo Urbano e Urbanizável Consagrado nos PDM (2007).....	67
Figura 5 – Eixos de Estruturação da Ocupação Urbana (2009).....	69
Figura 6 – Compacidade Construtiva (2009).....	71
Figura 7 – Usos Urbanos do Solo em 2009	73
Figura 8 – Equipamentos Comerciais com Mais de 1.000 m2 por Freguesia (2009)	77
Figura 9 – População Residente, por Escalões de Dimensão Populacional (2001).....	79
Figura 10 – População por Lugar (2001)	80
Figura 11 – Centros Urbanos e Acesso a Transportes Colectivos em.....	86
Figura 12 – Centros urbanos Polivalentes	87
Figura 13 – Polarizações Especializadas	88
Figura 14 – Principais Aglomerações Urbanas	90
Figura 15 – Sistema Urbano Metropolitano.....	93
Figura 16 – Densidade Habitacional – Fogos para Habitação Familiar/km2 (2007)	99
Figura 17 – Número Médio de Alojamentos Familiares Clássicos por Edifício (2001).....	103
Figura 18 – Edifícios Clássicos, Segundo o Período de Construção (Antes de 1945, 1946-1970; 1970-1991; 1991-2001)	104
Figura 19 – Proporção de Edifícios Exclusivamente Residenciais (2001).....	106
Figura 20 – Proporção de Alojamentos Familiares Vagos (2001)	107
Figura 21 – Proporção de Alojamentos Familiares de Uso Sazonal (2001).....	108
Figura 22 – Alojamentos, Segundo o Regime de Ocupação - Arrendamento (2001)	110
Figura 23 – Alojamentos com Contratos de Arrendamento Superiores a 399,04 € (2001)	111
Figura 24 – Índice de Envelhecimento dos Edifícios (2001).....	112
Figura 25 – Estrutura Etária da População Residente: < 20; 20-44; 45-59; ≥60 Anos (2001).....	125
Figura 26 – Deslocações Pendulares (1991).....	127

Figura 27 – Deslocações Pendulares (2001).....	128
Figura 28 – Activos cujo Local de Trabalho é a Freguesia de Residência (2001).....	129
Figura 29 – Activos cujo Local de Trabalho é Fora da Freguesia de Residência (2001).....	130
Figura 30 – Estabelecimentos de Ensino Superior (2007).....	135
Figura 31 – Laboratórios Associados a Instituições de I&D (2008).....	136
Figura 32 – Equipamentos Desportivos de Nível Superior, por Concelho (2006).....	138
Figura 33 – Equipamentos Desportivos de Nível Básico, por Concelho (2006).....	140
Figura 34 – M2 de Área Desportiva por Habitante (2006).....	141
Figura 35 – Taxa de Cobertura de Creches (2007).....	146
Figura 36 – Taxa de Cobertura dos Centros de Dia (2007).....	149
Figura 37 – Taxa de Cobertura dos Lares de Idosos (2007).....	152
Figura 38 – Localização dos Equipamentos da Rede de Cuidados de Saúde Primários (2008).....	158
Figura 39 – Proporção de Utentes Residentes Sem Médicos de Família, por Concelho (2008).....	161
Figura 40 – Localização dos Hospitais do Serviço Nacional de Saúde e Privados, 2009.....	162
Figura 41 – Distância dos Centros de Saúde aos Hospitais de Referência, por Centro de Saúde (2008).....	164
Figura 42 – Museus da Rede Portuguesa de Museus (2009).....	167
Figura 43 – Lotação dos Equipamentos de Teatro (2008).....	169
Figura 44 – Lotação dos Auditórios (2008).....	171
Figura 45 – Bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (2009).....	172
Figura 46 – Localização e Hierarquia dos Tribunais Judiciais (2010).....	176
Figura 47 – Localização e Hierarquia dos Tribunais Administrativos e Fiscais e respectivas áreas de jurisdição dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 1ª Instância (2010).....	178
Figura 48 – Localização do Tribunal Constitucional e do Tribunal de Contas (2010).....	179
Figura 49 – Taxa de ocupação dos estabelecimentos prisionais segundo o tipo (2008).....	182
Figura 50 – Julgados de Paz (2010).....	183
Figura 51 – Resolução Alternativa de Litígios (2010).....	185
Figura 52 – Cartórios Notariais (2010).....	187
Figura 53 – Conservatórias segundo o tipo, por freguesia (2010).....	189
Figura 54 – Equipamentos com Subunidades da Polícia de Segurança Pública, por freguesias (2010).....	192
Figura 55 – Destacamentos da GNR e Postos inseridos nas suas Áreas de Irradiação, por freguesias (2010).....	194
Figura 56 – Quartéis de Bombeiros segundo o Tipo por Concelho (2010).....	195

SIGLAS E ACRÓNIMOS

AMDS	Associação de Municípios do Distrito de Setúbal
AML	Área Metropolitana de Lisboa
AMU	Áreas Maioritariamente Urbanas
APR	Áreas Predominantemente Urbanas
APU	Áreas Predominantemente Urbanas
AUGI	Áreas Urbanas de Génese Ilegal
CAO	Centros de Actividades Ocupacionais
CATS	Centro de Apoio a Toxicodependentes
CCDRLVT	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
CODU	Centro de Orientação de Doentes Urgentes
ENDS	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
ENPSIS	Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social
GNR	Guarda Nacional Republicana
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IGP	Instituto Geográfico Português
IHRU	Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana
INE	Instituto Nacional de Estatística
IST	Instituto Superior Técnico
NAL	Novo Aeroporto de Lisboa
NRAU	Novo Regime de Arrendamento Urbano
NUTS	Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
PAIES	Programa de Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais
PAII	Programa de Apoio Integrado a Idosos
PARES	Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais
PCHI	Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas
PDM	Plano Director Municipal
PEDEPS	Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal
PEH	Plano Estratégico da Habitação
PER	Plano Especial de Realojamento
PIOT	Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território
PLCP	Projecto de Luta Contra a Pobreza

PME	Pequenas e Médias Empresas
PMOT	Plano Municipal de Ordenamento do Território
PNAI	Plano Nacional de Acção para a Inclusão
PNEE	Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PNS	Plano Nacional de Saúde
POPH	Programa Operacional Temático Potencial Humano
PORL	Programa Operacional Regional de Lisboa
POVT	Programa Operacional Temático Valorização do Território
PROHABITA	Programa de Financiamento para Acesso à Habitação
PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território
PSP	Polícia de Segurança Pública
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RAN	Reserva Agrícola Nacional
RCCTE	Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios
RECRIA	Regime Especial de Comparticipação de Imóveis Arrendados
RECRIPH	Regime Especial de Comparticipação e Financiamento de Prédios Urbanos em Propriedade Horizontal
REHABITA	Regime de Apoio à Comparticipação Habitacional em Áreas Antigas
REN	Reserva Ecológica Nacional
RNCCI	Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados
RNSI	Rede Nacional de Segurança Interna
RSECE	Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização dos Edifícios
SNS	Serviço Nacional de Saúde
SOLARH	Programa de Apoio Financeiro Especial Para a Reabilitação de Habitações
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats</i>
USF	Unidade de Saúde Familiar
VMER	Viaturas Médicas de Emergência e Reanimação

0. NOTA DE APRESENTAÇÃO

0. NOTA DE APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui o Diagnóstico Estratégico da componente Sistema Urbano, Habitação e Equipamentos, desenvolvido no âmbito do programa de trabalhos estabelecido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT) com o objectivo de proceder à Alteração do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML), aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2002, de 8 de Abril.

Os motivos e os objectivos deste processo de alteração estão identificados com clareza na Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2008, de 5 de Junho. Desde logo, o facto de estarem em fase de projecto para o território metropolitano, investimentos fortemente reestruturadores em termos territoriais, económicos e de mobilidade, como é o caso do Novo Aeroporto de Lisboa (NAL), das Plataformas Logísticas, da Rede Ferroviária de Alta Velocidade e da Nova Travessia do Tejo. Num segundo plano, em resultado da necessidade de compatibilizar o PROT com o novo quadro político e estratégico em termos de ordenamento e desenvolvimento territorial, determinado pela aprovação do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), através da Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro, pela implementação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013, da Estratégia Regional “Lisboa 2020” e do Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal (PEDEPS).

Importa, neste contexto, relevar que o PNPOT determina que os PROT têm como funções principais:

- Definir directrizes para o uso, ocupação e transformação do território, num quadro de opções estratégicas estabelecidas a nível regional;

- Promover, no plano regional, a integração das políticas sectoriais e ambientais no ordenamento do território e a coordenação das intervenções;
- Formular orientações para a elaboração dos planos municipais de ordenamento do território.

A resposta plena e eficaz a estes objectivos específicos exige, por um lado, uma identificação clara das prioridades, objectivos e normativos de política sectorial de âmbito nacional e regional e a sua confrontação com as Normas Orientadoras do PROT-AML aprovado, em 2002, e, por outro, um diagnóstico territorial suficientemente exaustivo que permita a formulação de orientações pertinentes e adequadas para a elaboração/revisão dos planos municipais de ordenamento do território.

O documento que seguidamente se apresenta visa responder a estes dois objectivos.

No que se refere ao primeiro objectivo, foi efectuada uma análise detalhada de todos os programas e planos produzidos após 2002 com relevância para a componente Sistema Urbano, Habitação e Equipamentos. Este levantamento considerou dois níveis políticos e territoriais: (i) primeiro, distinguido os documentos que estabelecem as opções de política dos instrumentos que visam a sua concretização; (ii) em segundo, analisando separadamente os documentos de âmbito nacional e os de âmbito regional.

Após esta análise, procedeu-se à avaliação da adequação do quadro de normas, gerais e específicas contidas no PROT-AML 2002 à luz no actual contexto político e estratégico, no sentido de identificar vazios, contradições e incoerências que condicionem a desejável integração das políticas sectoriais e ambientais e de coordenação de intervenções. O desenvolvimento deste

exercício de análise e de avaliação documental encontra-se no segundo capítulo deste relatório.

Para responder ao segundo objectivo, é desenvolvido um diagnóstico territorial, que incide sobre as questões fundamentais da componente Sistema Urbano, Habitação e Equipamentos, designadamente as tendências pesadas de estruturação do sistema urbano e as centralidades urbanas; a evolução do efectivo habitacional e as dinâmicas urbanas; a caracterização dos equipamentos educativos, sociais, desportivos e de saúde, realizando-se uma análise comparativa entre os municípios da AML. Os trabalhos desenvolvidos têm como período temporal de referência as duas últimas décadas, centrando-se em particular entre 2001 e 2007. Esta leitura territorial encontra-se no terceiro capítulo deste relatório.

Em resultado deste processo, apresenta-se, no quarto capítulo, uma análise SWOT, na qual se detalha, as principais forças, fraquezas, oportunidades, ameaças e as principais tendências positivas e negativas do território metropolitano.

No quinto capítulo, apresenta-se uma primeira abordagem da ambição regional no âmbito do Sistema Urbano, Habitação e Equipamentos e no sexto capítulo é apresentada uma síntese da globalidade do documento.

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O documento que agora se apresenta constitui o Diagnóstico Estratégico da componente Sistema Urbano, Habitação e Equipamentos, desenvolvido no âmbito do programa de trabalhos estabelecido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT) com o objectivo de proceder à Alteração do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML), aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2002, de 8 de Abril.

Uma leitura das principais conclusões retiradas dos trabalhos desenvolvidos permite destacar os seguintes aspectos:

➤ **Situação de Referência/Contextualização da Região**

Desde 2002, foram produzidos diversos programas, planos e projectos de âmbito transversal ou sectorial com carácter estratégico, operativo e regulamentador com relevância para a definição de um quadro actualizado e coerente de opções estratégicas do PROT-AML, nomeadamente no domínio do Sistema Urbano, Habitação e Equipamentos. Desses documentos, destacam-se os programas e planos de âmbito político e estratégico de nível nacional ou regional que, pela sua natureza, deverão enformar o novo PROT-AML, designadamente o PNPOT, a ENDS, o QREN, a Estratégia Lisboa 2020 e o PEDEPES.

A leitura comparada entre o actual referencial estratégico das políticas públicas e o quadro normativo do PROT-AML em vigor evidencia a existência de uma insuficiente resposta de algumas das novas prioridades estratégicas, como seja: a questão da habitação, nomeadamente a importância do arrendamento e do controle dos alojamentos vagos; do envelhecimento populacional e da necessidade de conter o processo de exclusão social; da articulação entre o sistema

urbano, as áreas residências e as bacias de emprego; e a mobilidade e os efeitos da crescente utilização do transporte individual.

➤ **Diagnóstico Territorial.**

Do diagnóstico territorial realizado, que tem como período temporal de referência as duas últimas décadas, centrando-se em particular entre 2001 e 2007, sobressaem três ideias fundamentais a reter:

- Pese embora nos últimos anos o discurso político e técnico tenha sido pautado por preocupações de aprofundamento da coesão regional e de robustecimento da rede de cidades médias, tendo em vista a atenuação das assimetrias de desenvolvimento entre o Litoral e o Interior e a contenção dos processos de megapolização de Lisboa e Porto, a realidade é que a AML continua a apresentar uma grande dinâmica de atracção e de concentração populacional e habitacional, designadamente na Península de Setúbal;
- No domínio da habitação, observou-se um dinamismo com diferenças relevantes entre as duas NUTS III que compõem a AML: quer em termos absolutos, quer em termos relativos, a Península de Setúbal regista o maior acréscimo no número de edifícios e o maior crescimento relativo no número de alojamentos;
- Nos equipamentos colectivos, releve-se a disparidade existente nas várias tipologias entre a Grande Lisboa e a Península de Setúbal.

➤ **Ambição**

Nem as alterações ocorridas nos últimos sete anos no território metropolitano, nem o quadro de investimentos públicos estruturantes programados e em curso para a AML, e que justificam o presente processo de alteração do PROT, alteraram a pertinência dos quatro objectivos fundamentais do PROT-AML, aprovado através da Resolução

do Conselho de Ministros n.º 68/2002, de 8 de Abril. Pelo contrário, as orientações estratégicas estabelecidas no PNPT e na ENDS, e os actuais referenciais das políticas de ordenamento e desenvolvimento territorial no espaço europeu, acentuam a relevância destes objectivos, em virtude da urgência de aumentar os níveis de sustentabilidade das principais áreas urbanas e de alcançar avanços significativos na mitigação dos vectores determinantes das alterações climáticas.

- Considerando este panorama estratégico e a persistência de evidentes fragilidades na ocupação urbana do território, manifestada pela crescente fragmentação territorial e social, que as novas infra-estruturas poderão acentuar, a AML deverá ambicionar uma forma urbana mais compacta e mais densa capaz de responder, simultaneamente, aos desafios definidos pelas actuais políticas de cidades, de habitação e de mobilidade, que concedem prioridade aos espaços urbanos consolidados, à reabilitação urbana e ao aumento da ecoeficiência energética na mobilidade.
- Neste contexto, o PROT-AML deverá contribuir, desde logo, para o reforço da armadura urbana metropolitana, promovendo o policentrismo às mais diversas escalas (metropolitana, municipal e urbana), pugnando por um reequilíbrio urbano-funcional entre as duas principais unidades, Grande Lisboa e Península de Setúbal, suportada na visão “uma cidade de cidades”.

2. SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA/ CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO

2. SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA/CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO

2.1. Contextualização da Região nas Opções de Desenvolvimento Nacional e Regional

2.1.1. Introdução

Desde 2002 que foram produzidos diversos programas, planos e projectos de âmbito transversal ou sectorial com carácter estratégico, operativo e regulamentador com relevância para a definição de um quadro actualizado e coerente de opções estratégicas do PROT-AML, nomeadamente no domínio do Sistema Urbano, Habitação e Equipamentos.

No âmbito do processo de Alteração do PROT-AML, os documentos produzidos nos últimos anos organizam-se em dois grupos principais:

- Os Programas e Planos de âmbito político e estratégico de nível Nacional ou Regional que pela sua natureza deverão enformar o novo PROT-AML;
- Os documentos instrumentais que concretizam políticas transversais ou sectoriais e com os quais o PROT-AML se deverá articular e concertar, procurando estabelecer com eles uma malha coerente de concretização das políticas públicas.

O exercício que seguidamente se desenvolve pretende, num primeiro tempo, identificar o quadro de orientações, recomendações e objectivos que foram definidos recentemente, e, num segundo tempo, avaliar o grau de resposta e de adequação do actual PROT-AML. A partir desta análise é definido uma primeira matriz de ambições para a Região que deverão ser, posteriormente, enriquecidas em resultado do diagnóstico territorial em curso.



2.1.2. As Grandes Opções de Desenvolvimento de Nível Nacional

2.1.2.1. Políticas, Programas e Estratégias de Âmbito Transversal

POLÍTICAS, PROGRAMAS E ESTRATÉGIAS DE ÂMBITO TRANSVERSAL	CARACTERIZAÇÃO SÍNTESE	OPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA URBANO DA AML	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS ESTABELECIDOS NO PROGRAMA DE ACÇÃO	MEDIDAS PRIORITÁRIAS, REFERÊNCIAS E ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS NOS OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS
<p>PNPOT Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território</p>	<p>Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro - constitui o principal documento de política de ordenamento do território nacional. A sua concretização veio completar o Sistema de Gestão Territorial definido pela Lei de Bases de Ordenamento do Território (Lei nº 48/98, de 11 de Agosto), estabelecendo as directrizes e as orientações que traduzem um modelo de organização espacial que tem em conta o sistema urbano, as redes, as infra-estruturas e os equipamentos de interesse nacional, bem como as áreas de interesse nacional em termos agrícolas, ambientais e patrimoniais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Assumir o carácter estratégico da AML para a inserção internacional do País, com tradução em políticas ambiciosas de qualificação das infra-estruturas, equipamentos, serviços, espaço público e ambiente; ➤ Promover o desenvolvimento urbano mais compacto, contrariar a fragmentação da forma urbana e estruturar e qualificar os eixos de expansão (Lisboa-Cascais; Lisboa-Sintra; Lisboa-Carregado; Lisboa-Palmela-Setúbal; e Arco Ribeirinho); ➤ Ordenar o território em articulação estreita com um plano de mobilidade e transportes à escala da AML, no qual a Autoridade de transportes deverá ter um papel central, de modo a potenciar novas centralidades, combater o crescimento urbano extensivo, reduzir a dependência de transporte individual e promover a mobilidade sustentável; ➤ Promover os estudos e projectos necessários à implementação da Nova Travessia do Tejo em Lisboa, prevendo, ainda que com horizontes temporais diversos, as componentes ferroviária e rodoviária do Tejo e completar as infra-estruturas circulares, criando eixos que articulem as nucleações periféricas com maior dinamismo; ➤ Qualificar os subúrbios, contrariar a segregação espacial urbana e promover a inserção urbana das áreas críticas; ➤ Revitalizar os centros históricos, reabilitando o património edificado, recuperando as funções residenciais e revitalizando as funções urbanas; ➤ Recuperar as áreas de habitação degradada, com intervenções qualificantes sobre os edifícios, o espaço público e os equipamentos; ➤ Proteger as frentes ribeirinhas e a zona costeira e desenvolver um programa coerente de qualificação que valorize o seu potencial como espaços de recreio e lazer e de suporte a actividades do cluster turismo; ➤ Desenvolver programas integrados de renovação dos espaços industriais abandonados, com soluções que criem novas centralidades e referências no espaço urbano; ➤ Implementar a Rede Ecológica Metropolitana e garantir uma gestão integrada dos corredores ecológicos; ➤ Desenvolver equipamentos e serviços de suporte à diversificação das relações internacionais, em particular com a África, a Ásia e as Américas; ➤ Desenvolver, qualificar e organizar em rede os espaços 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Objectivo Estratégico 1 – Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos; ➤ Objectivo Estratégico 2 – Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global; ➤ Objectivo Estratégico 4 – Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social. 	<p>No quadro deste objectivo Estratégico, uma das medidas prioritárias do Objectivo Específico 1.9 – Executar a Estratégia Nacional para a energia e prosseguir a política sustentada para as alterações climáticas releva a necessidade de promoção da qualidade ambiental e da eficiência energética dos edifícios e da habitação, nomeadamente desenvolvendo incentivos à incorporação de soluções de sustentabilidade no processo de construção e de reabilitação e através do Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (RCCTE) e do regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização dos Edifícios (RSECE) e ainda da implementação do Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar dos Edifícios (2007-2012).</p> <p>São propostas duas medidas concretas enquadradas no Objectivo Específico 2.5 – Promover um maior equilíbrio na distribuição da população e assegurar condições de atracção de populações com níveis elevados de qualificação associadas às questões da habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Apoiar a mobilidade residencial através da maior eficiência do mercado de arrendamento privado, da alteração e melhoria dos modelos de gestão e da qualificação do parque de arrendamento público e de uma melhor adequação e flexibilidade nas condições de financiamento para a aquisição de habitação (2007-2010); ➤ Desenvolver uma política integrada que contemple o acolhimento e a inserção social de imigrantes e que lhes garanta a igualdade de tratamento no acesso aos serviços sociais, à educação, à habitação e ao emprego, respondendo às suas necessidades específicas e envolvendo a sociedade civil (2007-2013). <p>A dimensão estratégica dos equipamentos colectivos enquanto instrumento de coesão social e territorial e de suporte ao desenvolvimento social e económico surge amiudadamente expresso no PNPOT.</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibéricos, europeu, atlântico e global; ➤ Objectivo específico 2.5 - Promover um maior equilíbrio na distribuição da população e assegurar condições de atracção de populações com níveis elevados de qualificação. Neste contexto, a promoção da oferta de equipamentos sociais de apoio às famílias mais jovens, nomeadamente na área da infância, que favoreçam a conciliação entre a vida familiar e profissional, constitui uma Medida Prioritária. <p>É no quarto Objectivo Estratégico que a Habitação assume uma maior importância no quadro do Programa de Acção do PNPOT, evidenciada na definição do Objectivo Específico 4.3 – Desenvolver programas e incentivar acções que melhorem as condições de habitação, nomeadamente no que se refere aos grupos sociais mais vulneráveis, através da aplicação das seguintes medidas prioritárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Elaborar e implementar o Plano Estratégico de Habitação (2007-2013);

vocacionados para a instalação de actividades baseadas no conhecimento e intensivas em tecnologia;

- Desenvolver estruturas de cooperação intermunicipal e mecanismos de participação das populações em matéria de ordenamento do território;
- Promover estruturas de âmbito metropolitano para a gestão de actividades em rede, melhorando a governabilidade da AML.

- Implementar iniciativas de gestão e dinamização do mercado de arrendamento público, tornando o parque habitacional público mais qualificado, dinâmico e capaz de responder com maior equidade e proximidade às necessidades sociais da população (2007-2009);
- Incentivar o cumprimento de objectivos sociais por parte dos promotores imobiliários, nomeadamente através da afectação a habitação social de uma quota-parte da habitação nova ou a reabilitar ou ainda no âmbito de operações integradas de revitalização urbana (2007-2013);
- Desenvolver intervenções sócio-urbanísticas em territórios que apresentem factores de vulnerabilidade crítica, do ponto de vista urbanístico, económico e social, no sentido da sua qualificação e reinserção urbana, contribuindo para o desenvolvimento de comunidades urbanas sustentáveis (2007-2013);
- Promover a inserção nos instrumentos de planeamento municipal dos objectivos sociais de combate à segregação urbana e de acolhimento e integração dos imigrantes e minorias étnicas, designadamente através da institucionalização dos princípios da diversidade nos modelos de usos e tipologias de habitação (2007-2013);
- Concluir o Programa Especial de Realojamento e implementar programas municipais de resposta às graves carências habitacionais, em coerência com os objectivos de equidade social e territorial, reforçando a solução de reabilitação do parque devoluto em relação à construção nova (2007-2013).

Neste Objectivo Estratégico os equipamentos têm uma importância central, evidenciada, desde logo, pelos objectivos específicos associados, nomeadamente:

- Promover o ordenamento das redes de educação do pré-escolar, do ensino básico e do secundário, da formação tecnológica/profissionalizante e da educação e formação de adultos e implementar critérios de racionalidade no ordenamento territorial do ensino superior;
- Desenvolver uma rede nacional de prestação de serviços de cuidados de saúde que garanta a universalidade de acesso e racionalize a procura do serviço Nacional de Saúde (SNS, valorizando os cuidados de saúde primários e a resposta aos grupos vulneráveis;
- Dinamizar redes de equipamentos colectivos e programas para responder com eficácia às necessidades dos diferentes grupos sociais e das famílias, promovendo a integração dos grupos mais vulneráveis face à pobreza e à exclusão social e garantindo a segurança a todos os cidadãos;
- Desenvolver uma rede supra-municipal articulada de equipamentos desportivos e de lazer activo que valorize a motricidade, aprofunde a equidade de acesso e qualifique a evolução do sistema urbano;
- Dinamize uma rede de equipamentos culturais que valorize identidades, patrimónios e formas de expressão artística num quadro de aprofundamento da educação para a cultura e de reforço da equidade de acesso e participação nas actividades culturais;
- Planear e implementar uma rede integrada de serviços de justiça, definindo a distribuição e implantação geográfica dos equipamentos públicos de Justiça, nomeadamente os tribunais, julgados de paz, conservatórias, prisões e centros educativos.

POLÍTICAS, PROGRAMAS E ESTRATÉGIAS DE ÂMBITO TRANSVERSAL	CARACTERIZAÇÃO SÍNTESE	OBJECTIVOS	VECTORES ESTRATÉGICOS	LINHAS DE ORIENTAÇÃO
<p>ENDS</p> <p>Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2005-2015</p>	<p>Aprovada na Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de Agosto, constitui outro dos principais instrumentos de política de desenvolvimento do território nacional recentes. Este instrumento de orientação estratégica, para o horizonte de 2015, visa nortear o processo de desenvolvimento do País, numa perspectiva de sustentabilidade, em articulação coerente com os demais instrumentos, planos e programas de acção em vigor ou em preparação, incluindo os que se referem à aplicação dos fundos comunitários no período de programação até 2013.</p>	<p>Quarto Objectivo - Organização equilibrada do território que valorize Portugal no espaço Europeu e que proporcione qualidade de vida.</p>	<p>4.4.2. Uma dinâmica urbana que seja menos destrutiva do ambiente e mais solidária.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Actuar eficazmente no sentido de inverter a tendência ao crescimento urbano extensivo e de baixa qualidade, intervindo no modo de financiamento das autarquias, na fiscalidade sobre o património, nos instrumentos de regulação do uso do solo e na dinamização do mercado imobiliário; ➤ Incentivar a requalificação urbana, favorecendo a difusão do arrendamento urbano e as operações integradas de recuperação de áreas urbanas degradadas; ➤ Reduzir os movimentos pendulares da população nas grandes Áreas Metropolitanas, promovendo a redistribuição de funções económicas no seu interior, no sentido da afirmação de novas centralidades especializadas. ➤ Explorar as oportunidades das tecnologias da informação e telecomunicações para reorganizar o espaço urbano e melhorar a qualidade de vida; ➤ Experimentar novas soluções de transportes em áreas urbanas que permitam reduzir o congestionamento e a degradação ambiental sem exigir investimentos infra-estruturais pesados, experimentando inovações tecnológicas e novas soluções organizativas na área dos transportes de uso colectivo; ➤ Criar e consolidar espaços e corredores “verdes” nas áreas urbanas e exigir uma melhor articulação entre urbano e rural nas grandes Áreas Metropolitanas; ➤ Implementar iniciativas que tornem as cidades mais amigáveis para a «terceira idade», nomeadamente através da instalação de centros de dia, de centros residenciais e «hospitais de retaguarda».
		<p>Segundo Objectivo (PIENDS) – Crescimento Sustentado e Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética.</p>	<p>4.4.3. Uma organização da sociedade para fazer face a riscos naturais e antrópicos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ordenar o território na orla costeira de forma a antecipar eventuais riscos associados às causas de erosão, prevenindo ou mitigando os eventuais impactes das alterações climáticas; ➤ Organizar de forma rigorosa o país para o risco sísmico; ➤ Melhorar a prevenção e combate a incêndios, nomeadamente através de estratégias preventivas nas áreas florestais; ➤ Dotar o País com os meios para garantir a segurança, reforçando as suas funções europeias nesta área; ➤ Reduzir a sinistralidade rodoviária.
		<p>Quarto Objectivo (PIENDS) – Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social.</p>	<p>Melhoria da eficiência energética e de uso de recursos naturais nos sectores da energia, indústria, comércio e serviços, contribuindo para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Apoio à instalação obrigatória de soluções de aproveitamento de energia solar para aquecimento e produção de electricidade no sector habitacional das áreas metropolitanas e nos complexos turísticos;
		<p>Quinto Objectivo (PIENDS) – Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território.</p>	<p>Reforço do papel da economia social na óptica da criação de riqueza e de emprego.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Desenvolvimento de parcerias com as instituições do universo da Economia Social com reflexos na política de habitação, através do movimento cooperativo;
		<p>Primeiro Objectivo (PIENDS) – Preparar Portugal para a Sociedade do Conhecimento</p>	<p>Incentivos ao desenvolvimento de cidades sustentáveis, requalificadas e com memória.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Apoio a intervenções de requalificação urbana de grande dimensão e urgência, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> ➤ Qualificação e reinserção urbana de áreas críticas; ➤ Revitalização de centros históricos das cidades e de áreas urbanas consolidadas mas degradadas; ➤ Qualificação de periferias; ➤ Promoção da acessibilidade no acesso e utilização dos espaços públicos e edificados por parte de todos os cidadãos, em particular os que têm mobilidade condicionada. ➤ Desenvolvimento de uma política integrada de acolhimento e inserção social dos imigrantes, com particular ênfase no acesso aos serviços sociais, e à habitação e ao emprego (2006-2013).
<p>Primeiro Objectivo (PIENDS) – Preparar Portugal para a Sociedade do Conhecimento</p>	<p>(PRIORIDADE ESTRATÉGICA) – Consolidação do ensino básico e expansão da educação e formação de nível secundário</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Expansão da educação pré-escolar, ao serviço da igualdade de oportunidades; ➤ Melhoria da eficiência do ensino básico e secundário e combate à saída precoce do sistema de ensino; ➤ Melhoria dos resultados escolares em áreas chave do conhecimento e da socialização; 		

- garantindo a melhoria da qualificação de base.
- Aposta nas vias profissionalizantes e tecnológicas do ensino secundário e diversificação das ofertas formativas;
 - Difusão das tecnologias de informação como suporte à modernização dos métodos de ensino;
 - Reforço da educação para a cidadania e mobilização dos jovens para o desenvolvimento sustentável.

POLÍTICAS, PROGRAMAS E ESTRATÉGIAS DE ÂMBITO TRANSVERSAL	CARACTERIZAÇÃO O SÍNTESE	DESÍGNIO ESTRATÉGICO	PRIORIDADES ESTRATÉGICAS	SUB-PRIORIDADES
QREN Quadro Referência Estratégica Nacional	Constitui o enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal, no período 2007-2013, dando continuidade aos anteriores QCA I, QCA II e QCA III que enquadraram a política desenvolvimento regional ao longo das últimas duas décadas.	A qualificação dos portugueses e das portuguesas, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sócio-cultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e das qualidade das instituições públicas.	<p>No âmbito da estratégia de definição e robustecimento do sistema urbano metropolitano importa considerar o explicitado na prioridade estratégica "assegurar a qualificação do território e das cidades".</p> <p>➤ O âmbito transversal dos Equipamentos Colectivos, seja de nível superior como de proximidade, confere a este domínio de intervenção do PROT uma presença importante nas Prioridades Estratégicas do QREN, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Na promoção da qualificação dos portugueses e das portuguesas, desenvolvendo e estimulando o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a inovação, a educação e a cultura como principal garantia do desenvolvimento do País e do aumento da sua competitividade; ➤ Na garantia da coesão social actuando, em particular, nos objectivos do aumento do emprego e do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional, do estímulo às dinâmicas culturais, e assegurando a inclusão social, nomeadamente desenvolvendo o carácter inclusivo do mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades para todos e a igualdade de género, bem como práticas de cidadania inclusiva, reabilitação e reinserção social, conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e a valorização da saúde como factor de produtividade e medida de inclusão social; ➤ Na qualificação do território e das cidades traduzida, em especial, nos objectivos de assegurar ganhos ambientais, promover um melhor ordenamento do território, estimular a descentralização regional da actividade científica e tecnológica, prevenir riscos naturais e tecnológicos e, ainda, melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Privilegiar as principais valências do desenvolvimento ambientalmente sustentável, sintetizadas em objectivos definidos em termos de ganhos ambientais no âmbito da preservação e valorização da natureza e da biodiversidade, do controlo da qualidade do ar e da minimização dos efeitos das emissões de poluentes atmosféricos, da protecção e utilização sustentável dos recursos hídricos, da promoção de energias renováveis e da prevenção e mitigação de riscos naturais e tecnológicos; ➤ A promoção do ordenamento do território deve visar a melhoria da eficiência dos sistemas territoriais onde as dimensões prioritárias respeitam aos sistemas de transportes e de logística e aos sistemas de telecomunicações – essenciais para melhorar a conectividade (nacional e internacional) do País, aos sistemas de abastecimento de águas e de drenagem e tratamento de águas residuais, aos equipamentos de valorização das várias fileiras de resíduos, aos sistemas energéticos e à defesa e valorização do litoral; ➤ O reforço do sistema urbano deve privilegiar a concretização de um modelo global de estruturação urbana do território valorizador de interações e complementaridades, assente em cidades qualificadas – nas suas dimensões física, económica, sócio-cultural e ambiental – e em dinâmicas sustentáveis, bem integradas nos processos e dinâmicas pertinentes de nível europeu, ajustadas às necessidades concretas dos cidadãos e cidadãs, potenciadoras da vivência de uma cidadania plena e de proximidade e dinamizadoras das respectivas regiões e dos espaços rurais das suas áreas de influência; ➤ O reforço do sistema urbano e a inerente qualificação social e económica das cidades integra, necessariamente, a concretização de um programa integrado de modernização da rede de escolas com ensino secundário, bem como a melhoria da rede de equipamentos fundamentais para a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar e para as vítimas de violência de género, bem como para a integração de grupos desfavorecidos.

2.1.2.2. Políticas, Programas e Estratégias de Âmbito Sectorial

POLÍTICAS, PROGRAMAS E ESTRATÉGIAS DE ÂMBITO SECTORIAL	CARACTERIZAÇÃO SÍNTESE	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	DIMENSÕES DE INTERVENÇÃO
POLÍTICA DE CIDADES – POLIS XXI	<p>Apresentada pelo Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, em Maio de 2008, constitui actualmente o documento referencial da política urbana nacional, enquadrando os diversos instrumentos financeiros e operativos inscritos no QREN.</p> <p>Este documento procura responder aos desafios crescentemente complexos que se colocam às cidades, visando a superação das debilidades do sistema urbano nacional e a transformação das nossas cidades em motores efectivos do desenvolvimento das regiões e do País.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Qualificar e integrar os distintos espaços de cada cidade, visando um funcionamento urbano globalmente inclusivo, coerente e sustentável e mais informado pela participação dos cidadãos; ➤ Fortalecer e diferenciar o capital humano, institucional, cultural e económico de cada cidade, no sentido de aumentar o leque de oportunidades individuais e colectivas e, assim, reforçar o papel regional, nacional e internacional das aglomerações urbanas; ➤ Qualificar e intensificar a integração da cidade na Região envolvente, de forma a promover relações de complementaridade mais sustentáveis entre os espaços urbanos e rurais e a dotar o conjunto de cada cidade-Região de um maior potencial de desenvolvimento; ➤ Inovar nas soluções para a qualificação urbana, promovendo as que se orientem por princípios de sustentabilidade ambiental, de eficiência e de rendibilização de infra-estruturas e equipamentos existentes, de exploração das oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias, de capacitação das comunidades e de desenvolvimento de novas formas de parceria público-privado. 	<p>A concretização das metas definidas deverá fazer-se através de três dimensões de intervenção:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Regeneração urbana – dirige-se a espaços intra-urbanos específicos e visa a coesão e coerência do conjunto da cidade, isto é, das várias comunidades que a constituem, e a qualificação dos factores determinantes da qualidade de vida da população; ➤ Competitividade/Diferenciação – coloca a ênfase na cidade enquanto nó de redes de inovação e competitividade de âmbito nacional ou internacional, e visa o reforço do seu papel e da sua capacidade competitiva e a valorização dos factores de diferenciação; ➤ Integração regional – incide sobre a «cidade-região», definida como o espaço funcionalmente estruturado por uma ou várias cidades e envolvendo uma rede sub-regional de centros e de áreas de influência rurais, e coloca o enfoque nas interacções cidade-região e no reforço «efeito-cidade» como factor de desenvolvimento das áreas sob uma influência directa.

POLÍTICAS, PROGRAMAS E ESTRATÉGIAS DE ÂMBITO SECTORIAL	CARACTERIZAÇÃO SÍNTESE	OBJECTIVOS GLOBAIS	EIXOS DE INTERVENÇÃO	MEDIDAS DE ACÇÃO
PLANO ESTRATÉGICO DE HABITAÇÃO 2008-2013	<p>No domínio da Habitação, o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) elaborou, entre 2007 e 2008, um conjunto de documentos técnicos de base para o Plano Estratégico de Habitação para o período de 2008/2013, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Diagnóstico das dinâmicas habitacionais e identificação das necessidades de habitação no contexto das dinâmicas de mercado de alojamento; ➤ Análise crítica das políticas de habitação desenvolvidas nos últimos anos; ➤ Elaboração de propostas estratégicas detalhadas, para o desenho, implementação, monitorização e avaliação de políticas habitacionais no campo do alojamento social, da reabilitação e arrendamento. <p>O Plano Estratégico de Habitação 2008/2013 não se encontra em vigor. Contudo, o Relatório 3 dos documentos preparados desenvolve duas dimensões fundamentais: as estratégias e o modelo de intervenção. Trata-se de um documento preparado para discussão pública, cujo conteúdo procura ressaltar os elementos estruturantes dessas duas dimensões do trabalho, propondo os seguintes objectivos globais:</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Apoiar o acesso ao mercado habitacional da população com dificuldades de acesso ao mercado regulando as dinâmicas habitacionais para melhor harmonia da relação entre oferta e procura; ➤ Garantir o acesso a habitações a valores mais baixos que os de mercado; ➤ Garantir a articulação entre a política de habitação e as outras políticas nomeadamente as políticas sociais e as políticas de cidade; ➤ Aumentar os níveis de eficiência e de eficácia na gestão e financiamento da política pública de habitação. 	<ul style="list-style-type: none"> Eixo 1: Dinamização do Mercado de Arrendamento. Eixo 2: Dinamização da Habitação a Custos Limitados. Eixo 3: Reabilitação do Parque Habitacional Privado e Público. Eixo 4. Adequação e Inovação na Habitação. ➤ Eixo 5. Implementação e Monitorização das Políticas de Habitação 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Dinamização da oferta de arrendamento privado; ➤ Desenvolvimento de modalidades de apoio ao arrendamento privado; ➤ Aquisição pública de imóveis. ➤ Aumento da oferta de habitação a custos controlados (para aquisição) e situações mistas (arrendamento e aquisição). ➤ Desenvolvimento de modalidades de apoio à aquisição e auto-construção. ➤ Intervenção habitacional em áreas críticas no âmbito da Política de Cidades. ➤ Intervenção habitacional em imóveis degradados. ➤ Reabilitação do parque público. ➤ Gestão eficaz e participada do parque público. ➤ Incentivo à experimentação habitacional extensiva ➤ Adequação dos alojamentos a necessidades especiais e emergentes. ➤ Observatório da Habitação e Reabilitação Urbana ➤ Programa Local de Habitação

POLÍTICAS, PROGRAMAS E ESTRATÉGIAS DE ÂMBITO SECTORIAL	CARACTERIZAÇÃO SÍNTESE		OBJECTIVOS		
GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2005-2009 PARA A SAÚDE	<p>No âmbito da política de Saúde e com relevância para a questão do ordenamento e desenvolvimento dos equipamentos colectivos, este constitui actualmente um dos documentos enquadradores. Nele podem ser identificadas orientações específicas que deverão ser acomodadas na nova versão do PROT-AML.</p> <p>As Grandes Opções do Plano 2005-2009 para a Saúde constituem a visão sectorial das Grandes Opções do Plano 2005-2009, aprovadas em Conselho de Ministros, em Julho de 2005. Este documento tem como horizonte a presente Legislatura.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ ➤ ➤ 	<p>A reestruturação dos Centros de Saúde, com ênfase na criação de pequenas unidades de saúde familiar (USF), garantindo a prestação de cuidados de saúde personalizados;</p> <p>A reinstauração do planeamento dos recursos, designadamente das instalações e grandes equipamentos hospitalares, sobretudo nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, reconvertendo instituições à medida que termina a construção de novas unidades;</p> <p>A Carta Nacional de Equipamentos da Saúde tendo em conta as redes de referência hospitalar definidas (abrangendo os sectores público, privado e social) e os planos directores regionais dos equipamentos. Esta actualização permitirá melhorar a cobertura geográfica, evitar situações de duplicação de instalações e equipamentos, melhorar a utilização dos equipamentos existentes e reafectar outros insuficientemente utilizados e, ainda, permitirá regular as opções dos investimentos públicos e privados.</p>		
POLÍTICAS, PROGRAMAS E ESTRATÉGIAS DE ÂMBITO SECTORIAL	CARACTERIZAÇÃO SÍNTESE	ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS			
PLANO NACIONAL DE SAÚDE 2004-2010	<p>No âmbito da política de Saúde e com relevância para a questão do ordenamento e desenvolvimento dos equipamentos colectivos, este constitui actualmente um dos documentos enquadradores. Nele podem ser identificadas orientações específicas que deverão ser acomodadas na nova versão do PROT-AML.</p> <p>Constitui o principal documento estratégico do sector em Portugal tendo como objectivo orientar a actuação das instituições do Ministério da Saúde, outros organismos do sector da Saúde - governamentais, privados e de solidariedade social - e de outros sectores de actividade, com vista à obtenção de "Ganhos em Saúde", de 2004 a 2010, orientados pela promoção da saúde e para a prevenção da doença.</p>	Do extenso quadro de orientações estratégicas importa destacar para as seguintes:	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Investir na identificação das dificuldades/barreiras mais frequentes no acesso aos serviços e cuidados de saúde da população idosa; ➤ Privilegiar uma organização em clusters dos recursos complementares a prestação dos cuidados existentes que permita ganhos de acessibilidade, eficiência e efectividade para o sistema; ➤ Regulamentar o Decreto-Lei, que cria a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), com referência às necessidades da capacidade a instalar e a financiar, por região/sub-região de saúde; ➤ Definir um mapa de distribuição dos hospitais que permita identificar uma rede hospitalar e a sua interacção, numa lógica de funcionalidade, de garantia de competência e de capacidade, com reforço da articulação inter-hospitalar; ➤ Definir os critérios objectivos para a existência das unidades, pois a criação de unidades, expansão de hospitais e criação de outras unidades de saúde deverá ser sustentada por uma justificação concreta e mensurável; ➤ Efectuar a avaliação das unidades hospitalares existentes, de forma a adequar a oferta de serviços à procura e à capacidade instalada; ➤ Readaptação das estruturas hospitalares existentes, mediante o recurso a iniciativas similares a Parcerias Público-Privadas; ➤ Reorganização dos centros de saúde, entre outros aspectos, com vista à resolução dos problemas associados ao funcionamento das urgências; ➤ Avaliar a verdadeira dimensão das necessidades ao nível dos cuidados continuados, com vista ao desenvolvimento de um plano de operacionalização da rede, à definição de metas de cobertura da população, entre outros factores, de forma a evitar uma prestação de cuidados de saúde adversa ou ineficaz daquela que é o objecto e o objectivo dos cuidados continuados. 		
POLÍTICAS, PROGRAMAS E ESTRATÉGIAS DE ÂMBITO SECTORIAL	CARACTERIZAÇÃO SÍNTESE	EIXOS ESTRATÉGICOS	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	OBJECTIVOS POLÍTICOS PRIORITÁRIOS	
ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A PROTECÇÃO SOCIAL E INCLUSÃO SOCIAL (2008-2010)	<p>No domínio Social verificou-se, igualmente, a produção de documentos relevantes destinados a alargar e qualificar as respostas sociais existentes e a combater os principais problemas de desenvolvimento social do país. Ao nível macro-estratégico assume especial relevância a presente Estratégia que sucedeu ao Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006-2008.</p>	<p>Eixo 1 - Fazer face ao impacto das alterações demográficas.</p> <p>Eixo 2 - Promoção da inclusão social (redução das desigualdades).</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Apoiar a natalidade e a infância; ➤ Apoiar a conciliação entre a actividade profissional e a vida pessoal e familiar; ➤ Promover o envelhecimento activo com qualidade e prevenir e apoiar a dependência; ➤ Promover a inclusão social activa; ➤ Melhorar as condições de vida em territórios e habitats mais vulneráveis; ➤ Favorecer a inclusão social de grupos específicos, nomeadamente Pessoas com deficiências ou incapacidades, Imigrantes e minorias étnicas e Pessoas sem-abrigo. 	<p>Os objectivos políticos prioritários seleccionados como pilares da estratégia para a Inclusão Social (2008-2010) organizam-se em torno de três áreas fundamentais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania; ➤ Corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação; ➤ Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração de grupos específicos, nomeadamente: pessoas com deficiências e incapacidades, imigrantes e minorias étnicas. <p>Para a concretização de cada uma destas prioridades a ENPSIS (2008-2010) assume as medidas de políticas e as metas estabelecidas em diferentes documentos, sendo de relevar neste contexto as metas fixadas de incremento da dotação de Equipamentos.</p>	

Quadro 1 – Medidas de Políticas e Metas Estabelecidas no Âmbito da ENPSIS (2008-2010)

Medida de Política	Descrição da Medida	Meta(s) de Medida
Prioridade 1. Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania		
Creches – PARES	Alargamento, desenvolvimento e consolidação da rede de equipamentos sociais em Portugal Continental com criação de novos lugares em respostas sociais nas áreas da infância em linha com o compromisso de Barcelona (33%)	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Concluir as vagas contratualizadas, atingindo a taxa de cobertura de 33%, até 2010.
Rede de Apartamentos de Autonomização	Rede nacional de apartamentos de autonomização para jovens em situação de acolhimento e com necessidades de autonomização.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Criar 40 apartamentos de autonomização para jovens, até 2010.
Plano DOM - Desafios, Oportunidades e Mudanças	Implementar um plano de qualificação da Rede de Lares de Infância e Juventude	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Celebrar 180 protocolos DOM para Lares de Infância e Juventude, abrangendo 6000 crianças e jovens e suas famílias; ➤ Desinstitucionalizar 25% de crianças e jovens, até 2009; ➤ Avaliar 100% da rede de lares e intervir nos lares que necessitem de requalificação, até 2010.
Comissões de Protecção de Crianças e Jovens – CPCJ	Trata-se de instituições oficiais não judiciárias, com autonomia funcional, que visam promover os direitos da criança e do jovem.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Constituir mais 16 CPCJ, até 2010;
Reforço dos Equipamentos para Idosos: Programa Equipamentos Sociais (POPH)	Alargamento, desenvolvimento e consolidação da rede de equipamentos sociais em Portugal Continental, nomeadamente criando novos lugares em respostas sociais Alargamento, desenvolvimento e consolidação da rede de equipamentos sociais em Portugal Continental com criação de novos lugares em respostas sociais para idosos, Requalificação de equipamentos antigos (mais de 500 equipamentos), cujas condições físicas estão deterioradas ou ultrapassadas face às novas regras de construção e segurança.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Criar através do Programa de Equipamentos Sociais 1378 vagas em equipamentos para pessoas idosas, até 2010 (3220 vagas até 2015) ➤ Concluir através do Programa PARES 18060 vagas em Lares para idosos, Serviços de Apoio Domiciliário e Centros de Dia, até 2009. ➤ Requalificar 300 equipamentos, até 2010
PARES		
Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados - RNCCI	Oferta de serviços de Internamento: Unidades de Convalescença; Unidades de Média Duração e Reabilitação; Unidades de Longa Duração e Manutenção; Unidades de Cuidados Paliativos;	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Unidades Convalescença – 1.630 lugares ➤ Unidades de Média Duração – 1.851 lugares ➤ Unidades de Longa Duração e Manutenção – 4.515 lugares

Medida de Política	Descrição da Medida	Meta(s) de Medida
	Unidades de Dia e Promoção de Autonomia;	<ul style="list-style-type: none"> ↗ Unidades Cuidados Paliativos – 220 lugares ↗ Unidades de Dia e Promoção de Autonomia – 100 lugares (experiência piloto) (Até 2010)
Prioridade 2. Corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação		
Rede de equipamentos pré-escolar Novo Programa para as Áreas Metropolitanas	Aumentar o número de vagas em pré-escolar para as crianças dos 3 aos 5 anos, reforçando as condições de igualdade no desenvolvimento sócio-educativo das crianças e para a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional das famílias jovens.	<ul style="list-style-type: none"> ↗ Atingir uma cobertura de pelo menos 77% em todo território continental. ↗ Atingir 100% de cobertura para as crianças com 5 anos.
Prioridade 3. Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração de grupos específicos, nomeadamente: pessoas com deficiências e incapacidades, imigrantes e minorias étnicas		
Reforço dos Equipamentos para Pessoas com deficiência (POPH)	Alargamento, desenvolvimento e consolidação da rede de equipamentos sociais em Portugal Continental, nomeadamente criando novos lugares em respostas sociais.	<ul style="list-style-type: none"> ↗ Criar através do Programa de Equipamentos Sociais 1400 vagas em equipamentos para pessoas com deficiência, até 2010 (1955 vagas, até 2015)
PARES	Alargamento, desenvolvimento e consolidação da rede de equipamentos sociais em Portugal Continental com criação de novos lugares em respostas sociais para pessoas com deficiência.	<ul style="list-style-type: none"> ↗ Concluir 1390 lugares em equipamentos sociais, até 2009.
Lançamento de Unidades de Cuidados Continuados de Saúde Mental	Criar Unidades de Cuidados Continuados que permitam, de acordo com as patologias e o estado de dependência dos doentes, reintegrá-los e reabilitá-los clínica e socialmente.	<ul style="list-style-type: none"> ↗ Criar 1000 lugares (através de experiências piloto) em respostas de cuidados continuados na área da saúde mental, até 2010.
Revisão do sistema de Educação Especial nas escolas públicas	<p>1) Criação de unidades especializadas em multideficiência e autismo;</p> <p>2) Alargamento do nº de professores nas escolas públicas colocados no quadro de educação especial</p>	<ul style="list-style-type: none"> ↗ Criar 137 unidades especializadas em autismo e 220 unidades especializadas em multideficiência até 2010. ↗ Fixar 1.500 novos professores no quadro de educação especial, até 2010.

2.1.2.3. Instrumentos de Política de Âmbito Nacional

O exercício seguidamente desenvolvido visa a identificação dos instrumentos de política de âmbito nacional com orientações, recomendações e objectivos específicos no domínio do Sistema Urbano, Habitação e Equipamentos - produzidos após 2002 - e que importam relevar no contexto da definição de um quadro actualizado e coerente de opções estratégicas do PROT-AML, designadamente:

INSTRUMENTO DE POLÍTICA DE ÂMBITO NACIONAL	ÂMBITO SECTORIAL	OBJECTIVOS
Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT)	Multisectorial	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Atenuar a situação periférica do país no contexto global, por via da melhoria da conectividade internacional e da integração das redes nacionais às redes transeuropeias de transportes (Intervenções estruturantes: Rede Ferroviária de Alta Velocidade/Velocidade Alta; Novo Aeroporto de Lisboa; Intervenções portuárias no âmbito das Auto-estradas do Mar); ➤ Consolidar as redes e infra-estruturas que estruturam o território nacional, ao serviço da competitividade e da coesão (Intervenções estruturantes: Eixos estruturantes da região metropolitana de Lisboa); ➤ Promover o desenvolvimento urbano policêntrico, reforçando a articulação das cidades com as respectivas áreas envolventes e a qualificação dos espaços urbanos (Intervenções estruturantes: Soluções inovadoras e acções piloto para problemas urbanos); ➤ Preservar e valorizar os recursos naturais, a biodiversidade e o património natural; ➤ Qualificar os serviços ambientais, garantindo a sua universalidade e sustentabilidade; ➤ Prevenir, gerir e monitorizar os riscos naturais e tecnológicos; ➤ Promover a coesão social, assegurando a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos. ➤ Eixo Prioritário IX – Desenvolvimento do Sistema Urbano Nacional: prioridade - dinamizar respostas inovadoras aos problemas e procuras urbanas (eficiência e reutilização das infra-estruturas e dos equipamentos em detrimento da construção nova; exploração das oportunidades que as novas tecnologias oferecem, designadamente a promoção de eco-inovações nos domínios da construção e da habitação; capacitação das comunidades e para o desenvolvimento de novas formas de parceria público-privado). ➤ No âmbito do Eixo Prioritário 1 (Qualificação Inicial) que tem como objectivo genérico elevar a qualificação dos jovens, estão preconizadas, entre outras, a seguinte tipologia de intervenção: apoio ao reequipamento e consolidação da rede de estabelecimentos de ensino, tendo em vista garantir níveis de dotação infra-estrutural e de recursos técnicos e tecnológicos adequados às necessidades resultantes da expansão do ensino profissionalizante (entre 2007 e 2013, prevê-se que sejam apoiados 1.400 estabelecimentos de ensino); ➤ No âmbito do Eixo Prioritário 2 (Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida) que tem como objectivo principal o reforço da qualificação da população adulta activa (empregada e desempregada) está prevista uma intervenção de apoio ao reequipamento e consolidação da rede de centros de formação, tendo em vista garantir níveis de dotação infra-estrutural e de equipamentos adequados às necessidades resultantes da expansão da oferta de formação profissionalizante, prevendo-se que no período 2007-2013 sejam apoiados/criados 40 novos centros de formação profissional;
Programa Operacional Temático Potencial Humano (POPH)	Multisectorial	<ul style="list-style-type: none"> ➤ No contexto do Eixo Prioritário 6 (Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social) que reúne um conjunto de instrumentos de política que visam criar condições de maior equidade social no acesso a direitos de participação cívica, à qualificação e educação e ao mercado de trabalho, destacam-se os seguintes indicadores de resultado: ➤ Criar uma nova tipologia de intervenção, cujo indicador de resultado será o número de pessoas atendidas pelo Gabinete de Empregabilidade, que se estima que em 2015 sejam 47.500 pessoas; ➤ Criar uma nova tipologia de intervenção, cujo indicador de resultado será o número de pessoas abrangidas pelas acções promovidas pelo Centro de Recursos e Qualificação, que se estima que em 2015 sejam 131.250 pessoas; ➤ Aumentar a capacidade instalada em respostas sociais nas áreas das crianças e jovens, população idosa, pessoas com deficiência, família e comunidade (estima-se que o número de vagas criadas em equipamentos sociais apoiados até 2015 seja de 3.840). ➤ Reestruturação dos Centros de Saúde através da criação de Unidades de Saúde Familiar;
Plano Estratégico 2007-2009 – Reforma dos Cuidados de Saúde Primários	Saúde	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Dinamizar e apoiar um programa de melhoria do acesso na área dos Cuidados de Saúde Primários; ➤ Promover o alargamento da oferta de cuidados de saúde, para além do horário normal de funcionamento, de molde a adequar-se às necessidades da população; ➤ Promover a diversificação e a disponibilização de cuidados de saúde domiciliários e a articulação com a rede dos cuidados continuados integrados.
Programa de Apoio Integrado a Idosos (PAII)	Social	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Implementar respostas de apoio às famílias que prestam cuidados a pessoas com dependência, especialmente idosos

INSTRUMENTO DE POLÍTICA DE ÂMBITO NACIONAL	ÂMBITO SECTORIAL	OBJECTIVOS
Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES)	Social	<ul style="list-style-type: none"> ➤ O PARES representa uma forte aposta do Estado no investimento em equipamentos sociais, cujo planeamento territorial, é efectuado por via da selecção prioritária de projectos inseridos em áreas geográficas com uma taxa de cobertura mais baixa, incentivando assim os parceiros do Estado a investir preferencialmente em equipamentos/valências escassos em determinadas zonas do País. ➤ Apoiar os jovens casais e as suas crianças, aumentando em 50% o número de lugares em creches (meta 2006-2009, mais 50% de lugares); ➤ Fomentar a permanência de idosos em suas casas, com maior autonomia e mais qualidade de vida, justifica a importância e dimensão desta área de investimento, aumentando o número de lugares em Centros de Dia (meta 2006-2009, mais 10% de lugares) e reforçando significativamente os Serviços de Apoio Domiciliário (meta 2006-2009, mais 10% de capacidade); ➤ Melhorar a resposta no envelhecimento e na situação de dependência dos idosos, através do aumento do número de lugares em Lares (meta 2006-2009, mais 10% de lugares); ➤ Incrementar os níveis de integração, aumentando a rede de Respostas Residenciais e de Centros de Actividades Ocupacionais para pessoas com deficiência (meta 2006-2009, mais 17,5% em Lares Residenciais e 10% em Centros de Actividades Ocupacionais); ➤ No âmbito da rede não lucrativa, o Programa prevê a criação de 39.500 novos lugares entre 2006 e 2009, com a seguinte distribuição: 25.400 lugares destinam-se à infância e juventude, 1.180 lugares destinam-se a pessoas com deficiência e 12.920 lugares destinam-se à população idosa. Já para a rede privada, previa-se criarem-se 6.200 novos lugares, sendo que 5.750 estarão norteados para a infância e juventude e 450 lugares para a população idosa.
Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade 2006-2009	Social	<ul style="list-style-type: none"> ➤ A Linha de Acção 3.1.3. prevê o reforço da qualidade e capacidade da rede de equipamentos sociais para pessoas com deficiência, priorizando modalidades de apoio que promovam a sua permanência em meio natural de vida. ➤ Implementação faseada de vinte Residências Autónomas, estabelecendo a sua prioridade em função das necessidades detectadas; ➤ Aumento da capacidade em 15% dos Lares Residenciais para pessoas com deficiências; ➤ Aumento da capacidade de 10% dos Centros de Actividades Ocupacionais (CAO) para pessoas com deficiência.
Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)	Social	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Tendo a Rede como objectivo geral a prestação de cuidados continuados integrados a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência, entre os seus objectivos específicos encontra-se a prevenção de lacunas em serviços e equipamentos, pela progressiva cobertura a nível nacional, das necessidades das pessoas em situação de dependência em matéria de cuidados continuados integrados e de cuidados paliativos
Programa de Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais (PAIES)	Social	<ul style="list-style-type: none"> ➤ O PAIES tem como objectivo estimular o investimento em equipamentos sociais, apoiando a iniciativa privada, designadamente a iniciativa privada lucrativa, contribuindo para aumentar a capacidade instalada em respostas nas áreas de infância e juventude, pessoas com deficiência e população idosa, através dos recursos financeiros provenientes dos jogos sociais. Tendo subjacente um planeamento territorial permitirá reduzir as assimetrias existentes em termos de taxas de cobertura e capacidades instaladas; ➤ O apoio ao investimento no âmbito do PAIES, destina-se exclusivamente aos novos lugares a criar nas respostas sociais elegíveis e para estes às seguintes tipologias de projecto: obras de construção de raiz; obras de ampliação, remodelação de edifício ou fracção; aquisição de edifício ou fracção.
Estratégia Nacional para a Energia (Resolução do Conselho de Ministros nº 169/2005, de 24 de Outubro)	Energia/ Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Aumentar a eficiência energética e reduzir as emissões de CO₂, com diminuição do peso dos combustíveis fósseis nas fontes primárias de energia e através de medidas que, dos transportes à construção de edifícios e à procura pública, insiram a variável energética na escolha dos consumidores.
Portugal Eficiência 2015 - Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética (PNEE) (Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2008, de 20 de Maio)	Energia /Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> ➤ São propostas medidas de melhoria da eficiência energética no segmento Residencial e Serviços, agrupadas em três grandes programas de actuação: <ul style="list-style-type: none"> • Renove Casa e Escritório, no qual se agrupam as medidas de incentivo à eficiência no lar e nos serviços; • Sistema de Certificação Energética de Edifícios, que reúne várias medidas relacionadas com a etiqueta energética de edifícios e respectivo programa; • Renováveis na Hora, que resume o conjunto de medidas relacionadas com o acesso a fontes endógenas de energia no sector.
Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios (Decreto-Lei n.º 78/2006, de 4 de Abril)	Energia/ Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Assegurar a aplicação regulamentar, nomeadamente no que respeita às condições de eficiência energética, à utilização de sistemas de energias renováveis e, ainda, às condições de garantia da qualidade do ar interior, de acordo com as exigências e disposições contidas no RCCTE e no RSECE; ➤ Certificar o desempenho energético e a qualidade do ar interior nos edifícios; ➤ Identificar as medidas correctivas ou de melhoria de desempenho aplicáveis aos edifícios e respectivos sistemas energéticos, nomeadamente caldeiras e equipamentos de ar condicionado, quer no que respeita ao desempenho energético, quer no que respeita à qualidade do ar interior.
Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006-2008 (PNAI)	Social	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Promover a melhoria do acesso e as condições de habitação das famílias: <ul style="list-style-type: none"> • criar e requalificar os bairros sociais, dotando-os de infra-estruturas sociais, para melhor integração destes no tecido urbano; • impulsionar a promoção de habitação a preços compatíveis com os rendimentos das famílias, proporcionando alternativa no acesso à habitação; • assegurar a protecção social dos arrendatários de fracos recursos, face à actualização de rendas prevista no NRAU. ➤ Melhorar as condições de rendimento e habitação dos idosos: <ul style="list-style-type: none"> • melhorar as condições básicas de habitabilidade e mobilidade das pessoas idosas utentes de apoio domiciliário, prevenindo a institucionalização e situações de dependência. ➤ Promover a melhoria das acessibilidades e informação: <ul style="list-style-type: none"> • definir normativos técnicos a aplicar no âmbito das acessibilidades no edificado.

INSTRUMENTO DE POLÍTICA DE ÂMBITO NACIONAL	ÂMBITO SECTORIAL	OBJECTIVOS
I Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade	Social	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Eixo 1. Acessibilidades e Informação: <ul style="list-style-type: none"> • medida de prevenção: elaborar um guião técnico de divulgação de largo espectro, na área das acessibilidades em edifícios habitacionais em situação de reabilitação urbana; • medida de reparação: realizar um programa de informação dirigido às câmaras municipais sobre as normas técnicas de acessibilidade no meio edificado público, habitacional e via pública. ➤ Eixo 3. Habilitar e Assegurar Condições de Vida Dignas: <ul style="list-style-type: none"> • medidas de reparação: promover a comparticipação de obras de adaptação de fogos para eliminação de barreiras arquitectónicas, até ao limite de 3000 por fogo; propor o acréscimo de 20% da bonificação nas iniciativas de promoção de habitação a custos controlados; propor o acréscimo de 10% da taxa de comparticipação nas obras de reabilitação apoiadas pelo Instituto Nacional de Habitação.
Acessibilidade de Espaços Públicos, Equipamentos Colectivos e Edifícios Públicos e Habitacionais	Multisectorial	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Definir as condições de acessibilidade a satisfazer no projecto e na construção de espaços públicos, equipamentos colectivos e edifícios públicos e habitacionais, dirigidas para as pessoas com mobilidade condicionada.
(Decreto-Lei nº 163/2006 de 8 de Agosto)		
Iniciativa “Bairros Críticos”	Social	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Programa de Acção Cova da Moura (Amadora; Lisboa) - Legalização e requalificação urbanística do bairro: <ul style="list-style-type: none"> • reabilitação de edifícios e espaços públicos; • melhoria dos equipamentos e serviços escolares; • criação de um Gabinete de Emprego e Apoio ao Empreendimento e de um Centro Local de Apoio ao Imigrante. ➤ Programa de Acção Vale da Amoreira (Moita; Setúbal) - Requalificação urbanística do bairro: <ul style="list-style-type: none"> • reabilitação de edifícios e espaços públicos; • acções de saúde e família; • segurança activa; • escola em rede; • criação de novos espaços de animação e aprendizagem e de uma equipa de apoio ao emprego e ao empreendimento; • promoção da intervenção pela arte e do Vale da Amoreira como território cultural.
Programas de Acção Cova da Moura (Amadora; Lisboa) e Vale da Amoreira (Moita; Setúbal)		
Programa de Modernização do Parque Escolar Destinado ao Ensino Secundário	Educação	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Tendo como objectivo promover a oferta aos alunos, docentes e demais agentes do sistema educativo de instalações escolares com condições de funcionalidade, conforto, segurança, salubridade e aptas à sua integração e adaptação ao processo dinâmico de introdução de novas tecnologias, o Programa abrange entre outras intervenções, um levantamento da situação existente no parque escolar, no que se refere à capacidade, condição física e funcional, de forma a programar as correspondentes intervenções.
Programa Nacional de Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Pré-Escolar	Educação	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Permitindo o Programa criar condições financeiras para que os municípios avancem com a resolução dos problemas ao nível da rede escolar, a requalificação e a modernização do parque escolar do 1.º ciclo e do pré-escolar implicam a construção de novos centros escolares, bem como a ampliação e a requalificação dos edifícios existentes.
Programa de Financiamento para Acesso à Habitação (PROHABITA)	Habitação	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Promover a resolução de situações de grave carência habitacional de agregados familiares no território nacional: <ul style="list-style-type: none"> • agregados familiares que residem permanentemente em edificações, partes de edificações ou estruturas provisórias, caracterizadas por graves deficiências de solidez, segurança, salubridade ou sobrelotação, bem como as situações de necessidade de alojamento urgente, definitivo ou temporário; • agregados familiares sem local para habitar em virtude da destruição total ou parcial das suas habitações ou da demolição das estruturas provisórias em que residiam. ➤ Possibilitar a concessão de apoios para construção de nova ou reabilitação de habitação própria e permanente, quando esta for total ou parcialmente destruída por calamidades, intempéries ou outros desastres naturais; ➤ Permitir o pagamento do arrendamento de habitações ou do preço de permanência em estabelecimentos hoteleiros ou similares, por necessidade de alojamento urgente e temporário motivado pela inexistência de local para residir, relativamente a agregados familiares que não constem dos levantamentos realizados para efeito do PER e desalojados por via de demolições efectuadas em execução deste programa.
(Decreto-Lei nº 135/2004, de 3 de Junho, com as alterações definidas no Decreto-Lei nº 54/2007, de 12 de Março)		

INSTRUMENTO DE POLÍTICA DE ÂMBITO NACIONAL	ÂMBITO SECTORIAL	OBJECTIVOS
<p>Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (PCHI)</p> <p>(Despacho nº 6716-A/2007, de 5 de Abril)</p>	Habituação	<p>➤ Apoiar a qualificação habitacional, visando a melhoria das condições básicas de habitabilidade e mobilidade das pessoas idosas que usufruam de serviços de apoio domiciliário, de forma a prevenir e a evitar a institucionalização.</p>
<p>Programa Porta 65 Jovem</p> <p>(Decreto-Lei nº 308/2007, de 3 de Setembro, com as alterações do Decreto-Lei nº 61-A/2008, de 28 de Março)</p>	Habituação	<p>➤ Regular os incentivos aos jovens arrendatários, pretendendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • estimular estilos de vida mais autónomos por parte de jovens sozinhos, em família ou em coabitação jovem; • a reabilitação de áreas urbanas degradadas; • a dinamização do mercado de arrendamento.
<p>Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU)</p> <p>(Lei nº 6/2006, de 27 de Fevereiro)</p>	Habituação	<p>➤ Actualizar gradualmente as denominadas rendas antigas;</p> <p>➤ Minimizar os conflitos entre as partes (senhorio e inquilino);</p> <p>➤ Criar mecanismos para a resolução desses conflitos.</p>
<p>Regime Especial de Participação de Imóveis Arrendados (RECRIA)</p> <p>(Decreto-Lei nº 4/88 de 14 de Janeiro, com as alterações do Decreto-Lei nº 420/89, de 30 de Novembro nº 197/92, de 22 de Setembro, 104/96, de 31 de Julho e 329-C/2000, de 22 de Dezembro - suplemento)</p> <p>Regime de Apoio à Participação Habitacional em Áreas Antigas (REHABITA)</p>	Habituação	<p>➤ Apoiar financeiramente a execução das obras de conservação e de beneficiação que permitam a recuperação de fogos e imóveis em estado de degradação, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • obras de conservação ordinária; • obras de conservação extraordinária; • obras de beneficiação.
<p>(Decreto-Lei nº 105/96, de 31 de Julho, com as alterações do Decreto-lei nº 329-B/2000, de 22 de Dezembro)</p> <p>Regime Especial de Participação e Financiamento de Prédios Urbanos em Propriedade Horizontal (RECRIPH)</p> <p>(Decreto-Lei nº 106/96, de 31 de Julho)</p>	Habituação	<p>➤ Apoiar financeiramente a execução de obras de conservação nas partes comuns de edifícios antigos, constituídos em regime de propriedade horizontal, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • obras de conservação ordinária; • obras de conservação extraordinária; • obras de beneficiação.
<p>Programa de Apoio Financeiro Especial Para a Reabilitação de Habitações (SOLARH)</p> <p>(Decreto-Lei nº 7/99, de 8 de Janeiro, com as alterações do Decreto-Lei nº 39/2001, de 9 de Fevereiro e nº 25/2002, de 11 de Fevereiro)</p>	Habituação	<p>➤ Permitir a concessão de empréstimos sem juros pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, para realização de obras de conservação em:</p> <ul style="list-style-type: none"> • habitação própria permanente de indivíduos ou agregados familiares; • habitações devolutas de que sejam proprietários os municípios, as instituições particulares de solidariedade social, as pessoas colectivas de utilidade pública administrativa que prossigam fins assistenciais, e as cooperativas de habitação e construção; • habitações devolutas de que sejam proprietárias pessoas singulares.
<p>Regime Jurídico Excepcional de Reabilitação Urbana de Zonas Históricas e de Áreas Críticas de Recuperação e Reversão Urbanística</p> <p>(Decreto-Lei nº 104/2004, de 7 de Maio)</p>	Habituação	<p>➤ Criar um regime jurídico excepcional de reabilitação de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, concedendo aos municípios a possibilidade de constituírem sociedades de reabilitação urbana (SRU), às quais são atribuídos poderes de autoridade e de polícia administrativa como os de expropriação e de licenciamento, visando fundamentalmente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • possibilitar o controlo por parte dos poderes públicos de todo o procedimento de reabilitação; • promover a celeridade procedimental, enquanto elemento essencial ao empenhamento dos agentes económicos; • concertar o imperativo público da reabilitação com os interesses sociais e, até, de teor humanitário que a operação envolve; • promover o incentivo económico à intervenção dos promotores privados no processo de reabilitação.

INSTRUMENTO DE POLÍTICA DE ÂMBITO NACIONAL	ÂMBITO SECTORIAL	OBJECTIVOS
Construção ou Aquisição de Habitação a Custos Controlados para Arrendamento (Decreto-Lei nº 110/85, de 17 de Abril)	Habitação	➤ Criar condições especiais de financiamento a conceder aos municípios e às suas associações e ainda a empresas municipais e intermunicipais que construam habitações para arrendamento.
Construção ou Aquisição de Habitação a Custos Controlados para Venda (Decreto-Lei nº 220/83, de 26 de Maio)	Habitação	➤ Criar um regime de crédito que possibilite às autarquias locais o lançamento de novos programas de construção de habitação com custos controlados, bem como a promoção de obras de reparação e conservação de imóveis em estado de degradação.
Financiamento a Empresas de Construção Civil para Construção de Habitação a Custos Controlados (Decreto-Lei nº 165/93, de 7 de Maio)	Habitação	➤ Regular a concessão de financiamento a empresas privadas de construção civil para a construção de habitação de custos controlados ao abrigo de contratos de desenvolvimento para habitação, garantindo à iniciativa privada melhores condições para a promoção habitacional de custos controlados.
Promoção Cooperativa para Venda a Custos Controlados (Decreto-Lei nº 145/97 de 11 de Junho)	Habitação	➤ Dinamizar a promoção cooperativa de fogos habitacionais a custos controlados.
Estatuto Fiscal Cooperativo (Lei nº 85/98, de 16 de Dezembro)	Habitação	➤ Possibilitar às cooperativas o recurso a empréstimos não bonificados e o acesso a vários benefícios fiscais para a construção de habitações que se integrem nos parâmetros das habitações a custos controlados, visando a promoção cooperativa de fogos habitacionais.

2.1.3. Grandes Opções de Desenvolvimento Sectorial ao Nível Regional
2.1.3.1. Políticas, Programas e Estratégias de Âmbito Transversal

POLÍTICAS, PROGRAMAS E ESTRATÉGIAS DE ÂMBITO TRANSVERSAL	CARACTERIZAÇÃO SÍNTESE	EIXOS ESTRATÉGICOS	ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	MODELO-VISÃO	MEDIDAS ESPECÍFICAS
<p>ESTRATÉGIA REGIONAL, LISBOA 2020</p>	<p>Tendo como referência o novo contexto territorial e de integração na política regional europeia e no âmbito do processo de planeamento estratégico de base ao período de programação de fundos comunitários 2007-2013, a CCDRLVT promoveu a elaboração da Estratégia Regional, Lisboa 2020.</p> <p>Em forte articulação com a "Agenda de Lisboa", este documento confere forte prioridade aos domínios da ciência, da tecnologia e inovação, do ambiente e da qualificação dos recursos humanos, apontando uma Visão e um quadro de Projectos Estruturantes para o desenvolvimento da AML, servindo, igualmente, como enquadramento do Programa Operacional Regional 2007-2013.</p>	<p>Competitividade – A internacionalização como objectivo estratégico para o desenvolvimento competitivo da Região de Lisboa;</p> <p>Dinâmica Territorial – Articular e conectar Lisboa, interna e externamente, através de um desenvolvimento territorial sustentado e qualificado;</p> <p>Dinâmica Social – Uma Região centrada nas "pessoas" e na oferta de oportunidades que permitam processos de mobilidade social, de aumento de qualidade de vida e da equidade social;</p> <p>Governabilidade – A governabilidade e a governança como uma nova cultura de governo e de administração da Região.</p>	<p>De entre a matriz de orientações estratégicas definidas, importa relevar aquelas que estabelecem linhas de orientação relevantes para a alteração do PROT-AML, nomeadamente no domínio do Sistema Urbano, Habitação e Equipamentos:</p> <p>I. Afirmar Lisboa internacionalmente como espaço de intermediação: As vantagens da metrópole relativamente às acessibilidades rodoviárias, ferroviárias, marítimas e aéreas, efectivas ou projectadas, colocam a Região numa posição de intermediação euro-atlântica muito favorável – especialmente se for associada ao desenvolvimento de actividades logísticas qualificadas – assegurando-lhe um papel chave no contexto internacional.</p> <p>II. Reforçar a responsabilidade de Lisboa como motor de desenvolvimento do País: O sucesso do processo de desenvolvimento da Região de Lisboa não garante, por si só, que o restante território nacional seja igualmente beneficiado. Enquanto capital do país e também na qualidade de espaço mais dinâmico e internacionalizado, a Região de Lisboa tem responsabilidades perante o país na disseminação dos processos e dos factores de progresso económico e social.</p> <p>III. Capacitar Lisboa como meio acolhedor e lugar de encontro multicultural: A capacidade da cidade e da Região para acolherem quem vem de fora – quer na qualidade de turista, quer na condição de imigrante – é um trunfo importante para a afirmação da metrópole. Por outro lado, a conjugação dos fluxos turístico e migratório afigura-se uma oportunidade relevante para o reforço da atracção turística.</p> <p>IV. Qualificar um sistema de I&D dinâmico mas ainda vulnerável: Apesar da tendência que se vem desenhando no sentido do reforço de I&D de base empresarial, a debilidade do investimento empresarial neste sector é ainda muito vincada. Por outro lado, a cooperação entre as diversas entidades envolvidas no sistema de I&D é bastante fraca, nomeadamente ao nível das parcerias empresas-universidades.</p> <p>V. Combater défices acentuados na qualificação dos recursos humanos: Apesar da Região de Lisboa sobressair positivamente no panorama nacional de desqualificação escolar e profissional, a situação regional não é, de todo, satisfatória, especialmente no que diz respeito ao ensino secundário, em geral, e ao ensino profissional, em particular. As elevadas taxas de abandono e insucesso escolar continuam a ser também um problema persistente no sistema escolar. É igualmente problemática a situação relativa à formação profissional. O esforço efectuado a partir da década de 80 centrou muito a formação nos grupos mais vulneráveis à exclusão social, nomeadamente os desempregados, e incidiu pouco na requalificação do emprego.</p> <p>VI. Valorizar recursos paisagísticos e patrimoniais singulares: A afirmação de Lisboa como um dos principais, ou mesmo o primeiro, destinos turísticos nacionais é claramente um forte factor de competitividade. A variedade e qualidade dos recursos naturais e culturais são um trunfo especialmente relevante na óptica de um desenvolvimento turístico qualificado, designadamente nos segmentos do turismo cultural ou do turismo de eventos (congressos, exposições, festivais ...).</p> <p>VII. Esbater a fragmentação do espaço metropolitano: As disparidades sociais que permanecem no espaço metropolitano são um dos maiores obstáculos à coesão sócio-territorial e ao desenvolvimento sustentável da Região. Estas disparidades correspondem sobretudo a processos de exclusão social e territorial, bem ilustrada pelas deploráveis condições de habitação de alguns subúrbios ou de certos bairros históricos. A insipiência e fragilidade dos processos de participação e gestão democrática das comunidades urbanas/suburbanas tornam ainda mais problemático o quadro de fragmentação sócio-territorial. Com esta orientação estratégica privilegia-se o desenvolvimento de estratégias participativas e integradas, capazes de combater a elevada concentração de problemas ambientais, económicos e sociais que afectam as aglomerações urbanas.</p> <p>VIII. (Re)qualificar o tecido urbano: O problema da requalificação do tecido urbano coloca-se a três níveis: (i) défice de reabilitação do parque habitacional; (ii) persistência de diversas zonas urbanas degradadas e, sobretudo, (iii) degradação de 55 vastas áreas industriais dentro da cidade e, sobretudo, nas primeiras coroas suburbanas correspondente ao processo de desinvestimento industrial – Arcos Ribeirinhos Sul e Norte – devendo, assim, ser reabilitados estes espaços urbanos desindustrializados que apresentam grandes potencialidades de reaproveitamento para fins culturais e/ou turísticos (processo com grande expressão nas principais cidades europeias), suportando novas funções urbanas e contribuindo para criar as infra-estruturas necessárias para um desenvolvimento económico sustentável.</p> <p>IX. Vencer obstáculos à mobilidade e tornar mais eficiente a gestão do espaço público: A pressão exercida pelo sobre uso do transporte individual privado, quer em termos de circulação, quer ao nível do estacionamento, as deficiências e insuficiências da rede de transporte público são problemas graves na óptica do ordenamento do território, especialmente nos espaços suburbanos socialmente mais desfavorecidos, com reflexos negativos na produtividade total dos factores na Região. A este problema associa-se directamente o défice de qualidade urbanística dos espaços urbanos de uso público.</p> <p>X. Fortalecer a cooperação institucional e territorial: O défice de cultura de confiança e cooperação é um obstáculo forte à qualificação da gestão urbana e regional travando, por essa via, o desenvolvimento sustentável da metrópole. Este problema assume particular acuidade ao nível da cooperação intermunicipal sem a qual dificilmente se constituirá um espaço metropolitano dinâmico e coeso. Por outro lado, a cooperação inter-regional, no espaço nacional e europeu, constitui igualmente factor a considerar nesta orientação estratégica.</p>	<p>Ao nível territorial, a Estratégia Regional estabelece como objectivo um conceito territorial formalizado na expressão: "A Metrópole das Duas Margens". A concretização deste modelo-visão está suportada em medidas específicas, nomeadamente:</p>	<p>Qualificar as áreas críticas urbanas da Área Metropolitana de Lisboa, através do desenvolvimento de operações integradas que contemplem as dimensões imateriais (apoio social, formação, integração no mercado de trabalho, ...) e materiais (habitação, espaço público, equipamentos, ...);</p> <p>Incentivar a "desguetização" das novas áreas urbanas, promovendo a oferta de habitação a custos controlados;</p> <p>Fomentar o surgimento de áreas de excelência, em termos urbanísticos, arquitectónicos e de utilização de novas tecnologias construtivas que permitam melhorar a performance ambiental;</p> <p>Conter a expansão em mancha, direccionando as novas ocupações para áreas de oportunidade/reconversão;</p> <p>Assumir as potencialidades ambientais e paisagísticas como importantes factores de competitividade;</p> <p>Promover a criação de um modelo de gestão racional, que resulte de parcerias alargadas envolvendo a Administração Central, a Administração Local e o Sector Privado.</p>

Elaborado por iniciativa da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal (AMDS) é um instrumento que visa o processo de desenvolvimento endógeno, integrado, harmonioso e sustentável da Península de Setúbal, para um período de 10 anos.

O PEDEPES propõe um novo modelo de desenvolvimento regional apoiado em quatro eixos estratégicos:

PEDEPES

Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal

7 Eixo Estratégico 1 – Promoção da Qualidade do Território Regional

- Promoção da coesão territorial interna – ordenamento do território, funcionalidade e identidade territorial, relações de vizinhança e segurança dos espaços públicos;
- Promoção da qualidade urbanística dos centros urbanos – reabilitação de património construído, requalificação de espaços públicos, programação e gestão urbanística;
- Requalificação, preservação e valorização do ambiente urbano, rural e natural;
- Valorização da ruralidade em contexto metropolitano – uso do solo, articulação funcional com aglomerados urbanos, requalificação urbanística/paisagística das “aldeias”, valorização das relações de vizinhança, promoção de novas funções económicas, marketing territorial;
- Promoção da acessibilidade inter-regional e internacional da Península de Setúbal (infra-estruturas de mobilidade supra regional).

7 Eixo Estratégico 2 – Promoção da Coesão do Tecido social da Península de Setúbal

- Promover a coesão social – combate à exclusão, multiculturalidade, apoio a grupos sociais vulneráveis;
- Assegurar boas condições materiais de vida – habitação, equipamentos e serviços colectivos, acessibilidade/mobilidade interna ao centro urbano e à região;
- Promover o lazer e o usufruto cultural – equipamentos, animação recreativo-cultural, cultura popular vs erudita;
- Promoção da cidadania e da participação.

7 Eixo Estratégico 3 – Reforço da Capacidade do Tecido económico e Empresarial

- Promover a organização em cluster dos segmentos de especialização regional (gestão de sistemas de incentivos, IDE negociado, dinamização de redes de cooperação empresarial);
- Dinamizar a integração do tecido empresarial regional em redes de cooperação (logística, produção, comercialização, promoção comercial, internacionalização, inovação,...);
- Aprofundar a internacionalização da economia regional (infra-estruturas de internacionalização, logística, marketing territorial, cooperação institucional-empresarial);

Tendo em vista a concretização desses eixos estratégicos, definiram-se 132 medidas cobrindo as diferentes áreas de intervenção. De entre as medidas definidas, importa relevar aquelas que estabelecem linhas de orientação relevantes para a alteração do PROT-AML no domínio do Sistema Urbano, Habitação e Equipamentos:

7 Medida 64. Fortalecimento de uma rede urbana coesa e complementar:

Reforço e qualificação do sistema urbano regional. Promoção de novas centralidades metropolitanas – Definição da hierarquia das áreas urbanas centrais. Especialização funcional dos centros urbanos. Consolidação dos núcleos urbanos existentes e estabilização dos seus perímetros. Elaboração de Planos (PU e PP) e Projectos para áreas específicas dos núcleos urbanos e de áreas de expansão, para valorizar os espaços exteriores e equipamentos colectivos associados.

7 Medida 65. Requalificação dos aglomerados urbanos consolidados:

Reabilitação urbana – Planos de Salvaguarda e Valorização dos núcleos antigos dos centros urbanos e Programas de apoio à conservação e reabilitação de edifícios. Qualificar e diversificar a rede viária urbana e a oferta de estacionamento, associado a uma rede de transportes públicos composta e articulada por diferentes modos de transporte (fluvial, rodoviário e ferroviário). Qualificação de espaço público e promoção da imagem urbana - Implementar projectos de arranjos paisagísticos e de arte pública, especialmente em espaços sub-equipados e degradados.

7 Medida 66. Requalificação e revitalização das áreas suburbanas e áreas críticas:

Concretização de obras de infra-estruturação prioritária de áreas urbanizáveis faseadas e programadas ou colmatação de áreas urbanas existentes no interior de perímetros urbanos definidos - Programas de habitação e equipamentos públicos associados. Elaboração e implementação de planos de reabilitação e qualificação dos subúrbios na sua vertente urbana, social e económica. Servir esses locais por uma rede de transporte público eficiente e eficaz.

7 Medida 67. Integração urbana e social de grupos desfavorecidos:

Ordenamento, alargamento e qualificação das redes de equipamentos dirigidos a grupos de risco. Qualificação da habitação – Programa especial de habitação (afecção de espaços para equipamentos, espaço público e actividades de apoio local) – PER Promoção do exercício da cidadania.

7 Medida 69. Coordenação da renovação e expansão urbana, a nível intermunicipal:

Definir os limiares e limites máximos das capacidades dos espaços urbanos e urbanizáveis em equilíbrio com o espaço envolvente não urbano e de acordo com as capacidades das infra-estruturas e dos equipamentos. Garantir a continuidade do ordenamento e a coerência das condicionantes nas zonas de transição inter-municipal.

7 Medida 70. Requalificação de áreas turísticas e de segunda residência

Projectos e acções de reordenamento, infra-estruturas e equipamentos de áreas turísticas e de segunda residência. Implementar modelos de gestão municipal que reduzam os encargos das Autarquias na infra-estruturação e manutenção destes locais, caracterizados por grandes períodos de ponta. (Articular com a Medida 81, que está inserida nas Medidas de nível local/municipal relativas aos usos do solo).

7 Medida 71. Articulação do meio rural com o sistema urbano regional:

Fomentar a criação de uma rede coesa de equipamentos e serviços, que abranjam não só os espaços urbanos mas também os espaços rurais. Elaboração de um Programa de valorização do meio rural (habitação rural, valorização da agricultura biológica, contenção de estufas, valorização das frentes urbanas em contacto com o espaço rural, contenção dos perímetros urbanos).

7 Medida 73. Promover um adequado uso do solo:

Parametrização do espaço rural (especificar parâmetros urbanísticos e de infra-estruturas). Adequar os locais de produção agrícola biológica às características ecológicas e naturais dos sítios.

7 Medida 76. Novas formas e instrumentos de gestão do território:

Incentivo do planeamento e gestão estratégicos permanentes e de novos processos de gestão e contratualização urbanística – Coordenação intermunicipal de administração urbanística. Recurso às novas tecnologias de informação apoiado em sistema de monitorização e acção contínua.

7 Medida 77. Revisão dos instrumentos de planeamento territorial:

Revisão e/ou elaboração de PMOT/PIOT (atendendo à vocação e ocupação do solo e às necessárias articulações internas e externas especialmente em áreas vitais e em áreas envolventes à REM – Compatibilização em suporte digital da cartografia da RAN, da REN e do Domínio Hídrico para toda a Península. Actualização das Plantas Cadastrais e sua articulação com os instrumentos de gestão do território – Implementação de Sistemas de Informação Geográfica. Harmonização dos regimes de uso do solo, de utilização das áreas de construção e de conservação urbana – Elaboração de um regulamento-base municipal de urbanização e construção. Harmonização dos regulamentos municipais de taxas e licenças - Estabelecimento de critérios e algoritmos de cálculo comuns a nível intermunicipal. Esquemas eficazes para uma efectiva recuperação das mais-valias. (Articular com a

- Promover, apoiar e qualificar a pequena iniciativa empresarial (identificação de oportunidades de negócio, apoio financeiro ao investimento, estruturas organizacionais de acolhimento e apoio técnico ao empresário, difusão de informação estratégica,...).
- Eixo Estratégico 4 – Reforço do Sistema Regional de Conhecimento
- Orientar a intervenção na área da educação com a preocupação de:
 - Pensar integradamente os vários níveis de ensino (do pré-escolar ao ensino superior e incluindo a educação ao longo da vida);
 - Articular, sempre que possível, o ensino, a formação qualificante e a integração profissional;
 - Manter actualizado o conhecimento da situação da educação na península de forma detectar as “áreas problema” e as zonas que necessitam de intervenção prioritária.
- medida 82, que está inserida nas Medidas de nível local/municipal relativas aos usos do solo).
- Medida 78. Reabilitação das áreas de génese ilegal:
- Avaliar as necessidades de infra-estruturação das áreas urbanas de génese ilegal (saneamento, recolha de resíduos sólidos, rede viária, áreas de recreio, lazer e verde urbano, equipamentos de proximidade) e sua articulação funcional com o território.
- Medida 79. Requalificação e revitalização das áreas suburbanas e áreas críticas:
- Elaboração e implementação de planos de ocupação e regulamentos específicos para áreas com riscos naturais. Impedir a ocorrência de áreas de construção/ocupação dispersa. Produção e revitalização de espaço exterior público. Criação de espaços e edifícios simbólicos (intervenção no espaço público central). Programas de realojamento e qualificação urbana. Recuperação e reabilitação de habitação degradada para aquisição e arrendamento.
- Medida 80. Programas de reconversão e desenvolvimento para as áreas territoriais estratégicas:
- Definição de programas de reconversão e desenvolvimento para as áreas territoriais estratégicas, incluindo as industriais a reconverter. Implementar uma grande componente de espaços e equipamentos públicos associado ao conceito de Património Industrial.
- Medida 81. Requalificação de áreas turísticas e de segunda residência:
- Promoção de pequenos empreendimentos de qualidade para segunda residência associados a estruturas urbanas existentes. Qualificação da frente atlântica da Costa da Caparica, praias urbanas e naturalizadas. Qualificar as AUGIs.
- Medida 82. Revisão dos PMOT:
- Definição dos regimes urbanísticos para novos usos de solo (Áreas de logística (micro e macro), parques de indústrias, armazenagem e serviços, parques de escritórios, parques temáticos, complexos turísticos, ...) – Criação de um Gabinete de Apoio Técnico Intermunicipal. Definição de perímetros urbanos de baixa e de muito baixa densidade para promoção de um novo modelo de ocupação do território.
- Medida 89. Reforço da rede hospitalar e dos serviços de retaguarda:
- Reforço dos serviços de retaguarda para idosos, doentes terminais, doenças prolongadas, situações sociais de desacompanhamento na doença e acompanhamento médico especial no caso dos novos problemas de saúde (doenças associadas à toxicodependência, alcoolismo juvenil e adulto, gravidez adolescente, problemas mentais, etc.). Revitalização dos hospitais da Misericórdia desactivados para hospitais de retaguarda (cuidados continuados, e cuidados finais). Planeamento de novas unidades hospitalares na Península, (Seixal e Montijo/Alcochete).
- Medida 90. Reforço das estruturas de tratamento das toxicodependências:
- Criação de 2 CATS.
- Medida 91. Estruturação de políticas integradas regionais de acção social através da criação de um Grupo de Intervenção Permanente de Acção Social:
- Criação de um Grupo Permanente de Acção Social através da estrutura das redes sociais e apoiado por um Observatório Social de monitorização da situação social Criação de estruturas e acções de formação permanente de técnicos e decisores na área do desenvolvimento económico-social local com apoio de uma escola superior local. Formação e integração da população nos mecanismos locais de decisão, na área social, educacional, cultural e do trabalho.
- Medida 92. Alargamento dos equipamentos e serviços de apoio a idosos, pessoas dependentes e primeira infância:
- Aumento de cobertura de creches e totalidade de cobertura de Jardins-de-infância (crianças entre os 4 e os 5 anos). Alargamento dos serviços de apoio domiciliário a idosos. Apoio à construção experimental de lares de nova geração (apartamentos apoiados).
- Medida 93. Prioridade na intervenção a zonas de forte marginalidade e exclusão social:
- Apoio aos projectos nas áreas de mais forte exclusão e marginalidade social (PLCP, Escolhas, etc.). Criação de equipamentos socio-desportivos de ar livre em zonas de exclusão e marginalidade social.
- Medida 94. Prioridade à infância e juventude e às políticas de apoio a inserção familiar dos grupos etários mais jovens:
- Criação da loja da família – (rede de apoio às famílias). Esta entidade, que constitui um elemento estruturante das intervenções no domínio social deverá desempenhar funções ao nível de apoio e aconselhamento às famílias e a crianças e jovens, apoio domiciliário a famílias com problemas, intervenção face à violência familiar, apoio a situações de solidão infantil e adolescente, formação social e familiar para além de permitir uma concentração dos serviços de apoio às famílias.
- Medida 95. Diversificação e inovação do tipo de equipamentos adaptando às necessidades actuais:
- Apoio à instalação de equipamentos para crianças e jovens em situação de marginalidade social. Apoio ao alargamento de serviços a população deficiente.
- Medida 101. Consolidação de uma Rede Museológica, articulando e modernizando os museus existentes:
- Pretende-se criar uma rede de estruturas museológicas modernas, interactivas e dinâmicas, que privilegiem o aproveitamento inter-sistémico das

estruturas urbanas e do património paisagístico, natural e antropológico com as actividades tradicionais características da península, actuais e do passado (cortiça, actividades agro-pecuárias, pesca artesanal no mar e nos rios, construção naval, salinas, tecnologias), as actividades recreativas de mar e rio, as actividades industriais e as actividades artísticas principalmente as que promovam figuras culturais da Península.

- Medida 102. Priorizar a oferta desportiva alargada aumentando a qualidade, quantidade e diversidade actualmente existente, aumentando a população com práticas desportivas nomeadamente entre os jovens e mulheres:
Aumentar a prática desportiva da população em geral. Apoiar as colectividades que desempenham bom trabalho ao nível do desporto.
- Medida 103. Garantir a prática desportiva escolar - do ensino pré-escolar ao secundário – em espaços apropriados:
Apetrechar todas as escolas do ensino obrigatório 1º e 2º ciclos com equipamentos básicos de prática desportiva.
- Medida 104. Qualificar os recursos humanos, nomeadamente, direcções desportivas e pessoal de enquadramento nas várias modalidades:
Estudar as necessidades de recursos humanos para a animação desportiva. Formar uma escola de animadores desportivos, ligados a uma escola superior local.
- Medida 105. Articular as políticas desportivas regionais através de Plano Desportivo Regional de médio prazo de articulação intermunicipal e com a participação do associativismo local:
Elaborar um Plano Desportivo Regional para o período 2001/2005 com os equipamentos e as actividades prioritárias a desenvolver obviando a repetições de investimentos entre municípios.
- Medida 106. Melhorar a rentabilização (social e económica) dos equipamentos desportivos públicos, nomeadamente através do incremento da coordenação intermunicipal:
Activar o Grupo de Desporto da Associação de Municípios. Fazer a divulgação sistemática das actividades desportivas de âmbito regional.
- Medida 107. Melhorar a Rede de Equipamentos
Construir um pólo desportivo integrado que permita o acolhimento, a prática e realização de competições desportivas diversas (Por exemplo: Golfe, Parapente...). Construção de um centro de acolhimento de treinos e ainda de Pavilhões Gimnodesportivos, piscinas nas sedes de concelho.

2.1.3.2. Instrumentos de Política de Âmbito Regional

Este exercício visou a identificação dos instrumentos de política de âmbito regional com orientações, recomendações e objectivos específicos no domínio do Sistema Urbano, Habitação e Equipamentos - produzidos após 2002 - e que importam relevar no contexto da definição de um quadro actualizado e coerente de opções estratégicas do PROT-AML. Foi analisado o Programa Operacional Regional de Lisboa (PORL).

Objectivos específicos:

- Prioridade quase absoluta à promoção da competitividade convergindo para os modelos europeus mais exigentes da “economia baseada no conhecimento”, construindo uma “Região de Lisboa para a Agenda de Lisboa”.
- Desenhar intervenções de natureza estrutural com suficiente qualidade e massa crítica, mas sem ignorar a diversidade interna da Região.

Princípios gerais da intervenção territorial:

- Princípio da integração dinâmica da Região no contexto ibérico e internacional, através da articulação e reforço de infra-estruturas, de acessibilidades alargadas e qualificadas – incluindo o alargamento das capacidades logísticas e funcionais – conquistando um lugar mais proeminente na rede europeia de cidades.
- Princípio da qualidade ambiental e de vida das cidades, assegurando que as cidades da Região se assumem como territórios de qualidade ambiental e bem-estar, promovendo formas sustentáveis de uso dos recursos, de desenho urbano, de edificação, de mobilidade e paisagem.
- Princípio da eficiência e sustentabilidade ambientais, que pretende desenvolver estruturas de gestão ecológica dos recursos naturais e paisagens da Região através do seu uso racional, da despistagem de alternativas amigas do ambiente e garantindo qualidade e eficácia.

Eixos estratégicos de intervenção:
➤ Eixo 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento

- Este eixo prioritário, que condensa as acções que visam o reforço da competitividade territorial por via da aposta em actividades inovadoras e intensivas em conhecimento num contexto de progressiva internacionalização, é moldado por três grandes princípios:
- Princípio de diferenciação territorial, ancorado pela afirmação de vantagens competitivas específicas em espaços regionais em que as redes de cooperação empresarial, nomeadamente de PME, alimentam modelos de especialização na produção para o mercado mundial de bens transaccionáveis diferenciados segundo formas de concorrência monopolística.
- Princípio da economia em rede, ancorado pelo desdobramento das múltiplas actividades de produção e distribuição ao longo de cadeias de valor, onde redes empresariais transnacionais – ou, pelo menos, multi-mercado – vão optimizando custos e tempos de resposta às necessidades dos mercados através de sucessivas deslocalizações e realocações dessas mesmas actividades parciais e do estabelecimento de parcerias, acompanhando as oportunidades de custos dos factores abertas pelas sucessivas vagas de economias emergentes e/ou em transição.
- Princípio de modularidade de processos e produtos, ancorado pela capacidade de empresas e instituições de I&D de partilharem referências e códigos científicos e tecnológicos numa perspectiva “*forward-looking*”, onde empresas inovadoras e integradoras vão dando corpo a novas formas de produção global (“*made in world*”) de produtos que chegam aos mercados através de cadeias de actividades polarizadas pela mobilização do conhecimento no quadro de lógicas de dominante técnica e comercial, simultaneamente mais complexas e equilibradas.

➤ Eixo 2 – Sustentabilidade territorial

- O eixo prioritário para a sustentabilidade territorial pretende enquadrar acções para o reforço da organização policêntrica da Região e para a promoção do desenvolvimento sustentável. A qualificação urbana e a contenção dos perímetros urbanos, a melhoria das condições de mobilidade e a eficiência e sustentabilidade ambiental são prioridades significativas com grande relevo para a competitividade e coesão da Região.
- Com este Eixo pretende-se promover a articulação de Lisboa, a nível interno e externo, num modelo policêntrico, através de um Desenvolvimento Territorial Sustentado e Qualificado.
- A Região de Lisboa deve adoptar um novo modelo territorial de desenvolvimento favorável à dupla convergência: intra-regional e comunitária. Deve assumir decididamente o paradigma do desenvolvimento sustentável através da promoção de estratégias económicas ambientais (eco-eficientes), atraindo novas oportunidades de mercado e investimentos, favorecendo uma maior eficácia de recursos. Este modelo territorial deve basear-se nos princípios da cidade compacta (maior importância atribuída à reabilitação e qualificação dos espaços construídos existentes, controlo do crescimento urbano extensivo, etc.) e da polinucleação (complementaridade interna, emergência de novas centralidades, organização mais sistémica), afirmando-se como uma Região metropolitana polinucleada em substituição do actual modelo radiocêntrico e fragmentado.
- O paradigma do desenvolvimento sustentável tem como corolário a inversão da actual tendência de urbanização expansiva com forte concentração nas zonas suburbanas e litorais. É também necessário que as intervenções públicas ao nível da provisão de infra-estruturas e equipamentos colectivos evoluam do ciclo da cobertura para o ciclo da eficiência, qualidade e segurança dos serviços prestados.
- Ao forte crescimento desordenado há que contrapor a protecção de recursos fundamentais, como os solos, as águas subterrâneas, as zonas ribeirinhas e a faixa litoral, bem como valores patrimoniais únicos, nos domínios ecológico, paisagístico, cultural e geoestratégico, corporizados nas áreas protegidas, Rede Natura 2000, monumentos nacionais e outro património arquitectónico.
- O modelo territorial a adoptar neste período deve garantir o funcionamento sistémico e sustentável dos sistemas hídricos e das estruturas ecológicas, preservando o potencial ecológico e de biodiversidade do território regional. Deve apostar também no funcionamento sistémico das redes e infra-estruturas de mobilidade que promovam a multimodalidade, inter conectividade e a conectividade internacional, de forma a garantir a sustentabilidade ambiental e a eficiência energética.

➤ Os grandes princípios de intervenção territorial são os seguintes:

- Princípio da integração dinâmica da Região no contexto ibérico e internacional através da articulação e reforço de infra-estruturas, de acessibilidades alargadas e qualificadas – incluindo o alargamento das capacidades logísticas e funcionais – conquistando um lugar mais proeminente na rede europeia de cidades;
- Princípio da qualidade ambiental e de vida das cidades, assegurando que as cidades da Região se assumem como territórios de qualidade ambiental e bem-estar, promovendo formas sustentáveis de uso dos recursos, de desenho urbano, de edificação, de mobilidade e paisagem.

- Princípio da eficiência e sustentabilidade ambientais, que pretende desenvolver estruturas de gestão ecológica dos recursos naturais e paisagens da Região através do seu uso racional, da despistagem de alternativas amigas do ambiente e garantindo qualidade e eficácia.

➤ Eixo 3 – Coesão Social

- A coesão social no próximo decénio deverá passar essencialmente por um investimento nas “Pessoas”, com especial relevância para as dimensões de qualificação científica, cultural e social e com particular atenção a grupos sociais que protagonizam parte significativa dos protagonismos sociais e culturais e das dinâmicas demográficas da sociedade actual: jovens, imigrantes e desempregados.
- É necessário aumentar a qualificação e a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas, melhorando o acesso à formação, ao emprego e ao mercado de trabalho, especialmente através da promoção e reforço da inclusão social de pessoas com desvantagens e do combate à discriminação.
- Mas é também necessário preparar a Região para um bom acolhimento da diversidade social e cultural que é cada vez mais o seu apanágio. Torna-se particularmente relevante o enfoque nos espaços públicos, equipamentos de proximidade e de requalificação urbana, através de processo integrados e participados de intervenção que fomentem uma coexistência positiva na cidade e aumentem a sua democraticidade interna.
- A cidade é o espaço colectivo de pertença a todos os cidadãos que aí têm de encontrar condições e oportunidades para a sua realização pessoal, social, política e económica. Na diversidade das culturas e modos de vida a cidade deve permitir a todos, e a cada um, um espaço de pertença, simbólica mas também de enraizamento material, em condições de qualidade e acessibilidade daquilo que é hoje o bem-estar urbano de uma cidade moderna.
- É na diversidade das funções urbanas – trabalho, lazer, cultura e convivência – e na diversidade social e cultural – apanágio dos tempos modernos – que a cidade encontra a sua verdadeira dimensão cosmopolita e em que cada um se sente com o “direito à cidade”.

➤ Assim, a intervenção ao nível da Coesão Social deve centrar-se nos seguintes princípios:

- Princípio da pertença e do direito à cidade, através do desenvolvimento de uma identidade urbana, culturalmente dinâmica assente na oferta qualificada de espaços e equipamentos colectivos, muito particularmente de educação e formação, permitindo a melhoria da qualidade de vida e a promoção da conciliação entre a vida profissional, a vida pessoal e a vida familiar, bem como a geração de referentes colectivos, patrimoniais e culturais reforçando a auto-estima pela Região;
- Princípio da equidade e coesão sócio-territorial, estabelecendo mecanismos que garantam a igualdade de oportunidades no acesso ao conforto urbano e corrijam os desequilíbrios de partida e dos processos segregacionistas reforçando, quando necessário, medidas de discriminação positiva para garantir a coesão social e territorial;
- Princípio da diversidade, multiculturalidade e inovação, desenvolvendo e apoiando iniciativas inovadoras em todas as áreas de suporte da vida social, da produção de bens e serviços, à educação e formação passando pela cultura e convivencialidade urbana, manifestando publicamente a modernidade e multiculturalidade da Região.

➤ Podemos, assim, postular que o Eixo Coesão Social, apostando na reabilitação urbana para garantir a coesão e a coerência da Região de Lisboa, regenerando o edificado, valorizando o espaço público e envolvendo comunidades sociais e culturais, pretende superar dificuldades de desenvolvimento particularmente acentuadas, bem como maximizar as adicionalidades induzidas por potencialidades insuficientemente exploradas que, corporizando uma concentração e intensificação de investimentos e de capacidades organizativas, são territorial e/ou tematicamente selectivas, pertinentes e estrategicamente e operacionalmente selectivas.

2.2. Análise da Adequação das Orientações Estratégicas do PROT-AML (2002) ao Actual Contexto das Políticas de Desenvolvimento Urbano, Equipamentos e Habitação

O presente exercício procura verificar a adequação das orientações estratégicas do PROT-AML (2002) com as políticas de desenvolvimento urbano, equipamentos e habitação. Neste contexto, e tendo como ponto de partida que existem documentos cuja a aprovação é muito recente e que por isso podem dificultar o estabelecimento de relação, foram considerados dois níveis:

- Nível 1 - o objectivo ou os princípios presentes na norma urbanística estão explícitos (x) nos documentos de política e nesse caso o grau de adequação é mais forte;
- Nível 2 - o objectivo ou os princípios presentes nos vários documentos de política estão apenas implícitos na norma urbanística (o).

O exercício permitiu verificar quais as normas que registam maior grau de articulação/adequação aos vários documentos, podendo destacar-se alguns domínios tais como o planeamento territorial, a coesão social (processo de exclusão e fragmentação social e espacial), a requalificação/reabilitação do edificado e os equipamentos, nomeadamente a sua importância para a implementação de um determinado modelo territorial.

O exercício permitiu ainda verificar que existem algumas questões que assumem menor expressão no PROT-AML (2002), destacando-se os aspectos relacionados com:

- O domínio da habitação (a importância do arrendamento e do controlo do alojamentos vagos na política de habitação);
- O processo de envelhecimento e a necessidade de conter os processos de exclusão social;
- A articulação entre o sistema urbano, as áreas residências, as bacias de emprego e a mobilidade;
- Efeitos da crescente utilização do transporte individual;

Este conjunto de problemáticas assume uma importância fundamental para o território metropolitano e deverão ser reforçadas na versão actualizada.

Quadro 2 – Análise da Adequação das Normas Gerais - Orientações Sectoriais do PROT-AML aos Instrumentos de Política

Norma	Domínio de Incidência	Nacional							Regional
		PNPOT	ENDS	QREN	POLIS XXI	PNS (2004-2010)	ENPSIS (2008-2010)	PEH (2008/2013)	Estratégia Lisboa 2020
1.2.1. Ordenamento Territorial e Planeamento Urbanístico									
1.2.1.1. O reforço e consolidação de uma rede integrada de centros/pólos multifuncionais, expressa no Esquema do Modelo Territorial, obrigará à realização de infra-estruturas e equipamentos de nível superior e âmbito supramunicipal e ao desenvolvimento de acções de qualificação e de renovação urbana que lhes imprima nova e acrescida capacidade de atracção e competitividade.	Sistema Urbano	x		x	x				x
1.2.1.2. A continuidade e reforço da diversidade metropolitana pressupõe a permanência e o incentivo às funções agrícolas, florestais e naturais, o que implica o estabelecimento de mecanismos dirigidos para a viabilidade económica das actividades que lhes estão associadas e o efectivo controlo urbanístico nas suas áreas de fronteira, no sentido da sua estabilização e qualificação, e a contenção da edificação fora dos perímetros urbanos.	Sistema Urbano	x	x	x	x				x
1.2.1.3. As unidades territoriais identificadas no Modelo Territorial devem ser objecto de estudos integrados que assumam como centrais um conjunto de aspectos e preocupações em matéria de coerência e articulação do sistema urbano, de coesão social e espacial, de continuidade do sistema ecológico metropolitano e de intermunicipalidade de equipamentos e infra-estruturas, traduzindo-os expressamente no desenho urbano.	Sistema Urbano	o	x	o	o				o
1.2.1.4. Os Instrumentos de Planeamento Territorial (IPT) devem concretizar espacialmente, através da definição das tipologias dominantes de uso do solo, da aplicação de princípios e critérios de gestão adequados e da implementação de acções de controlo e contenção urbanística, as propostas e orientações contidas no PROT-AML, no sentido de assegurar a estruturação, qualificação, reabilitação e revitalização do território.	Sistema Urbano	o		o				o	
1.2.1.5. A execução das medidas e acções decorrentes do Esquema do Modelo Territorial requer a explicitação e adopção de uma política de solos, tanto ao nível central como local, que suporte a intervenção pública no mercado de solos, sendo necessário aplicar, até que se realize a reforma da fiscalidade do imobiliário, mecanismos de minoração dos efeitos desviantes introduzidos pelo regime actual na gestão territorial e nas finanças locais.	Sistema Urbano	x			o				o
1.2.1.6. As grandes obras públicas previstas no Plano (por exemplo, o Novo Aeroporto de Lisboa, a Nova Travessia do Tejo e as Plataformas Logísticas) são indutoras de comportamentos dos mercados de solos, da urbanização e da construção no sentido de se apropriarem de condições favoráveis nos nichos de mercado criados e das mais-valias introduzidas – desde já com o PROT-AML e com a revisão dos PDM e restantes PMOT e, a prazo, com a realização das obras públicas previstas. Assim, importa que a Administração se antecipe, adquirindo, pelo menos, os solos necessários às suas realizações.	Sistema Urbano	x		o					
1.2.1.8. Apresenta-se também indispensável a intervenção pública no mercado imobiliário	Habituação	x							x

Norma	Domínio de Incidência	Nacional							Regional
		PNPOT	ENDS	QREN	POLIS XXI	PNS (2004-2010)	ENPSIS (2008-2010)	PEH (2008/2013)	Estratégia Lisboa 2020
para a satisfação de segmentos do mercado a que a iniciativa privada não tem respondido, designadamente em áreas de desqualificação sócio-urbanística.									
1.2.1.9. A realocação de actividades e usos, designadamente as indústrias com restrições de localização, é facilitada quando a Administração dispõe de alternativas e se empenha em processos de permuta (associados a outras medidas de apoio à modernização do tecido produtivo).	Sistema Urbano	x		o					
1.2.1.10. Neste quadro de considerações e princípios, será de ponderar o lançamento de um programa de apoio aos municípios para a constituição de uma reserva de solos municipal e/ou intermunicipal, como aconteceu entre 1976 e 1978 mas agora com suporte no planeamento metropolitano e municipal e respectivos programas de execução.									
1.2.1.11. Num mercado de solos muito controlado e dinamizado pelo sector privado, os instrumentos fiscais assumem particular importância para o financiamento público e, também, pelos efeitos nos comportamentos do mercado.	Sistema Urbano	o						o	
1.2.1.12. No entanto, a actual estrutura das finanças locais induz a expansão urbana, em especial através de operações de loteamento urbano, pela importância que as receitas financeiras provenientes da cobrança da Taxa Municipal de Urbanização assumem para os Municípios, ainda que, a prazo, essas intervenções impliquem custos municipais para os quais não se antevêem recursos disponíveis (segundo o quadro actual de finanças locais).									
1.2.1.13. Em contrapartida, a tributação relativa ao património construído, que importa conservar e reabilitar, não gera as receitas suficientes para financiar as operações e projectos municipais de renovação ou ampliação dos sistemas de infra-estruturas e de equipamentos, de criação e valorização do espaço público, de estruturação e qualificação do sistema de acessibilidades, etc., mesmo quando são contemplados por apoios financeiros provenientes de Programas Comunitários.	Sistema Urbano Habitação	o		xo				x	o
1.2.1.14. É indispensável a concretização da reforma da fiscalidade do imobiliário, no sentido de viabilizar progressivamente as finanças locais com base nas áreas urbanas existentes, sua conservação e reabilitação, e não com base nas expansões urbanas, que tenderão a diminuir ou a deixar de ser necessárias.									
1.2.1.15. A reforma da moldura legal relativa aos contratos de arrendamento e de trespases comerciais apresenta-se como uma componente fundamental para o sucesso das acções de reabilitação e revitalização dos núcleos centrais.	Habitação	o						x	o
1.2.1.16. Do mesmo modo, deverão ser introduzidas alterações, no regime de arrendamento urbano, que estimulem o funcionamento do mercado habitacional, proporcionando melhores condições de acesso à habitação.									
1.2.5. Equipamentos Sociais e Culturais									
1.2.5.1. Os equipamentos de nível supramunicipal devem ser localizados prioritariamente nos pólos identificados no Esquema do Modelo Territorial, no sentido de consolidar o sistema traduzido na estrutura multipolar proposta e de promover a cobertura mais equilibrada do território.	Equipamentos	x		o	o	o			x
1.2.5.2. Alargar e reforçar a rede de ensino politécnico é uma aposta estratégica para a	Equipamentos	-							o

Norma	Domínio de Incidência	Nacional							Regional
		PNPOT	ENDS	QREN	POLIS XXI	PNS (2004-2010)	ENPSIS (2008-2010)	PEH (2008/2013)	Estratégia Lisboa 2020
qualificação e adequação dos recursos humanos às novas e crescentes exigências do mercado de emprego, sendo necessário consolidar e melhorar as estruturas existentes e criar outras fora da cidade de Lisboa, contribuindo assim, tanto para o seu reforço como para a sua qualificação.									
1.2.5.3. Afirmar e valorizar o papel do ensino superior universitário na AML passa pelo reforço das vertentes de Ciência e Tecnologia e de Investigação e Desenvolvimento – dentro das capacidades físicas dos espaços existentes ou em novos pólos complementares – e pelo aprofundamento das relações com as estruturas empresariais.	Equipamentos	o		x	o				x
1.2.5.4. A descentralização do ensino superior universitário na AML, através da localização de novos estabelecimentos ou valências nos centros de nível Sub-Regional, é fundamental para implementar o sistema polinuclear proposto no Esquema do Modelo Territorial.	Equipamentos	–							o
1.2.5.5. A adequação da rede metropolitana de unidades hospitalares, face às dinâmicas territoriais e aos padrões superiores de resposta às necessidades e expectativas dos utilizadores, exige um conjunto de medidas ao nível das características físicas, das valências e da localização dos equipamentos que contemple, integradamente, a construção, remodelação e transferência de diversos estabelecimentos.	Equipamentos	x		x		x	o		o
1.2.5.6. A construção e a valorização dos equipamentos desportivos de alta competição, bem como o desenvolvimento de programas para a realização e participação em provas, são fundamentais para a promoção da prática desportiva e para a afirmação da AML no contexto internacional.	Equipamentos	x		x					o
1.2.5.7. Os equipamentos desportivos especializados devem responder a parâmetros superiores de qualidade e integração, em termos de características e envolvente funcional e ambiental, assumindo um papel activo na estruturação do território e na diversificação e qualificação da oferta turística.	Equipamentos	x		x	o				o
1.2.5.8. As intervenções de expansão e reorganização na rede de salas de espectáculos devem privilegiar a recuperação e valorização de espaços com esse uso, bem como a reconversão de edifícios de interesse histórico e arquitectónico que revelem capacidade para esse fim, tendo como suporte programas de animação e difusão cultural que complementem e diversifiquem a oferta existente.	Equipamentos	x		x	o				o
1.2.5.9. É fundamental aprofundar as complementaridades territoriais e aproveitar as sinergias que existem entre os distintos níveis e tipos de equipamentos da AML em termos de áreas de irradiação, usos e funções.	Equipamentos	x		o	x				x
1.2.6. Coesão Social									
1.2.6.1. Os projectos de revitalização, de requalificação e de reconversão devem constituir um instrumento fundamental para a resolução das debilidades e carências habitacionais, sociais e urbanísticas que afectam o território metropolitano, seja nas áreas suburbanas ou nas zonas históricas, seja nos bairros sociais ou de barracas, assegurando que as acções estabelecidas permitam um conhecimento aprofundado e circunstanciado das diversas realidades, bem como uma abordagem das necessidades, hábitos e expectativas legítimas das populações visadas, sempre numa perspectiva de	Habitação, Equipamentos	x	x	x	x		o	x	x

Norma	Domínio de Incidência	Nacional							Regional
		PNPOT	ENDS	QREN	POLIS XXI	PNS (2004-2010)	ENPSIS (2008-2010)	PEH (2008/2013)	Estratégia Lisboa 2020
integração social e espacial.									
1.2.6.3. A resolução dos processos de exclusão e fragmentação social e espacial, bem como o controlo dos factores que lhes estão subjacentes, deve resultar do desenvolvimento de projectos integrados que actuem ao nível da quantidade e qualidade de espaços públicos, de infra-estruturas e de equipamentos de apoio às populações locais, da melhoria das acessibilidades e das condições que servem para afirmar e diversificar a base económica local, em estreita articulação com o reforço do mercado de emprego.	Sistema Urbano	x	x	x	x		o		x
1.2.6.5. As Administrações Central e Municipal, as instituições de solidariedade social e os agentes sociais e económicos em geral, devem articular políticas e acções nos domínios da educação, formação – inicial e contínua – e certificação profissional, como meio efectivo de antecipação das necessidades e adequação das competências ao mercado de emprego e de redução dos fenómenos de desemprego, emprego precário e desadaptação profissional.	Sistema Urbano, Equipamentos	–		x			x		o
1.2.6.6. As diversas instituições com responsabilidade na área social devem articular-se, apelando à participação dos indivíduos e dos movimentos cívicos, na dinamização de actividades culturais, lúdicas e desportivas, no sentido de promover o sentimento de territorialidade e de identidade local nas áreas social e urbanisticamente mais desqualificadas.	Equipamentos	o		x	o		o		o
1.2.7. Actividades Económicas									
1.2.7.1. O desenvolvimento e a consolidação das plataformas de internacionalização, bem como dos pólos de Indústria, Logística e Investigação & Desenvolvimento impõem-se como vertente estratégica e exigem uma forte concentração de investimentos públicos em infra-estruturas e no apoio à instalação e actividades, bem como em acções de marketing para a sua promoção interna e externa.	Sistema Urbano	x		x					x
1.2.7.2. As actividades agrícola e florestal devem assumir um papel nuclear na estrutura e organização do sistema urbano metropolitano, apostando-se no desenvolvimento integrado das vertentes produtiva, ecológica, cultural e educativa, assegurando a manutenção da agricultura como actividade económica importante e qualificadora da paisagem e do território.	Sistema Urbano	x	x	o					x
1.2.7.4. A implantação das actividades industriais deve tender para a polarização em espaços próprios e adequados a esse uso, atendendo às necessidades de solo, aos riscos ambientais e tecnológicos, às condições de acessibilidade e logística e à articulação com o mercado de emprego, condicionando as novas localizações industriais fora daquelas áreas à garantia de infra-estruturas de saneamento e sistemas de tratamento e controlo ambiental dos seus efluentes e produtos derivados.	Sistema Urbano	x		o					x
1.2.7.5 O processo de desenvolvimento e implantação dos serviços de apoio às empresas deve ser estimulado e conduzido em estreita articulação com o sector produtivo de forma a estabelecer uma cadeia coerente e consequente na investigação e difusão de novos conhecimentos e tecnologias	Sistema Urbano	o		o					x
1.2.7.6. A estrutura e configuração da rede de actividades comerciais deve obedecer a	Sistema	o		o					

Norma	Domínio de Incidência	Nacional							Regional
		PNPOT	ENDS	QREN	POLIS XXI	PNS (2004-2010)	ENPSIS (2008-2010)	PEH (2008/2013)	Estratégia Lisboa 2020
uma ordem que decorre da articulação entre a hierarquia associada às várias tipologias comerciais, ramos de negócio e grau de concentração espacial, e a estrutura e organização funcional dos espaços em que se insere e da sua envolvente. Essa estrutura e configuração deve estar conforme com os indicadores e orientações consagrados nos Planos Sectoriais, quando existam.	Urbano								
1.2.7.7. O sector da distribuição deve ser estimulado no sentido da diferenciação e da qualificação empresarial e orientado para localizações dotadas de boas condições de acessibilidade e de comunicação, em que a concentração de actividades diversificadas e complementares permita a exploração de economias de escala.	Sistema Urbano	o		o					o
1.2.7.8. A actividade turística, sendo um sector económico fundamental na AML, deve orientar as suas acções para a concretização de unidades turísticas integradas, onde predominem como actividades fundamentais as instalações e equipamentos hoteleiros, de lazer e de turismo (nomeadamente, campos de golfe e instalações associadas), em especial junto ao litoral e em zonas estratégicas desde que garantida a sua coerência com as disposições dos POOC e dos IPT e uma adequada integração paisagística e ambiental.	Sistema Urbano	x		o					o

Quadro 3 – Análise da Adequação das Normas Gerais - Orientações Territoriais do PROT-AML (2002)

Unidade Territorial/Norma	Domínio de Incidência	Nacional							Regional
		PNPOT	ENDS	QREN	POLIS XXI	PNS (2004-2010)	ENPSIS (2008-2010)	PEH (2008/2013)	Estratégia Lisboa 2020
1.3.1. Estuário do Tejo									
1.3.1.2. Requalificar os espaços urbanos ribeirinhos e as margens do estuário, promovendo um enquadramento paisagístico e funcional adequado ao seu valor ambiental e ao seu papel como elemento de centralidade e de identidade socio-cultural.	Sistema Urbano	x	x	o	x			o	x
1.3.1.3. Reconverter e renovar as áreas/espaços e unidades funcionais que englobem grandes complexos industriais desactivados ou em desactivação que devem ser integrados em projectos de requalificação global de áreas ribeirinhas, nomeadamente na frente ribeirinha de Lisboa e eixo de Vila Franca de Xira e na frente ribeirinha de Almada- Seixal-Barreiro.	Sistema Urbano	x	x	o	x				x
1.3.2. Lisboa – Centro Metropolitano									
1.3.2.1. Promover Lisboa como área central para a localização de actividades e desempenho de funções de nível superior com capacidade para servir de motor ao desenvolvimento da AML e à sua afirmação a nível nacional e internacional.	Sistema Urbano	x		o	o				x
1.3.2.2. Imprimir nova vitalidade e dinamismo ao centro tradicional de Lisboa através da implantação de actividades inovadoras e de qualidade, numa lógica de complementaridade de produtos e articulação de funcionamento, indutoras da reconversão e diversificação dos segmentos de investidores e utilizadores desse espaço.	Sistema Urbano	x		o	x				x
1.3.2.3. Revitalizar e requalificar os bairros históricos no sentido de criar condições favoráveis à reabilitação e manutenção da função habitacional e às actividades socialmente diversificadas	Sistema Urbano	x	x	o	x			o	x
1.3.2.4. Controlar e inverter os processos de degradação física e funcional, criando mecanismos de sensibilização e apoio dirigidos à conservação e recuperação do parque habitacional e à reconversão dos espaços industriais e de armazenagem em decadência ou abandono.	Habitação	x	x	o	x			o	x
1.3.2.5. Desenvolver acções e projectos integrados nos domínios da habitação, da formação, do emprego e do apoio social dirigidos às populações afectadas por fenómenos de pobreza, desqualificação ou exclusão social.	Habitação, Equipamentos	o	o	o	o			o	x
1.3.2.6. Estruturar o sistema urbano da coroa exterior, articulando os tecidos entre si e com as unidades territoriais vizinhas através, designadamente, do reforço das acessibilidades locais e metropolitanas, da qualificação dos núcleos degradados e da criação e valorização do espaço público associado à implementação da REM.	Sistema Urbano	o			o				o
1.3.3. Espaço Metropolitano Poente									
1.3.3.1. Promover as áreas de actividade económica estruturantes, nomeadamente, o pólo de serviços, investigação e desenvolvimento do Tagus Park e algumas áreas industriais do concelho de Sintra (Mem Martins) como motores de desenvolvimento.	Sistema Urbano	o		o	o				x
1.3.3.2. Reconfigurar e qualificar espacial e funcionalmente o território com base na integração dos eixos consolidados de Cascais e de Sintra com a sua área intersticial.	Sistema Urbano	o			o				o
1.3.3.3. Promover complementaridades e dependências internas em ligação com a unidade Arco Urbano Envolvente Norte.	Sistema Urbano	o			o				o

Unidade Territorial/Norma	Domínio de Incidência	Nacional							Regional
		PNPOT	ENDS	QREN	POLIS XXI	PNS (2004-2010)	ENPSIS (2008-2010)	PEH (2008/2013)	Estratégia Lisboa 2020
1.3.3.4. Estabilizar os limites do edificado, salvaguardando as Áreas Vitais para o funcionamento dos sistemas ecológico e urbano.	Sistema Urbano	o	o	o	o				x
1.3.3.5. Qualificar o eixo Amadora-Sintra contendo a densificação, requalificando as áreas urbanas mais degradadas e reabilitando os núcleos históricos como factores de identidade.	Sistema Urbano	o	o		o			o	o
1.3.3.6. Acautelar a densificação e alteração das tipologias de ocupação no eixo Algés-Cascais e reforçar a utilização da faixa litoral como factor de qualificação ambiental do espaço urbano, destinado preferencialmente a actividades de turismo e de recreio e lazer.	Sistema Urbano	o	o	o	o				o
1.3.3.7. Ordenar e estruturar o território da área intersticial, implementando uma rede viária estruturante e disciplinando os diversos usos e ocupações do solo.	Sistema Urbano	o	o	o	o				
1.3.3.8. Apoiar a vocação que o eixo Algés-Pedrouços tem conhecido no sector das pescas, nomeadamente em termos das infra-estruturas e dos serviços conexos.	Sistema Urbano	o	o						
1.3.4. Eixo Sacavém – Vila Franca de Xira									
1.3.4.1. Reforçar a centralidade de Alverca/Bobadela em articulação com a área de actividades do MARL como espaço privilegiado para a implantação de actividades ligadas à indústria e logística.	Sistema Urbano	o							o
1.3.4.2. Integrar e racionalizar os processos de reestruturação económica, em termos espaciais e funcionais, no sentido da concretização das polaridades propostas no Esquema Modelo Territorial e da qualificação do território.	Sistema Urbano	o		o	o				
1.3.4.3. Travar a sobredensificação urbana e resolver as carências de espaço público.	Sistema Urbano	o	o	o	o			o	o
1.3.4.4. Libertar o espaço ribeirinho de ocupações pesadas com edificação contínua para a criação de corredores de ligação ao interior e de espaços de recreio e lazer.	Sistema Urbano	o	o		o				x
1.3.5. Arco Ribeirinho Sul									
1.3.5.1. Os pólos de Almada, Seixal e Barreiro devem constituir centralidades supramunicipais, afirmando-se como conjunto funcional, complementar a Lisboa no âmbito da Península de Setúbal, suportado em fortes acessibilidades internas e externas.	Sistema Urbano	o							x
1.3.5.2. Promover a estruturação polinucleada e as ligações funcionais internas.	Sistema Urbano	o		o	o				x
1.3.5.3. Preservar e recuperar as frentes ribeirinhas em articulação com a utilização do Estuário para actividades de recreio e lazer.	Sistema Urbano	o	o	o	o			o	x
1.3.5.4. Reconverter as áreas industriais em declínio ou abandonadas, privilegiando a sua utilização para serviços de apoio às actividades económicas e para a criação de espaço público.	Sistema Urbano	o		o	o				x
1.3.5.5. Estruturar, ordenar e requalificar urbanisticamente o sistema urbano Almada/Montijo e o interior dos concelhos de Almada e Seixal.	Sistema Urbano	o	o					o	o
1.3.5.6. Promover a frente atlântica como espaço de recreio e lazer da AML, preservando os valores naturais e salvaguardando as vertentes viradas ao Tejo enquanto património paisagístico de enquadramento do Estuário.	Sistema Urbano	o	o		o				x
1.3.5.8. Qualificar o eixo Almada-Corroios-Fogueteiro, incluindo a extensão a poente da auto-estrada, contendo a densificação e requalificando as áreas urbanas mais degradadas	Sistema Urbano	o	o		o			o	

Unidade Territorial/Norma	Domínio de Incidência	Nacional							Regional
		PNPOT	ENDS	QREN	POLIS XXI	PNS (2004-2010)	ENPSIS (2008-2010)	PEH (2008/2013)	Estratégia Lisboa 2020
1.3.6. Setúbal – Palmela									
1.3.6.1. Reforçar e dinamizar Setúbal / Palmela como centro metropolitano de nível sub-regional.	Sistema Urbano	o							x
1.3.6.2. Promover o desenvolvimento do Porto de Setúbal, em todas as suas componentes, como infra-estrutura estratégica de internacionalização, em articulação com os portos de Lisboa e Sines, com o centro de transportes rodoviários de mercadorias de Setúbal/Palmela e com as áreas industriais e de serviços conexas, acautelando os impactes no Estuário do Sado.	Sistema Urbano	o		o					x
1.3.7. Planície Interior Sul									
1.3.7.1. Promover Coima como uma área centralizadora de actividades económicas ligadas à indústria, armazenagem e logística, em articulação com o Pinhal Novo e apoiada no arco ribeirinho e no pólo de Setúbal/Palmela.	Sistema Urbano	o							
1.3.7.2. Ordenar e estruturar o território reconfigurando a ocupação urbana, de forma a permitir a recuperação de áreas com ecossistemas mais sensíveis, deixando livres de ocupação edificada áreas significativas importantes para a preservação do aquífero da Península de Setúbal.	Sistema Urbano	o	o		o			o	x
1.3.7.3. Implementar um Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território que permita articular as diversas políticas e estratégias municipais.	Sistema Urbano	o		o	o				
1.3.8. Arco Urbano Envolvente Norte									
1.3.8.1. Fomentar e reforçar o desenvolvimento de actividades ligadas à indústria, armazenagem e logística nas áreas de Terrugem / Pêro Pinheiro/ Sabugo, em articulação com a de Mem Martins, e na área de actividades do MARL, em articulação com Alverca/Bobadela, tirando partido das suas localizações periféricas e das boas condições de acessibilidade	Sistema Urbano	o							
1.3.8.2. Promover a constituição de remate urbano da área metropolitana norte e definir limites estáveis para a Serra da Carregueira e para a Várzea de Loures.	Sistema Urbano	o	o					o	
1.3.8.4. Impedir a ocupação urbana nas áreas de risco das costeiras de Loures e de Odivelas, relocizando as edificações existentes.	Sistema Urbano	o	o					o	x
1.3.9. Espaço de Transição Nascente									
1.3.9.1. Aproveitar as potencialidades de Alcochete associadas ao Estuário do Tejo e à área protegida envolvente, para fins turísticos e de recreio e lazer de baixa densidade, bem como de investigação relacionada com esses elementos naturais.	Sistema Urbano	o	o						o
1.3.9.2. Reforçar e diversificar as relações funcionais de Alcochete com a unidade do Arco Ribeirinho.	Sistema Urbano	o							
1.3.9.3. Fomentar o desenvolvimento de Pinhal Novo em complementaridade com a área de Coima.	Sistema Urbano	o							
1.3.9.4. Controlar os fenómenos de edificação dispersa, em especial nas áreas de ocupação agrícola.	Sistema Urbano	o	o	o				o	
1.3.9.5. Orientar e incentivar os novos tipos de oferta na produção de espaço urbano e as dinâmicas da procura, integrando os princípios de qualidade ambiental e urbanística	Sistema Urbano	o		o	o			o	

Unidade Territorial/Norma	Domínio de Incidência	Nacional							Regional
		PNPOT	ENDS	QREN	POLIS XXI	PNS (2004-2010)	ENPSIS (2008-2010)	PEH (2008/2013)	Estratégia Lisboa 2020
pretendidos para esta unidade territorial.									
1.3.10. Arrábida / Espichel / Matas de Sesimbra									
1.3.10.2. Estruturar e consolidar o sistema Sesimbra / Santana / Lagoa de Albufeira como área urbana ligada ao turismo, recreio e lazer, garantindo que a ocupação turística seja consentânea com o interesse paisagístico, ecológico e patrimonial.	Sistema Urbano	o	o						x
1.3.10.4. Controlar as pressões urbanas nas matas de Sesimbra, tendo em conta o seu elevado interesse patrimonial.	Sistema Urbano	o	o				o	o	
1.3.12. Litoral Atlântico Norte									
1.3.12.3. Controlar e enquadrar as pressões urbanas.	Sistema Urbano	o	o	o			o	x	
1.3.12.4. Configurar e estruturar a ocupação urbana do eixo Ericeira/Mafra e do eixo Colares/Magoito.	Sistema Urbano	o					o	x	
1.3.13. Interior Norte Agrícola									
1.3.13.1. Contrariar o fenómeno da dispersão da edificação promovendo a concentração em núcleos e em áreas devidamente planeadas e infra-estruturadas.	Sistema Urbano	o	o	o			x	x	
1.3.13.2. Dinamizar e ordenar o crescimento do núcleo Malveira/Venda do Pinheiro como centro de apoio funcional à área rural e de articulação da AML com Torres Vedras.	Sistema Urbano	o					o		
1.3.15. Nascente Agro-Florestal									
1.3.15.2. Estudar e orientar as pressões geradas pelas novas condições de acessibilidade e determinadas pela procura de solos para culturas intensivas de regadio, para novas formas de ocupação habitacional e para núcleos de desenvolvimento turístico.		o	o	o			o		
1.3.15.3. Estudar a implementação da plataforma logística centrada em Pegões/Marateca e articulada com o Porto de Setúbal.	Sistema Urbano	o						x	
1.3.17. Estuário do Sado									
1.3.17.2. Enquadrar a ocupação urbana/industrial na margem do Estuário e a função turística da Península de Tróia.	Sistema Urbano	o					o		
1.3.17.3. Articular as medidas e ações a implementar com as iniciativas regionais e municipais da Região do Alentejo.	Sistema Urbano	o							

Quadro 4 – Adequação das Normas Específicas – Ordenamento Territorial e Planeamento Urbanístico do PROT-AML (2002)

Unidade Territorial/Norma	Domínio de Incidência	Nacional							Regional
		PNPOT	ENDS	QREN	POLIS XXI	PNS (2004-2010)	ENPSIS (2008-2010)	PEH (2008/2013)	Estratégia Lisboa 2020
2.1. Ordenamento Territorial e Planeamento Urbanístico									
2.1.1. No âmbito da execução dos Instrumentos de Gestão Territorial, deve ser prosseguida pelos Municípios abrangidos pelo Plano uma política de solos, que viabilize e promova o reparcelamento fundiário e a regularização do mercado de solos urbanizáveis e edificáveis, permitindo controlar a fragmentação da ocupação urbana do território e apoiar a definição de áreas de expansão urbana prioritária, designadamente no que se refere à promoção habitacional de qualidade.	Sistema Urbano	x	xo	o				x	o
2.1.2. Esta política de solos deverá salvaguardar os solos de maior capacidade produtiva para a agricultura, para a floresta de produção e protecção, assim como os solos importantes para a recarga dos aquíferos subterrâneos, o controle das cheias e a manutenção das zonas húmidas.	Sistema Urbano	x	x	o					x
2.1.3. Os Instrumentos de Planeamento Territorial devem: a) promover a urbanização programada, garantida por redes de infra-estruturas e devidamente articulada em termos de desenho e funcionamento urbano com as áreas urbanas contíguas; b) prever e concretizar espaço urbano em resultado da prática de desenho urbano, de áreas ou conjuntos de parcelas, que englobem o número suficiente de promotores para dar coerência, continuidade e qualidade à produção do crescimento urbano; c) assegurar a identificação e disponibilidade de solos urbanos e/ou urbanizáveis que cubram os diversos tipos de procura em termos de habitação, equipamentos e infra-estruturas, no respeito pela lógica do Esquema do Modelo Territorial, libertando desse modo da pressão urbanística os melhores solos para a agricultura, floresta e funcionamento do sistema hidrológico, em especial nas Áreas Vitais incluídas na Rede Ecológica Metropolitana; d) definir limites coerentes e estáveis para os espaços urbanos, através da construção de frentes urbanas qualificadas e da promoção de ocupações e usos, com carácter definitivo, nas suas zonas envolventes, ligados ao recreio e lazer, à manutenção e valorização dos espaços naturais ou das actividades agrícola ou florestal, no sentido de estabilizar a sua configuração; e) promover a contenção da densificação e a qualificação de áreas urbanas extensivamente saturadas, bem como a requalificação do espaço público e da imagem urbana, com vista à resolução das debilidades ao nível do desenho urbano nas áreas consolidadas; f) salvaguardar as áreas ainda livres de edificação para acolher os espaços públicos equipados e espaços verdes públicos necessários à resolução das questões de desafogo, de remate e de articulação de tecidos urbanos; g) garantir que as novas áreas de crescimento urbano incluam os serviços, equipamentos e infra-estruturas qualificados e adequados à sua posição relativa na rede urbana; h) qualificar urbanística e paisagisticamente as áreas urbanas tradicionais, associando-lhes um papel central na prestação de bens e serviços; i) definir mecanismos de reforço da imagem e identidade próprias dos aglomerados rurais; j) promover a contenção da edificação dispersa e do parcelamento da propriedade em meio não urbano, mediante a definição de normativas restritivas, ajustadas às características específicas de cada local, que fundamentem e, selectivamente, condicionem e reorientem a construção para os diversos fins; l) integrar	Sistema Urbano, Equipamentos, Habitação	x	xo	o	o			xo	xo

Unidade Territorial/Norma	Domínio de Incidência	Nacional							Regional
		PNPOT	ENDS	QREN	POLIS XXI	PNS (2004-2010)	ENPSIS (2008-2010)	PEH (2008/2013)	Estratégia Lisboa 2020
as redes e estruturas fundamentais da AML, com incidência no território municipal, procedendo à compatibilização com as restantes estruturas territoriais e com o ordenamento do território concelhio; m) assimilar as orientações do Esquema do Modelo Territorial no dimensionamento e ordenamento da estrutura urbana municipal; n) considerar – enquanto não for revista a Portaria n.º 1136/2001, de 25 de Setembro, e face às carências de espaço público, de equipamentos e infra-estruturas nas áreas urbanizáveis e em especial nas áreas urbanas mais densamente ocupadas – valores de áreas destinadas àquelas funções urbanas, superiores aos valores indicados na Portaria; o) distinguir, na definição das Áreas de Cedência, a parte correspondente a espaço público não edificado, a área afectada a equipamentos e os valores e parâmetros referentes a infra-estruturas; p) considerar – em especial nas áreas urbanizáveis e no licenciamento de novos projectos localizados em áreas já densamente urbanizadas – afectar a espaço público não construído, no mínimo, 75% do total da área de cedência.									
2.1.4. A Administração Central: a) deve apoiar, nos termos da lei e dos programas existentes, as acções municipais que visem a requalificação e reconversão urbanística das áreas desqualificadas, designadamente dos centros históricos degradados, das áreas urbanas periféricas, dos subúrbios habitacionais, dos bairros destinados a habitação social e das áreas de urbanização de génese ilegal (AUGI); b) deve promover estudos e definir regras para a localização de indústrias e armazéns compatíveis com o meio urbano, fundamentado por critérios de boa convivência de ocupações/usos e de qualidade ambiental e paisagística; c) deve apoiar os municípios na realização de planos municipais ou intermunicipais destinados às áreas onde ocorram projectos de novas infra-estruturas e equipamentos estruturantes da AML, dos quais resulte a necessidade de reformulação profunda do planeamento territorial da área afectada.	Sistema Urbano, Equipamentos , Habitação	x	xo		xo			x	o
2.1.5. As entidades competentes, designadamente o Ministério da Economia e a entidade, a criar, vocacionada para as plataformas logísticas, devem articular-se no sentido de promover incentivos à realocação de indústrias e armazéns existentes em áreas não adequadas dirigindo a sua localização para áreas expressamente definidas.	Sistema Urbano	o							
2.1.6. As Administrações Central e Municipal devem: a) promover a aplicação de mecanismos de incentivo fiscal e económico e acções de infra-estruturação para a localização de indústrias e armazéns em áreas expressamente definidas em Instrumentos de Planeamento Territorial; b) estudar e avaliar as parcelas do território comprometidas com parcelamento de génese ilegal, designadamente as que possuem reduzida ou nula construção, no sentido de fundamentar as necessárias actuações. As acções devem dirigir-se à urbanização para fins que melhor sirvam à implementação do Esquema do Modelo Territorial ou reversão para usos agrícolas, florestais, naturais ou verdes urbanos, com vista à aplicação do regime das AUGI.	Sistema Urbano	o	o						o

Unidade Territorial/Norma	Domínio de Incidência	Nacional							Regional
		PNPOT	ENDS	QREN	POLIS XXI	PNS (2004-2010)	ENPSIS (2008-2010)	PEH (2008/2013)	Estratégia Lisboa 2020
2.5. Equipamentos Sociais e Culturais									
<p>2.5.1. Os serviços da Administração Central: a) em colaboração com a Administração Municipal, devem estudar para a AML critérios específicos de planeamento e localização dos diversos equipamentos de nível supramunicipal, tendo em conta, nomeadamente, a actual diversidade das estruturas demográficas e sociais concelhias e suas dinâmicas, bem como as redes de equipamentos públicos e privados já existentes na AML; b) em colaboração com a Administração Municipal, devem avaliar a viabilidade de localização dos novos equipamentos supramunicipais em edifícios já existentes (nomeadamente os de valor patrimonial), em áreas edificadas ou em terrenos já urbanizados. Devem ainda estudar a implantação dos equipamentos supramunicipais predominantemente não edificadas, integrando-os de forma compatível com os espaços da Rede Ecológica Metropolitana; c) em colaboração com a Administração Municipal, devem assegurar condições de acessibilidade adequadas aos equipamentos supramunicipais, existentes ou propostos na AML, quer em termos de rede viária, quer em termos de rede de transportes; d) com competências no ensino superior devem privilegiar a satisfação das carências existentes, quer através do reforço dos pólos de ensino politécnico existentes e da criação de novos politécnicos, principalmente nos pólos integrados nos eixos de Loures e Vila Franca de Xira e no sistema territorial composto por Seixal, Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete, quer através do reforço dos pólos de ensino superior universitário existentes e da criação de novas unidades nos centros de nível sub-regional identificados no Esquema do Modelo Territorial; e) com competências na rede hospitalar devem privilegiar a colmatação das carências, através da construção das novas unidades hospitalares de Loures, de Vila Franca de Xira, de Cascais, de Sintra e de Todos-os-Santos (Lisboa), e da recuperação, readaptação e ampliação de instalações hospitalares existentes que se apresentem com um nível de serviço deficiente, nomeadamente os hospitais do Montijo e de Setúbal. As unidades hospitalares centrais de Lisboa que não apresentem condições adequadas de funcionamento, de acessibilidade ou de integração urbana devem ser progressivamente transferidas para novo(s) local(is), designadamente os hospitais de Santa Marta, Desterro e Capuchos; f) com competências em matéria de Saúde, em colaboração com a Administração Municipal, devem reequacionar as áreas de influência dos hospitais nas suas diversas valências, tendo em conta principalmente a distribuição espacial da população da AML e as condições de acessibilidade, devendo ainda clarificar a hierarquia e as articulações horizontais e verticais dos equipamentos hospitalares, de modo a proporcionar o melhor serviço de saúde à população da AML; g) com competências na reorganização ou expansão da rede desportiva devem privilegiar a remodelação dos espaços existentes e a criação quer de equipamentos de base, quer de equipamentos especializados e de alta competição, nomeadamente as intervenções nos equipamentos a utilizar no EURO 2004; h) com competências na reorganização ou expansão da rede de salas de espectáculos devem privilegiar a remodelação dos espaços com esse uso e a recuperação de outros já encerrados ainda utilizáveis para as formas de acção cultural actuais, nomeadamente os que apresentem valor patrimonial, no</p>									
	Sistema Urbano, Equipamentos	xo		o	o	xo			xo

Unidade Territorial/Norma	Domínio de Incidência	Nacional							Regional Estratégia Lisboa 2020
		PNPOT	ENDS	QREN	POLIS XXI	PNS (2004- 2010)	ENPSIS (2008- 2010)	PEH (2008/ 2013)	
sentido de os tornar devidamente equipados e funcionais.									
2.5.2. As Administrações Central e Municipal devem: a) concretizar, na envolvência imediata dos equipamentos supramunicipais, os acessos a nível da rede viária, o número de estacionamento adequado ao nível de procura dos diferentes equipamentos, o enquadramento paisagístico consentâneo com o tipo de equipamento em causa e as actividades necessárias/ complementares a cada um dos equipamentos; b) intervir na AML ao nível da qualidade dos equipamentos existentes e previstos, associada à flexibilidade das soluções adoptadas, tendo em vista a sua capacidade de utilização multiforme por toda a população e a fácil manutenção dos elementos que os compõem; c) enquadrar e ordenar, de uma forma global e integrada, a oferta de equipamentos desportivos especiais, fomentando a sua articulação com a valorização da paisagem, do ambiente e do turismo; d) criar uma base de dados dos diversos equipamentos nacionais, supramunicipais e municipais da AML, públicos ou privados, recorrente e actualizável, disponível à consulta de gestores, actores e fruidores dos diversos acontecimentos, e desenvolver mecanismos e instrumentos eficazes e concertados de promoção e divulgação cultural; e) construir uma carta de equipamentos nacionais, supramunicipais e municipais, com tipologia padronizada, que permita apoiar a identificação das carências intermunicipais e municipais.	Equipamentos	o		o		o	o		
2.5.3. A Administração Municipal, em colaboração com a Administração Central, deve: elaborar planos integrados de infra-estruturas e equipamentos que permitam criar áreas comuns entre o desporto, a cultura, a educação e a vida social. Deve ainda concretizar programas de requalificação urbana dos núcleos urbanos, disponibilizando equipamentos desportivos de base, de uso e fruição comuns, adequados à prática de actividades físicas e desportivas, bem como ao lazer e ao recreio na AML.	Equipamentos	x		o			o		o
2.6. Coesão Social									
2.6.1. Os Instrumentos de Planeamento Territorial devem desenvolver e aprofundar o conhecimento das áreas social e urbanisticamente mais desqualificadas e de maior conflitualidade social, considerando-as como áreas de intervenção prioritária no âmbito de actuações programadas.	Equipamentos , Habitação	x		o	o			x	
2.7. Actividades Económicas									
2.7.1. Os Instrumentos de Planeamento Territorial devem: a) enquadrar os espaços agrícolas, florestais e agro-florestais, produtivos ou não, nas perspectivas e políticas de desenvolvimento e ordenamento, classificando-os quanto ao seu valor estratégico e estabelecendo medidas urbanísticas para a sua protecção e valorização; b) indicar parâmetros e critérios de implantação, estruturação e organização das Áreas de Localização Empresarial (ALE), das áreas ou parques industriais e dos entrepostos comerciais, integrando os objectivos e orientações de desenvolvimento económico, de ordenamento e ambiente e respeitando as orientações dos Planos Sectoriais, caso existam; c) integrar as actividades comerciais e os serviços na configuração e organização dos espaços, estabelecendo critérios e parâmetros físicos e funcionais de localização e implantação, de acordo com a tipologia e dimensão das unidades, que se	Sistema Urbano	xo		o					o

Unidade Territorial/Norma	Domínio de Incidência	Nacional							Regional
		PNPOT	ENDS	QREN	POLIS XXI	PNS (2004-2010)	ENPSIS (2008-2010)	PEH (2008/2013)	Estratégia Lisboa 2020
traduzam numa rede de centralidades articuladas e complementares, atendendo a eventuais orientações contidas nos Planos Sectoriais; d) localizar em carta as concentrações comerciais grossista e grandes superfícies retalhistas, bem como as acessibilidades, os transportes e as infra-estruturas de apoio com elas relacionadas; e) considerar as dinâmicas introduzidas pelas novas acessibilidades na paisagem rural, acautelando os valores cénicos e a identidade da paisagem fundamentais para a actividade turística; f) garantir que os projectos de uso do solo com função turística possuam um predomínio relevante das actividades ligadas ao sector do turismo, de forma a responder à estratégia de produção turística; g) enquadrar os processos de reestruturação da indústria transformadora da pesca, particularmente no que respeita às suas dinâmicas locativas, atendendo aos seus riscos ambientais e à sua importância para o desenvolvimento do sector da pesca em áreas tradicionais. De forma complementar, deverá, através de medidas restritivas, ser considerado o não licenciamento de novos estabelecimentos de salga de pescado no meio rural em áreas agrícolas, florestais, silvestres e naturais, promovendo, pelo contrário, a sua localização nas áreas tradicionalmente afectas a estes usos ou em áreas que se adaptem às actuais condições de laboração e às exigências de controlo ambiental dos efluentes ou resíduos produzidos pela actividade.									
2.7.2. Os Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território devem: suportar e consubstanciar a criação e implantação de polaridades multifuncionais que sirvam diferentes concelhos.	Sistema Urbano	x		o	o				o
2.7.3. Os Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território e os Instrumentos de Planeamento Territorial devem: identificar as actividades industriais ou de armazenagem a serem transferidas e indicar as possibilidades de nova localização, entre os espaços polarizados com vocação e capacidade para esse fim, atendendo às suas necessidades de funcionamento e de desenvolvimento, e aos seus impactes urbanísticos e ambientais.	Sistema Urbano	x		o					o
2.7.4. As Administrações Central e Municipal devem: a) concertar-se no sentido de definir condições e parâmetros de exploração dos recursos geológicos, na ampliação das áreas já licenciadas ou em novas áreas, atendendo aos impactes económicos, ambientais e urbanísticos e às boas práticas de exploração e recuperação paisagística; b) promover a requalificação e a diversificação da oferta turística, através de acções de ordenamento do território que promovam a ocorrência ou orientem a procura de empreendimentos turísticos, com garantias de integração social e ambiental; c) promover a requalificação urbana e paisagística das áreas do litoral, como elemento fundamental na oferta de actividades turísticas e de recreio e lazer, dinamizando as actividades e as infra-estruturas associadas aos desportos náuticos; d) proceder à requalificação da oferta turística, através de projectos e acções concertadas de valorização do património cultural e ambiental.	Sistema Urbano	x	o	o					o

3. DIAGNÓSTICO TERRITORIAL

3. DIAGNÓSTICO TERRITORIAL

3.1. Sistema Urbano

3.1.0. Síntese das dinâmicas de urbanização

Na última década, a dinâmica urbana verificada, embora ainda estruturada pela cidade de Lisboa, pelos eixos radiais tradicionais, pelo subsistema de centralidades do Arco Ribeirinho e pela aglomeração Setúbal-Palmela, evidenciou quatro linhas principais:

- › Perda de vitalidade dos centros urbanos consolidados, nomeadamente de Lisboa;
- › Alastramento das áreas consolidadas para espaços naturais contíguos;
- › Urbanização fragmentada definida por extensas áreas urbanas de génese ilegal;
- › Intensificação da edificação dispersa nas áreas rurais.

Para além do comprometimento dos solos agrícolas e florestais, a edificação de as áreas residenciais em localizações progressivamente mais periféricas originou um recuo na utilização do transporte colectivo e a extensificação dos movimentos pendulares, gerando consumos energéticos incompatíveis com os actuais objectivos de sustentabilidade.

A concretização de uma forma urbana compacta, promotora de uma mobilidade mais racional deverá ser alcançada tanto com a interdição da edificação em áreas agro-florestais, como pela regeneração dos tecidos urbanos consolidados, nomeadamente daqueles que apresentem maiores densidades populacionais e funcionais e melhores níveis de serviço de transporte público colectivo.

A melhoria do desempenho energético da AML e a criação de contextos funcionalmente mais densos assume idêntica relevância para a promoção da

competitividade económica, tanto mais quanto ao longo das últimas décadas se verificou uma dispersão das actividades económicas, gerando-se disfuncionalidades no sistema logístico e uma crescente segregação entre os espaços residenciais e económicos, contribuindo para a perda de vitalidade das centralidades tradicionais.

Exceptuando a vocação exportadora das indústrias implantadas na Península de Setúbal, não existem na AML pólos de especialização claros e evidencia-se alguma desarticulação na cadeia de valor. É também visível uma crescente tercerização da economia regional, com particular destaque para a Península de Setúbal, em que a indústria transformadora tem vindo a perder peso. Globalmente, tem crescido o sector da prestação de serviços especializados às empresas, abarcando realidades muito diferentes e compreendendo níveis de qualificação de mão-de-obra muito díspares. Mais recentemente, as actividades ligadas ao sector imobiliário registaram um crescimento assinalável, em algumas situações induzido pelas grandes infra-estruturas de transportes e pelas dinâmicas construtivas geradas.

Embora esta dispersão tenha reforçado o protagonismo económico da generalidade dos concelhos metropolitanos, a recomposição do sistema urbano tem sido lenta e incapaz de desfazer os desequilíbrios existentes entre as duas principais unidades – a Grande Lisboa e a Península de Setúbal –, no que respeita ao acesso aos bens públicos e às condições para geração de riqueza.

A superação das iniquidades que teimam em marcar a AML deverá ser alcançada através de prossecução de princípios de eficácia e de eficiência na modelação territorial da oferta de equipamentos e serviços públicos. Para tal, deverá consolidar-se e intensificar-se a estruturação policêntrica através do reforço do protagonismo funcional dos núcleos vertebradores, em particular dos pólos de grande densidade populacional e melhor servidos pelos modos de transporte e, pelo reforço dos meios de gestão em rede que permitam aprofundar as complementaridades.

Os grandes projectos de investimento e reorganização espacial das infra-estruturas de transporte e logística – como o NAL e as plataformas intermodais – constituem uma oportunidade para desenvolver uma política de reordenamento e aproximação das actividades dentro da mesma cadeia de valor, reforçando os padrões de especialização sub-regionais. Existem, também, projectos ligados a sectores industriais intensivos em conhecimento e capital humano que, ancorados na Península de Setúbal, permitem perspectivar a revitalização de antigas centralidades (Quimiparque, Siderurgia e Margueira) estimulando a competitividade e a qualificação de espaços deprimidos. As linhas de orientação e reordenamento das actividades económicas no território deverão subordinar-se a este princípio, reunindo os incentivos suficientes para que os esforços da iniciativa individual sejam canalizados para as áreas que se pretendem desenvolver.

Finalmente, a construção de uma metrópole como um espaço fértil para o intercâmbio geracional, social e cultural, promotora da inclusão e da geração de oportunidades de vida, deverá suportar-se numa forma urbana que potencie as relações sociais. Este objectivo deverá ser conquistado a partir da reconstrução de um quadro de vida de proximidade. A aposta em áreas urbanas multifuncionais, densas e compactas, geradoras de menores mobilidades, de melhor desempenho dos equipamentos sociais e de maior interacção e vitalidade sociocultural deverá ser a linha estruturadora da concepção do sistema urbano metropolitano.

3.1.1. Tendências Pesadas de Estruturação do Sistema Urbano

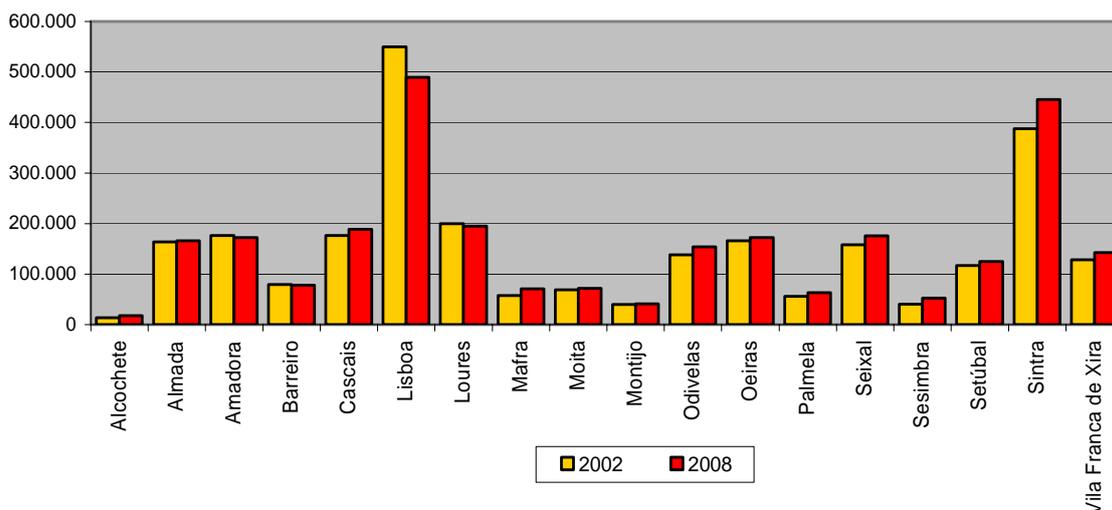
3.1.1.1. Da Atractividade da AML

Pese embora nos últimos anos o discurso político e técnico ao nível nacional tenha sido pautado pela preocupação de aprofundamento da coesão regional e

de robustecimento da rede de cidades médias, tendo em vista a atenuação das assimetrias de desenvolvimento entre o Litoral e o Interior e a contenção dos processos de megapolização de Lisboa e Porto, a realidade é que a AML continua a apresentar uma grande dinâmica de atracção e de concentração populacional e habitacional.

De acordo com a informação produzida pelo INE, entre 2002 e 2007 a população da AML cresceu 4,1% (2,4% no contexto da Grande Lisboa e 6,4% na Península de Setúbal), e o parque habitacional aumentou 5,3% (4,4% na Margem Norte e 7,3% na Margem Sul).

Figura 1 – Evolução da população da AML entre 2002 e 2007



(Fonte: INE)

Ao nível concelhio, o ritmo de crescimento no mesmo período foi particularmente intenso em Sesimbra (25,2%), Alcochete (22,0%), Mafra (19,4%), Sintra (12,9%), Palmela (10,8%) e Seixal (10,0%), nuns casos em associação clara com as respostas do mercado da habitação e do sistema acessibilidades e transportes, noutros com a alavancagem da economia local.

Quantitativamente deve ser sublinhada a dinâmica de fixação populacional e construtiva do concelho de Sintra, o qual só entre 2002 e 2007 atraiu mais 50.000 habitantes (1,4% dos efectivos populacionais da AML). De resto, se

recuarmos até 1991, verificamos que desde então este concelho aumentou a sua população em 67,6% e o seu parque habitacional em 51,7%.

Inversamente, o concelho/cidade de Lisboa prosseguiu a tendência de perda populacional das últimas décadas (-9,1% entre 2002 e 2007), mau grado o reforço do parque habitacional neste último período (0,5%).

3.1.1.2. Do Alastramento e Consolidação da Ocupação Urbana

A ocupação urbana do território tem continuado a fazer-se de forma acelerada, expansiva e fragmentária e, como sempre, apoiada nos principais corredores de acessibilidade e transporte, mas também muito impulsionada pelas políticas municipais de urbanização e de investimento público em equipamentos e serviços colectivos.

Quadro 5 – Evolução da Ocupação Urbana do Solo: 1990, 2000 e 2009

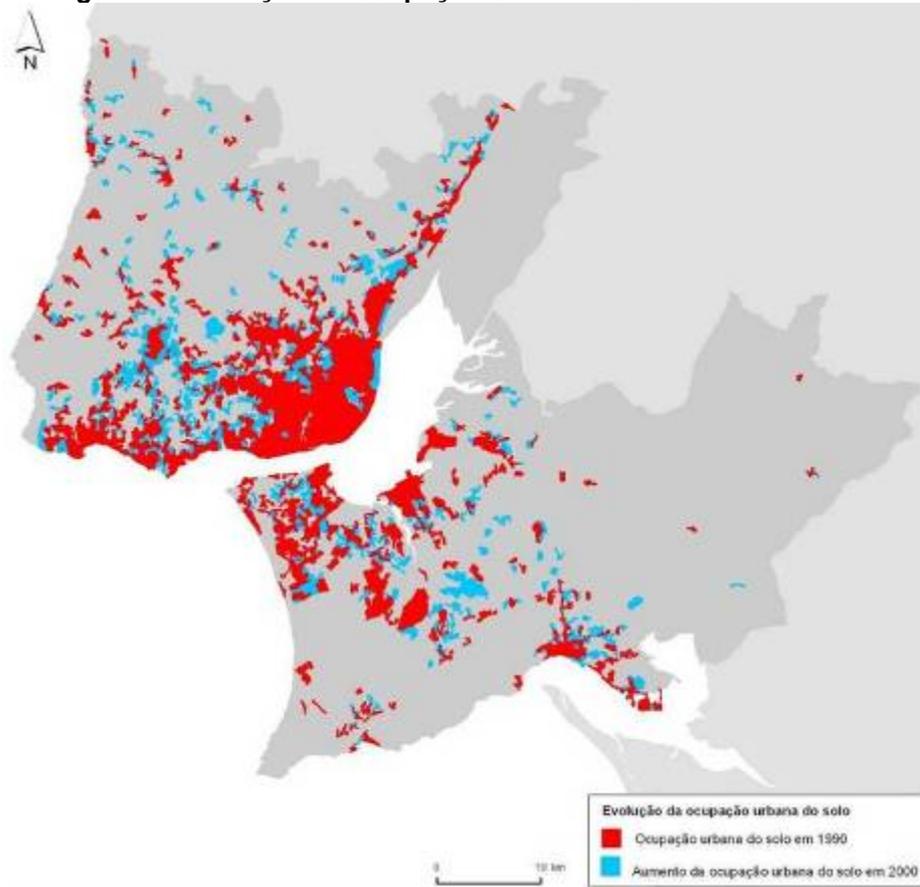
Grandes Categorias de Espaço Edificado	Tipologia de Espaços em 2009	Evolução da Área Ocupada (km ²)		
		1990	2000	2009
Tecido Urbano Contínuo (incluindo Equipamentos Desportivos e de Lazer; e Espaços Verdes Urbanos)	Áreas Edificadas Compactas; e Complexos desportivos e Marinas	63,6	79,5	266,0
Tecido Urbano Descontínuo	Áreas Edificadas Dispersas Tipo 1 e 2; e Áreas Edificadas Fragmentadas	247,6	332,7	524,8
Áreas em Construção	Espaços Vazios em construção	4,1	12,4	12,6
Indústria, Comércio e Equipamentos Gerais	Grandes Superfícies Comerciais; e Áreas de Indústria Logística e Armazém	48,5	73,2	83,6
Zonas Portuárias e Aeroportuárias	Portos e Instalações Aeroportuárias e Ferroviárias	17,7	18,6	12,0
TOTAL		381,5	516,4	899,0

Fontes: IGP, 1990 e 2000; CCDRLVT, Equipa do PROT-AML, 2009

Tomando como referência as classes de uso do solo que de algum modo podem ser associadas ao fenómeno urbano, identificadas em três estudos da ocupação urbana feitos com base na fotointerpretação de imagens de fotografia aérea ou de satélite, de 1990, 2000 e 2009 (as duas primeiras realizadas pelo IGP - Instituto Geográfico Português e a última pela sub-equipa Padrões de Ocupação do Solo/Estrutura de Protecção e Valorização Ambiental

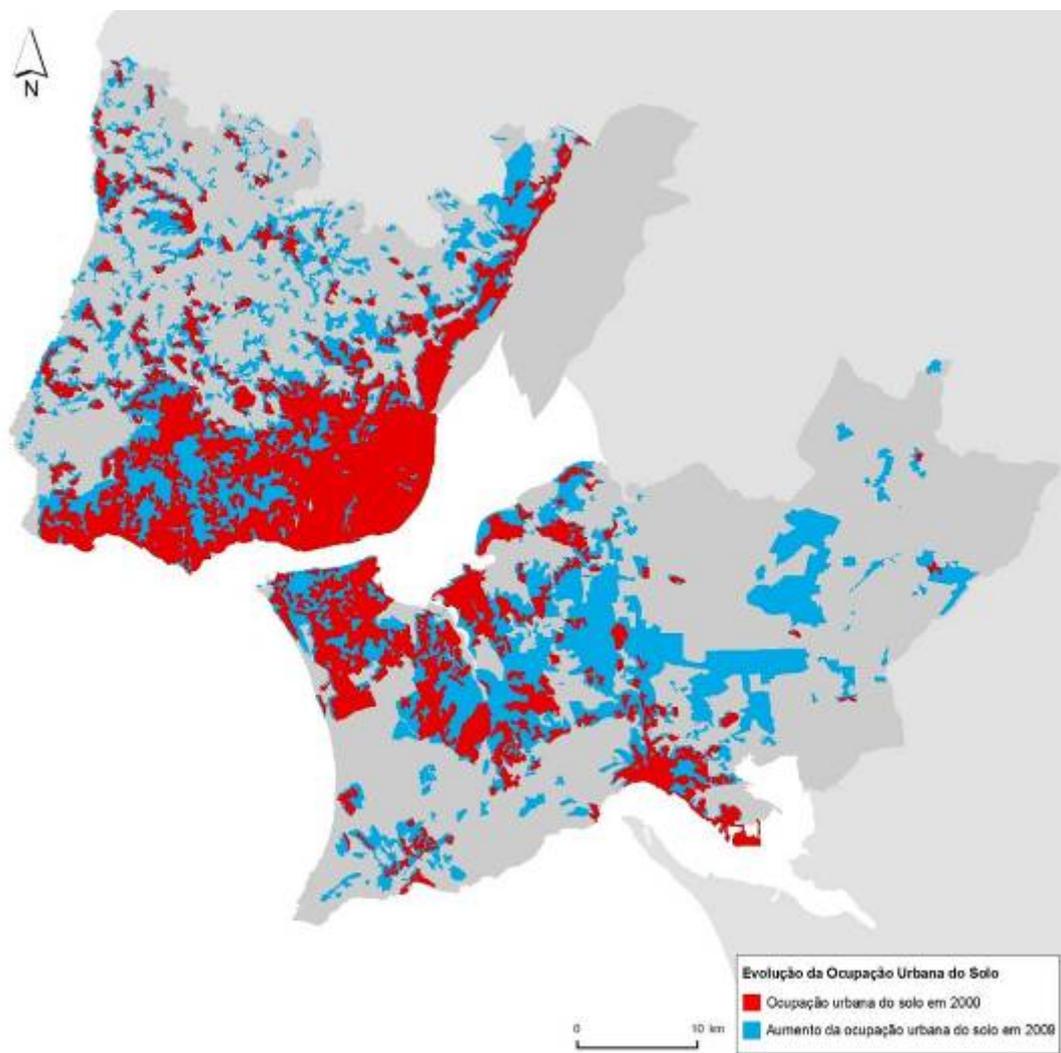
do PROT-AML), verificamos que o alastramento da urbanização aumentou 35,4% entre 1990 e 2000 e, 74,1% entre 2000 e 2009.

Figura 2 – Evolução da Ocupação Urbana do Solo de 1990 a 2000



Fonte: IGP, 1990 e 2000

Figura 3 – Evolução da Ocupação Urbana do Solo de 2000 a 2009



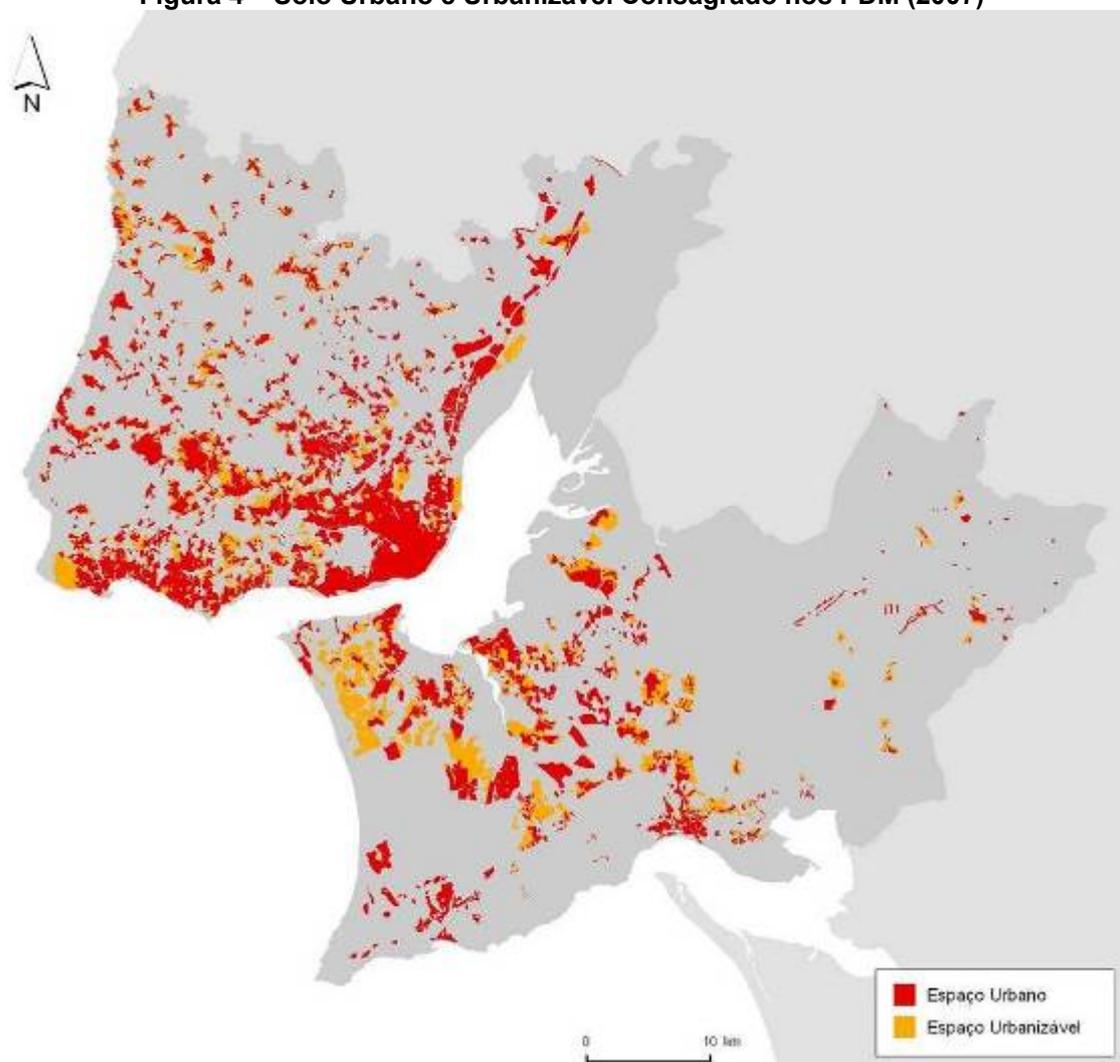
Fonte: IGP 2000; e Sub-equipa Padrões de Ocupação do Solo/Estrutura de Protecção e Valorização Ambiental do PROT-AML, 2009.

Em 2009, 30,5% do território metropolitano estava afecto ao processo de urbanização (17,5% em 2000). Contudo, se atentarmos na forma dos tecidos urbanos verificamos que a AML é marcada pela descontinuidade do edificado, já que o tecido urbano classificado como descontínuo (impermeabilização do solo entre 30% a 80%) é 1,9 vezes superior ao classificado como contínuo. Ainda assim, é de relevar que desde 2000 os processos de coalescência de lugares reforçaram o padrão de continuidade dos tecidos construtivos (note-se que em 2000 os tecidos descontínuos eram 4,2 mais representativos que os contínuos).

Ao nível concelhio, o fenómeno da descontinuidade construtiva ganha particular expressão nos concelhos de Palmela, Mafra e Sesimbra, nos quais o peso dos tecidos urbanos dispersos e fragmentados face a todo o tecido edificado é superior a 78%.

Embora enquanto modelo de ocupação, a descontinuidade urbanística não constitua um problema de ordenamento do território, no caso da AML verifica-se que as ocupações descontínuas resultam, essencialmente, de situações de inexistência de programação do processo de urbanização. Isto apesar de o conjunto dos PDM dos concelhos da AML terem consagrado cerca de 160 Km² de “Espaço Urbanizável”, a larga maioria a ser concretizada nos concelhos da Margem Sul. Destaque-se que nos concelhos do Seixal e Setúbal o peso da categorias de uso definidas como “Espaço Urbanizável” e “Espaço Urbano” equivalem-se, e que nos casos de Alcochete e Almada a primeira sobrepõe-se claramente (1,4 vezes mais no primeiro caso e 2,5 vezes no segundo caso). Na Margem Norte, apesar da maior consolidação do processo de urbanização, é ainda de referir a expressão absoluta que a categoria “Espaço Urbanizável” apresenta em concelhos como Sintra (19,4 Km²), Cascais (10,8) e Oeiras (8,8 Km²). Evidencia-se, assim, a forte aposta que muitas Câmaras Municipais colocaram na atractividade populacional e consequente produção imobiliária, sector que, como é conhecido, tem sido um dos pilares das receitas municipais.

Figura 4 – Solo Urbano e Urbanizável Consagrado nos PDM (2007)



Fonte DGOTDU, 2007

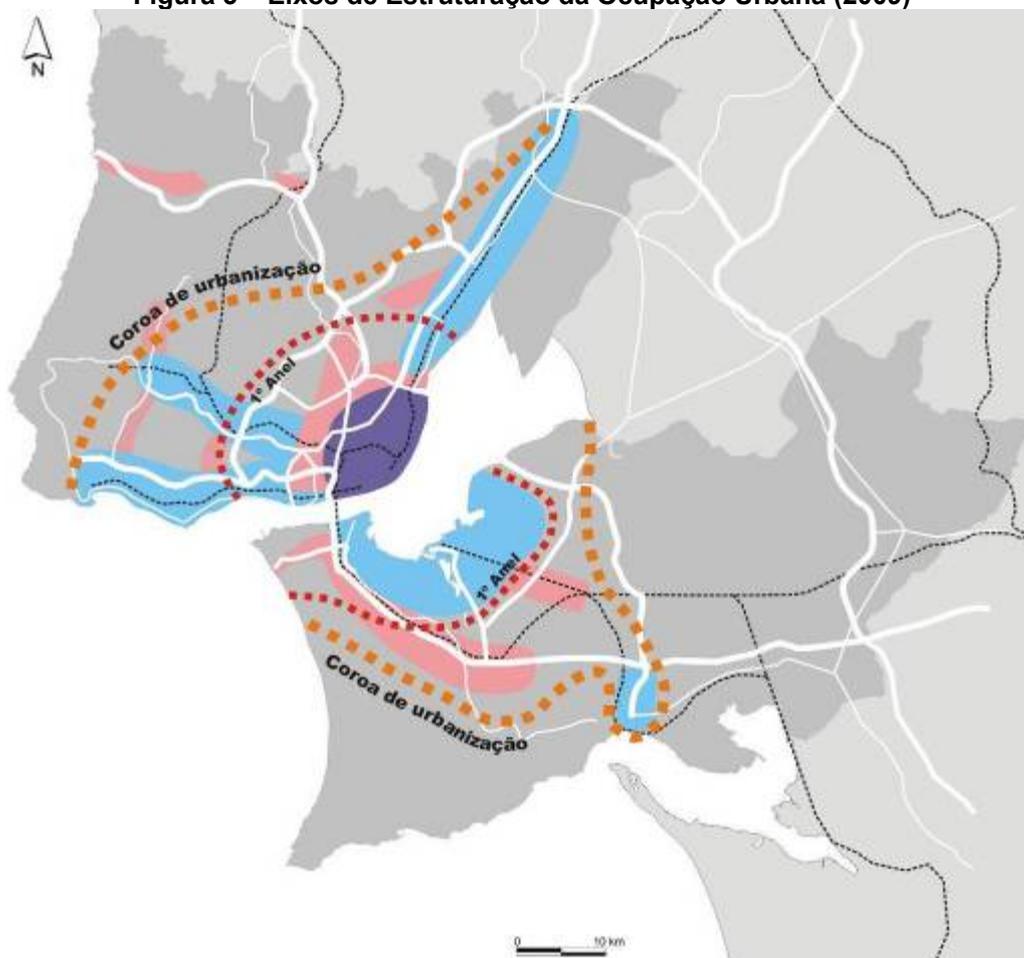
3.1.1.3. *Dos Eixos de Estruturação da Ocupação Urbana*

Desde há décadas que o alastramento da urbanização na AML tem sido induzido pela força motriz da cidade-capital e por eixos de estruturação territorial que as acessibilidades fluviais e ferroviárias, num primeiro tempo, e as rodoviárias, num segundo tempo, ajudaram a definir e a consolidar, prolongando a área urbana para além dos limites físicos da cidade e para o interior das Margens Norte e Sul.

Na Margem Norte, sobressaem quatro grandes eixos territoriais: i) o eixo de Cascais; ii) o eixo de Sintra; iii) o eixo Vila Franca de Xira; iv) e o eixo de Loures. Os três primeiros apoiados em acessibilidades ferro e rodoviárias e, certamente por isso, mais precocemente consolidados, com maior expressão territorial, e amarrando diversas centralidades urbanas com relevância metropolitana. Já o eixo de Loures, pelo facto de estar apenas apoiado no transporte rodoviário (exceptuando o caso de Odivelas que passou recentemente a ser servida por metropolitano), regista não só uma menor dimensão física, como uma pior integração nas dinâmicas funcionais metropolitanas. Acrescente-se que as dinâmicas verificadas e a proximidade dos eixos de Cascais e de Sintra favoreceram a sua coalescência, pelo que nas últimas duas décadas se acentuou o alastramento da urbanização ao espaço intersticial entre estes eixos.

Em certa medida, os limites de desenvolvimento destes quatro eixos estabelecem, na Margem Norte, a coroa onde se materializou o processo de urbanização da envolvente da cidade de Lisboa. Este apresenta diferentes graus de consolidação e de compactação consoante a proximidade da capital, podendo subdividir-se em dois anéis: o anel interior e o anel exterior. O primeiro de significativa compactação e crescente coalescência urbanística, o segundo ainda marcado por razoável fragmentação urbanística.

Figura 5 – Eixos de Estruturação da Ocupação Urbana (2009)



Fonte Elaboração Própria, 2009

No interior da Península, assiste-se à afirmação de uma nova centralidade urbana Fernão Ferro/Quinta do Conde, que tem a particularidade de apresentar um tecido construtivo em extensão e o seu estabelecimento se ter operado através de processos urbanísticos de génese ilegal. Por último, uma referência a Sesimbra, que pese embora a sua atractividade turística e residencial continua a ter a capacidade irradiadora das restantes sedes concelhias da Margem Sul.

3.1.1.4. Da Compacidade Construtiva

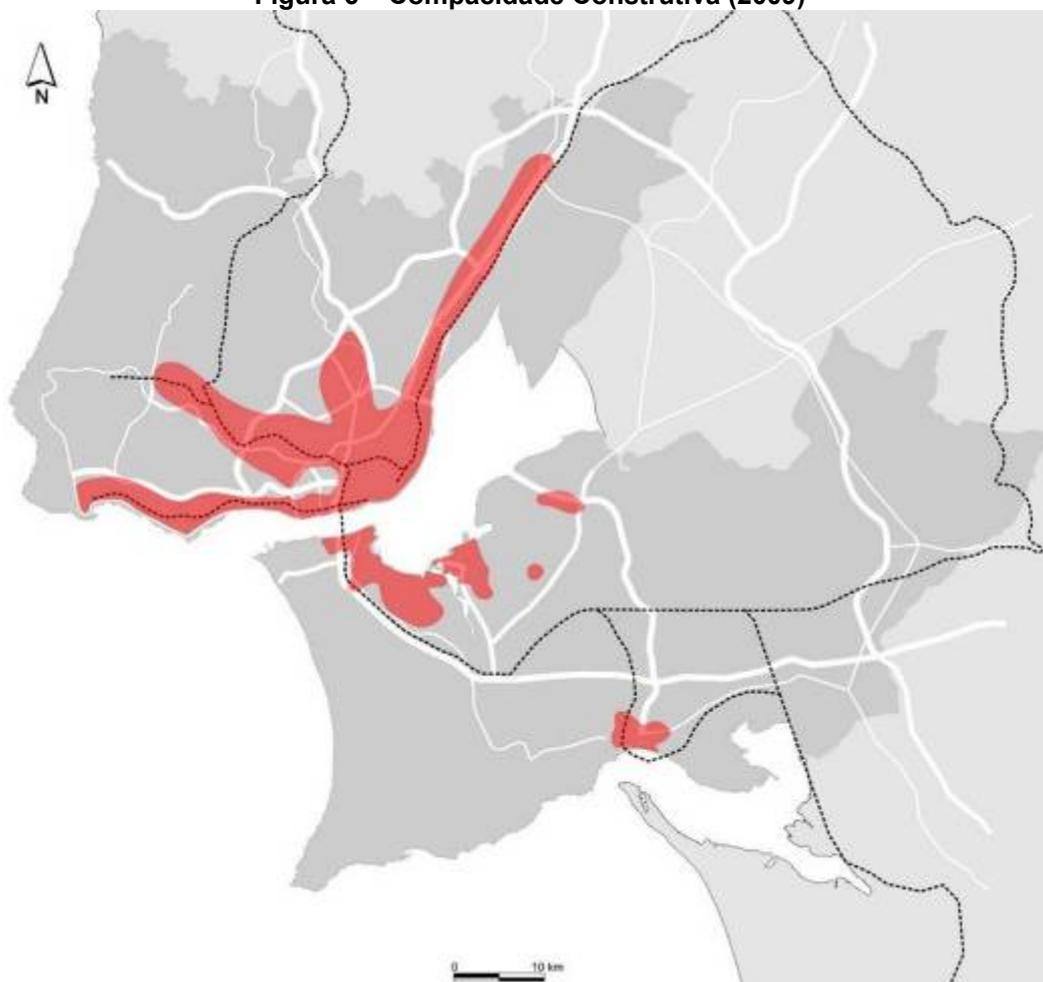
A discussão da “cidade compacta” está cada vez mais nas agendas políticas e dos urbanistas. Tanto mais que, quando devidamente equipada de equipamentos, serviços e espaços de lazer, contribui para reduzir substancialmente os custos associados à mobilidade.

Da análise do número de pisos por secção estatística do INE (tomando como referência a modelação territorial do edificado média de pisos superior a 4), em confronto com a imagem de Satélite da AML pode inferir-se que a compacidade urbana da AML é relativamente reduzida, mesmo em áreas consolidadas há bastante tempo.

Na Grande Lisboa, sobressaem basicamente as manchas edificadas da cidade de Lisboa e alguns contínuos e/ou nucleações na envolvente imediata e nos eixos que dela irradiaram.

A cidade de Lisboa, pese embora a sua densidade não seja particularmente elevada (sobretudo se comparada com outras capitais europeias e mundiais), apresenta nas áreas históricas e consolidadas do eixo central (Baixa/Avenidas Novas) e nas áreas de mais recente urbanização uma significativa compacidade, que é em grande medida função da necessidade de obter rendimento de uma elevada valorização do preço do solo.

Figura 6 – Compacidade Construtiva (2009)



Fonte Elaboração Própria, 2009

No caso dos eixos de desenvolvimento urbano que irradiaram a partir de Lisboa, destacam-se sobretudo vários contínuos e nucleações urbanas cujo desenvolvimento se apoiou nas acessibilidades e transportes que direccionaram tais eixos, e muitos dos quais emergiram apenas nas últimas três a quatro décadas:

- Ao longo do eixo de Vila Franca de Xira: o contínuo construtivo que agrega Moscavide, Portela, Sacavém, Bobadela, Santa Iria de Azóia, Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa; e as nucleações de Via Longa, Alverca do Ribatejo, Alhandra e Vila Franca de Xira;

- Ao longo do eixo de Loures: o contínuo construtivo que abarca Odivelas, Ramada, Olival de Basto, Póvoa de Santo Adrião e Santo António dos Cavaleiros/Cidade Nova;
- Ao longo do eixo de Sintra: os contínuos construtivos que integram a cidade da Amadora (Buraca, Damaia, Alfragide, Reboleira, Amadora, Venteira, Venda Nova, Falagueira, Casal de São Brás, Alfovelos, Brandoa, ...), podendo-se também juntar o lugar de Pontinha pese embora pertença ao concelho de Odivelas; o contínuo Queluz, Monte Abraão, Massamá e Tercena; a mancha Cacém/Agualva/Mira Sintra; o contínuo Rio de Mouro, Rinchoa, Mercês/Tapada das Mercês, Algueirão/Mem Martins; e a nucleação de São Marcos;
- Ao longo do eixo de Cascais: o contínuo Algés, Linda-a-Velha, Carnaxide; o contínuo Paço de Arcos, Oeiras, Carcavelos, Parede e Estoril; e a nucleação de Cascais.

Por sua vez, na Península de Setúbal, a maior compacidade do edificado surge associada à cidade de Setúbal e às nucleações que emergiram e se consolidaram ao longo e a partir do Arco Ribeirinho. Neste último caso destaquem-se: o contínuo que abarca Almada, Pragal, Cova da Piedade, Laranjeiro, Feijó e Corroios; o contínuo Amora, Paivas, Fogueteiro, Arrentela; o contínuo Barreiro, Lavradio, Baixa da Banheira, Vale da Amoreira, Santo André; e as nucleações de Moita e do Montijo.

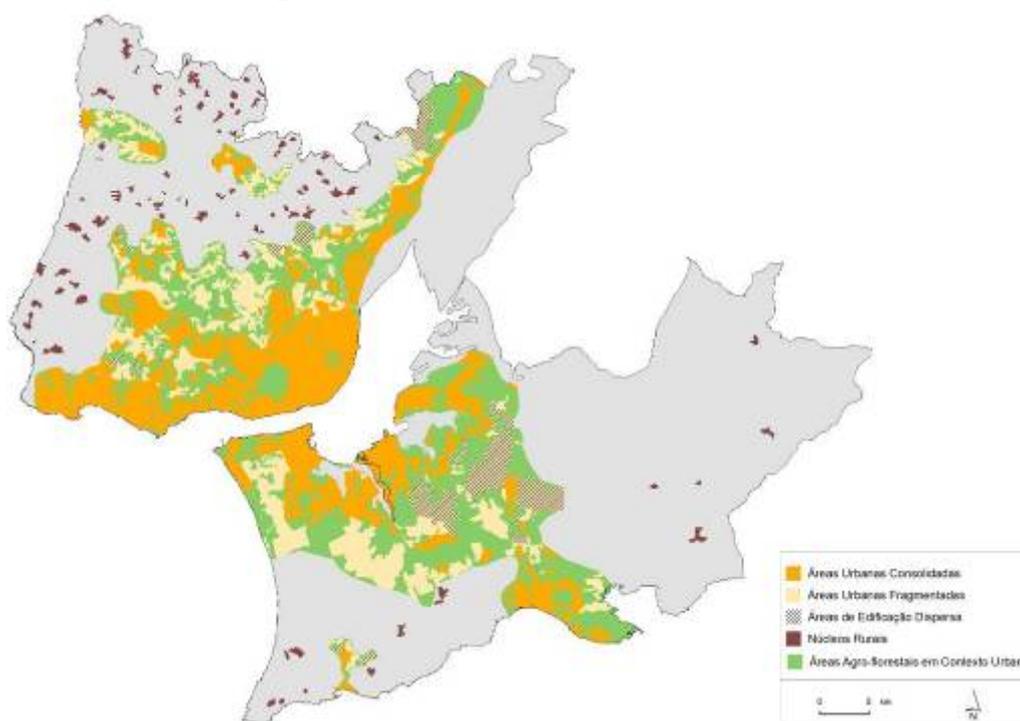
3.1.1.5. Dos principais espaços urbanos

A AML caracteriza-se actualmente por grandes espaços com funções urbanas com diferentes morfologias, formas e intensidades de ocupação e edificação:

- › **Áreas urbanas consolidadas** – Surgem associadas, na Margem Norte, à cidade de Lisboa e aos desenvolvimentos urbanísticos tentaculares emanados a partir da capital e, na Margem Sul, à coalescência de

assentamentos humanos nas margens ribeirinhas do Tejo e a impulsos urbanísticos da cidade de Setúbal. Tratam-se de espaços integrados no sistema metropolitano de transportes colectivos em sítio próprio com grande relevância populacional e funcional, pontuados por áreas urbanas críticas e por espaços em perda ou com usos obsoletos. Importa fortalecer, redinamizar e integrar estes espaços, promovendo a sua qualificação através de processos vários: da reconversão e reabilitação urbanística à gentrificação dos centros históricos.

Figura 7 – Usos Urbanos do Solo em 2009



Fonte: Equipa do PROT-AML, 2009

- › **Áreas urbanas fragmentadas** – Correspondem à mais extensa área de desenvolvimento do fenómeno urbano na AML, sendo resultado do alastramento não programado, especialmente descontínuo e fortemente desarticulado dos espaços urbanos. Nesta extensa coroa localiza-se uma parte significativa dos mais de mil e duzentos aglomerados habitacionais que compõe as Áreas Urbanas de Génese Ilegal e que constituem um dos principais desafios urbanísticos dos municípios. A

contenção destas áreas, a sua estruturação e integração no sistema de mobilidade constituem objectivos prementes que deverão orientar as políticas urbanas na próxima década.

- › **Áreas de edificação dispersa** – A edificação dispersa e de baixa densidade em contextos predominantemente agro-florestais constitui um dos principais fenómenos de urbanização recentes da AML e um dos principais problemas em termos de ordenamento do território. Fortemente impulsionado pelo transporte individual, atinge particular expressão no interior da Península de Setúbal, um dos territórios que estará mais exposto às dinâmicas económicas e construtivas geradas pela Terceira Travessia do Tejo.
- › **Núcleos Rurais** – Localizados predominantemente no sector Norte da AML, embora também ocorram na margem Sul, constituem os espaços com maior densidade construtiva e demográfica, em contexto agro-florestal, carecendo de intervenções infra-estruturais e de valorização paisagística que potenciem a sua singularidade e garantam um aproveitamento sustentável da multifuncionalidade das áreas rurais, acolhendo actividades de lazer e turismo.
- › **Áreas agro-florestais em contexto urbano** – Para além da importância económica específica destes espaços, tanto ao nível agrícola como florestal, desempenham um papel fundamental em termos sociais, ambientais e paisagísticos para a qualidade do sistema urbano metropolitano, constituindo a sua preservação e valorização funcional uma prioridade estratégica.

3.1.1.6. Da Qualidade e Disfuncionalidade dos Tecidos Urbanísticos

Como é conhecido, a AML apresenta uma grande diversidade de tecidos urbanísticos, fruto de um processo histórico de ocupação territorial com mais de dois mil anos. Mas, também importa sublinhar que grande parte da produção do espaço urbano actual é resultado das dinâmicas económicas, sociais e de infra-estruturação territorial verificadas nos últimos cinquenta anos.

Dinâmicas de ocupação particularmente acelerada e intensiva, planeada e não planeada, legal e não legal, que muitas vezes se apropriaram do território metropolitano de forma casuística e retalhada, dando origem não apenas a uma grande diversidade morfológica de espaços urbanos, mas também a desqualificações, disfuncionalidades e congestionamentos territoriais, com externalidades negativas no funcionamento e na sustentabilidade do sistema metropolitano.

Não raras vezes, aponta-se como uma das principais causas de desestruturação urbanística e funcional da AML a figura de loteamento urbano (surgida em 1965) e o empreendedorismo associado à urbanização ilegal. E de facto, ao abrigo concertado destes dois factores implantaram-se tecidos construtivos de deficiente qualidade, que ainda hoje são limitativos de adequados processos de regeneração urbanística (da infra-estruturação básica à hierarquização e reperfilamento de vias, ao apetrechamento de equipamentos e espaços verdes).

Olhando de relance para as desqualificações e disfuncionalidades dos tecidos urbanísticos da AML, atente-se nas seguintes situações:

- A falta de urbanidade das amplas áreas de génese ilegal localizadas no interior da Península de Setúbal (Vale de Milhaços, Fernão Ferro, Quinta do Conde, Vila Amélia, ...) ou na periferia imediata de Lisboa (Serra da Luz, Brandoa, Casal de Cambra, Prior Velho, Camarate, ...) ou ao longo do corredor de Vila Franca de Xira (por exemplo de Bobadela a S. João da Talha) ou do espaço intersticial entre os corredores de Sintra e de Cascais (casos de Talaíde, e das envolventes de São Domingos de Rana e Porto Salvo). Ainda assim, sublinhe-se que apesar de todos terem origem em processos de génese ilegal há diferenças qualitativas nos tecidos construtivos que se materializaram no território, muito em consonância com as dimensões do cadastro e da urbanização e com a morfologia do local;

- A inexistência de respostas suficientes, ao nível de equipamentos e serviços de proximidade, e de espaços públicos polarizadores do quotidiano e das vivências urbanas nas aglomerações da primeira e da segunda coroa de urbanização (casos da Urbanização de São Marcos e da Urbanização da Radial, entre muitíssimos outros exemplos);
- A crescente realocização/localização de importantes equipamentos sociais na periferia das áreas urbanas, em espaços mal servidos por transportes públicos e onde não contribuem para a qualificação funcional e imagética do espaço urbano (casos do Tribunal de Sintra, do Hospital Amadora-Sintra);
- O desenvolvimento de novas áreas urbanas em zonas periféricas, mal servidas pela rede de transportes públicos, promovendo uma crescente desarticulação do sistema urbano e uma mobilidade suportada no transporte individual;
- E, ainda, a desqualificação urbanística dos núcleos rurais, nomeadamente no concelho de Sintra e de Mafra, com valor patrimonial e com aptidão para o acolhimento de novas actividades económicas promotoras de uma revitalização das áreas rurais.

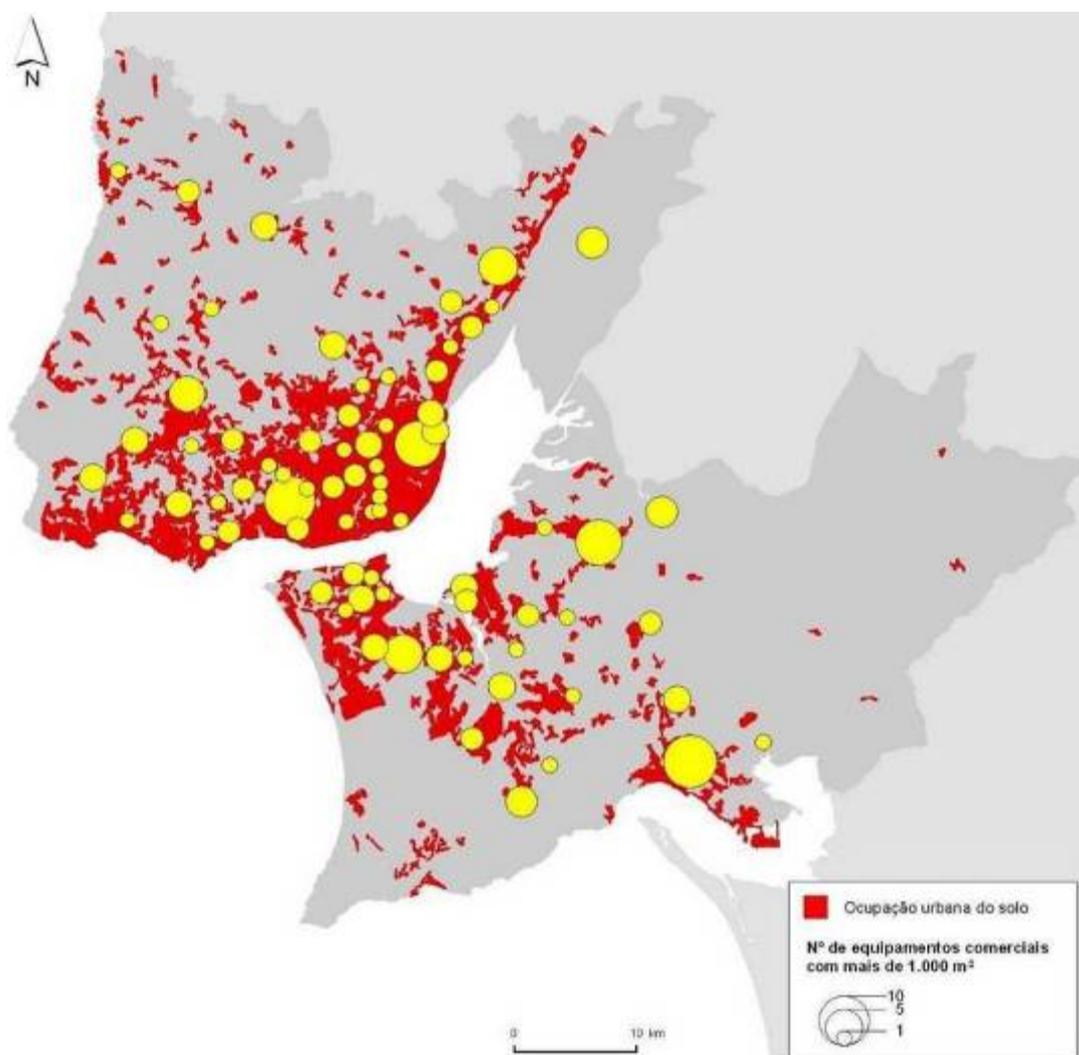
3.1.2. Centralidades Urbanas

O conceito de centralidades urbanas numa metrópole com sectores densamente urbanizados e coalescência de manchas de edificado ainda pouco consolidadas, tende a perder algum significado conceptual. Efectivamente, em muitas áreas da AML não é perceptível a forma urbana de muitos lugares, e com frequência os centros históricos desses lugares não são coincidentes com os respectivos centros cívicos (e de maior dinamismo). Nalguns casos, assistiu-se a uma aglomeração espacial de funções e de equipamentos, operada de

forma casuística e autónoma e sem preocupações de reforço da identidade dos lugares e de recentramento das vivências dos seus habitantes.

Basta atentar no que tem acontecido com a localização das grandes superfícies comerciais na AML, bem como alguns grandes equipamentos de carácter colectivo, para concluirmos que a sua localização tem sido quase sempre indutora de novos retalhos de expansões construtivas e, conseqüente, da progressiva emergência de novas centralidades.

Figura 8 – Equipamentos Comerciais com Mais de 1.000 m² por Freguesia (2009)



Fonte: Elaboração Própria, 2009

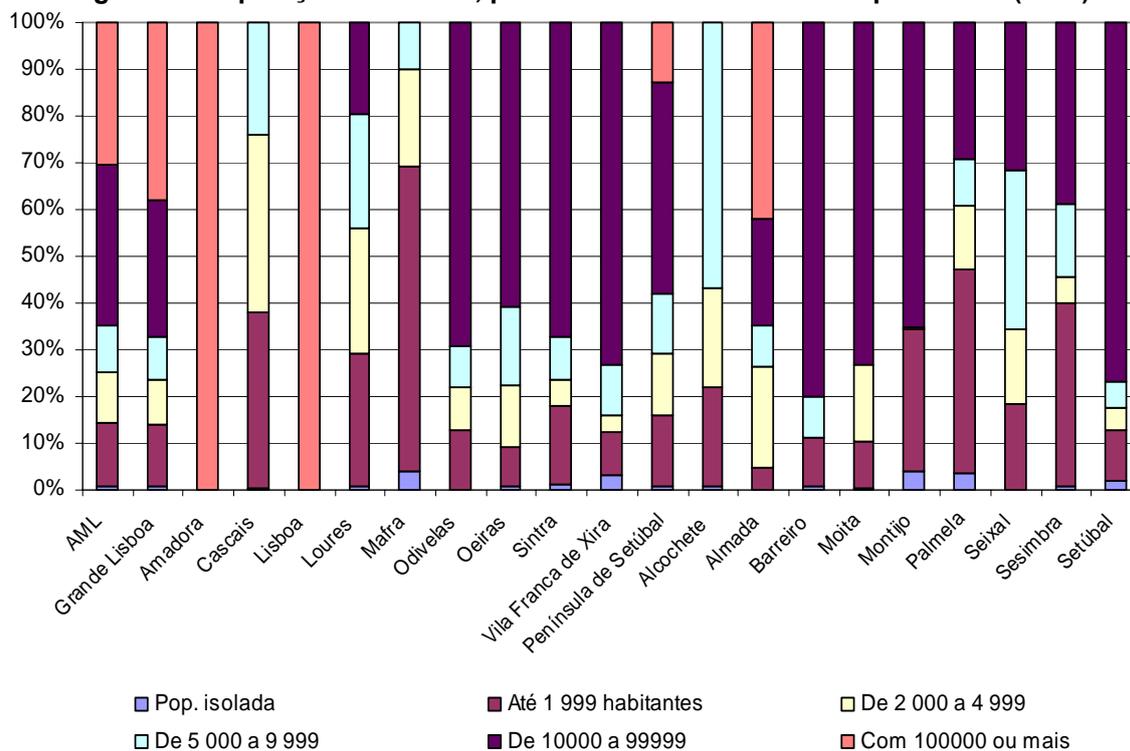
Ainda assim, parece-nos que existem razões de sobra para uma análise ao nível das centralidades urbanas. Primeiro, porque a valorização de identidades locais deve ser um desígnio. Segundo, porque a compactação e a segmentação das manchas de edificado impõe-se não só por questões de governança, mas também pela relevância ambiental, societal e política que hoje em dia têm conceitos como “corredores verdes” e “áreas vitais”. Terceiro, porque o recentramento e apetrechamento funcional contribuirá para a redução das pendulações quotidianas e reforçará a identificação da população com os lugares. Quarto, porque importa que a AML funcione como uma rede e, como tal, impõe-se clarificar a hierarquia dos nós dessa rede.

3.1.2.1. Da Armadura de Centros Populacionais

Em 2001, a rede urbana da AML integrava 1.321 lugares, dos quais 961 tinham menos de 2.000 habitantes, 95 entre 2.000 e 5.000 habitantes, 41 entre 5.000 e 10.000 habitantes, 42 entre 10.000 e 100.000 habitantes e apenas 3 (Lisboa, Amadora e Almada) possuíam mais de 100.000 habitantes.

Dado o processo histórico de ocupação e infra-estruturação do território, não só a maior concentração de lugares ocorre na NUTS III da Grande Lisboa (67,6%), como também a maior parte das centralidades urbanas com maior robustez (casos de Lisboa, Amadora, Odivelas, Oeiras, Queluz ou Agualva/Cacém). No conjunto, a Grande Lisboa possui 26 centros urbanos com mais de 10.000 habitantes, e destes, um tem mais de 175.000 habitantes (Amadora) e outro cerca de 565.000 habitantes (Lisboa).

Figura 9 – População Residente, por Escalões de Dimensão Populacional (2001)



Fonte INE, 2001

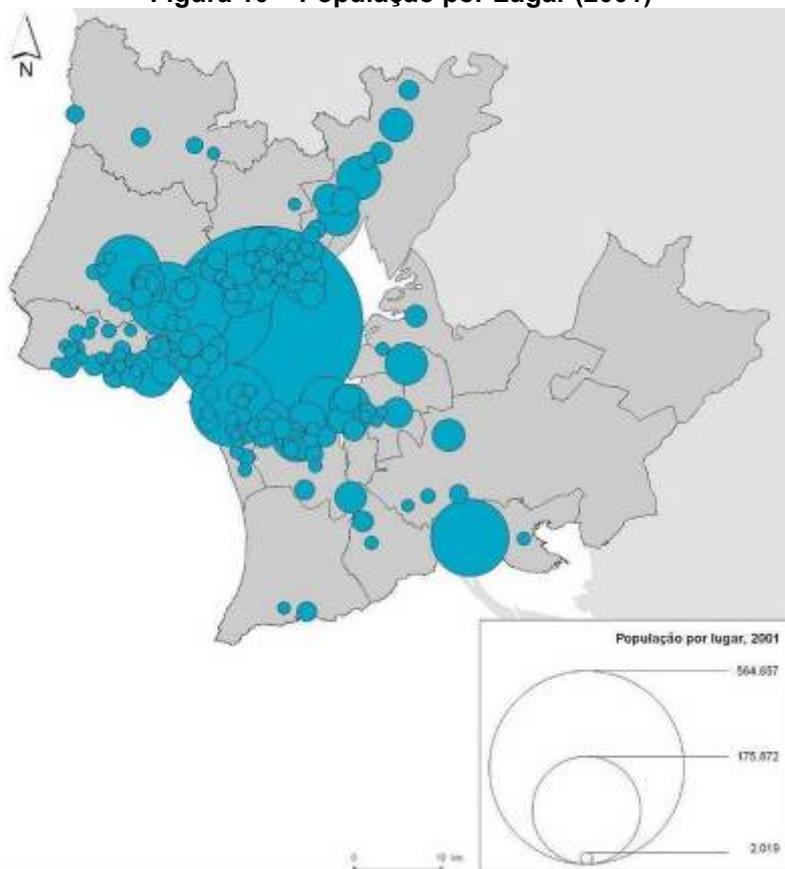
A concentração de lugares da Península de Setúbal representa apenas 32,4% da AML. Em termos de efectivos populacionais, nas últimas décadas a cidade de Almada ultrapassou a de Setúbal, que foi desde sempre o centro urbano identitário da Península e prosseguiu uma trajectória de desenvolvimento mais autonomizada e uma expansão urbana mais circunscrita. Efectivamente, enquanto que a população de Setúbal, em 2001, rondava os 90.000 habitantes, a de Almada cifrava-se já em 102.000¹.

Embora se possam questionar alguns critérios e o significado de no contexto de contínuos edificados se individualizar um lugar, verifica-se da análise realizada que a armadura urbana da AML é relativamente frágil, não tanto no quadro do país, mas tendo em vista o seu funcionamento em rede e a capacidade de competir no mundo global.

¹ Mas diga-se que, em boa verdade, tal também se fica a dever ao facto de a coalescência de manchas urbanas entre Almada, Cova da Piedade, Feijó e Laranjeiro.

Desde logo, porque as centralidades urbanas identificadas apresentam limiares populacionais relativamente reduzidos. Depois, e sobretudo, porque muitas delas, ou por falta de escala, ou por serem particularmente jovens, ou por não terem sido sujeitas a um processo de planeamento urbanístico integrador (nalguns casos até têm extensas áreas edificadas de génese ilegal), ou por serem predominantemente residenciais, não estão dotadas de equipamentos/serviços suficientes de satisfazer as necessidades quotidianas fundamentais e de amarrar vivências locais. Acresce que em muitos casos o insuficiente amadurecimento dos espaços urbanos (pela juventude do tecido construtivo) e as limitações da forma e do desenho urbanos, mormente a ausência clara de um centro cívico (efectivo ou percepcionável) impede o realçamento do que habitualmente se designa por “alma do lugar”, enfraquecendo a identificação dos residentes com o lugar e a identidade no seu todo da AML.

Figura 10 – População por Lugar (2001)



Fonte: INE, 2001

Reflectindo sobre o padrão de distribuição dos lugares na AML, em 2001, importa sublinhar o seguinte:

- Na envolvente próxima de Lisboa, no que designámos anteriormente como 1º Anel da Coroa de Suburbanização, emergiu e consolidou-se uma grande profusão de aglomerados urbanos, de diferentes potenciais populacionais, cuja progressiva coalescência tende a expandir os limites físicos e perceptivos da capital, impondo alguma reflexão política e técnica sobre o actual perímetro urbano e administrativo da cidade de Lisboa. Uma parte significativa destes aglomerados são essencialmente bolsas habitacionais onde diariamente se gera uma boa parte das pendulações casa/trabalho da AML. Existem contudo algumas centralidades urbanas relevantes e com razoável polivalência ao nível dos equipamentos e serviços, como a Amadora, Queluz, Odivelas, Sacavém e Algés;
- No eixo de Vila Franca de Xira, ultrapassada a área próxima de urbanização, verifica-se que o processo de crescimento urbano surge estreitamente associado à linha de comboio, sendo claramente evidente o efeito das estações ferroviárias no desenvolvimento segmentação das principais aglomerações (atente-se em Alverca do Ribatejo, Alhandra e Vila Franca de Xira). De resto, note-se que este espaço canal tem grandes restrições à expansão urbana tanto para nascente como para poente, devido aos condicionamentos físicos (a nascente o rio e a linha de caminho de ferro, e a poente a auto-estrada e o relevo acidentado);
- No eixo de Sintra, a acelerada expansão dos lugares em redor das estações ferroviárias deu origem a grandes contínuos e densificações construtivas, no seio das quais ganharam redobrado valor identitário algumas centralidades urbanas (casos de Amadora, Queluz, Agualva/Cacém e Algueirão/Mem Martins). No desenvolvimento urbanístico expansivo do corredor de Sintra, além do caminho-de-ferro,

há que sublinhar a importância do automóvel. A vila de Sintra dado, por um lado o seu maior afastamento das dinâmicas económicas e construtivas impulsionadas pela cidade de Lisboa e, por outro, os constrangimentos físicos e decorrentes do estatuto de vila-patrimonial tem-se contido como pequeno centro urbano pese embora com importantes funções administrativas, judiciais e culturais;

- No eixo de Cascais, muito por força dos condicionamentos de desenvolvimento urbanístico impostos pelo PUCS – Plano de Urbanização da Costa do Sol (aprovado em 1948) e pelo preço do terreno que tal Plano veio gerar, as centralidades que emergiram são mais contidas quer em termos espaciais quer em termos populacionais e, em consequência, menos robustas em termos de funções. Oeiras e Cascais, pese embora limitados efectivos populacionais (sobretudo quando comparados com os centros do corredor de Sintra), em virtude do seu estatuto de sede de concelho, são os dois centros urbanos com maior polivalência funcional. Algés, logo às portas de Lisboa é outro centro que deve ser destacado.

Na franja nordestina da AML, é de assinalar a presença de um pequeno rosário de centros urbanos que lentamente tendem a conformar um novo eixo de desenvolvimento urbano (Ericeira/Mafra/Malveira/Venda do Pinheiro).

No Arco Ribeirinho da Margem Sul avulta a importância das cidades de Almada, que no contexto da AML desempenha um papel funcional muito equivalente ao da Amadora, ou seja de crescente polivalência nos domínios da habitação, equipamentos e serviços colectivos e emprego industrial e, também da mesma forma núcleo impulsor da emergência e gravitação de outras pequenas centralidades na envolvente. Barreiro é outro centro urbano com razoável robustez funcional e de indução e amarração de outras nucleações urbanas. Seixal, pese embora seja sede de concelho é um aglomerado ainda com grande contenção física (até porque confronta-se com vários condicionamentos de expansão urbanística) e, ao contrário dos dois exemplos

anteriores, aqui parece que a cidade ganha maior sustentação pelo facto de as faixas do concelho mais próximas e com maior acessibilidade a Lisboa (caso do contínuo Amora, Foros da Amora, Miratejo, Paivas, Fogueteiro) terem grandes dinâmicas construtivas. Montijo e Alcochete são claramente dois centros em expansão e diversificação (com realce para o primeiro), beneficiando do facto de desde 1998 estarem servidos por uma das duas travessias do Tejo na zona do Estuário.

No extremo Sul da AML, localiza-se a cidade de Setúbal, que por força do seu posicionamento, granjeou força autonómica e tornou-se num dos principais centros urbanos da AML, quer do ponto de vista populacional, quer funcional, incluindo emprego. Mas é de realçar que nos últimos anos se incrementou consideravelmente a interacção física e funcional entre Setúbal e a vila de Palmela.

Sesimbra, embora sede de concelho continua a ser um pequeno centro urbano, ainda muito marcado pelo aproveitamento das oportunidades do desenvolvimento turístico e, como é conhecido, com grandes restrições físicas e urbanísticas à expansão urbanística.

No interior da Península de Setúbal importa realçar duas situações que futuramente podem ser conformatórias de centralidades urbanas importantes. Por um lado, temos a enorme mancha urbanizada que se tende a estender desde Fernão Ferro à Quinta do Conde (e que se prolonga já na direcção de Azeitão), que como é sabido tem fundamentalmente uma génese ilegal e assenta bastante na tipologia unifamiliar com envolvência de terreno, tendo por isso, genericamente, características de baixa densidade construtiva mas ainda assim apresenta uma trajectória de crescimento populacional (o conjunto abarca já mais de 25.000 habitantes), e de apetrechamento de funções. Por outro lado, releve-se o Pinhal Novo, cuja sustentabilidade e atractividade tem assentado no desenvolvimento e valorização das novas acessibilidades ferro e rodoviárias.

3.1.2.2. – Policentrismo Urbano

- **A conformação das centralidades urbanas**

Na Margem Norte, a expansão urbana fez-se, essencialmente, numa etapa inicial apoiada nas infra-estruturas ferroviárias e em torno das estações onde emergiram diversos centros urbanos materializando uma estruturação tentacular que irradiou a partir de Lisboa, em direcção a Vila Franca de Xira, Sintra e Cascais. Numa segunda fase, beneficiando do desenvolvimento do transporte rodoviário a expansão deu-se para Norte e para os espaços intersticiais, a um tempo, alargando e consolidando os corredores tradicionais e algumas centralidades periféricas, e, a um segundo tempo, originando situações urbanas fragmentadas, na sua maioria de génese ilegal.

Esta expansão foi acompanhada pela deslocalização de actividades económicas para fora da cidade de Lisboa, permitindo a criação de núcleos polarizadores de emprego e rendimento, nos concelhos de Cascais, Sintra e Oeiras, que registaram nos últimos anos assinaláveis dinâmicas de criação de empresas e atracção de emprego qualificado. Esta tendência, remete para Lisboa um papel de maior relevo na terciarização da economia, nomeadamente nas oportunidades de crescimento nas actividades ligadas ao terceiro sector – ainda que não exclusivamente – de que se destacam a cultura e os serviços colectivos às populações.

Por outro lado, no limite Norte da AML, onde predominam extensas áreas agro-florestais, é de assinalar a recente composição de um eixo estruturado por três aglomerações: Ericeira, Mafra e Malveira/Venda do Pinheiro.

No Arco Ribeirinho da Margem Sul avulta a importância de Almada, cidade que no contexto da AML desempenha um papel funcional de crescente polivalência nos domínios residencial, serviços colectivos e emprego industrial e, também,

da mesma forma, núcleo impulsionador da emergência e gravitação de outras pequenas centralidades na envolvência. Barreiro e Seixal são outras concentrações urbanas com razoável robustez funcional e de indução e amarração de outras nucleações urbanas. Montijo e Alcochete são claramente dois centros em expansão e diversificação (com realce para o primeiro), beneficiando do facto de, desde 1998, estarem servidos por uma das duas travessias do Tejo na zona do Estuário.

No interior da Península de Setúbal importa realçar duas situações que futuramente poderão conformar centralidades urbanas importantes. Por um lado, temos a enorme mancha urbanizada que se estende desde Fernão Ferro à Quinta do Conde (e que se prolonga já na direcção de Azeitão). Por outro lado, temos o Pinhal Novo cuja sustentabilidade e atractividade tem assentado no desenvolvimento e valorização das novas acessibilidades ferro e rodoviárias.

No extremo Sul da AML, destaca-se a cidade de Setúbal, que por força do seu posicionamento granjeou força autonómica e tornou-se num dos principais centros urbanos da AML, quer do ponto de vista populacional, quer funcional. É de realçar, no entanto, que nos últimos anos se incrementou consideravelmente a interacção física e funcional entre Setúbal e Palmela, compondo um subsistema urbano que tenderá a prolongar-se em direcção ao Pinhal Novo, ao mesmo tempo que se deu uma maior integração deste sistema no contexto metropolitano. Mais a ocidente localiza-se a vila de Sesimbra que, embora seja sede de concelho, continua a ser um pequeno centro urbano, muito marcado pelo aproveitamento das oportunidades do desenvolvimento turístico, ainda que com grandes restrições físicas e urbanísticas.

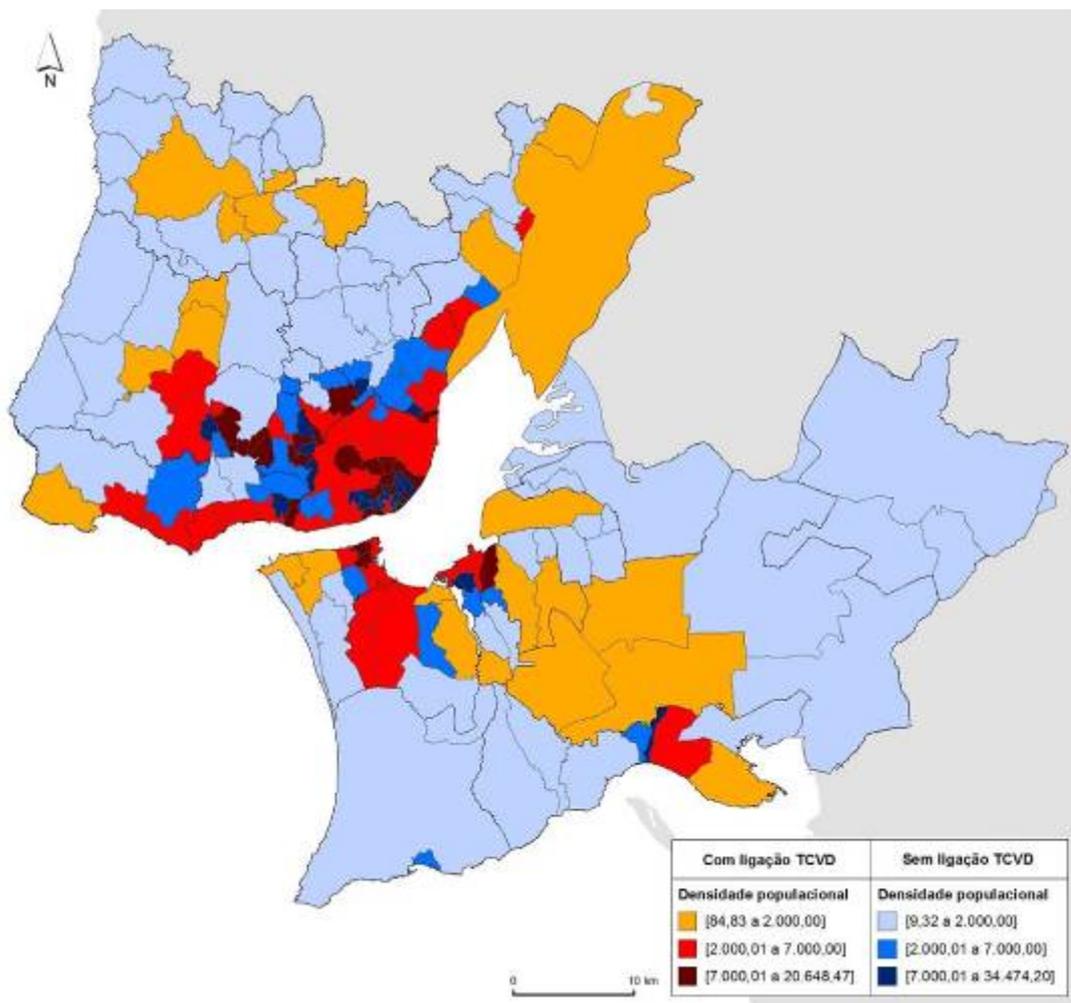
- **Centros Urbanos Polivalentes**

Apesar do que antes foi dito, a armadura de centros urbanos da AML é relativamente frágil, não tanto no quadro do país, mas tendo em vista o seu

funcionamento em rede e a capacidade de competir no mundo global. Desde logo, porque a generalidade das centralidades urbanas apresentam limiares populacionais relativamente reduzidos. Depois, por não estarem dotadas de equipamentos/serviços capazes de satisfazer as necessidades quotidianas e de amarrar vivências locais.

Neste contexto, importa robustecer a rede urbana metropolitana, suportada em centros urbanos multifuncionais, dotados de equipamentos e serviços com expressiva irradiação territorial e fortemente integrados no sistema metropolitano de transporte em sítio próprio.

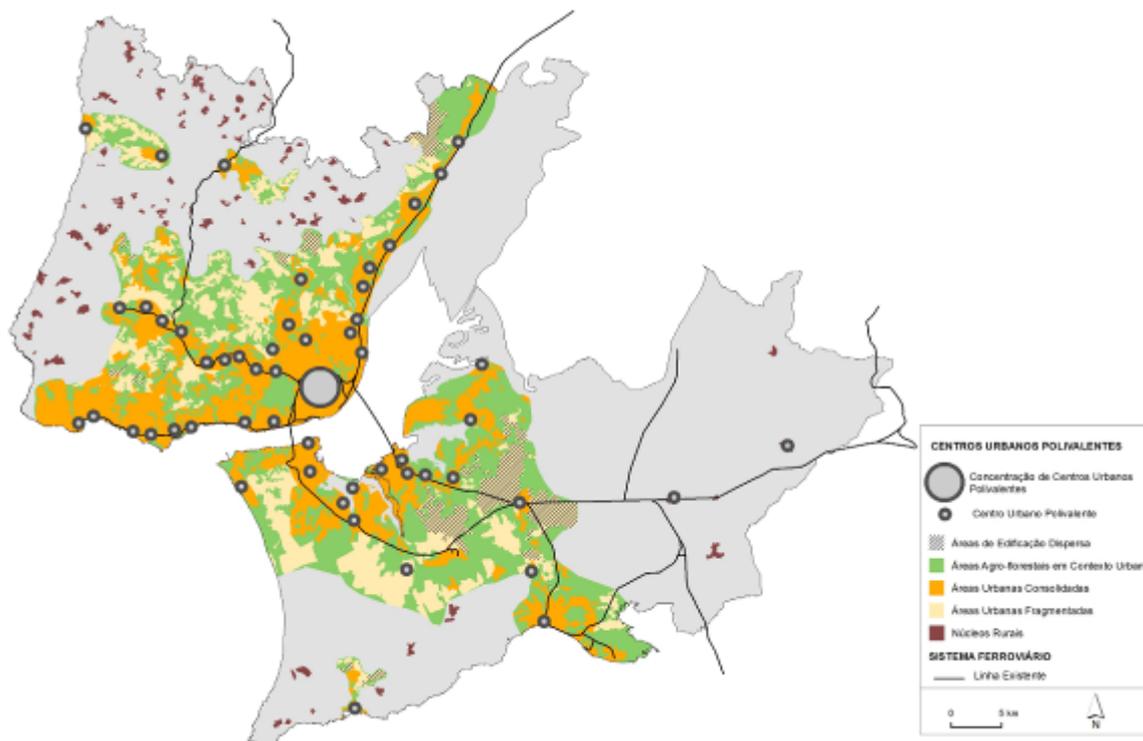
Figura 11 – Centros Urbanos e Acesso a Transportes Colectivos em Via Dedicada (TCVD)



Fonte: Elaboração Própria, 2009

Do diagnóstico efectuado, resultou a identificação de trinta e quatro centros urbanos polivalentes cuja relevância demográfica e funcional e o grau de centralidade conferidos pelos serviços de transporte colectivo fazem com que devam desempenhar um papel estruturador do espaço metropolitano.

Figura 12 – Centros urbanos Polivalentes

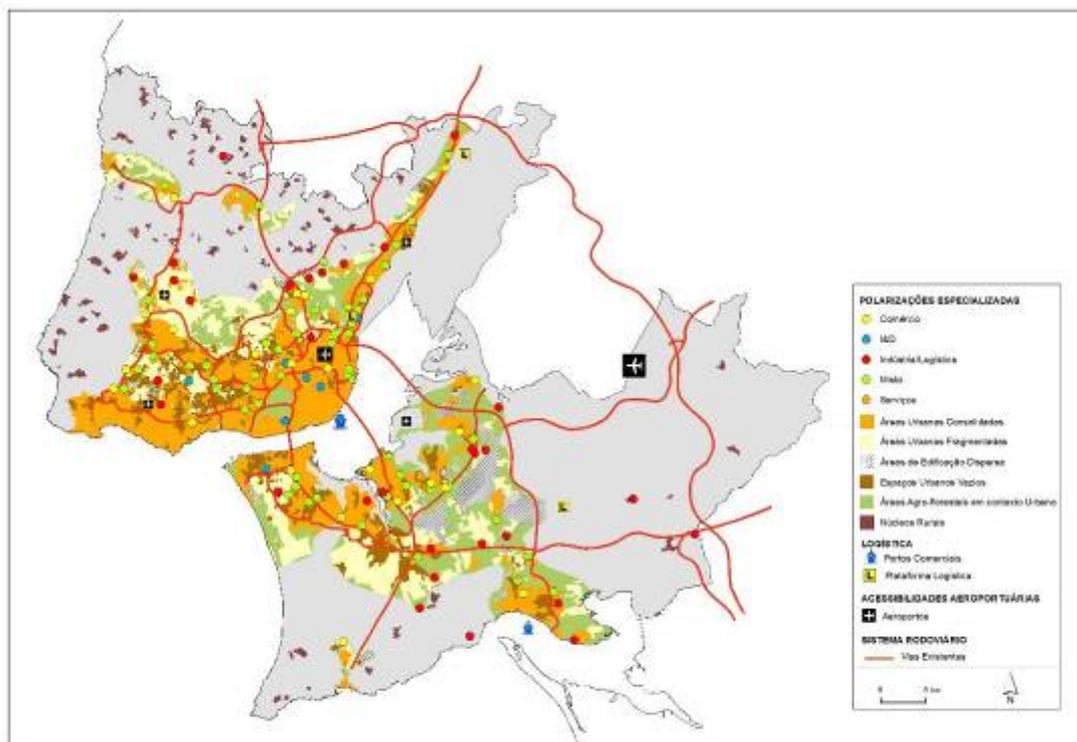


Fonte: Elaboração Própria, 2009

- **Pólos Especializados**

Os pólos especializados no contexto da AML são espaços urbanos onde se concentram actividades económicas de dimensão regional, com potencial polarizador ao nível do emprego e/ou da atracção de consumidores. Esta rede de pólos constitui actualmente a armadura da estruturação económica metropolitana concentrando actividades de diferente natureza.

Figura 13 – Polarizações Especializadas



Fonte: Elaboração Própria, 2009

Numa perspectiva mais fina, dentro das opções estratégicas e tendo em conta a especialização funcional dos pólos, podemos considerar cinco categorias em função do sector das actividades instaladas: I&D, casos do *Taguspark* e do *Madam Park*; Indústria e Logística, por exemplo, a *Autoeuropa*, a zona industrial do Alto de Colaride, a zona industrial de Pêro Pinheiro, as áreas logísticas do Passil e do Poceirão; Comércio, definido pelas novas grandes concentrações comerciais como o *Freeport Outlet*, o *Dolce Vita Tejo*, o *Sintra Retail Park*, entre outros; Serviços, que correspondem a parques empresariais e de negócios como o *Lagoas Park* ou a *Quinta da Fonte*; e, finalmente, os pólos de Usos Mistos nos quais se verifica coexistência de diferentes tipologias de actividades como na zona de Algueirão-Mem Martins ou da Beloura.

Esta armadura de espaços económicos deverá ancorar as opções estratégicas para a base económica da AML que deverão orbitar em torno da logística, da investigação e inovação e do aprofundamento da terciarização. Por conseguinte, os investimentos públicos e privados devem ser preferencialmente canalizados nesta lógica de especialização produtiva e continuidade da cadeia de valor, concorrendo para a criação de empresas e de emprego qualificado.

Num exercício de distribuição espacial destas opções estratégicas sobre o território da AML, o potencial efeito polarizador exercido pelo Novo Aeroporto de Lisboa e pelas plataformas logísticas na margem Sul (porto marítimo de Setúbal e plataforma ferroviária do Poceirão) pode ser aproveitado para reforçar a fragilidade do tecido económico de base industrial na direcção Palmela-Setúbal-Montijo-Alcochete, bem como na Grande Lisboa na direcção Odivelas-Loures-Vila Franca de Xira.

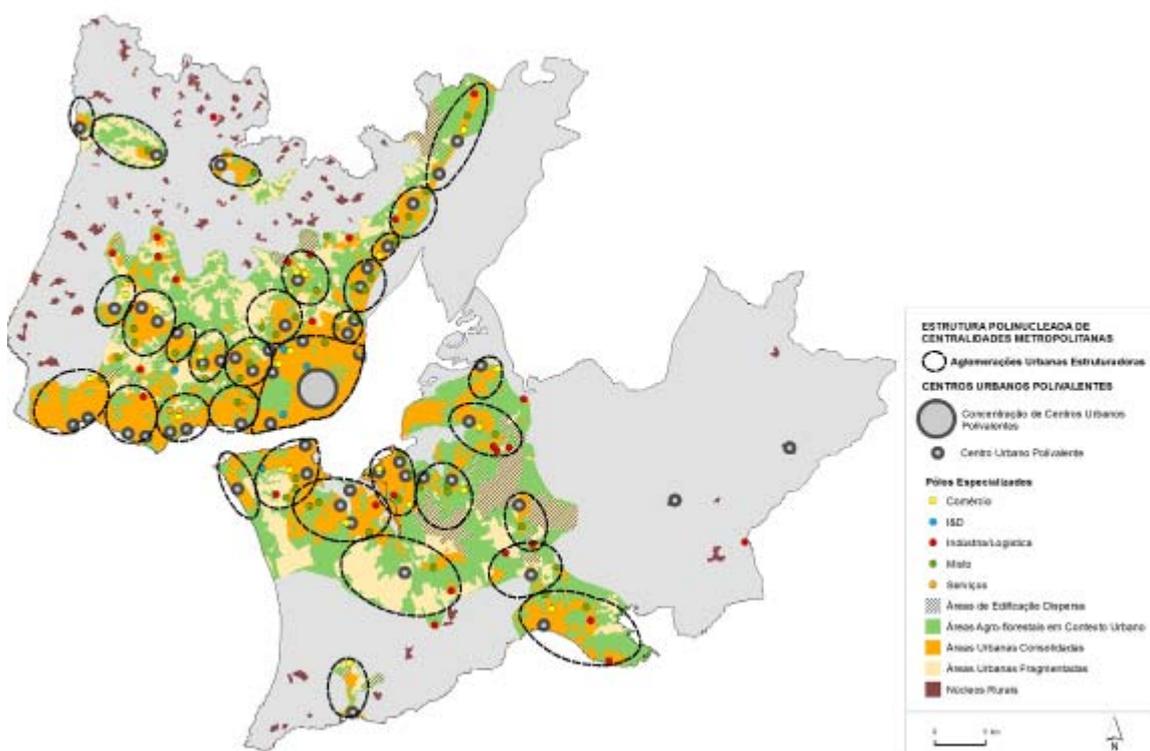
Nos concelhos ribeirinhos da margem Sul do Tejo – no eixo Almada-Seixal-Barreiro – podem e devem ser desenvolvidas soluções que permitam reforçar as condições favoráveis ao aparecimento de indústrias de base tecnológica e do conhecimento. A qualificação da mão-de-obra existente e a pressão residencial excessiva, por comparação com a oferta de emprego local, suscita a leitura de que os activos competitivos podem ser reforçados através de projectos estruturantes que fomentem o empreendedorismo e a criação de emprego. O Parque de Ciência e Tecnologia e os projectos existentes para o Arco Ribeirinho Sul podem assim servir de âncora a uma dinâmica de aproximação dos indicadores económico-sociais da Península de Setúbal aos da Grande Lisboa.

Na margem Norte do Tejo, os concelhos de Oeiras e Cascais revelam-se entre os mais dinâmicos. Apesar de a cidade de Lisboa continuar a concentrar cerca de metade da oferta de emprego da AML, os concelhos de Oeiras, Cascais e Sintra acumulam conjuntamente quase um quarto da oferta total.

- **Aglomerações Urbanas**

A leitura das articulações físicas e funcionais existentes entre as diversas centralidades que pontuam o território metropolitano permitiu identificar um conjunto de aglomerações urbanas estruturadoras compostas por centros urbanos polivalentes e por pólos especializados com diferentes graus de integração, contiguidade e interacção.

Figura 14 – Principais Aglomerações Urbanas



Fonte: Elaboração Própria, 2009

Estas aglomerações constituem a base da proposta de definição do sistema urbano metropolitano. Apesar da maioria dos pólos especializados se apresentar na dependência directa de um centro urbano polivalente, contribuindo para a conformação e sustentação de aglomerações urbanas, em algumas situações, surgem de forma isolada no território (casos do *Taguspark*, Mercado Abastecedor da Região de Lisboa ou do *Dolce Vita Tejo*), funcionando como centros de emprego ou de consumo com relativa autonomia,

apresentando, contudo, capacidades de amarração de novas actividades e, nalguns casos, de novos desenvolvimentos urbanísticos.

3.1.3. Sistema Urbano Metropolitano

Estrategicamente, o sistema urbano metropolitano deverá evoluir para «uma cidade de cidades», definida por princípios de hierarquização e de complementaridade que permitam aprofundar a tendência policêntrica. Deverá, por isso, procurar-se o reforço da polivalência funcional dos principais centros urbanos, potenciando a dinâmica e atractividade das principais polarizações com especialização económica e valorizando os efeitos de aglomeração de centralidades urbanas que mantêm entre si proximidade física e uma significativa interacção espacial.

O sistema urbano fundamental deve estruturar-se e sustentar-se em torno de quatro níveis de aglomerações urbanas, cuja coesão, massa crítica e capacidade polarizadora resultam da agregação de centralidades próximas e com significativa interdependência. Há ainda que considerar o papel estruturador de várias polarizações de carácter económico, umas baseadas em actividades de I&D, outras em concentração de unidades industriais e logísticas e, outras ainda, conjugando várias actividades e serviços e, por isso, designadas de mistas.

- › **Nível 1:** Cidade de Lisboa – A mais importante centralidade urbana da AML, com grande potencial de polarização que decorre da sua dimensão em termos demográficos e de emprego, da concentração de equipamentos e serviços de nível superior e da centralidade conferida pelo sistema de transportes metropolitano.
- › **Nível 2:** Integra doze aglomerações urbanas (Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Loures, Montijo, Odivelas, Oeiras, Seixal, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira) que resultaram da coalescência física de várias nucleações.

Pese embora algumas diferenças em termos de capacidade de polarização, de *per si*, cada uma delas apresenta um carácter funcional polivalente e apreciáveis níveis de oferta de emprego, equipamentos e serviços. Tratam-se de aglomerações urbanas cuja potenciação e integração no sistema urbano metropolitano deve sustentar-se em modos de transporte colectivo, preferencialmente em sítio próprio, e numa boa rede de interfaces multimodais de transportes.

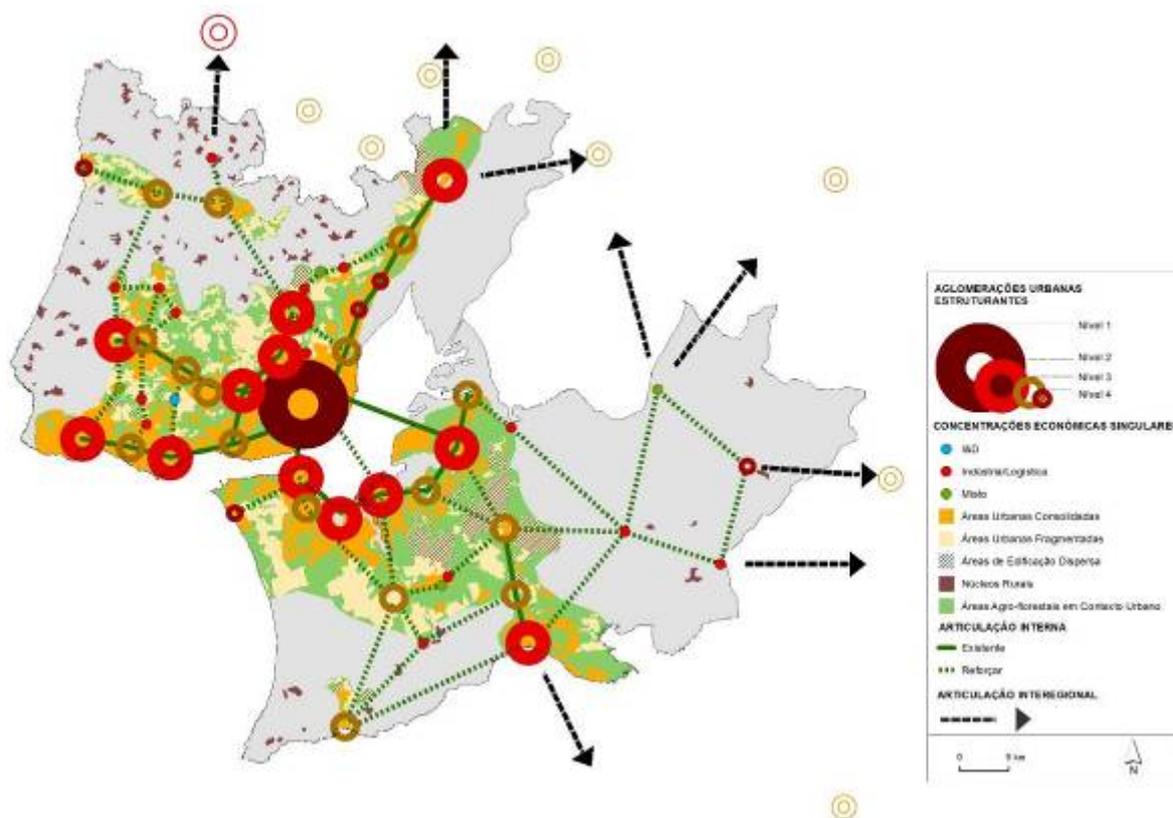
- › **Nível 3:** Integra dezasseis aglomerações urbanas, com destaque para as cinco sedes de concelho (Alcochete, Mafra, Moita, Palmela e Sesimbra), para as aglomerações urbanas que estruturam áreas consolidadas definidas pelo caminho-de-ferro (Aqualva-Cacém, Algés, Algueirão-Mem Martins, Alverca, Carcavelos, Corroios, Queluz/Massamá e Sacavém), pequenas aglomerações que deverão funcionar como resposta estruturadora às dinâmicas territoriais da sector Norte da AML (Malveira-Venda do Pinheiro) e da Península de Setúbal (Pinhal Novo e Quinta do Conde).
- › **Nível 4:** Integra seis pequenas aglomerações, duas delas deverão desempenhar um papel estruturador das dinâmicas de lazer e turismo associado à fachada Atlântica (Ericeira e Costa da Caparica), duas com desenvolvimento sustentado no caminho-de-ferro e nas actividades industriais por ele induzidas (Sta. Iria de Azóia e Póvoa de Sta Iria) e, por último, Poceirão e Pegões pela maior aptidão que apresentam para acolher e estruturar as dinâmicas geradas pelo NAL.

Importa sublinhar que a hierarquia proposta apresenta uma resposta voluntarista de estruturação das dinâmicas geradas pelas futuras grandes infra-estruturas da Península de Setúbal, nomeadamente com aposta em centralidades como a Quinta do Conde, o Pinhal Novo, o Poceirão e Pegões. Esta opção deverá ser acompanhada de medidas de forte contenção da edificação nos espaços agro-florestais e da consolidação dos núcleos rurais

mais próximos do NAL, como Foros do Trapo, Faias Norte, Lagameças e Algeruz Sul.

A configuração proposta para o sistema urbano realça a importância de um funcionamento em rede. Identifica-se, por isso, as articulações internas já consolidadas e as que carecem de robustecimento, com vista a visão solidária e cooperativa do desenvolvimento territorial, explorando complementaridades e ganhos de escala que permitam ampliar a eficiência dos investimentos públicos. Neste contexto, importa relevar a importância de desenvolver uma gestão urbana articulada e integrada no quadro dos principais subsistemas metropolitanos, nomeadamente: Amadora/Sintra; Algés/Oeiras/Cascais; Odivelas/Loures; Sacavém/Vila Franca de Xira; Algés/Amadora/Odivelas/Loures; Arco Ribeirinho; Setúbal/Palmela/Pinhal Novo/Montijo.

Figura 15 – Sistema Urbano Metropolitano

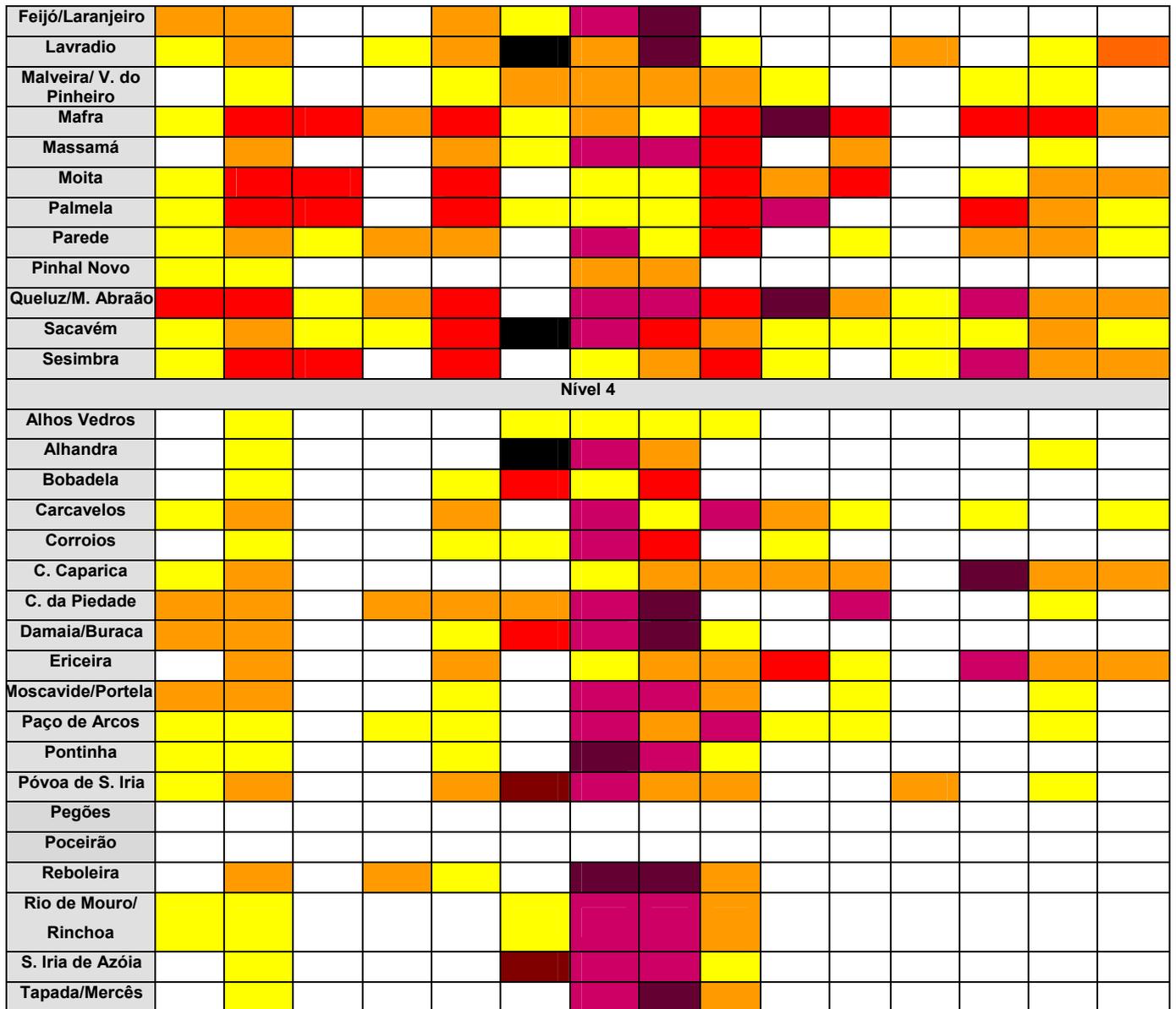


Fonte: Elaboração Própria, 2009

No quadro das articulações inter-regionais que o espaço metropolitano estabelece com o território envolvente, importa desenvolver mecanismos de concertação com as centralidades urbanas próximas, como Torres Vedras, Alenquer/Carregado, Benavente/Samora Correia, Coruche e Vendas Novas, tanto mais quanto alguns dos principais projectos que motivam a alteração do PROT-AML terão tantos ou mais impactes sobre estes espaços.

Quadro 6 – Perfil das Aglomerações Urbanas Estruturantes

	Efectivos populacionais	Equipamentos sociais	Equipamentos administrativos e judiciais	Equipamentos de nível superior	Emprego terciário	Emprego industrial e logística	Acessibilidade e transportes	Compacidade construtiva	Qualidade urbanística	Património	Espaços verdes públicos	Captação de investimento produtivo	Atractividade turística	Capacidade polarização territorial	Internacionalização
Nível 1															
Lisboa															
Nível 2															
Almada															
Amadora															
Barreiro															
Cascais															
Loures															
Montijo															
Odivelas															
Oeiras															
Seixal															
Setúbal															
Sintra															
V. F. Xira															
Nível 3															
Agualva/Cacém															
Alcochete															
Algés															
Algueirão/M. Martins															
Alverca															
Amora/C. Pau															
B. da Banheira															
Coima/Q. Conde															
Estoril															



Fonte: Elaboração Própria

Anexo 1 – Estrutura do Povoamento (2001)

Unidade Territorial	População Isolada	Escalaões de Dimensão Populacional											
		Até 1.999 habitantes		Com 2.000 ou mais Habitantes									
		Total	População Residente	Total		De 2.000 a 4.999		De 5.000 a 9.999		De 10.000 a 99.999		Com 100.000 ou mais	
		Total	População Residente	Total	População Residente	Total	População Residente	Total	População Residente	Total	População Residente	Total	População Residente
Grande Lisboa	14.320	667	259.601	113	1.673.340	61	187.057	26	180.283	24	565.471	2	740.529
Amadora	0	0	0	1	175.872	0	0	0	0	0	0	1	175.872
Cascais	454	109	64.662	30	105.567	24	64.287	6	41.280	0	0	0	0
Lisboa	0	0	0	1	564.657	0	0	0	0	0	0	1	564.657
Loures	1.492	102	56.925	25	140.642	15	52.919	7	48.606	3	39.117	0	0
Mafra	2.223	201	35.439	4	16.696	3	11.290	1	5.406	0	0	0	0
Odivelas	60	19	16.989	10	116.798	4	12.446	2	11.580	4	92.772	0	0
Oeiras	1.085	14	13.897	15	147.146	6	21.089	4	27.323	5	98.734	0	0
Sintra	5.069	174	60.155	20	298.525	9	20.863	4	33.006	7	244.656	0	0
V. F. de Xira	3.937	48	11.534	8	107.437	1	4.163	2	13.082	5	90.192	0	0
Pen. de Setúbal	7.441	294	118.586	67	670.550	34	105.598	15	103.623	17	359.828	1	101.501
Alcochete	85	14	2.764	2	10.161	1	2.785	1	7.376	0	0	0	0
Almada	72	14	11.506	23	231.235	16	52.583	3	20.826	3	56.325	1	101.501
Barreiro	628	10	8.167	4	70.217	0	0	1	7.006	3	63.211	0	0
Moita	350	28	6.642	7	60.457	4	10.969	0	0	3	49.488	0	0
Montijo	1.571	45	11.932	2	25.665	1	104	0	0	1	25.561	0	0
Palmela	1.987	65	23.225	5	28.141	3	7.327	1	5.326	1	15.488	0	0
Seixal	162	40	27.209	18	122.900	7	24.373	7	50.898	4	47.629	0	0
Sesimbra	364	44	14.699	3	22.504	1	2.123	1	5.776	1	14.605	0	0
Setúbal	2.222	35	12.442	4	99.270	2	5.334	1	6.415	1	87.521	0	0
AML	21.761	961	378.187	181	2.363.403	95	292.655	41	283.906	42	944.812	3	842.030
Portugal	280.010	26.238	4.395.396	559	5.680.711	319	976.292	114	798.786	120	2.579.700	6	1.325.933
Continente	275.963	25.170	4.138.994	531	5.454.386	298	910.649	110	772.250	118	2.549.486	5	1.222.001

Fonte: INE, 2001

3.2. Habitação e Dinâmicas Urbanas

A caracterização e análise do sector da habitação centra-se dois grandes grupos de questões: no primeiro, analisa-se a evolução do parque habitacional e as dinâmicas recentes de licenciamento e de construção; no segundo, procede-se a uma leitura da dinâmica habitacional, que beneficiou de transformações mais amplas, nomeadamente relacionadas com a dinâmica demográfica, do mercado de emprego e da mobilidade, explorando algumas variáveis de áreas complementares que traduzem o quadro de interdependências estabelecidas entre as áreas de residência, as bacias de emprego e a mobilidade.

Para o efeito, utilizou-se como ferramentas metodológicas: i) informação estatística disponibilizada pelo INE (Censos, Anuários Estatísticos Regionais e estudos sectoriais) e pelo PROT-AML 2002; ii) vários instrumentos de política habitacional com incidência na AML (referidos na bibliografia); iii) elementos bibliográficos associados à temática (igualmente elencados na bibliografia).

Os trabalhos desenvolvidos reportam-se ao período 1990-2007, realizando-se uma leitura, sempre que possível, por hexénios (1990-1995; 1996-2001; 2002-2007), centrando-se em particular no período entre 2002 e 2007.

3.2.1. Evolução do Efectivo Habitacional

3.2.1.1. Parque Habitacional

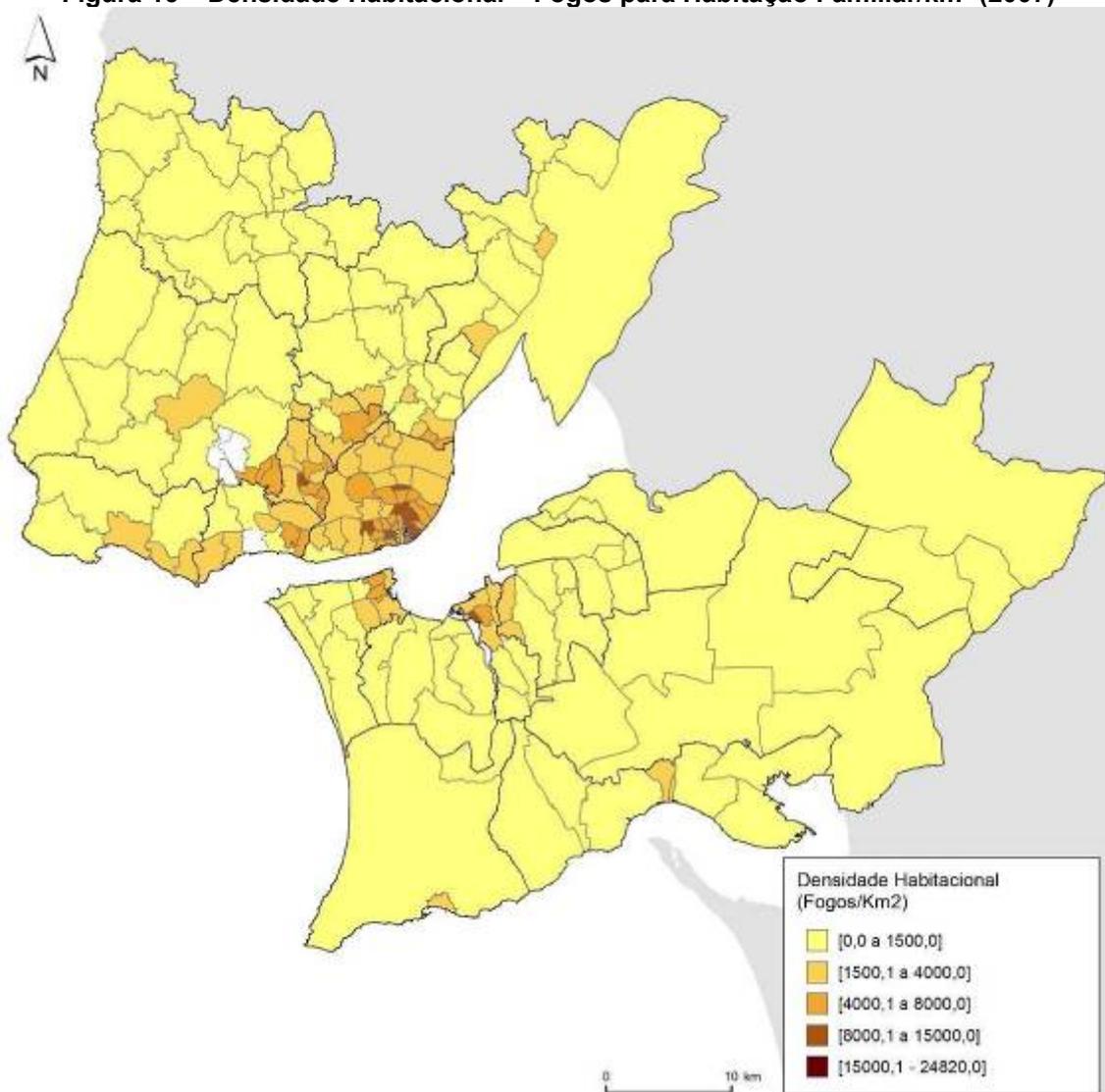
O parque habitacional da AML, em 2007, correspondia a 424.705 edifícios, com um total de 1.392.250 alojamentos, localizados maioritariamente na Grande Lisboa (71,0%). Uma análise mais desagregada permite verificar que o concelho de Lisboa, que tinha o mais elevado número de alojamentos,

representava, no mesmo ano, 21,0% do total da AML e 29,6% da Grande Lisboa. O concelho de Sintra, com o mais elevado número de edifícios, detinha 12,8% do total da AML e 18,1% da Grande Lisboa.

A dimensão média do número de alojamentos por edifício era de 3,28 na AML, com diferenças relevantes entre as duas NUTS III que a compõem (3,74 na Grande Lisboa e 2,52 na Península de Setúbal). Por concelho, destaca-se a Amadora, com uma média de 6,00 alojamentos/edifícios, seguindo-se-lhe Lisboa, com 5,47. Na Península de Setúbal, o Barreiro apresentava o valor mais elevado, com 3,77. Pelo contrário, Mafra (1,54) e Palmela (1,56) tinham os valores mais reduzidos.

Uma leitura da densidade habitacional em 2007 permite verificar que, de um modo geral, as freguesias sede de concelho apresentavam os valores mais elevados. Com uma densidade habitacional mais alta, Lisboa destacava-se claramente dos restantes concelhos, sendo também notórias as diferenças entre a Grande Lisboa e a Península de Setúbal.

Figura 16 – Densidade Habitacional – Fogos para Habitação Familiar/km² (2007)



Fonte: INE, vários anos

Entre 1991 e 2007, observou-se um crescimento significativo do número de edifícios (18,7%), mas sobretudo do número de alojamentos (27,6%), o que reflecte a forte dinâmica do mercado imobiliário², que foi superior ao crescimento populacional em igual período.

² Ao longo do período em análise, uma das principais mudanças observadas no parque habitacional está relacionada com a alteração do regime de propriedade. Verificou-se um acréscimo significativo de pessoas a residirem em casa própria, questão associada, por um lado à expansão da construção de habitação nova e, por outro lado, com a contínua descida das taxas de juros nos contratos de financiamento para a aquisição de habitação própria

Estes valores respeitantes ao edificado são consentâneos com os valores da densidade populacional e com a dinâmica demográfica dos vários concelhos da AML ao longo das duas últimas décadas, que apresenta diferentes contornos numa leitura mais desagregada: quer em termos absolutos, quer em termos relativos, a Península de Setúbal registou o maior acréscimo no número de edifícios e o maior crescimento relativo no número de alojamentos.

Por concelho, destacam-se Alcochete e Mafra, com crescimentos relativos do número de alojamentos de 78,2% e 75,2%, respectivamente, sendo que é no Seixal que se registou o maior aumento do número de edifícios (53,7%). Contudo, foi em Sintra que se observou de forma evidente o acréscimo absoluto mais elevado, tanto de edifícios (10.006, de 44.729 para 54.735) como de alojamentos (60.903, de 117.690 para 178.593). O número de alojamentos aumentou em todos os municípios³ e, com a excepção de Lisboa, que registou um decréscimo de 13,7% em igual período, todos os restantes concelhos aumentaram o número de edifícios.

Do período em análise, destaque-se globalmente o maior dinamismo observado entre 1996 e 2002, designadamente na Península de Setúbal, onde concelhos como Sesimbra e Alcochete registam taxas de crescimento superiores a 25%, o mesmo acontecendo, na Grande Lisboa, em Mafra. Em resultado do desaceleramento económico e demográfico verificado na Região, no período de 2002 a 2007 foi caracterizado por um abrandamento da dinâmica demonstrada ao longo da década de noventa, sobretudo na segunda metade, o

permanente observada a partir dos primeiros anos da década de noventa. Esta questão revelou-se fundamental para impulsionar o sector imobiliário.

³ Em Loures, observa-se um decréscimo neste período (quadro seguinte), o qual é devido à criação do concelho de Odivelas em 1998, que ficou com 7 dos 25 freguesias do concelho de Loures.

que é particularmente visível na Grande Lisboa⁴. Neste contexto, deve salientar-se o concelho de Sintra, que entre 1991 e 2002 aumentou o número de alojamentos em mais de 50.000 (24.085 entre 1991 e 1996 e 30.901 entre 1996 e 2002), enquanto que entre 2002 e 2007, o acréscimo é de cerca de 6.000.

Refira-se ainda que a dimensão média de alojamentos por edifício aumentou neste período (1991 a 2007) de 3,05 para 3,28 (3,41 para 3,74 na Grande Lisboa e 2,37 para 2,52 na Península de Setúbal). Esse crescimento foi mais notório (4,51 para 5,47) em Lisboa.

⁴ Embora não seja possível comprovar, este facto poderá ter-se traduzido em termos territoriais numa relativa contenção do processo de dispersão.

Quadro 7 – Parque Habitacional (1991, 1996, 2002 e 2007)

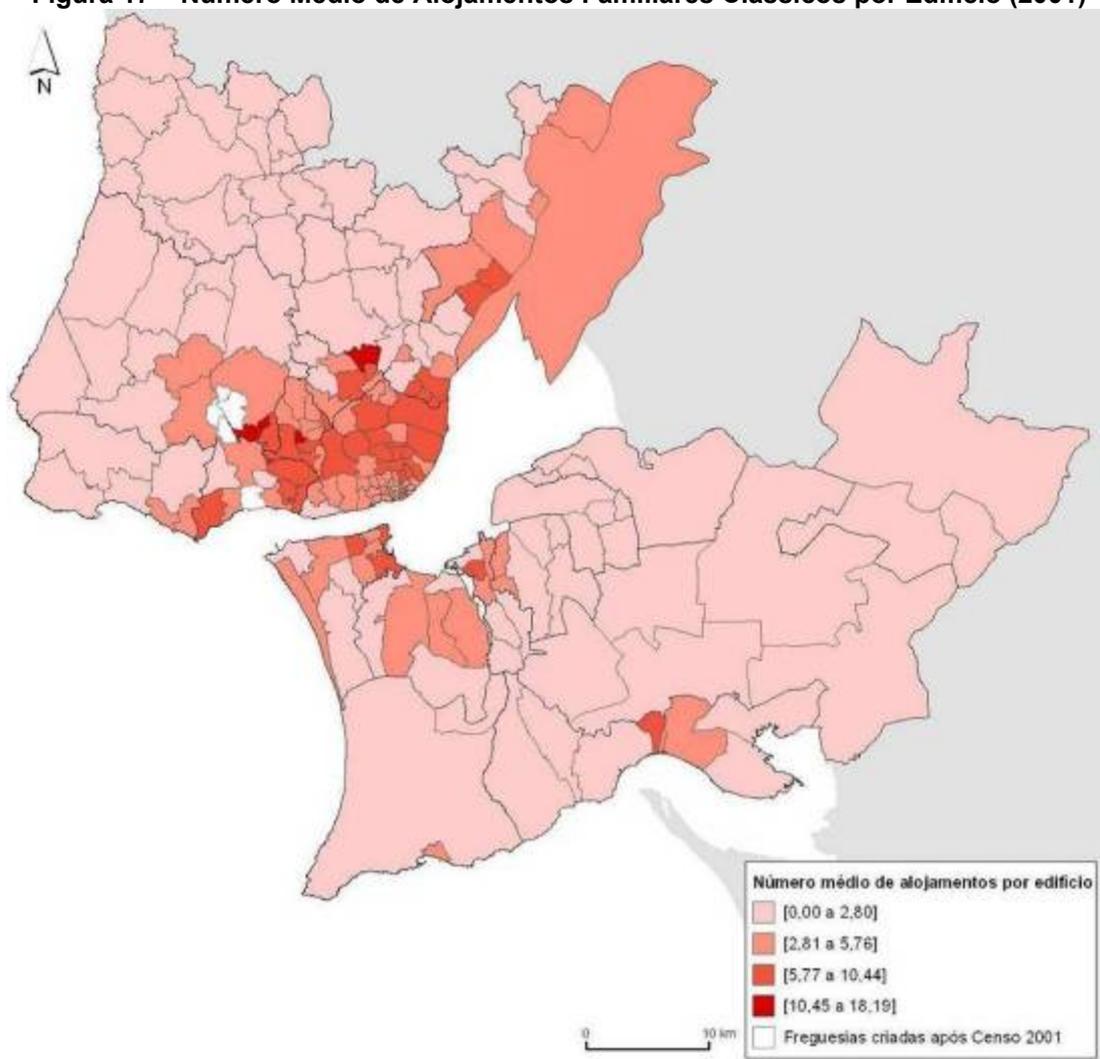
Unidade Territorial	Alojamentos				Edifícios			Alojamentos				Edifícios		
	1991	1996	2002	2007	1991	2002	2007	91/96	96/02	02/07	91/07	91/02	02/07	91/07
Grande Lisboa	800.558	864.828	946.647	988.635	235.012	254.212	264.249	8,0	9,5	4,4	23,5	8,2	3,9	12,4
Amadora	72.382	76.151	79.785	83.560	12.120	13.539	13.936	5,2	4,8	4,7	15,4	11,7	2,9	15,0
Cascais	73.369	78.160	90.835	96.679	31.061	37.049	38.820	6,5	16,2	6,4	31,8	19,3	4,8	25,0
Lisboa	279.664	290.153	291.438	292.806	62.041	53.547	53.533	3,8	0,4	0,5	4,7	-13,7	0,0	-13,7
Loures	126.438	132.600	85.479	91.110	26.283	27.675	28.782	4,9	-35,5	6,6	-27,9	5,3	4,0	9,5
Mafra	22.722	25.650	33.610	39.813	17.831	23.371	25.876	12,9	31,0	18,5	75,2	31,1	10,7	45,1
Odivelas	x	x	57.861	61.212	12.210	14.163	14.937	x	x	5,8	x	16,0	5,5	22,3
Oeiras	65.843	72.156	78.149	82.385	15.355	16.501	17.353	9,6	8,3	5,4	25,1	7,5	5,2	13,0
Sintra	117.690	141.775	172.589	178.593	44.729	53.120	54.735	20,5	21,7	3,5	51,7	18,8	3,0	22,4
V. F. de Xira	42.450	48.183	56.901	62.477	13.382	15.247	16.277	13,5	18,1	9,8	47,2	13,9	6,8	21,6
Pen. de Setúbal	290.749	322.676	376.051	403.615	122.794	150.261	160.456	11,0	16,5	7,3	38,8	22,4	6,8	30,7
Alcochete	4.542	5.296	6.705	8.092	3.232	3.704	4.214	16,6	26,6	20,7	78,2	14,6	13,8	30,4
Almada	75.129	81.963	93.646	98.112	25.915	30.905	32.595	9,1	14,3	4,8	30,6	19,3	5,5	25,8
Barreiro	34.414	35.749	39.547	41.735	10.141	10.604	11.066	3,9	10,6	5,5	21,3	4,6	4,4	9,1
Moita	26.876	30.137	31.738	33.548	9.962	10.987	11.535	12,1	5,3	5,7	24,8	10,3	5,0	15,8
Montijo	16.686	18.093	21.228	24.509	10.651	11.422	12.148	8,4	17,3	15,5	46,9	7,2	6,4	14,1
Palmela	19.856	22.957	27.760	30.810	14.554	18.161	19.791	15,6	20,9	11,0	55,2	24,8	9,0	36,0
Seixal	51.198	59.373	70.926	75.470	17.945	26.006	27.588	16,0	19,5	6,4	47,4	44,9	6,1	53,7
Sesimbra	18.344	19.935	26.484	29.638	12.364	16.750	18.035	8,7	32,9	11,9	61,6	35,5	7,7	45,9
Setúbal	43.704	49.173	58.017	61.701	18.030	21.722	23.484	12,5	18,0	6,3	41,2	20,5	8,1	30,2
AML	1.091.307	1.187.504	1.322.698	1.392.250	357.806	404.473	424.705	8,8	11,4	5,3	27,6	13,0	5,0	18,7

Fonte: PROT-AML 2002 e INE, vários anos

O número médio de alojamentos familiares clássicos por edifício aumentou durante o último período inter-censitário, o que estará associado ao crescimento da construção em altura.

No entanto, de um modo geral, o mapa seguinte permite verificar a existência de diferenças relevantes entre a Grande Lisboa e Península de Setúbal, bem como de um número médio de alojamentos mais elevado nas sedes de concelho, sendo que na maioria das freguesias da AML é inferior a 2,8⁵.

Figura 17 – Número Médio de Alojamentos Familiares Clássicos por Edifício (2001)



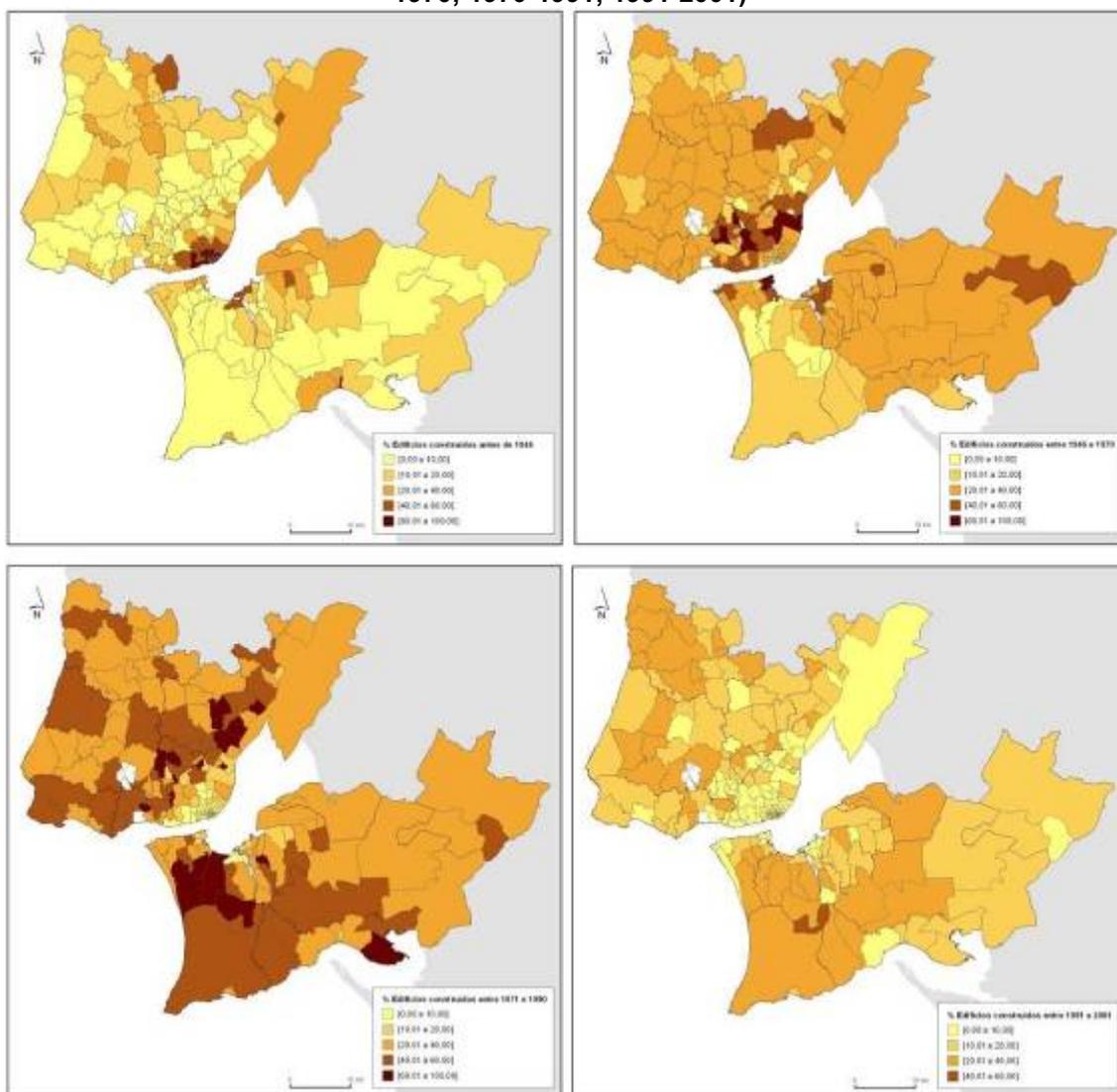
Fonte: INE, 2001

⁵ A informação mais recente desagregada por freguesia reporta-se aos Recenseamentos Gerais da População realizados em 1991 e em 2001.

Por concelho, destacavam-se, em 2001, a Amadora (5,9) e Lisboa (5,4), com os valores mais elevados.

Os edifícios com menos de trinta anos (1971 a 2001) representavam mais de metade da estrutura do edificado na AML (56,9%), sendo que 16,9% foram construídos durante o último período inter-censitário.

Figura 18 – Edifícios Clássicos, Segundo o Período de Construção (Antes de 1945, 1946-1970; 1970-1991; 1991-2001)



Fonte: INE, 2001

Os valores relativos mais elevados no que se refere aos edifícios mais antigos são, de um modo geral, os das freguesias sede de concelho. Lisboa destaca-se claramente dos restantes municípios com os valores percentuais mais altos até 1970 (até 1945, no centro histórico, designadamente em Santiago, Santo Estêvão e Encarnação, em todas, superior a 90%; entre 1946 e 1970, nas freguesias mais periféricas da cidade, salientando-se Alvalade, que se deve principalmente ao Plano de Urbanização do bairro, elaborado por Faria da Costa em 1945 e concretizado nos anos seguintes, Campo Grande, Benfica e Santa Maria dos Olivais, com valores superiores a 60% neste período).

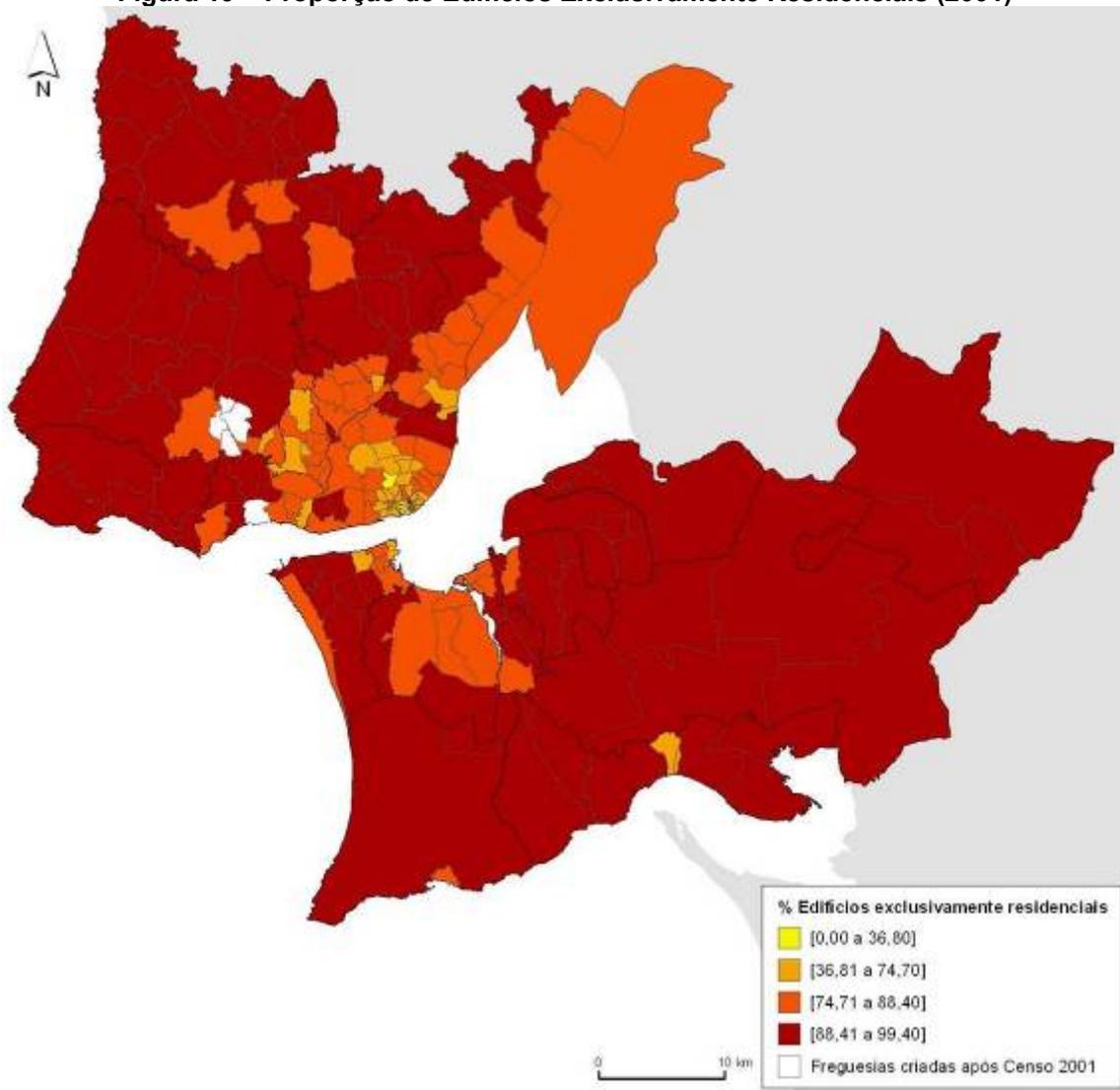
Dos edifícios construídos entre 1991 e 2001, a freguesia da Quinta do Conde (concelho de Sesimbra) apresenta os valores mais elevados (43,3%). Tal deve-se, sobretudo, à construção de residências unifamiliares, processo que se iniciou nos anos setenta, mas que teve maior visibilidade nas décadas seguintes.

Predominam os edifícios exclusivamente residenciais, o que se torna mais visível na Península de Setúbal. Com efeito, na maioria das freguesias esta tipologia de edifícios corresponde a mais de 88,4% do edificado total.

A análise do mapa seguinte permite verificar a existência de um eixo ribeirinho entre Oeiras e Vila Franca de Xira com um valor relativo de edifícios exclusivamente residenciais inferior a 88,4%, devido à presença de um número significativo de edifícios com outras funções, designadamente a comercial, os serviços e a indústria.

Por concelho, destacaram-se Cascais (94,4%) e Alcochete e Sesimbra (93,3%), com os valores mais elevados.

Figura 19 – Proporção de Edifícios Exclusivamente Residenciais (2001)



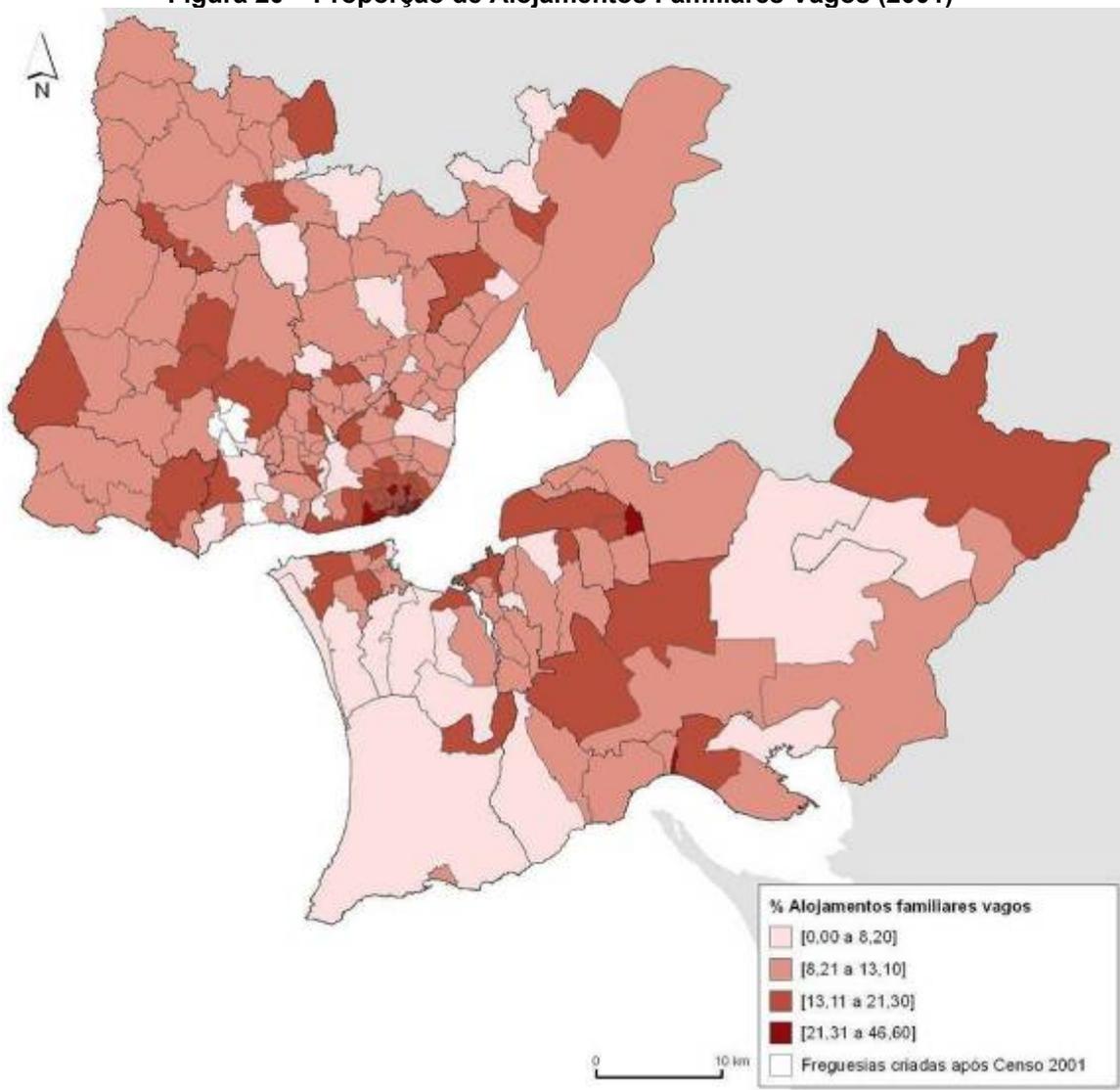
Fonte: INE, 2001

Os alojamentos familiares vagos assumiram uma importância crescente entre 1991 e 2001 no conjunto dos alojamentos existentes, o que poderá estar associado a situações de degradação e abandono do edificado.

O mapa apresentado permite verificar que esta tipologia de alojamento era principalmente nas freguesias sede de concelho e que apresentam um parque habitacional mais antigo ou então em concelhos com dinamismo de construção e expansão demográfica mais recente induzida pela construção de novas acessibilidades.

Por concelho, destacaram-se Montijo (16,4%), Barreiro (14,1%) e Lisboa (13,8%) com os valores mais elevados.

Figura 20 – Proporção de Alojamentos Familiares Vagos (2001)



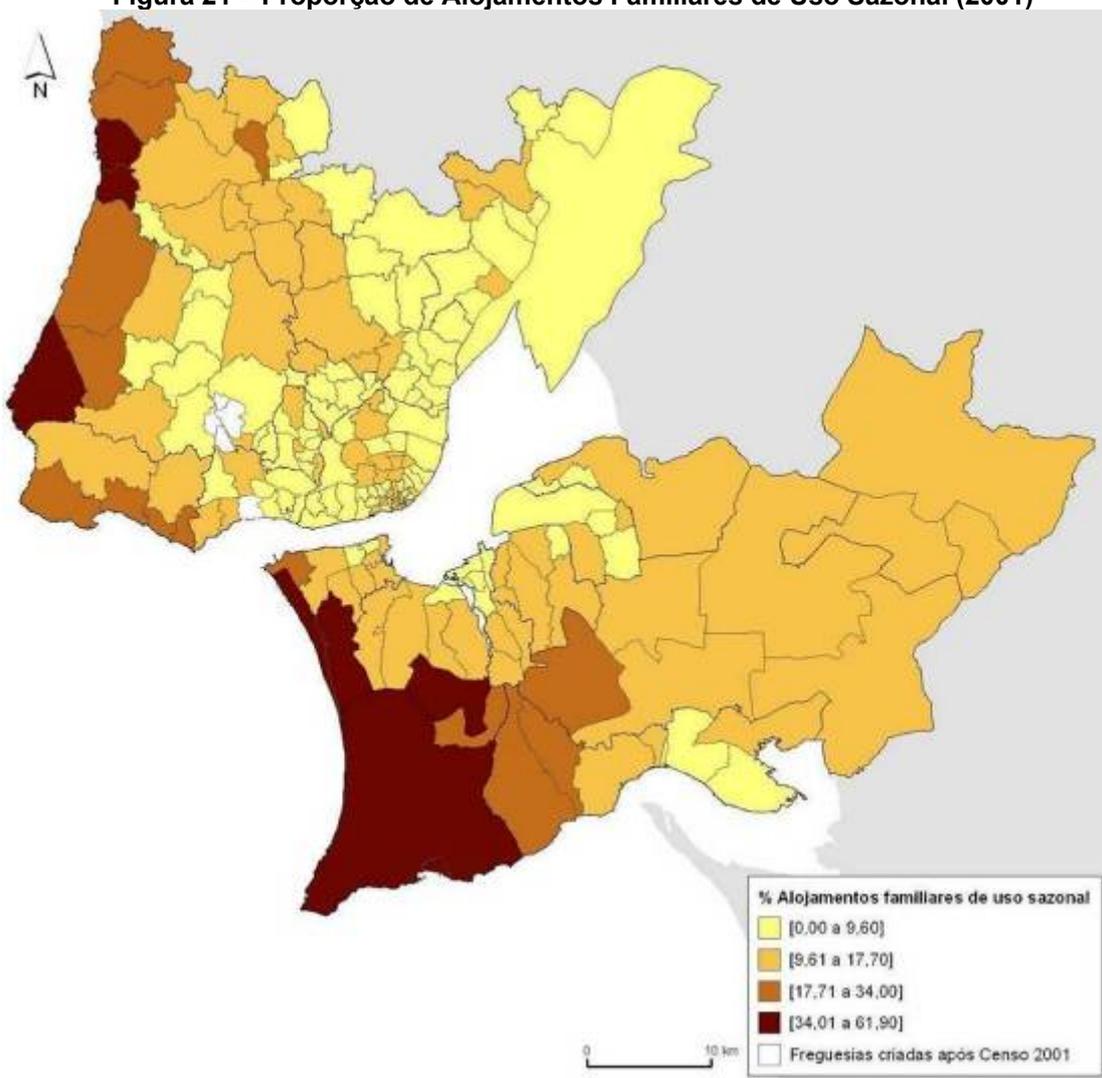
Fonte: INE, 2001

Numa leitura mais desagregada, destacam-se as freguesias do concelho de Lisboa, por exemplo a Madalena (46,6%), São Nicolau (43,6%), Mártires (41,5%) e Socorro (40,2%), onde o parque habitacional está fortemente envelhecido e existe uma forte expressão de alojamentos devolutos, enquanto nas freguesias de concelhos na envolvente de Lisboa, como Alfragide e Brandoa, na Amadora e Ramada, em Odivelas, os valores mais elevados, como é referido no diagnóstico elaborado para o Plano Estratégico da

Habitação traduzem, fundamentalmente, um desajustamento entre a oferta e a procura habitacional.

Durante o último período inter-censitário, os alojamentos familiares de uso sazonal apresentaram igualmente um crescimento no total dos alojamentos existentes, situação que poderá reflectir o crescimento das habitações secundárias, associado a um melhor nível de vida e à valorização dos tempos de lazer no quotidiano das famílias portuguesas e, em particular na AML, onde os níveis de rendimento médio das famílias (embora internamente desigual), é mais favorável que noutras regiões do país.

Figura 21 – Proporção de Alojamentos Familiares de Uso Sazonal (2001)



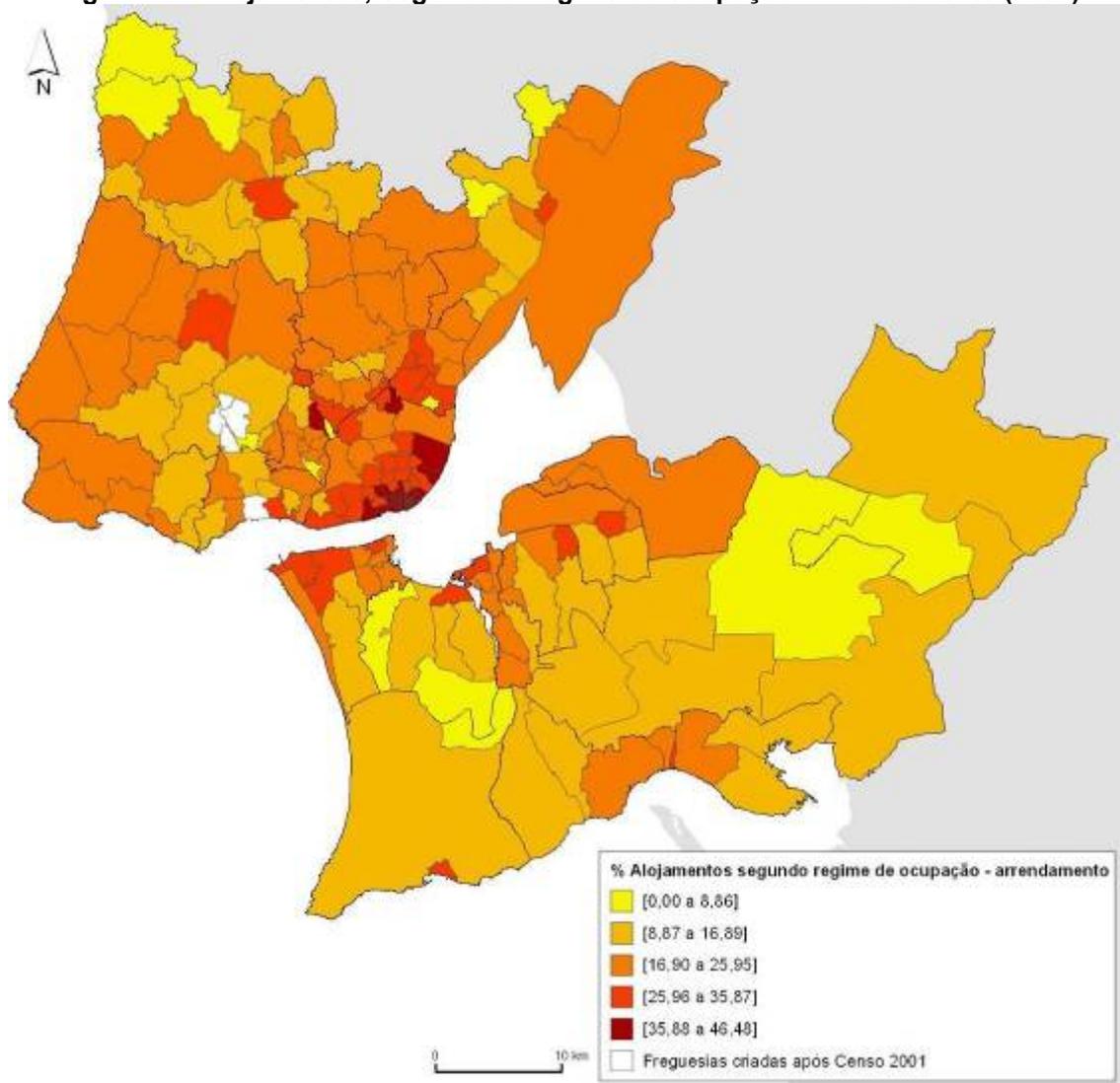
Fonte: INE, 2001

O mapa anteriormente apresentado permite verificar o predomínio desta tipologia de alojamento nas freguesias localizadas na faixa litoral atlântica, designadamente entre Almada e Sesimbra (Península de Setúbal) e Sintra e Mafra (Grande Lisboa). Por concelho, destacavam-se Sesimbra (36,8%) e Mafra (24,9%), com os valores mais elevados.

Entre 1991 e 2001, verificou-se uma diminuição relativamente elevada dos alojamentos arrendados no contexto dos alojamentos existentes na AML, questão associada, como referido, ao rápido crescimento do edificado destinado fundamentalmente para a venda ao próprio, e como é sabido, com forte recurso ao crédito bancário, o que se reflectiu não só numa crescente indisponibilidade de habitação para arrendar (rigidez na oferta) como numa consequente rigidez da procura, pois a compra de casa própria com recurso ao crédito “amarra” os seus compradores a uma determinada localização, independentemente das possíveis mudanças de local de trabalho de um ou dos vários membros do agregado familiar.

O mapa permite verificar a existência de diferenças relevantes entre a Grande Lisboa, por concelho, destacavam-se Lisboa (47,7%) e Loures (30,9%), com os valores mais elevados, e a Península de Setúbal mas, para além disso, encontramos contrastes entre as freguesias mais centrais e as restantes freguesias dos vários concelhos estudados, confirmando-se a correspondência entre um parque habitacional mais antigo e a maior expressão da modalidade de arrendamento.

Figura 22 – Alojamentos, Segundo o Regime de Ocupação - Arrendamento (2001)

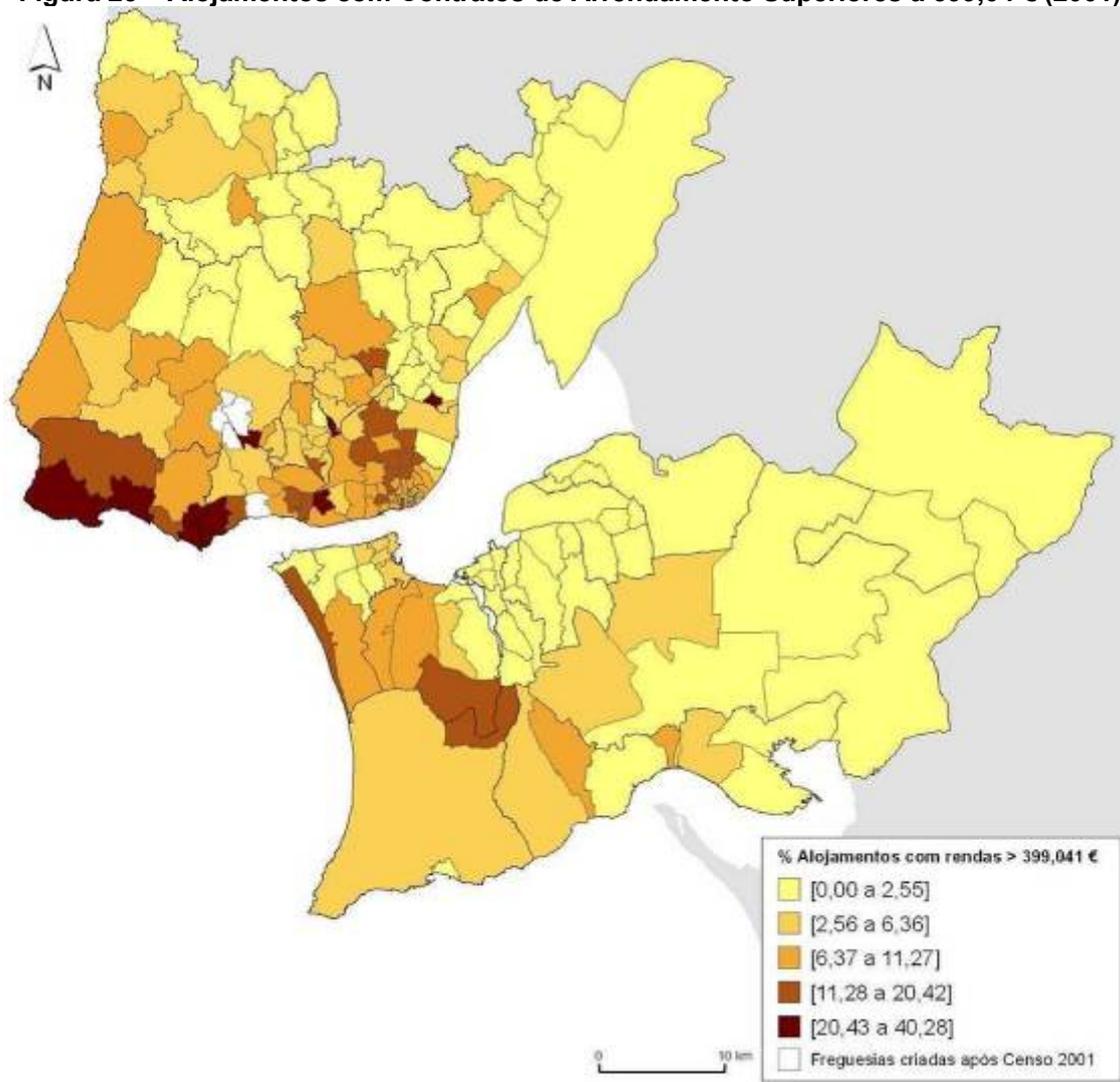


Fonte: INE, 2001

As diferenças existentes entre a Grande Lisboa e a Península de Setúbal são igualmente visíveis nos alojamentos com contratos de arrendamento superiores a 399,04 €, com claro predomínio na Margem Norte.

Por concelho, destacavam-se Sintra (20,9%) e Oeiras (13,4%), com os valores mais elevados, enquanto em Lisboa os alojamentos com contratos de arrendamento superiores a 399,04 € correspondiam apenas a 8,7%, reflectindo a importância que o anterior regime de arrendamento urbano apresenta no mercado do arrendamento.

Figura 23 – Alojamentos com Contratos de Arrendamento Superiores a 399,04 € (2001)



Fonte: INE, 2001

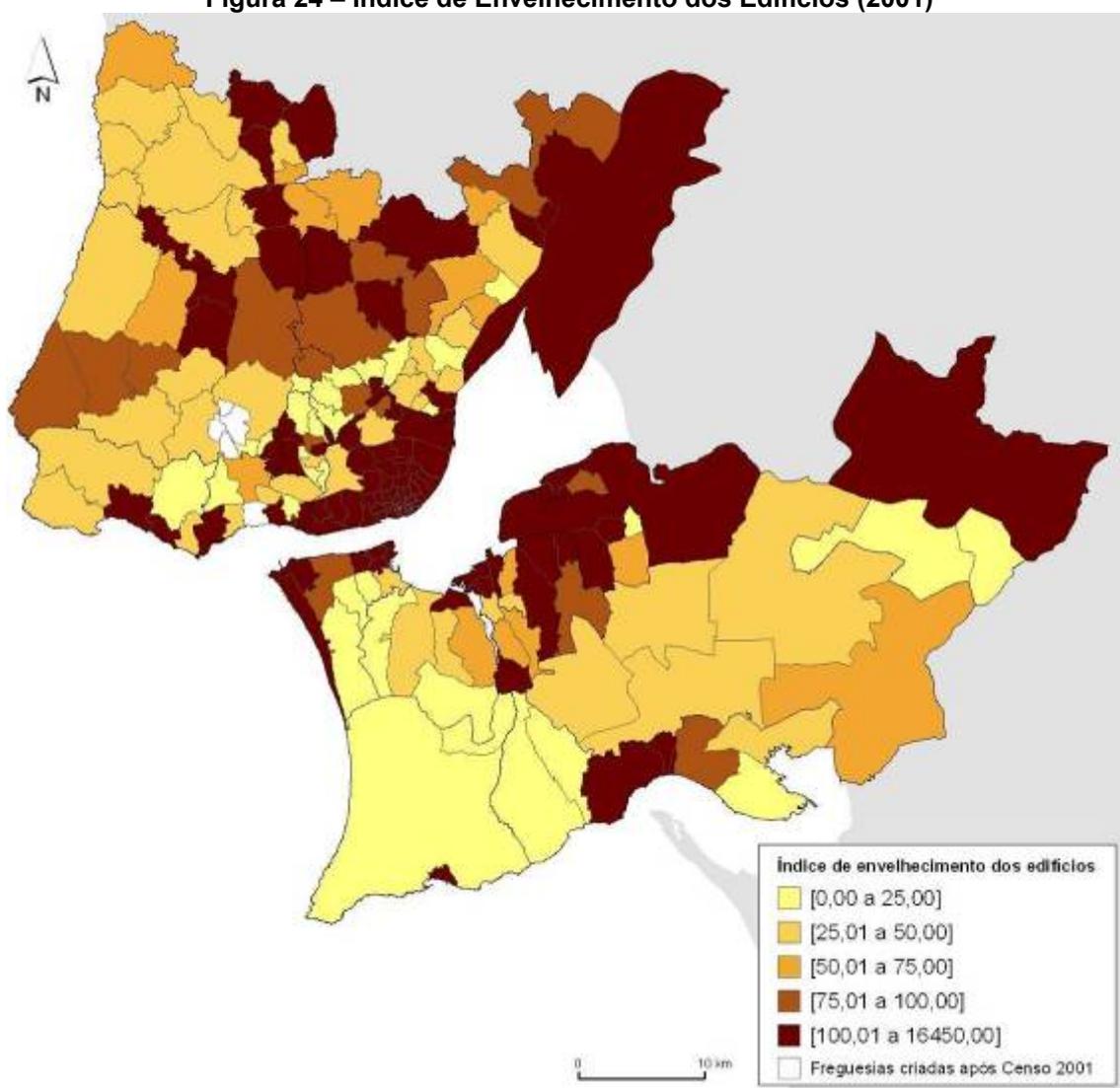
Assim, num contexto onde o arrendamento tem pouca expressão, denotam-se duas situações contrastantes, ambas desfavoráveis ao regime de arrendamento:

- As freguesias com rendas inferiores a 60€, que correspondem a três tipos de situações: i) freguesias envelhecidas do ponto de vista demográfico e do edificado, como Ajuda e Belém; ii) freguesias onde existe uma forte expressão da habitação social ou de renda condicionada dos anos cinquenta (Olivais, Marvila); iii) freguesias com forte expressão de habitação de génese clandestina e onde o arrendamento também é, como a Mina ou a Brandoa;

- Em contraste, arrendamento a um custo superior a 399,04 euros, com expressão na Costa de Caparica, Oeiras, São Domingos de Rana e Alfoanelos.

O mapa seguinte, que representa o índice de envelhecimento dos edifícios⁶, permite desde logo verificar que o edificado mais antigo se localiza nas freguesias sede de concelho e nas freguesias contíguas.

Figura 24 – Índice de Envelhecimento dos Edifícios (2001)



Fonte: INE, 2001

⁶ Índice de Envelhecimento dos Edifícios = (edifícios construídos até 1945) / (edifícios construídos após 1991)*100

Por concelho, destacavam-se claramente Lisboa (581,4) e Barreiro (176,8), com os valores mais elevados.

Neste contexto, e observando os casos em questão verificamos que, por um lado, a modalidade de arrendamento está na maioria dos casos associada a um parque habitacional mais antigo, ocupado por idosos e com rendas de baixo valor que não favorecem a manutenção/reabilitação de conservação por parte dos proprietários, se estes não tiverem qualquer apoio financeiro. Por outro, correspondem a edifícios fortemente intervencionados ou de construção recente, e nesse caso, uma parte significativa é ocupada com a função não residencial.

A monitorização das dinâmicas do edificado vago e ocupado, a idade do edificado, a modalidade de arrendamento ou casa própria e ainda o acompanhamento de uma possível mudança de função, de função residencial para não residencial, constituem um instrumento fundamental para as autarquias planearem não só as suas intervenções no sector da habitação e respectiva função residencial, o que tem implicações na programação de equipamentos de proximidade, como os ligados à saúde e à educação, como também se revela uma questão fundamental para acompanhar a dinâmica não residencial. E aí falamos de outro tipo de implicações, como o conhecimento dos valores do imobiliário, a questão da mobilidade em transporte público e individual, a que se junta a componente ligada ao estacionamento e à programação de equipamentos, consoante a vocação da área em questão.

3.2.1.2. Dinâmica do Licenciamento

O investimento no sector imobiliário, aferido pelo volume de licenças atribuídas pelas câmaras municipais para construção de novos edifícios para habitação, permite verificar a ocorrência de um comportamento irregular no período em análise. Este foi caracterizado por um crescimento contínuo ao longo de toda a década de noventa, enquanto, mais recentemente, entre 2000 e 2004,

observou-se uma desaceleração anual constante nas licenças emitidas, tendência invertida em 2005.

Uma análise mais desagregada permite constatar que esta linha de evolução é muito próxima da observada na Península de Setúbal e na Grande Lisboa, sendo que a Margem Norte teve um comportamento mais irregular com subida e descida alternada, após 2001.

Em termos concelhios, importa relevar o dinamismo dos concelhos de Sintra e de Mafra, que registam quantitativos particularmente elevados de licenças emitidas durante este período (em Sintra, sobretudo ao longo da década de noventa; em Mafra, a partir de 1998⁷). É igualmente notório um crescimento significativo entre 1998 e 2007 face ao período anterior nos concelhos de Alcochete, Montijo e Palmela (Península de Setúbal), associado à abertura da Ponte Vasco da Gama, em 1998.

Num quadro marcado por um inconstante comportamento evolutivo, foi no ano de 1999 que se emitiram um maior número de licenças para construção de novos edifícios para habitação, o que acontece tanto na Grande Lisboa como na Península de Setúbal, destacando-se os concelhos de Sintra e de Mafra, a norte, e Sesimbra, a sul.

Globalmente, verificou-se um crescimento de 13,6% entre as licenças emitidas em 1991 e em 2007 para o conjunto da AML, idêntico ao observado na Grande Lisboa (13,4%) e na Península de Setúbal (13,8%). Uma análise mais recente, através da comparação dos valores de 2002 com os valores de 2007 evidencia um decréscimo global de 8,9%, que é devido, sobretudo, à diminuição de 21,6% na Península de Setúbal, face a uma quebra de 4,2% na Grande Lisboa.

⁷ O concelho de Sintra representou, ao longo da década de noventa, 34% das licenças emitidas na Grande Lisboa e perto de 18% de toda a AML. Ao concelho de Mafra corresponderam, entre 1998 e 2007, 23,9% das licenças emitidas na Grande Lisboa e sensivelmente 11,9% de toda a AML. Durante este período, Mafra é o concelho da AML com maior número de licenças emitidas.

As licenças para construção de novos edifícios para habitação representaram globalmente, 88,9% do total de licenças emitidas para a construção de novos edifícios entre 1991 e 2007 e 90,9% entre 2002 e 2007.

Quadro 8 – Número de Licenças Concedidas pelas Câmaras Municipais - Construção de Novos Edifícios para Habitação e Obras em Edifícios para Habitação (1991-1995, 1996-2001, 2002-2007 e 1991-2007)

Unidade Territorial	1991-1995		1996-2001		2002-2007		1991-2007	
	Construção	Obras	Construção	Obras	Construção	Obras	Construção	Obras
Grande Lisboa	9.766	2.452	15.310	1.591	13.717	5.126	38.793	9.169
Amadora	447	0	394	0	637	4	1.478	4
Cascais	896	131	1.330	19	3.118	2.853	5.344	3.003
Lisboa	579	1.145	633	761	102	799	1.314	2.705
Loures	777	42	1.465	30	1.814	18	4.056	90
Mafra	1.601	543	3.511	622	3.235	1.004	8.347	2.169
Odivelas	-	-			1.615	90	1.615	90
Oeiras	858	197	1.568	16	1.018	0	3.444	213
Sintra	3.655	341	4.725	101	1.064	327	9.444	769
V. F. de Xira	953	53	1.684	42	1.114	31	3.751	126
Pen. de Setúbal	7.944	1.226	16.486	911	12.834	567	37.264	2.704
Alcochete	179	93	512	45	856	9	1.547	147
Almada	1.626	50	3.243	20	2.034	2	6.903	72
Barreiro	310	231	834	154	560	68	1.704	453
Moita	569	74	883	50	679	28	2.131	152
Montijo	374	98	920	51	876	39	2.170	188
Palmela	1.101	205	1.917	115	1.928	196	4.946	516
Seixal	1.700	125	2.768	96	2.068	44	6.536	265
Sesimbra	775	181	2.659	117	1.568	3	5.002	301
Setúbal	1.310	169	2.750	263	2.265	178	6.325	610
AML	17.710	3.678	31.796	2.502	26.551	5.693	76.057	11.873

Fonte: PROT-AML 2002 e INE, vários anos

Nota: Os valores acumulados nem sempre correspondem ao total, em virtude de existir informação em segredo estatístico e/ou não disponível.

A emissão de licenças para a realização de obras em habitações assume um valor reduzido em termos globais (construção e obras em edifícios para habitação) entre 1993 e 2007⁸ (9,2% na AML, 3,7% na Península de Setúbal e 14,0% na Grande Lisboa), apresentando particular expressão nos concelhos de Lisboa e de Cascais. No caso de Lisboa, os anos mais recentes confirmam a tendência observada na década de noventa, predominando os pedidos para a realização de obras, comparativamente aos que visam a construção de edifícios novos, o que está relacionado com a antiguidade do edificado.

⁸ Não existe informação estatística disponível para os anos de 1990, 1991 e 1992.

Quadro 9 – Número de Licenças Concedidas pelas Câmaras Municipais - Construção de Novos Edifícios para Habitação e Obras em Edifícios (1991, 1996, 2002 e 2007)

Unidade Territorial	1991		1996		2002		2007		91/96	96/02	02/07	91/07	91/96	96/02	02/07	91/07
	Construção	Obras	Construção	Obras	Construção	Obras	Construção	Obras	Construção				Obras			
Grande Lisboa	2.057	962	2.232	323	2.239	342	2.333	1.214	8,5	0,3	4,2	13,4	-66,4	5,9	255,0	26,2
Amadora	82	0	70	0	119	4	41	0	-14,6	70,0	-65,5	-50,0	-	-	-	-
Cascais	223	97	172	10	643	94	484	584	-22,9	273,8	-24,7	117,0	-89,7	840,0	-	502,1
Lisboa	103	386	112	205	x	x	48	333	8,7	-	-	-53,4	-46,9	-	-	-13,7
Loures	152	12	235	0	247	14	341	0	54,6	5,1	38,1	124,3	-100,0	-	-100,0	-100,0
Mafra	336	157	410	82	694	202	390	126	22,0	69,3	-43,8	16,1	-47,8	146,3	-37,6	-19,7
Odivelas		-		-	206	23	298	29	-	-	-	-	-	-	-	-
Oeiras	194	138	246	4	139	0	161	0	26,8	-43,5	15,8	-17,0	-97,1	-100,0	-	-100,0
Sintra	818	171	763	11	x	x	420	121	-6,7	-	-	-48,7	-93,6	-	-	-29,2
V. F. de Xira	149	1	224	11	191	5	150	21	50,3	-14,7	-21,5	0,7	1.000,0	-54,5	320,0	2.000,0
Pen. de Setúbal	1.596	272	1.850	229	2.315	110	1.816	101	15,9	25,1	-21,6	13,8	-15,8	-52,0	-8,2	-62,9
Alcochete	24	24	66	7	109	1	152	2	175,0	65,2	39,4	533,3	-70,8	-85,7	100,0	-91,7
Almada	332	9	475	1	444	2	216	0	43,1	-6,5	-51,4	-34,9	-88,9	100,0	-	-100,0
Barreiro	65	47	72	56	76	8	67	12	10,8	5,6	-11,8	3,1	19,1	-85,7	50,0	-74,5
Moita	107	10	114	10	118	17	108	1	6,5	3,5	-8,5	0,9	0,0	70,0	-94,1	-90,0
Montijo	93	23	90	9	176	8	188	15	-3,2	95,6	6,8	102,2	-60,9	-11,1	87,5	-34,8
Palmela	220	62	212	31	152	29	213	31	-3,6	-28,3	40,1	-3,2	-50,0	-6,5	6,9	-50,0
Seixal	414	43	350	19	330	10	358	4	-15,5	-5,7	8,5	-13,5	-55,8	-47,4	-60,0	-90,7
Sesimbra	151	51	143	41	474	1	176	1	-5,3	231,5	-62,9	16,6	-19,6	-97,6	0,0	-98,0
Setúbal	190	3	328	55	436	34	338	35	72,6	32,9	-22,5	77,9	1.733,3	-38,2	2,9	1.066,7
AML	3.653	1.234	4.082	552	4.554	452	4.149	1.315	11,7	11,6	-8,9	13,6	-55,3	-18,1	190,9	6,6

Fonte: PROT-AML 2002 e INE, vários anos

3.2.1.3. Dinâmica da Construção

Reflectindo a leitura anteriormente efectuada, no que se refere à dinâmica do licenciamento, verifica-se que o número de edifícios para habitação construídos evidencia um comportamento irregular no período em análise, mas discordante com as licenças emitidas. Assim, verificou-se um crescimento durante a década de noventa e, posteriormente, a partir de 2000, subidas e descidas intercaladas, não existindo diferenças relevantes entre as NUT III.

Tal como observado nas licenças emitidas, os concelhos de Sintra e de Mafra destacam-se dos restantes (representaram em conjunto perto de metade dos edifícios de habitação construídos na Grande Lisboa). Na Península de Setúbal, no mesmo período, Almada foi o concelho com mais edifícios de habitação concluídos.

Entre 1991 e 2007, foi em 2002 que se construíram mais edifícios com função residencial (desfasamento de três anos face ao ano com maior número de licenças emitidas). Este facto aconteceu tanto na Grande Lisboa como na Península de Setúbal.

Globalmente, verificou-se um crescimento de 37,9% entre o número de edifícios para habitação concluídos em 1991 e em 2007, para o conjunto da AML, superior na Grande Lisboa (58,0%) comparativamente à Península de Setúbal (24,6%). Contudo, uma leitura centrada sobre um período mais recente, através da comparação dos valores de 2002 com os de 2007, revela um quadro bastante diferente: registaram-se uma diminuição dos edifícios para habitação concluídos em cerca de 32,8%. Esta tendência é explicada, sobretudo, pelos valores da Península de Setúbal que recuaram de 44,5% face a um decréscimo de 18,3% na Grande Lisboa.

Esta quebra é idêntica à observada nas licenças emitidas para a construção de novos edifícios para habitação, quando comparados os mesmos anos (não

esquecendo que a tendência generalizada de crescimento no período que medeia 1991 e 2007).

Os edifícios para habitação concluídos representaram globalmente 88,6% dos edifícios construídos entre 1994 e 2007 e 90,3% entre 2002 e 2007.

Uma outra categoria que importa analisar é a relativa aos edifícios para habitação familiar onde foram realizadas obras, o que inclui ampliações, alterações e reconstruções. Esta categoria assume, tal como na emissão de licenças, um valor reduzido em termos globais entre 1994 e 2007⁹ (7,3% na AML, 3,4% na Península de Setúbal e 10,8% na Grande Lisboa).

Quadro 10 – Número de Edifícios para Habitação Concluídos, Segundo o Tipo de Obra (1991-1995, 1996-2001, 2002-2007 e 1991-2007)

Unidade Territorial	1991-1995		1996-2001		2002-2007		1991-2007	
	Construção	Obras	Construção	Obras	Construção	Obras	Construção	Obras
Grande Lisboa	7.803	431	13.208	892	11.641	2.644	32.652	3.967
Amadora	272	0	416	3	391	0	1.079	3
Cascais	1.174	13	1.223	19	1.906	1.527	4.303	1.559
Lisboa	624	233	667	284	312	300	1.603	817
Loures	613	9	1.401	20	1.146	7	3.160	36
Mafra	1.272	100	2.939	456	3.214	613	7.425	1.169
Odivelas	x	x	0	0	543	21	543	21
Oeiras	750	13	1.403	18	1.112	5	3.265	36
Sintra	2.465	46	3.798	57	1.768	156	8.031	259
V. F. de Xira	633	17	1.361	35	1.249	15	3.243	67
Pen. de Setúbal	5.954	240	13.663	543	12.279	330	31.896	1.113
Alcochete	137	12	441	23	560	12	1.138	47
Almada	1.150	15	2.846	14	2.046	1	6.042	30
Barreiro	256	40	610	55	557	24	1.423	119
Moita	540	17	765	27	627	18	1.932	62
Montijo	329	25	632	32	820	15	1.781	72
Palmela	886	37	1.695	74	1.704	111	4.285	222
Seixal	1.441	24	2.261	62	1.955	36	5.657	122
Sesimbra	451	43	2.147	111	1.755	24	4.353	178
Setúbal	764	27	2.266	145	2.255	89	5.285	261
AML	13.757	671	26.871	1.435	23.920	2.974	64.548	5.080

Fonte: PROT-AML 2002 e INE, vários anos

Nota: Os valores acumulados nem sempre correspondem ao total, em virtude de existir informação em segredo estatístico e/ou não disponível.

⁹ Não existe informação estatística disponível para os anos de 1990, 1991, 1992 e 1993.

Quadro 11 – Número de Edifícios para Habitação Concluídos, Segundo o Tipo de Obra (1991, 1996, 2002 e 2007)

Unidade Territorial	1991		1996		2002		2007		91/96	96/02	02/07	91/07	91/96	96/02	02/07	91/07
	Construção	Obras	Construção	Obras	Construção	Obras	Construção	Obras	Construção				Obras			
Grande Lisboa	1.681	x	1.945	132	2.565	189	2.095	859	15,7	31,9	-18,32	24,63	X	43,2	354,5	X
Amadora	51	x	87	0	46	-	81	0	70,6	X	X	58,8	X	X	X	X
Cascais	391	x	144	2	257	14	412	500	-63,2	-90,3	2842,9	5,4	X	600,0	3471,4	X
Lisboa	119	x	162	63	128	49	4	208	36,1	-69,8	-91,8	-96,6	X	-22,2	324,5	X
Loures	119	x	130	0	178	2	301	1	9,2	-98,5	14950,0	152,9	X	X	-50,0	X
Mafra	232	x	415	47	660	97	391	57	78,9	-76,6	303,1	68,5	X	106,4	-41,2	X
Odivelas	x	x	x	x	33	4	186	2	x	x	x	x	X	X	-50,0	X
Oeiras	162	x	179	4	273	2	213	1	10,5	-98,9	10550,0	31,5	X	-50,0	-50,0	X
Sintra	483	x	634	10	689	16	316	85	31,3	-97,5	1875,0	-34,6	X	60,0	431,3	X
V. F. de Xira	124	x	194	6	301	5	191	5	56,5	-97,4	3720,0	54,0	X	-16,7	0,0	X
Pen. de Setúbal	1.110	x	1.541	123	3.162	72	1.754	65	38,8	105,2	-44,5	58,0	X	-41,5	-9,7	X
Alcochete	27	x	45	6	68	-	94	1	66,7	X	X	248,1	X	X	X	X
Almada	251	x	253	1	510	1	218	0	0,8	-99,6	21700,0	-13,1	X	0,0	-100,0	X
Barreiro	60	x	50	15	172	6	116	5	-16,7	-88,0	1833,3	93,3	X	-60,0	-16,7	X
Moita	110	x	106	4	216	10	92	1	-3,6	-90,6	820,0	-16,4	X	150,0	-90,0	X
Montijo	87	x	56	6	238	2	156	4	-35,6	-96,4	7700,0	79,3	X	-66,7	100,0	X
Palmela	155	x	213	23	349	16	166	28	37,4	-92,5	937,5	7,1	X	-30,4	75,0	X
Seixal	232	x	327	15	488	10	336	9	40,9	-96,9	3260,0	44,8	X	-33,3	-10,0	X
Sesimbra	83	x	168	19	595	19	181	1	102,4	-88,7	852,6	118,1	X	0,0	-94,7	X
Setúbal	105	x	323	34	526	8	395	16	207,6	-97,5	4837,5	276,2	X	-76,5	100,0	X
AML	2.791	x	3.486	255	5.727	261	3.849	924	24,9	64,3	-32,8	37,9	X	2,4	254,0	X

Fonte: PROT-AML 2002 e INE, vários anos

Um dado que pode dar algumas indicações sobre o tipo de parque habitacional construído é a tipologia relativa ao número de divisões. Assim, atendendo à tipologia dos fogos concluídos para habitação familiar no hexénio 2002-2007, verifica-se uma predominância das habitações com quatro divisões assoalhadas (45,2% dos fogos concluídos durante este período). Este padrão é igualmente visível, numa análise mais desagregada, na Grande Lisboa e na Península de Setúbal (42,4% e 49,5%, respectivamente). Os fogos com menor número de divisões (*T0 ou T1*) representaram, no mesmo período, apenas 7,4% do total (8,2% na Grande Lisboa e 6,1% na Península de Setúbal).

Contudo, uma leitura por concelho permite destacar alguns aspectos relevantes que demonstram diferentes padrões na estrutura da construção e que estão profundamente relacionados com os factores locativos, designadamente, a localização e o custo por m²:

- A tipologia T0 ou T1 representava 17,3% dos fogos construídos em Lisboa. Na Península de Setúbal, em concelhos como o Barreiro e Palmela, esse valor situa-se abaixo nos 3%;
- Os fogos de tipologia T2 representam perto de metade dos construídos no concelho da Amadora;
- Nos concelhos do Montijo, Alcochete, Moita, Setúbal, Barreiro, Palmela e Vila Franca de Xira, os fogos de tipologia T3 correspondem a mais de metade dos construídos nesse período;
- Por fim, os fogos de tipologia T4 ou mais constituem perto de um quinto dos construídos no concelho de Cascais (Grande Lisboa) e de Almada e Palmela (Península de Setúbal).

Quadro 12 – Número de Edifícios para Habitação Concluídos, Segundo o Tipo de Obra (1991, 1996, 2002 e 2007)

Unidade Territorial	1991		1996		2002		2007		91/96	96/02	02/07	91/07	91/96	96/02	02/07	91/07
	Construção	Obras	Construção	Obras	Construção	Obras	Construção	Obras	Construção				Obras			
Grande Lisboa	1.681	x	1.945	132	2.565	189	2.095	859	15,7	31,9	-18,32	24,63	X	43,2	354,5	X
Amadora	51	x	87	0	46	-	81	0	70,6	X	X	58,8	X	X	X	X
Cascais	391	x	144	2	257	14	412	500	-63,2	-90,3	2842,9	5,4	X	600,0	3471,4	X
Lisboa	119	x	162	63	128	49	4	208	36,1	-69,8	-91,8	-96,6	X	-22,2	324,5	X
Loures	119	x	130	0	178	2	301	1	9,2	-98,5	14950,0	152,9	X	X	-50,0	X
Mafra	232	x	415	47	660	97	391	57	78,9	-76,6	303,1	68,5	X	106,4	-41,2	X
Odivelas	x	x	x	x	33	4	186	2	x	x	x	x	X	X	-50,0	X
Oeiras	162	x	179	4	273	2	213	1	10,5	-98,9	10550,0	31,5	X	-50,0	-50,0	X
Sintra	483	x	634	10	689	16	316	85	31,3	-97,5	1875,0	-34,6	X	60,0	431,3	X
V. F. de Xira	124	x	194	6	301	5	191	5	56,5	-97,4	3720,0	54,0	X	-16,7	0,0	X
Pen. de Setúbal	1.110	x	1.541	123	3.162	72	1.754	65	38,8	105,2	-44,5	58,0	X	-41,5	-9,7	X
Alcochete	27	x	45	6	68	-	94	1	66,7	X	X	248,1	X	X	X	X
Almada	251	x	253	1	510	1	218	0	0,8	-99,6	21700,0	-13,1	X	0,0	-100,0	X
Barreiro	60	x	50	15	172	6	116	5	-16,7	-88,0	1833,3	93,3	X	-60,0	-16,7	X
Moita	110	x	106	4	216	10	92	1	-3,6	-90,6	820,0	-16,4	X	150,0	-90,0	X
Montijo	87	x	56	6	238	2	156	4	-35,6	-96,4	7700,0	79,3	X	-66,7	100,0	X
Palmela	155	x	213	23	349	16	166	28	37,4	-92,5	937,5	7,1	X	-30,4	75,0	X
Seixal	232	x	327	15	488	10	336	9	40,9	-96,9	3260,0	44,8	X	-33,3	-10,0	X
Sesimbra	83	x	168	19	595	19	181	1	102,4	-88,7	852,6	118,1	X	0,0	-94,7	X
Setúbal	105	x	323	34	526	8	395	16	207,6	-97,5	4837,5	276,2	X	-76,5	100,0	X
AML	2.791	x	3.486	255	5.727	261	3.849	924	24,9	64,3	-32,8	37,9	X	2,4	254,0	X

Fonte: PROT-AML 2002 e INE, vários anos

A densidade de habitação é reveladora das diferenças existentes entre a Grande Lisboa e a Península de Setúbal, espelhando a leitura já realizada no que se refere ao parque habitacional da AML.

Quadro 13 – Dimensão Média dos Edifícios de Habitação Concluídos, Segundo o Número de Fogos (1991-1995, 1996-2001, 2002-2007 e 1991-2007)

Unidade Territorial	1991-1995		1996-2001		2002-2007		91-95	96-01	02-07
	Para Habitação Familiar	Fogos para Habitação	Para Habitação Familiar	Fogos para Habitação	Para Habitação Familiar	Fogos para Habitação			
Grande Lisboa	7.803	50.975	13.208	81.581	11.098	48.647	6,5	6,2	4,4
Amadora	272	2.810	416	4.290	391	4.577	10,3	10,3	11,7
Cascais	1.174	4.985	1.223	4.667	1.906	7.307	4,2	3,8	3,8
Lisboa	624	7.779	667	10.565	312	3.176	12,5	15,8	10,2
Loures	613	5.287	1.401	10.262	1.146	6.098	8,6	7,3	5,3
Mafra	1.272	2.694	2.939	5.950	3.214	8.405	2,1	2,0	2,6
Odivelas	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Oeiras	750	4.324	1.403	8.673	1.112	5.589	5,8	6,2	5,0
Sintra	2.465	19.104	3.798	28.018	1.768	6.246	7,8	7,4	3,5
V. F. de Xira	633	3.992	1.361	9.156	1.249	7.249	6,3	6,7	5,8
Pen. de Setúbal	5.954	24.315	13.663	47.201	12.279	34.606	4,1	3,5	2,8
Alcochete	137	374	441	1.656	560	1.604	2,7	3,8	2,9
Almada	1.150	5.611	2.846	9.681	2.046	5.411	4,9	3,4	2,6
Barreiro	256	1.173	610	3.269	557	3.086	4,6	5,4	5,5
Moita	540	2.519	765	3.302	627	2.221	4,7	4,3	3,5
Montijo	329	1.455	632	2.219	820	4.258	4,4	3,5	5,2
Palmela	886	2.379	1.695	4.148	1.704	3.593	2,7	2,4	2,1
Seixal	1.441	5.959	2.261	8.699	1.955	5.890	4,1	3,8	3,0
Sesimbra	451	1.129	2.147	5.037	1.755	3.389	2,5	2,3	1,9
Setúbal	764	3.716	2.266	9.190	2.255	5.154	4,9	4,1	2,3
AML	13.757	75.290	26.871	128.782	23.377	83.253	5,5	4,8	3,6

Fonte: PROT-AML 2002 e INE, vários anos

Nota: Os valores acumulados nem sempre correspondem ao total, em virtude de existir informação em segredo estatístico e/ou não disponível.

Importa referir que globalmente se regista um decréscimo do número médio de fogos por edifício para habitação familiar, indicando que entre as novas construções se encontra um elevado número de residências unifamiliares ou edifícios com um reduzido número de pisos, o que pode traduzir uma tendência para a dispersão do tecido construído. Existem contudo, diferenças entre os municípios, tendo aumentado os contrastes durante a presente década. Nos concelhos da Amadora e de Mafra, a Norte e do Barreiro e do Montijo, a Sul, o número médio de fogos para habitação por edifício aumentou no período compreendido entre 2002 e 2007 face ao decénio anterior. Com tendência contrária, destaque-se os concelhos de Sintra, Almada, Sesimbra e Setúbal onde, para além do decréscimo no ritmo de construção, o edificado que tem surgido é de residências unifamiliares ou de prédios com poucos pisos.

3.2.2. Dinâmica Habitacional, da População, do Emprego e da Mobilidade

A análise da dinâmica habitacional apresentada anteriormente traduz transformações mais amplas, nomeadamente relacionadas com a dinâmica demográfica, do emprego e da mobilidade. Neste contexto, considera-se fundamental explorar a análise de algumas variáveis de áreas complementares que possam traduzir esse quadro das interdependências que se estabelecem entre as áreas de residência, as bacias de emprego e a mobilidade.

Assim, a primeira evidência é que a evolução do edificado na AML retrata, por um lado, a tendência de crescimento verificada no país, por outro, responde à dinâmica de crescimento populacional que a AML tem vindo a registar após 1991. Efectivamente, durante a década de noventa, acentuou-se a tendência de crescimento populacional da AML (crescimento de 9,2% entre 1991 e 2002, quando a população do Continente cresceu 5,9% no mesmo período) enquanto a cidade de Lisboa (em 2002, 549.766 habitantes) tem vindo a registar uma perda significativa de habitantes (entre 1991 e 2002, perdeu 17,1% da população residente). Valores mais recentes, relativos ao período compreendido entre 2002 e 2007, mostram o reforço da tendência, em particular na Margem Sul, destacando-se concelhos como Alcochete, Sesimbra, Palmela e Seixal, enquanto a Norte, destacavam-se Mafra e Sintra.

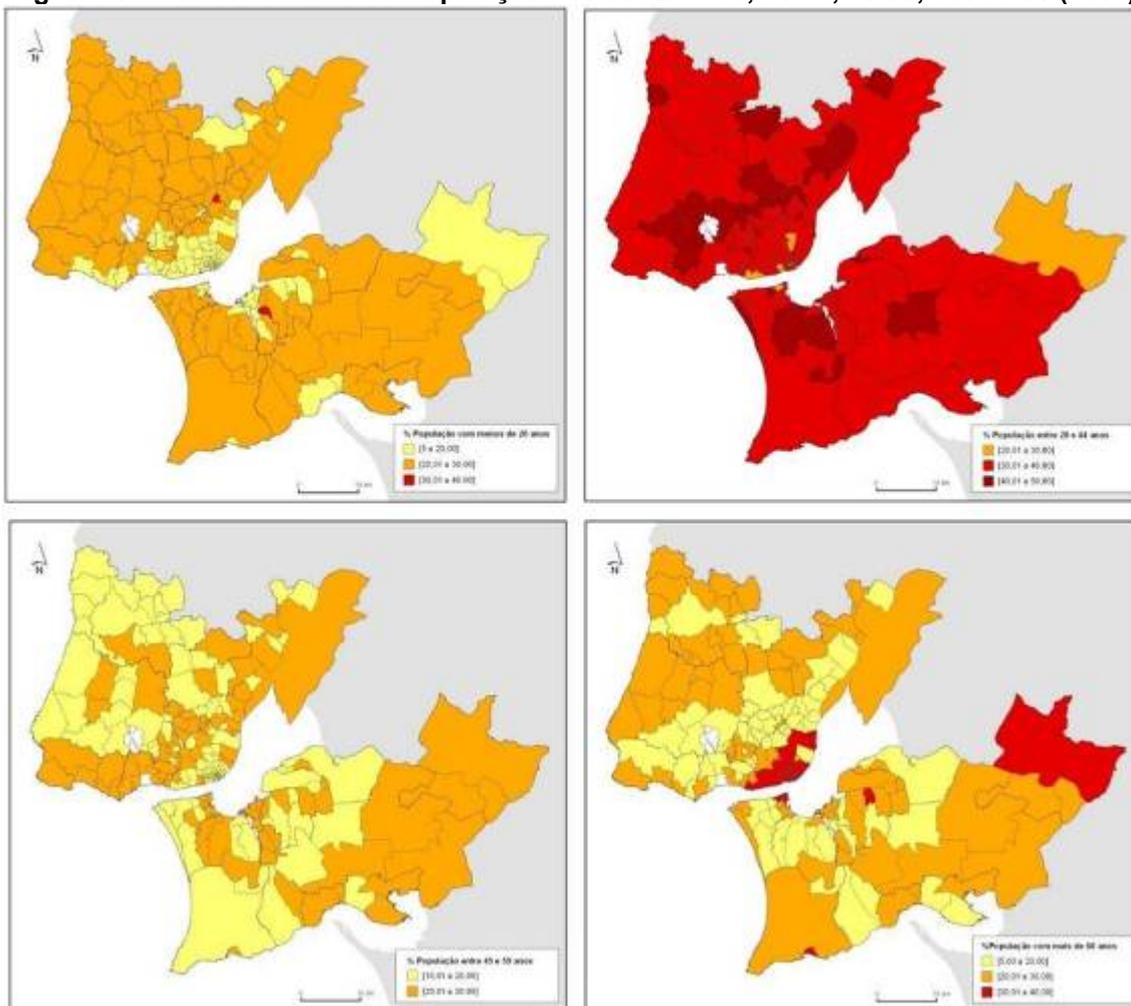
Com efeito, embora as tendências de variação da população e do edificado na maioria dos concelhos da AML sejam positivas, o ritmo de crescimento é diferenciado. O cálculo do rácio entre ambos aponta assim, para uma diminuição do número de habitantes por alojamento.

Quadro 14 – Número de Alojamentos e População (1991, 1996, 2002 e 2007)

Unidade Territorial	Dinâmica Habitacional								Dinâmica Populacional								Ocupação média por alojamento			
	1991	1996	2002	2007	91/96	96/02	02/07	91/07	1991	1996	2002	2007	91/96	96/02	02/07	91/07	1991	1996	2002	2007
Grande Lisboa	800.558	864.828	946.784	988.635	8,0	9,5	4,4	23,5	1.880.215	1.877.590	1.978.629	2.025.628	-0,1	2,4	2,4	7,7	2,3	2,2	2,1	2,0
Amadora	72.382	76.151	79.785	83.560	5,2	4,8	4,7	15,4	181.774	187.900	176.643	173.413	3,4	-1,8	-1,8	-4,6	2,5	2,5	2,2	2,1
Cascais	73.369	78.160	90.862	96.679	6,5	16,3	6,4	31,8	153.294	162.170	176.102	186.947	5,8	6,2	6,2	22,0	2,1	2,1	1,9	1,9
Lisboa	279.664	290.153	291.438	292.806	3,8	0,4	0,5	4,7	663.394	572.370	549.766	499.700	-13,7	-9,1	-9,1	-24,7	2,4	2,0	1,9	1,7
Loures	126.438	132.600	85.477	91.110	4,9	-35,5	6,6	-27,9	322.158	342.760	199.558	196.467	6,4	-1,5	-1,5	-39,0	2,5	2,6	2,3	2,2
Mafra	22.722	25.650	33.612	39.813	12,9	31,0	18,4	75,2	43.731	44.450	57.547	68.709	1,6	19,4	19,4	57,1	1,9	1,7	1,7	1,7
Odivelas	x	x	57.864	61.212	x	x	5,8	x	x	x	138.137	151.358	x	9,6	9,6	x	x	x	2,4	2,5
Oeiras	65.843	72.156	78.159	82.385	9,6	8,3	5,4	25,1	151.342	157.050	165.452	171.472	3,8	3,6	3,6	13,3	2,3	2,2	2,1	2,1
Sintra	117.690	141.775	172.676	178.593	20,5	21,8	3,4	51,7	260.951	298.950	387.479	437.471	14,6	12,9	12,9	67,6	2,2	2,1	2,2	2,4
V. F. de Xira	42.450	48.183	56.911	62.477	13,5	18,1	9,8	47,2	103.571	111.940	127.945	140.091	8,1	9,5	9,5	35,3	2,4	2,3	2,2	2,2
Pen. de Setúbal	290.749	322.676	376.083	403.615	11,0	16,6	7,3	38,8	640.493	662.380	735.985	782.786	3,4	6,4	6,4	22,2	2,2	2,1	2,0	1,9
Alcochete	4.542	5.296	6.705	8.092	16,6	26,6	20,7	78,2	10.169	10.040	13.778	16.813	-1,3	22,0	22,0	65,3	2,2	1,9	2,1	2,1
Almada	75.129	81.963	93.646	98.112	9,1	14,3	4,8	30,6	151.783	152.780	163.812	166.148	0,7	1,4	1,4	9,5	2,0	1,9	1,7	1,7
Barreiro	34.414	35.749	39.547	41.735	3,9	10,6	5,5	21,3	85.768	82.930	79.052	78.277	-3,3	-1,0	-1,0	-8,7	2,5	2,3	2,0	1,9
Moita	26.876	30.137	31.738	33.548	12,1	5,3	5,7	24,8	65.086	68.850	68.843	71.374	5,8	3,7	3,7	9,7	2,4	2,3	2,2	2,1
Montijo	16.686	18.093	21.246	24.509	8,4	17,4	15,4	46,9	36.038	36.320	39.925	41.210	0,8	3,2	3,2	14,4	2,2	2,0	1,9	1,7
Palmela	19.856	22.957	27.766	30.810	15,6	20,9	11,0	55,2	43.857	47.310	55.741	61.758	7,9	10,8	10,8	40,8	2,2	2,1	2,0	2,0
Seixal	51.198	59.373	70.926	75.470	16,0	19,5	6,4	47,4	116.912	130.650	157.650	173.406	11,8	10,0	10,0	48,3	2,3	2,2	2,2	2,3
Sesimbra	18.344	19.935	26.489	29.638	8,7	32,9	11,9	61,6	27.246	29.190	40.120	50.236	7,1	25,2	25,2	84,4	1,5	1,5	1,5	1,7
Setúbal	43.704	49.173	58.020	61.701	12,5	18,0	6,3	41,2	103.634	104.310	117.064	123.564	0,7	5,6	5,6	19,2	2,4	2,1	2,0	2,0
AML	1.382.056	1.510.180	1.698.950	1.795.865	9,3	12,5	5,7	29,9	3.161.201	3.202.350	3.450.599	3.591.200	1,3	4,1	4,1	13,6	2,3	2,1	2,0	2,0

Fonte: INE, vários anos

Figura 25 – Estrutura Etária da População Residente: < 20; 20-44; 45-59; ≥60 Anos (2001)



Fonte: INE, 2001

Para além das transformações demográficas, contam-se também as económico-funcionais. Nas últimas três décadas, a AML sofreu um processo de reestruturação bastante acentuado, tendo-se assistido à desconcentração e realocização de muitas unidades económicas para fora da cidade de Lisboa.

Neste sentido, alterou-se a relação entre os habitantes residentes e o emprego, o que se reflectiu naturalmente na configuração de novas centralidades metropolitanas. A análise da relação entre o número de empregos e de residentes mostra um forte crescimento do emprego nos concelhos de Oeiras, Sintra e Palmela, sendo que nos concelhos de Lisboa, Oeiras, Palmela e

Setúbal, em 2001, encontrávamos mais de 40 empregos por cada 100 habitantes residentes.

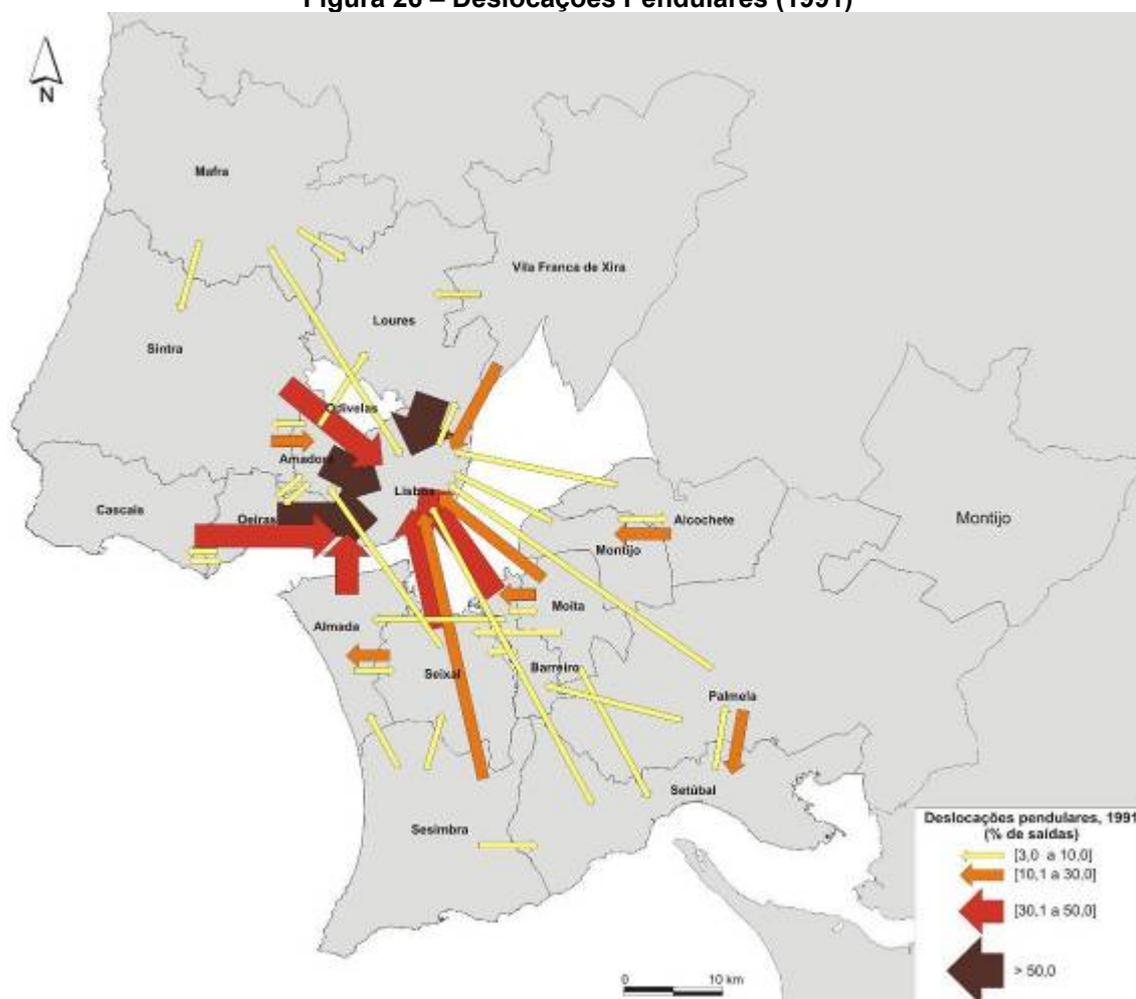
Quadro 15 – Relação Emprego/Residentes (Número de Empregos/100 Habitantes), por Concelho (1981, 1991 e 2001)

Unidade Territorial	1981	1991	2001
Amadora	21,3	23,6	29,1
Cascais	32,0	32,3	37,6
Lisboa	68,7	82,2	93,7
Loures	23,7	26,1	33,0
Mafra	32,1	33,7	37,6
Odivelas	x	x	23,1
Oeiras	23,8	27,6	42,4
Sintra	24,0	27,2	31,4
V. F. de Xira	34,8	29,8	31,2
Alcochete	32,8	33,0	33,6
Almada	29,4	32,2	33,6
Barreiro	27,3	25,8	29,1
Moita	17,2	18,9	21,1
Montijo	39,7	39,9	40,9
Palmela	28,4	31,5	50,1
Seixal	24,7	23,7	26,3
Sesimbra	30,2	32,8	32,6
Setúbal	46,8	42,5	43,5

Fonte: MARQUES DA COSTA (2007), elaborado a partir de INE, pp.377

O desenvolvimento das actividades económicas e da função residencial surgiram associados às novas acessibilidades, que melhoraram a ligação a territórios periféricos. Por outro lado, o crescimento da utilização do transporte individual tem permitido não só uma maior flexibilidade nas deslocações, diminuindo a dependência do transporte público, muitas vezes inexistente ou com níveis de oferta desajustados da procura, mas também, um aumento das distâncias percorridas no mesmo período de tempo. Ou seja, a melhoria das acessibilidades reflectiu-se no aumento da distância percorrida nas deslocações pendulares, e não tanto numa redução do tempo médio de deslocação, e aumentou as possibilidades de escolha de habitação própria a menor custo. Esta possibilidade alimentou uma oferta de habitação na maioria dos concelhos da AML que respondeu a diferentes perfis de procura. De qualquer forma, e apesar do processo especulativo que ocorreu em muitas freguesias da AML, gerou-se uma oferta de habitação muito diversificada e financeiramente acessível a diferentes estratos de rendimento.

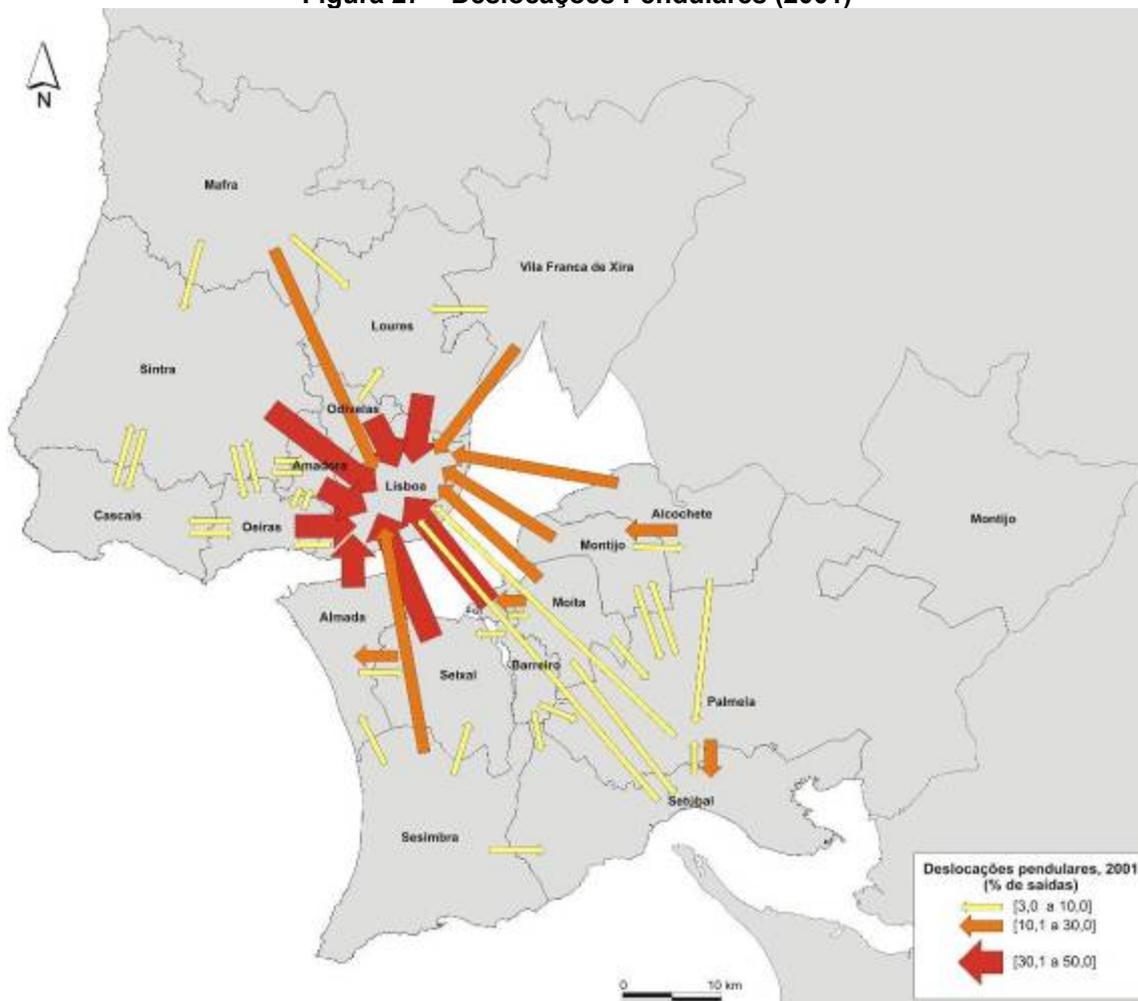
Figura 26 – Deslocações Pendulares (1991)



Fonte: INE, 1991

Assistiu-se assim a uma extensificação dos movimentos pendulares, fundamentalmente em termos de distância física percorrida, e, em muitos casos, também do tempo dispendido. Este facto reflectiu-se num alargamento das bacias de emprego concelhias e no surgimento das áreas de residência em localizações progressivamente mais distantes. Não só se dilataram as distâncias aos locais de emprego, como também o emprego surge em outros locais, contribuindo para deslocações mais longas enquadradas por novos percursos (DOMINGUES, 2005; GASPAR, 2000, 2006; MARQUES DA COSTA E MARQUES DA COSTA, 2003; MARQUES; 2005).

Figura 27 – Deslocações Pendulares (2001)

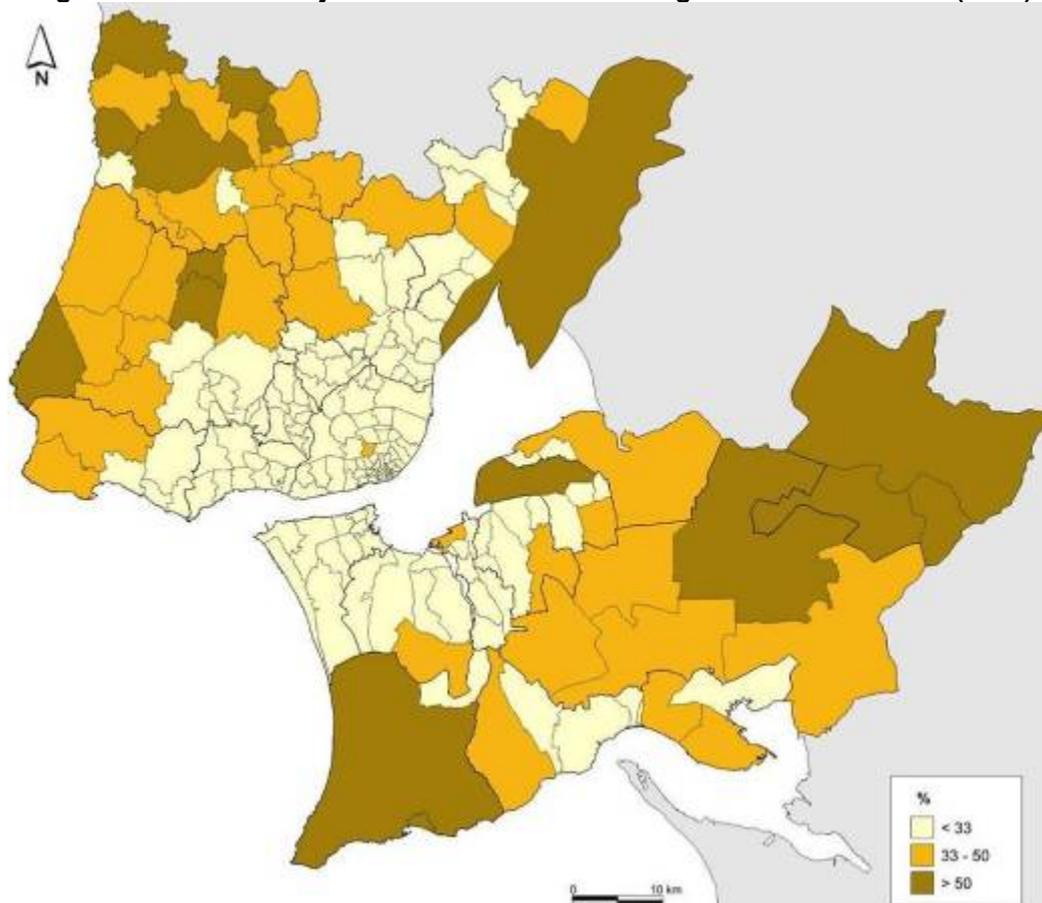


Fonte: INE, 2001

Neste sentido, a afirmação e consolidação de novos pólos de actividade económica e residencial parece apontar para uma organização progressivamente mais policêntrica, num território igualmente mais alargado.

Consequentemente, ocorreu um aumento da mancha urbana, um aumento da distância aos locais de emprego, ao comércio e aos serviços e uma diminuição da densidade populacional e de edificação, contribuindo para uma dispersão da ocupação do solo.

Figura 28 – Activos cujo Local de Trabalho é a Freguesia de Residência (2001)



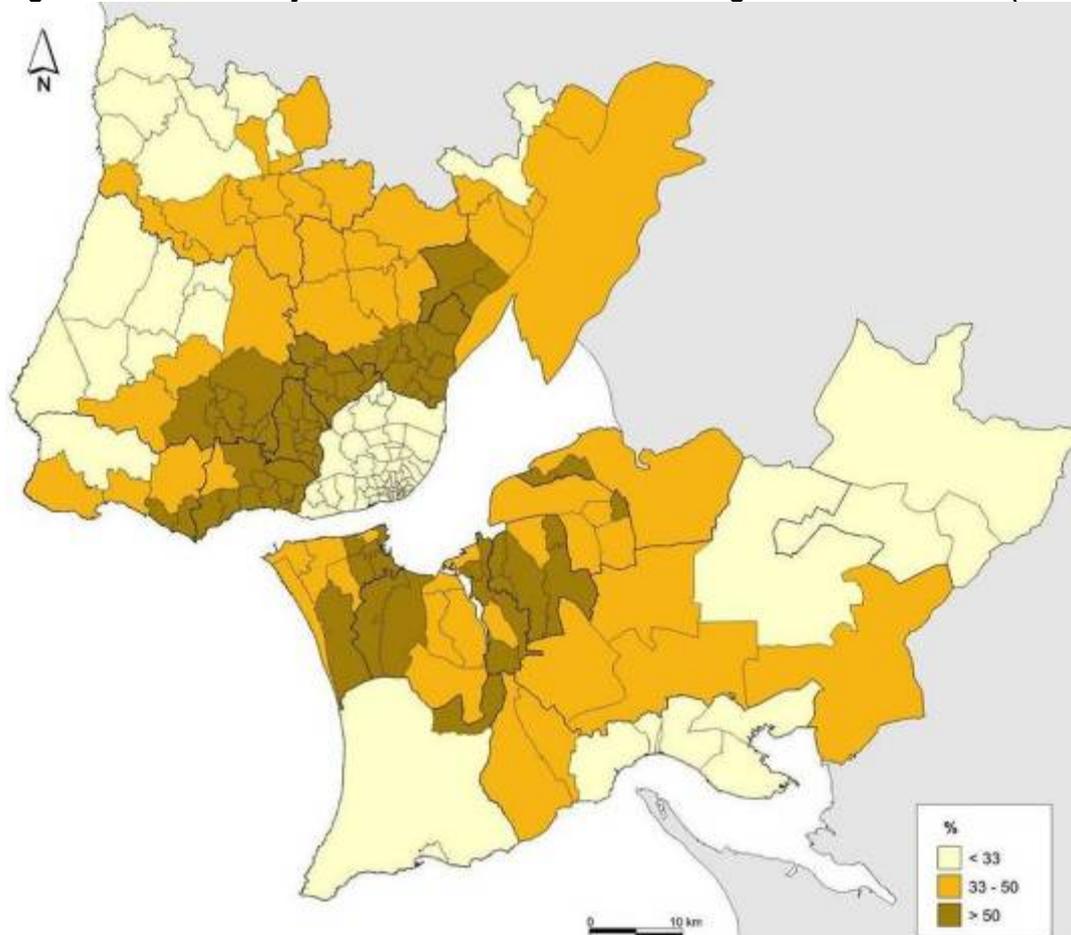
Fonte: MARQUES DA COSTA (2007), elaborado a partir de INE, Recenseamento Geral da População, 2001, pp. 411

Embora esta seja uma tendência pesada da AML (a diminuição da densidade populacional), partindo das freguesias centradas em torno de Lisboa para as freguesias da periferia que vai até ao limite administrativo da AML, é importante salientar dois aspectos que devem ser tidos em conta na definição do modelo territorial:

- Por um lado, assistiu-se a um aumento da densidade de ocupação da AML, reforçando a densificação dos concelhos mais próximos de Lisboa; a dinâmica de construção habitacional em concelhos como Sintra retrata a consolidação e densificação da coroa suburbana de Lisboa;
- Por outro lado, assistiu-se a uma expansão do edificado e da ocupação populacional em áreas de baixa densidade, geograficamente mais afastadas de Lisboa, mas que enquadradas pelas novas acessibilidades se encontram num raio de distância tempo percorrida em transporte individual

na ordem dos 30-45 minutos, configurando um modelo de ocupação mais disperso.

Figura 29 – Activos cujo Local de Trabalho é Fora da Freguesia de Residência (2001)



Fonte: MARQUES DA COSTA (2007), elaborado a partir de INE, Recenseamento Geral da População, 2001, pp. 412

3.3. Equipamentos Colectivos

Os equipamentos sociais, estruturantes ou de proximidade, para além de responderem a objectivos de desenvolvimento sectorial, designadamente de âmbito social, educativo ou de formação, desportivo, cultural e de saúde, desempenham um papel central na estruturação e organização do território, na definição de fluxos, na animação de espaços urbanos e no reforço das centralidades.

No caso concreto do processo de alteração do PROT-AML, a abordagem relativa aos equipamentos colectivos deverá atender a quatro dimensões críticas do desenvolvimento deste território:

- Contribuir para o reforço das centralidades urbanas no quadro da estruturação do espaço metropolitano e da criação de um sistema urbano mais equilibrado;
- Assegurar o cumprimento do princípio da equidade que garanta idênticos níveis de acessibilidade aos bens públicos entre residentes na AML com necessidades semelhantes;
- Promover a coesão sócio-territorial do espaço metropolitano incentivando o incremento da oferta de equipamentos específicos em áreas urbanas críticas ou onde se verifiquem défices;
- Contribuir para a afirmação internacional da AML enquanto espaço competitivo suportado numa base económica criativa e inovadora, nas áreas do conhecimento e dos serviços avançados.

A concretização desta matriz de objectivos será alcançada através do modelo territorial adoptado para a AML, mas também, conforme prevê o PNPOT, das

orientações específicas que o PROT-AML aponte para os processos de revisão dos PDM.

Neste contexto, a caracterização e análise que seguidamente se desenvolve, e que incidiu sobre os equipamentos educativos, sociais, desportivos, culturais e de saúde, tem um carácter preliminar visando fundamentalmente identificar os principais padrões de estruturação territorial e as desigualdades/desequilíbrios espaciais existentes. Nesse sentido foi utilizada informação global, ao nível dos concelhos e das NUTS III (Grande Lisboa e Península de Setúbal).

Atendendo à discrepância na informação fornecida pelas autarquias, nomeadamente, no seu detalhe, ficou inviabilizada uma análise mais pormenorizada, sobretudo, no que diz respeito aos equipamentos de proximidade. De forma a garantir a maior homogeneidade entre a informação recolhida, toda a análise encontra-se alicerçada em informação disponibilizada por fontes oficiais.

3.3.1. Equipamentos Educativos e de Investigação Científica

Os equipamentos educativos, dos mais diversos níveis, desempenham um papel central na estratégia de competitividade fixada para a Região de Lisboa, nomeadamente na concretização do objectivo de criação de uma metrópole competitiva, inovadora e de conhecimento, suportada num capital humano altamente qualificado.

No ano lectivo de 2006/2007, a AML dispunha de uma rede de 3.024 equipamentos de ensino relativos aos níveis Pré-escolar, Básico e Secundário o que significou um acréscimo de 44 estabelecimentos comparativamente com 2002/2003, ano de referência do PROT-AML em vigor.

Todavia, este acréscimo global esconde diferentes dinâmicas de criação e desaparecimento de equipamentos, segundo o nível de ensino. Enquanto que os equipamentos de Educação Pré-escolar e de Ensino Secundário cresceram, respectivamente 8,5% e 28,2%, os equipamentos de Ensino Básico, em particular do 1º Ciclo, diminuíram cerca de 9%, tendo sido suprimidos 98 estabelecimentos.

Quadro 16 – Estabelecimentos de Ensino, por Município Segundo o Nível de Ensino Ministrado (2006/2007)

Unidade Territorial	Educação Pré-Escolar	Ensino Básico			Ensino Secundário
		1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	
Grande Lisboa	901	744	202	262	155
Amadora	75	51	14	21	11
Cascais	96	86	22	27	18
Lisboa	283	215	82	100	75
Loures	78	74	17	25	10
Mafra	33	59	6	7	3
Odivelas	42	38	12	18	9
Oeiras	75	48	13	18	11
Sintra	172	132	25	32	13
Vila Franca de Xira	47	41	11	14	5
Península de Setúbal	305	270	54	84	47
Alcochete	7	6	1	1	1
Almada	76	61	12	22	15
Barreiro	32	25	7	12	6
Moita	20	25	6	8	2
Montijo	25	23	2	4	3
Palmela	27	33	5	7	3
Seixal	60	45	10	15	8
Sesimbra	17	16	4	5	2
Setúbal	41	36	7	10	7
AML	1.206	1.014	256	346	202

Fonte: Ministério da Educação, 2007

Em termos espaciais, o aumento do número de equipamentos educativos assumiu maior expressão na Península de Setúbal, nomeadamente ao nível da Educação Pré-Escolar, onde se verificou um acréscimo de 11,3% do número de equipamentos, com destaque para os concelhos do Barreiro (+28%), Montijo (+25%) e Sesimbra (+21,4%). Já o concelho de Lisboa revelou um desempenho antagónico, registando uma redução do número de estabelecimentos de Ensino Pré-escolar e do 1º Ciclo de 3,4% e 9,6%, respectivamente.

Pese embora a dinâmica verificada na Península de Setúbal e a redução do número de equipamentos ocorrida na Grande Lisboa, o peso relativo do número de equipamentos educativos em cada uma das NUTS III não se alterou

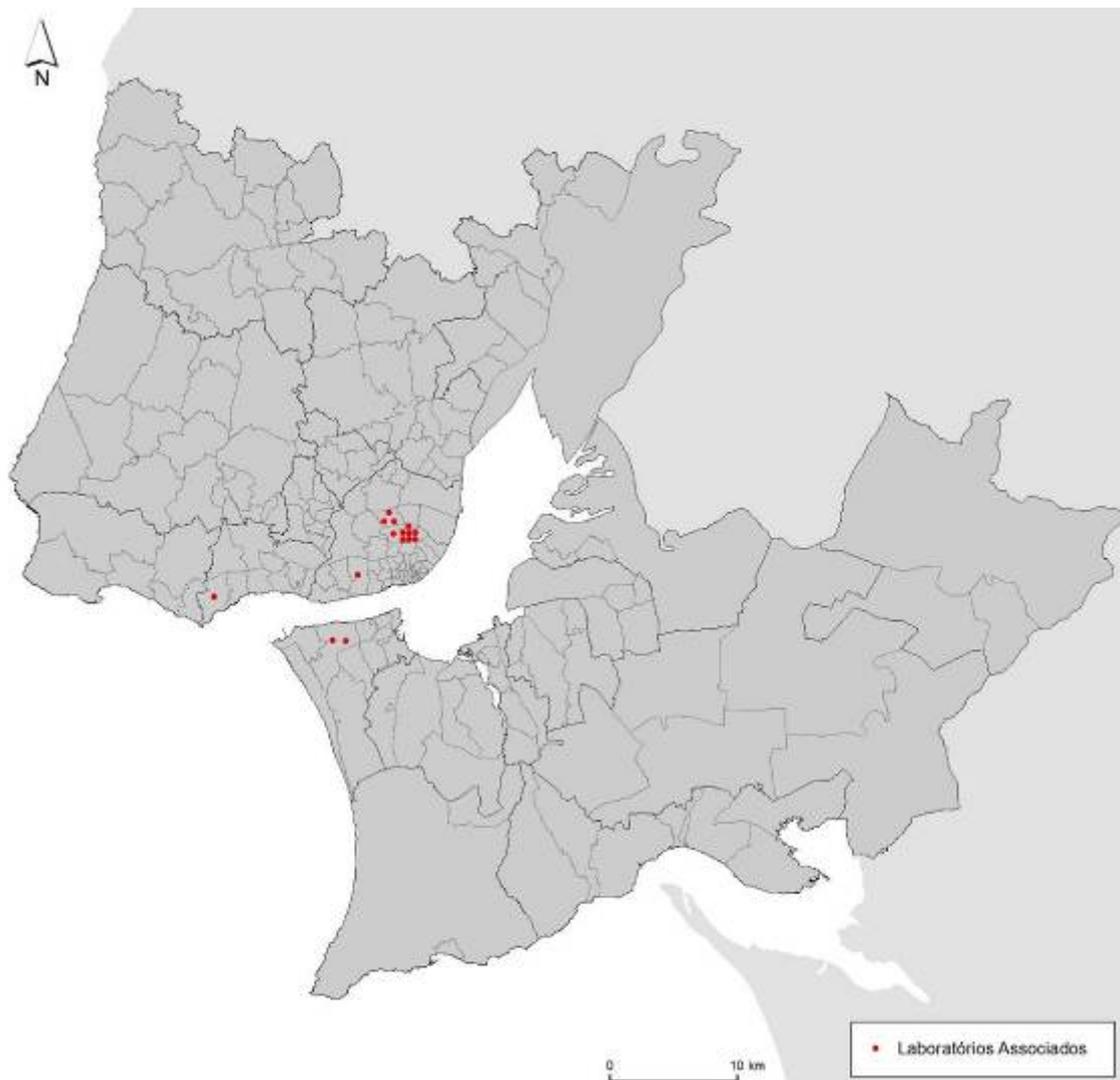
significativamente neste período, dispondo a Margem Norte de aproximadamente 3/4 da oferta global.

Esta disparidade é confirmada pela capitação de equipamentos. Com efeito, no ano lectivo 2006/2007, o número de estabelecimentos de ensino Pré-escolar por 1.000 habitantes com idade entre os 4 e os 5 anos era de 24,5 na Grande Lisboa e de 21,7 na Península de Setúbal. A menor capacidade de oferta de equipamentos da Península de Setúbal, comparativamente com a Grande Lisboa, está presente em todos os níveis de ensino, com particular expressão no Secundário.

Esta concentração de equipamentos educativos na Grande Lisboa assume especial relevância no Ensino Superior. Com efeito, em 2007, dos 108 estabelecimentos públicos e privados localizados na AML, 95 estavam implantados em municípios da Margem Norte. Em traços gerais, a rede de equipamentos de Ensino Superior na AML está estruturada em três níveis. Num primeiro patamar encontra-se o município de Lisboa que concentra cerca de 74% dos equipamentos. Num segundo nível, destacam-se os concelhos de Almada (7), Setúbal (5), Oeiras (5) e Sesimbra (5). Finalmente, num terceiro patamar, com 1 ou 2 equipamentos, surgem os municípios da Amadora, Barreiro, Cascais e Odivelas.

centralidade assinalável na área da investigação científica e desenvolvimento tecnológico.

Figura 31 – Laboratórios Associados a Instituições de I&D (2008)



Fonte: FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia), Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Uma leitura global da repartição espacial dos laboratórios associados a Instituições de I&D (uma das tipologias de instituições de investigação científica e desenvolvimento tecnológico definidas no regime jurídico de instituições de investigação científica) evidencia o protagonismo da AML, uma vez que dos 25 laboratórios associados existentes, 15 concentram-se no território metropolitano de Lisboa (2 dispõem também de pólos em outras regiões do

país). Neste contexto, sobressai nitidamente a centralização dos laboratórios associados em Lisboa, atendendo à supremacia de equipamentos existentes (12 laboratórios com um total de 860 doutorados), a par de uma escassa dotação no restante território metropolitano (2 na Caparica com 209 doutorados e 1 em Oeiras com 104 doutorados).

3.3.2. Equipamentos Desportivos

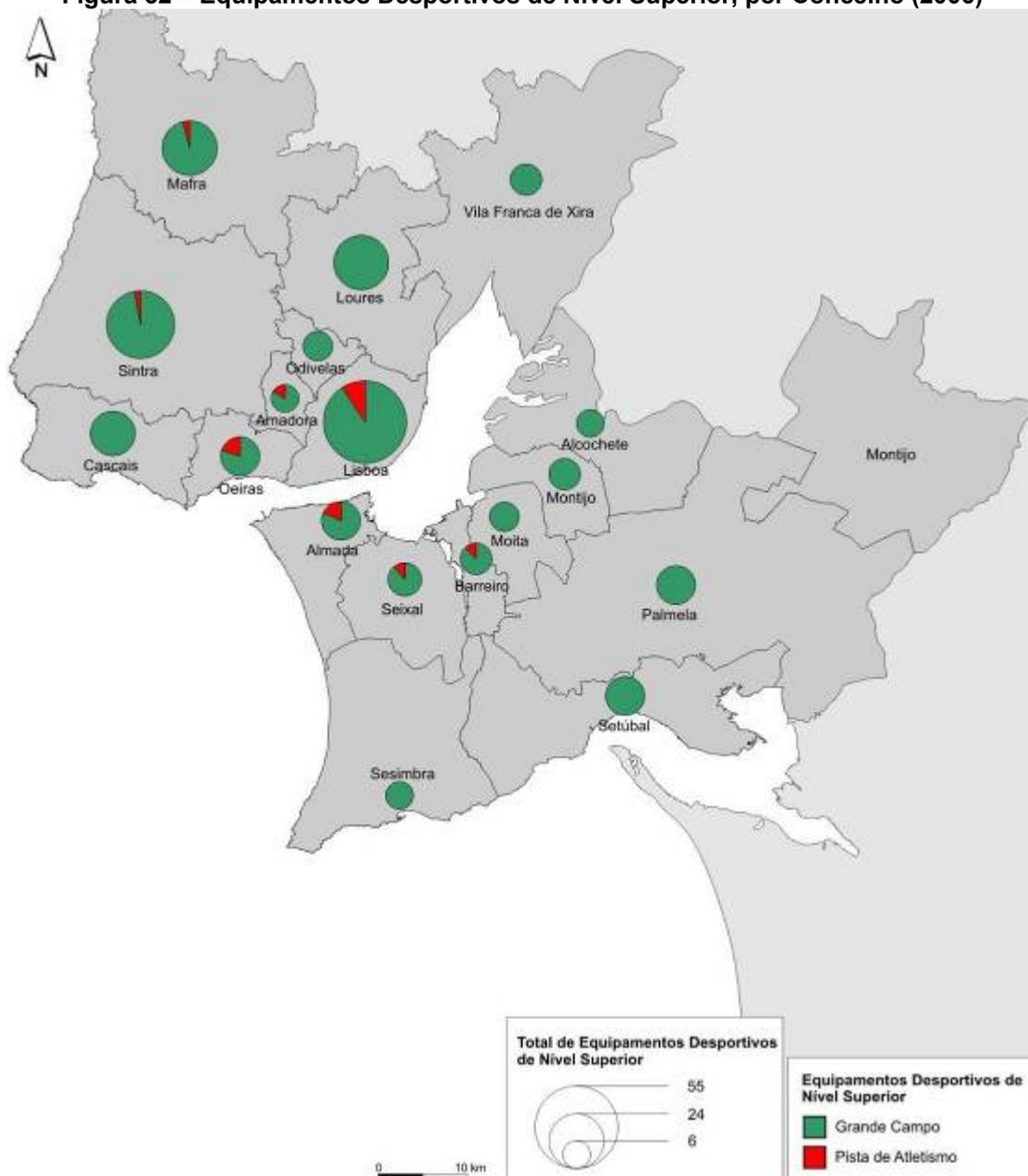
Conforme prevê a recentemente publicada Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto (Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro), incumbe ao Estado e às autarquias locais, a promoção e a generalização da actividade física, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos. Para a concretização deste objectivo, entre outras acções, assume especial relevância a criação de espaços públicos aptos para a actividade física.

Neste contexto, apesar de, ao longo dos últimos anos se verificar uma rápida transformação das práticas desportivas, com uma perda de praticantes nas modalidades colectivas tradicionais e a emergência de novas modalidades, mais adaptadas aos hábitos de vida quotidianos que exigem um outro tipo de espaços, os equipamentos desportivos tradicionais continuam a desempenhar um papel central na promoção da actividade desportiva.

A caracterização da oferta actual dos equipamentos desportivos, que de seguida se apresenta, encontra-se alicerçada na informação disponibilizada pelo Instituto do Desporto de Portugal relativa ao ano 2006. Apenas para o cálculo dos m² de área desportiva por habitante se recorreu a informação estatística do Recenseamento Geral da População e da Habitação, de 2001, no que respeita à população residente.

O padrão territorial da oferta de equipamentos desportivos de nível superior na AML apresenta-se desequilibrado, com a Grande Lisboa a concentrar 71% da oferta de grandes campos de jogos e pistas de atletismo.

Figura 32 – Equipamentos Desportivos de Nível Superior, por Concelho (2006)



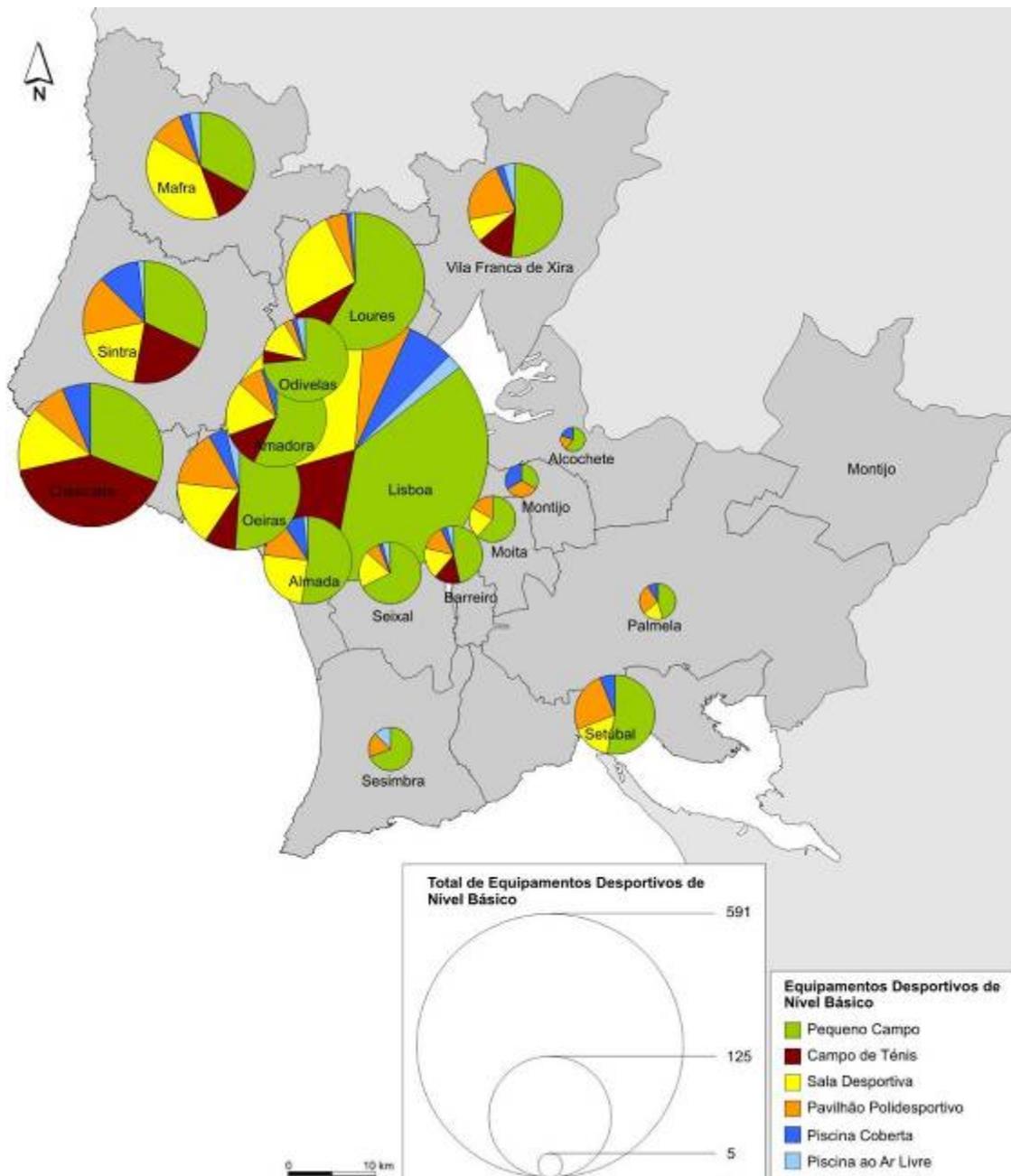
Uma análise desagregada por tipo de instalação desportiva evidencia, no entanto, importantes disparidades inter-concelhias em cada NUTS III. Com efeito, no âmbito dos grandes campos de jogos, a Margem Norte de Lisboa

apresenta-se mais assimétrica na oferta, uma vez que apresenta os concelhos melhor dotados (Lisboa com 20% da oferta, Sintra com 14% e Loures 10%), mas também o concelho com menor dotação da AML (Amadora 2%). Na Península de Setúbal, a oferta de grandes campos de jogos apresenta-se mais equitativa entre os diversos concelhos. No que respeita às pistas de atletismo, que têm uma frequência mais pontual, existe um maior equilíbrio à escala metropolitana. O concelho de Lisboa regista a maior oferta (5 pistas de atletismo), seguido por Oeiras e Almada (cada um dispõe de 2), Amadora, Sintra, Mafra, Barreiro e Seixal (com apenas 1 pista cada), enquanto os demais concelhos não têm este tipo de oferta desportiva.

No que respeita aos equipamentos desportivos básicos, a disparidade entre as duas NUTS III é mais notória, com a Grande Lisboa a deter 86% da oferta e a Península de Setúbal 14%. Uma vez mais, o concelho de Lisboa constitui-se como o principal pólo de concentração da oferta desportiva, reunindo 34% da oferta metropolitana. A oferta por concelho, na Margem Norte, oscila entre os 3,5% (no concelho de Odivelas) e os 34% (no concelho de Lisboa), enquanto na Margem Sul a fraca dotação é uma realidade transversal (Alcochete constitui-se como o concelho pior equipado, 0,29%, enquanto que Almada se afirma como o melhor, 3,76%).

As disparidades existentes nos equipamentos de proximidade representam um factor particularmente crítico, uma vez que estes desempenham um importante papel na promoção do conceito de “desporto para todos”. Deste modo, a fraca oferta, sobretudo, em concelhos mais populosos, representa uma condicionante na promoção de hábitos de vida saudáveis.

Figura 33 – Equipamentos Desportivos de Nível Básico, por Concelho (2006)



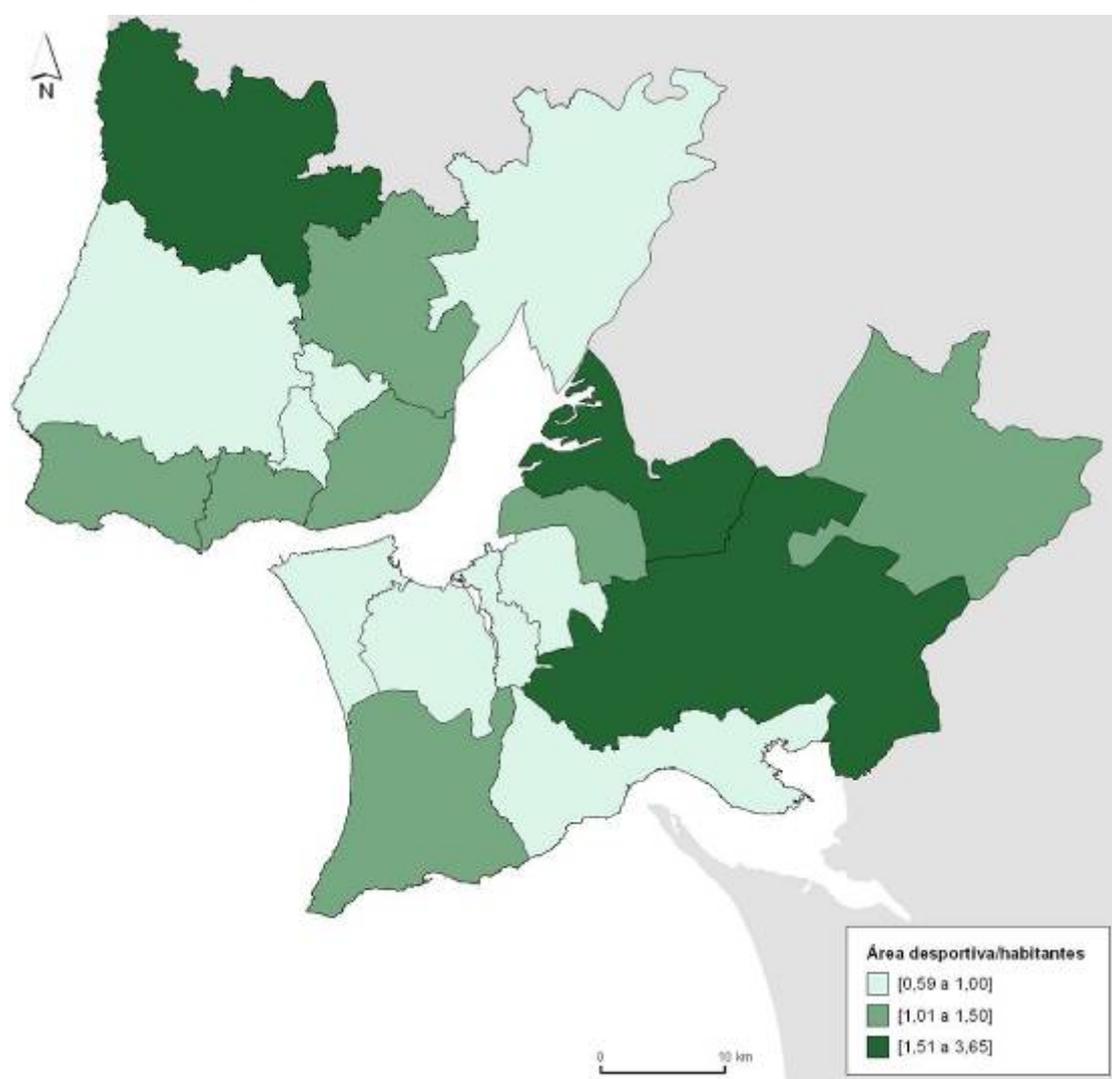
Fonte: Instituto do Desporto de Portugal, I.P.,

Porém, a aposta continuada na actividade desportiva, registada recentemente, tem incidido diferenciadamente nos diversos tipos de equipamentos de proximidade. Os maiores investimentos verificaram-se no domínio dos pequenos campos (776 equipamentos), encontrando-se numa situação intermédia as salas desportivas e os campos de ténis (405 e 260,

respectivamente), enquanto entre os pavilhões polidesportivos, as piscinas cobertas e as piscinas ao ar livre (165, 91 e 32, respectivamente) existem em menor número.

A assimetria entre as duas NUTS III é confirmada quando se compara a área desportiva líquida, por habitante, em cada uma delas. De facto, a oferta de áreas desportivas *per capita* na Grande Lisboa é de 1,11 m²/habitante, enquanto na Península de Setúbal esse valor é de apenas 0,94m²/habitante.

Figura 34 – M² de Área Desportiva por Habitante (2006)



Fonte: Instituto do Desporto de Portugal, I.P., 1998

Todavia, uma análise segundo esta mesma óptica permite verificar a existência de outro tipo de disparidades territoriais, nomeadamente, entre os concelhos menos populosos e periféricos da AML, como Alcochete, a Sul, e Mafra, a Norte, que atingem uma capitação de área desportiva de 3,6m², e os concelhos mais populosos, como Amadora, Almada, Odivelas, Seixal e Sintra, nos quais a oferta de área desportiva não ultrapassa os 0,7m² por habitante.

3.3.3. Equipamentos Sociais

Os equipamentos sociais constituem-se como estruturantes do desenvolvimento social, razão pela qual, nos anos mais recentes, se tem registado um crescente investimento no seu planeamento e gestão no âmbito das políticas públicas nacionais.

A oferta de equipamentos sociais apresenta-se actualmente ampla e diversificada, de forma a responder a uma procura crescente e heterogénea, em consequência da coexistência de situações sociais cada vez mais díspares e complexas.

No âmbito do PROT-AML apenas um restrito conjunto de respostas sociais manifesta relevância. Tratam-se dos equipamentos que pela sua hierarquia, interesse regional e natureza têm importância considerável no âmbito do ordenamento do território.

A caracterização da situação actual dos equipamentos sociais na AML, que de seguida se desenvolve, é sustentada por informação estatística oficial do Gabinete de Estatística e Planeamento (GEP), entidade a quem compete garantir o apoio técnico ao planeamento estratégico e operacional e à formulação de políticas internas e internacionais do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (MTSS), como sendo a actualização da informação relativa à Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (Continente). Saliente-se

que a informação disponibilizada reúne a oferta de equipamentos e respostas sociais desenvolvidas pelas instituições das redes solidárias, pública e lucrativa e é relativa à situação existente em 2007. Concomitantemente, recorreu-se também a informação estatística do Recenseamento da População e da Habitação, de 2001, do INE, no que respeita às seguintes unidades estatísticas: população residente, população por idade, grupos etários, com a respectiva desagregação por concelho.

3.3.3.1. Infância e Juventude

A oferta de equipamentos sociais orientados para a infância e juventude apresenta no contexto regional metropolitano uma ampla diversidade e especialização, coexistindo uma multiplicidade de respostas sociais específicas para crianças e jovens em situações de apoio social diferenciado, apresentando-se também como uma oferta quantitativamente elevada. Contudo, entre estes equipamentos, no âmbito do PROT-AML apenas importa analisar as creches.

As creches, resposta social de âmbito sócio-educativo, destinam-se a crianças até aos 3 anos de idade, após o período de licença dos pais, proporcionando-lhes condições adequadas a um desenvolvimento harmonioso global e cooperando com as famílias em todo o seu processo educativo. Embora constituindo equipamentos sociais de nível local, manifestam importância considerável no ordenamento do território, em virtude do seu forte crescimento nas últimas décadas, como resposta às transformações sociais ocorridas e, em particular, à mudança dos papéis sociais tradicionalmente afectos à mulher.

Este facto é particularmente relevante no contexto da AML, uma vez que é aí que se concentra 29% da oferta nacional (a AML dispõe de 600 equipamentos com resposta social creche de um total de 2.065 existentes em Portugal Continental). Constituindo a AML um território de elevadas pendularizações,

nomeadamente de natureza laboral, as crianças ficam frequentemente sujeitas a grandes deslocações diárias, com o propósito de ficarem mais próximas dos locais de trabalho dos pais, o que reforça a necessidade de um planeamento criterioso das redes de equipamentos de apoio à primeira infância, como forma de minimizar os efeitos negativos da mobilidade regional.

Neste contexto, a implantação dos equipamentos de creche não se apresenta regular, acompanhando, de um modo geral, a repartição da população. O concelho de Lisboa, que apresenta o maior quantitativo de residentes, é também aquele que detém a maior concentração destes equipamentos (26% da oferta total metropolitana). A seguir, surgem com as ofertas mais elevadas, ainda que consideravelmente inferiores às de Lisboa, os concelhos de Sintra, Cascais, Oeiras, Almada e Seixal. Os territórios de Alcochete, Moita, Mafra, Palmela, Sesimbra, Barreiro e Montijo registam as ofertas mais diminutas.

O equilíbrio entre a repartição da população residente e a oferta de equipamentos de creche é particularmente notório na análise comparativa das duas margens, pois enquanto a Margem Norte, polarizada por Lisboa, detém 73% dos residentes e 72% da oferta desta resposta social, a Margem Sul detém 27% da população residente na Região e 29% da oferta.

Em termos de utentes, Lisboa é o concelho que apresenta um maior número de crianças a frequentar as creches, o que se deve ao facto de ser o que detém maior número de residentes com idades compreendidas entre os 0 e os 3 anos de idade, mas também devido à sua grande centralidade em termos de oferta de emprego (muitos dos residentes noutros concelhos da AML que trabalham em Lisboa, optam por inscrever os filhos em creches próximos do emprego).

Quadro 17 – Oferta de Equipamentos de Creche (2007)

Unidade Territorial	Equipamentos (n.º)	Capacidade Total	Total de Utentes
Grande Lisboa	433	17.234	16.493
Amadora	27	895	841
Cascais	51	1.905	1.854
Lisboa	154	6.804	6.444
Loures	33	1.034	974
Maфра	12	494	430
Odivelas	19	592	560
Oeiras	49	1.966	1.849
Sintra	54	1.762	1.821
V. F. de Xira	34	1.782	1.720
Península de Setúbal	167	5.227	4.864
Alcochete	2	117	117
Almada	39	1.138	1.094
Barreiro	16	558	506
Moita	5	174	178
Montijo	16	516	490
Palmela	12	377	361
Seixal	37	1.102	919
Sesimbra	12	394	387
Setúbal	28	851	812
AML	600	22.461	21.357

Fonte: GEP/MTSS, 2007.

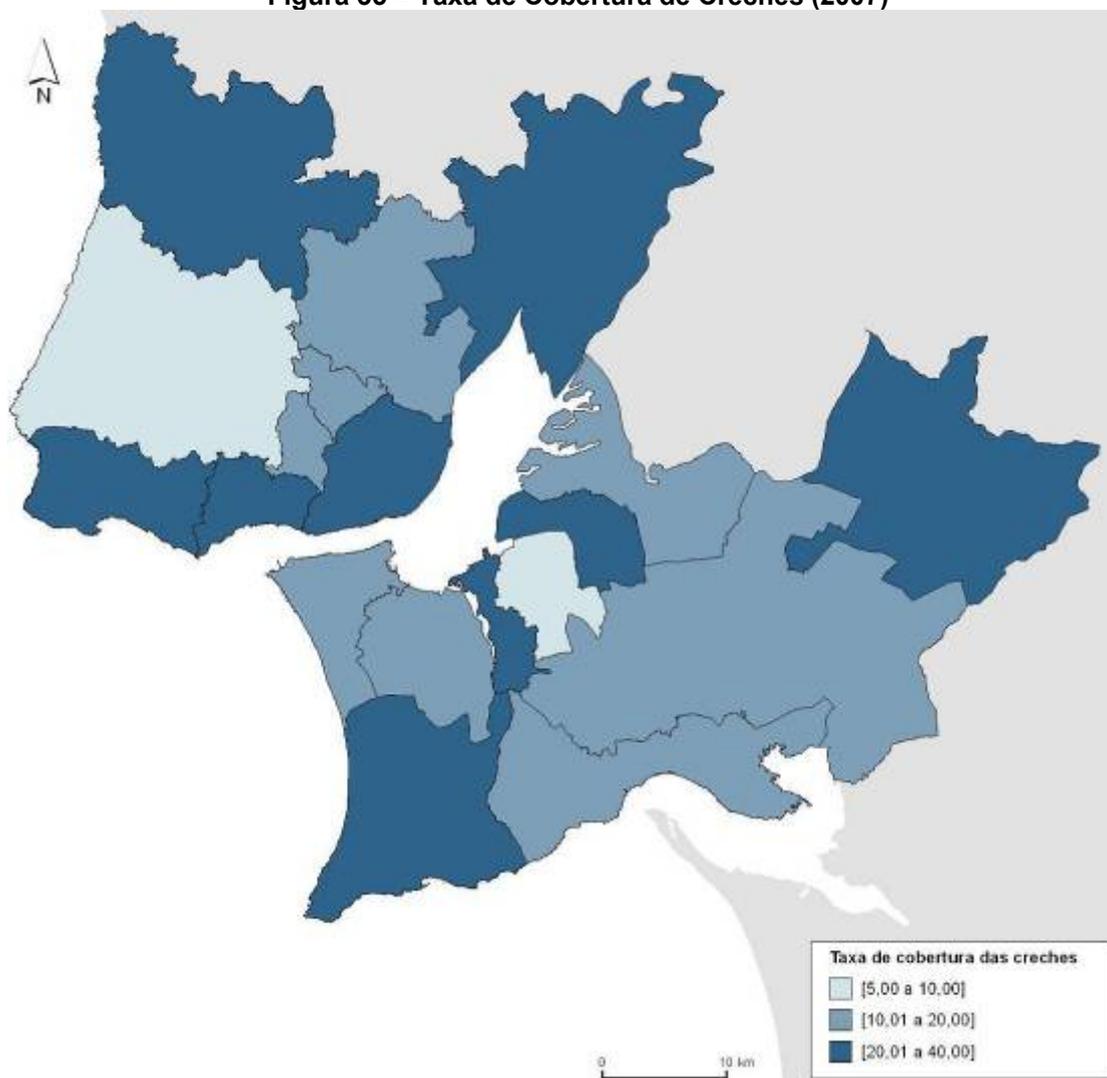
Focalizando a análise nas taxas de cobertura, consta-se que a maioria dos concelhos da AML regista uma taxa de cobertura que não ultrapassa 1/3 da média nacional de 2006 (22,3%). Constituem excepção os concelhos de Lisboa, Montijo, Oeiras, Vila Franca de Xira e Cascais.

A análise das taxas de cobertura permite verificar a inexistência de uma correlação directa entre a oferta de equipamentos e a procura em termos de população-alvo.

Com efeito, embora o concelho de Lisboa continue a posicionar-se como a situação mais favorável, apresentando uma taxa de cobertura de 40%, entre os concelhos que seguidamente registam as situações mais favoráveis encontram-se alguns dos concelhos detentores de um menor número de creches, nomeadamente, Montijo, Vila Franca de Xira e Sesimbra. Neste contexto, Sintra configura a situação mais desfavorável, pois embora represente o segundo concelho da Região com maior número de equipamentos de creche (54) e uma das maiores capacidades totais (1.762 lugares em creches), apresenta a maior incidência da população-alvo desta resposta

creche, tendo 20.390 crianças até aos 3 anos, conducente à existência da segunda taxa de cobertura mais baixa da Região (8,6%).

Figura 35 – Taxa de Cobertura de Creches (2007)



Fonte: GEP/MTSS, 2007.

Uma leitura comparativa das duas margens evidencia que embora a Margem Norte detenha uma capacidade máxima global bastante superior (17.234 lugares em creche, face a 5.227 lugares na Margem Sul) a pressão gerada pela procura igualmente superior (79.760 crianças até aos 3 anos, enquanto que a Margem Sul tem 30.732), explica a existência de uma ligeira superioridade em termos de taxa de cobertura (22% e 17%, respectivamente).

Em 2007, apenas os concelhos de Sintra e da Moita registavam uma procura superior à sua capacidade de resposta, gerando situações de sobreocupação. Esta situação é particularmente crítica no caso de Sintra.

3.3.3.2. População Idosa

A dupla convergência de um acelerado processo de envelhecimento populacional e de profundas transformações nas estruturas sócio-familiares da sociedade materializadas, entre outros factores, na perda de relevância das redes de solidariedade primárias, em que a família se constituía como o principal prestador de cuidados a idosos, tem potenciado um crescimento dos serviços especializados na prestação de cuidados aos idosos.

O território metropolitano apresenta actualmente uma oferta diversificada e significativa de respostas sociais orientadas para este segmento populacional. Todavia, emergem com interesse singular para o âmbito do PROT-AML os equipamentos com resposta social de centro de dia, lar de idosos e residência para idosos, quer pela sua proliferação no território, quer pela relevância na ocupação do território.

O centro de dia é uma resposta social que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a permanência dos idosos no seu meio sócio-familiar. Como tal, insere-se num conjunto de respostas sociais que têm por finalidade contribuir para assegurar a permanência dos idosos no seu ambiente familiar e social, uma vez que é amplamente reconhecida a importância desta situação para um envelhecimento harmonioso e em equilíbrio.

Quadro 18 – Oferta de Equipamentos de Centro de Dia (2007)

Unidade Territorial	Equipamentos (n.º)	Capacidade Total	Total de Utentes	Índice de Envelhecimento
Grande Lisboa	190	1.0118	8.056	109,9
Amadora	12	590	528	93,8
Cascais	14	1.025	925	99,8
Lisboa	79	4.818	3.762	203,3
Loures	15	702	498	77,4
Mafra	9	308	208	96,8
Odivelas	10	545	401	81
Oeiras	16	810	663	106,4
Sintra	22	722	615	56,5
V. F. de Xira	13	598	456	66,9
Pen. de Setúbal	80	3.623	2.639	99,6
Alcochete	2	55	42	94,5
Almada	19	948	783	118,8
Barreiro	5	210	209	122,5
Moita	7	275	250	77,3
Montijo	10	282	151	115,5
Palmela	11	308	230	93,9
Seixal	11	895	528	60,2
Sesimbra	4	190	135	88,5
Setúbal	11	460	311	95,1
AML	270	13.741	10.695	107,0

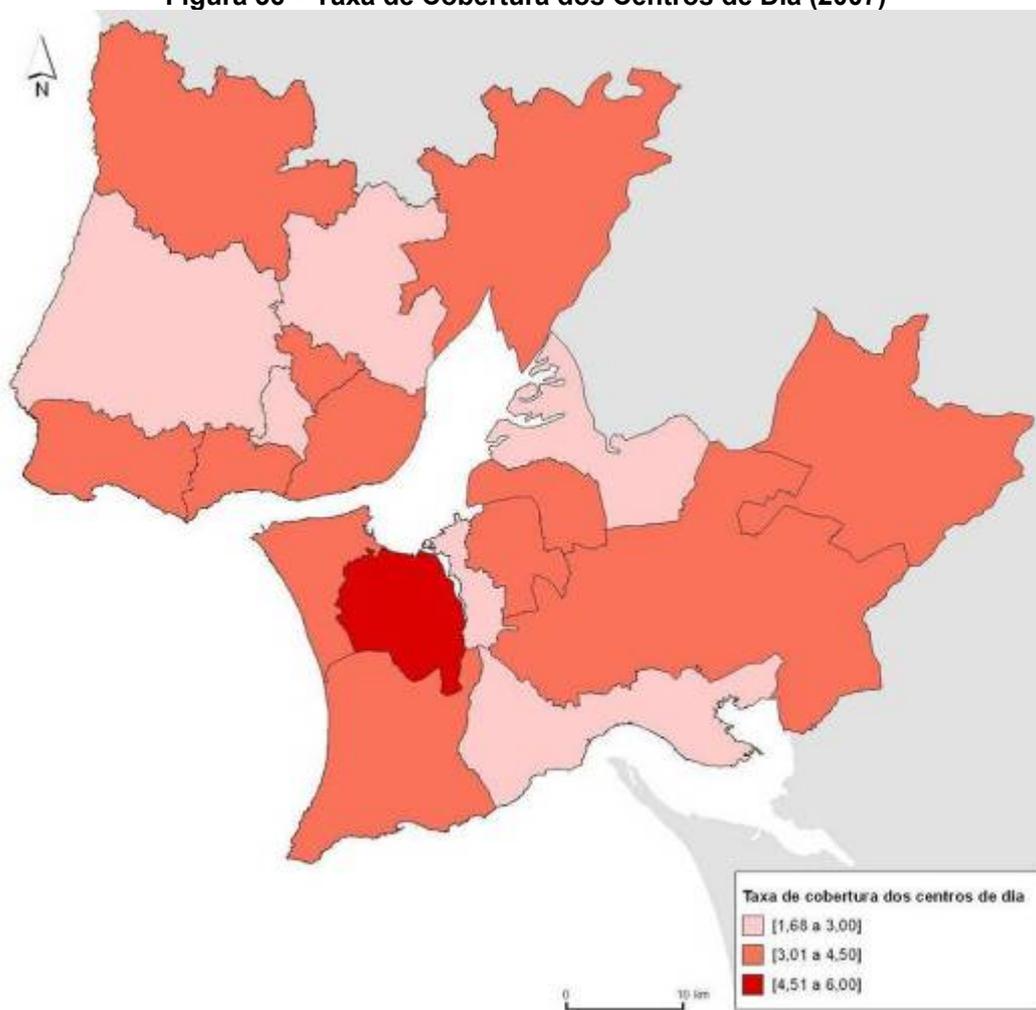
Fonte: GEP/MTSS, 2007

Todos os concelhos da AML apresentam equipamentos com esta resposta social. No entanto, verifica-se que os concelhos com maior incidência de população idosa são os que apresentam um maior número de equipamentos com centro de dia. O concelho de Lisboa individualiza-se dos demais territórios concelhios, em virtude dos valores comparativamente superiores de equipamentos com esta resposta social (29% da oferta de equipamentos da AML concentra-se em Lisboa), com uma capacidade total de 4.818 lugares, mas também pela significativa concentração de população idosa (incidência de 33% dos residentes com 65 ou mais anos da AML), constituindo o concelho com maior índice de envelhecimento populacional (203).

A este seguem-se os concelhos de Sintra, Almada, Oeiras, Loures e Cascais, embora detentores de um consideravelmente menor número de equipamentos. Cascais, embora seja o sexto concelho da AML, no que respeita ao número de

equipamentos, detém a segunda maior oferta em termos de capacidade instalada (1.025 lugares em centros de dia).

Figura 36 – Taxa de Cobertura dos Centros de Dia (2007)



Fonte: GEP/MTSS, 2007.

Entre os concelhos menos dotados de equipamentos com esta resposta social encontram-se Alcochete, Sesimbra, Barreiro, Moita e Mafra. Importa, no entanto, notar que na generalidade estes concelhos têm uma fraca incidência de idosos e baixos índices de envelhecimento.

A taxa de cobertura desta resposta social apresenta-se em termos médios regionais bastante baixa (3,4%). Não obstante, o concelho do Seixal é o que apresenta a melhor cobertura, pois embora não se encontrando entre os concelhos melhor dotados, tem o segundo mais baixo índice de

envelhecimento populacional. Os concelhos que registam a pior cobertura são Alcochete, Barreiro e Sintra.

Embora se identifiquem baixas taxas de cobertura nesta resposta social, importa notar que todos os concelhos têm uma capacidade superior à procura de utentes actual. Com efeito, persistem 3.046 lugares não ocupados.

Os equipamentos com as respostas sociais lares e residências remetem para contextos de institucionalização da população idosa. Tratam-se de respostas sociais menos valorizadas e desejadas, por pressuporem uma ruptura das redes de solidariedade primárias e uma saída do idoso dos seus quadros de quotidiano. Contudo, o aumento da esperança média de vida da população acompanhada frequentemente de uma perda de autonomia, de capacidades ao nível biológico e subsequentemente o aumento da dependência que ocorre com o avançar da idade, tem promovido uma crescente procura deste tipo de equipamentos.

Na Região existem 299 equipamentos de lares de idosos com uma capacidade global para 11.604 utentes. Embora todos os concelhos disponham de lares, verifica-se que as dotações concelhias em termos de número de equipamentos e capacidade máxima são bastante assimétricas.

Neste quadro geral, o concelho de Lisboa constitui-se, uma vez mais, como o território de maior incidência de investimento (86 equipamentos, com uma capacidade para 3.334 utentes). A este segue-se o concelho de Sintra, dispondo de 31 equipamentos, com capacidade para 1.149 utentes. Contudo, tratam-se dos únicos concelhos com uma capacidade de resposta superior a mil lugares.

Quadro 19 – Oferta de Equipamentos de Lar de Idosos (2007)

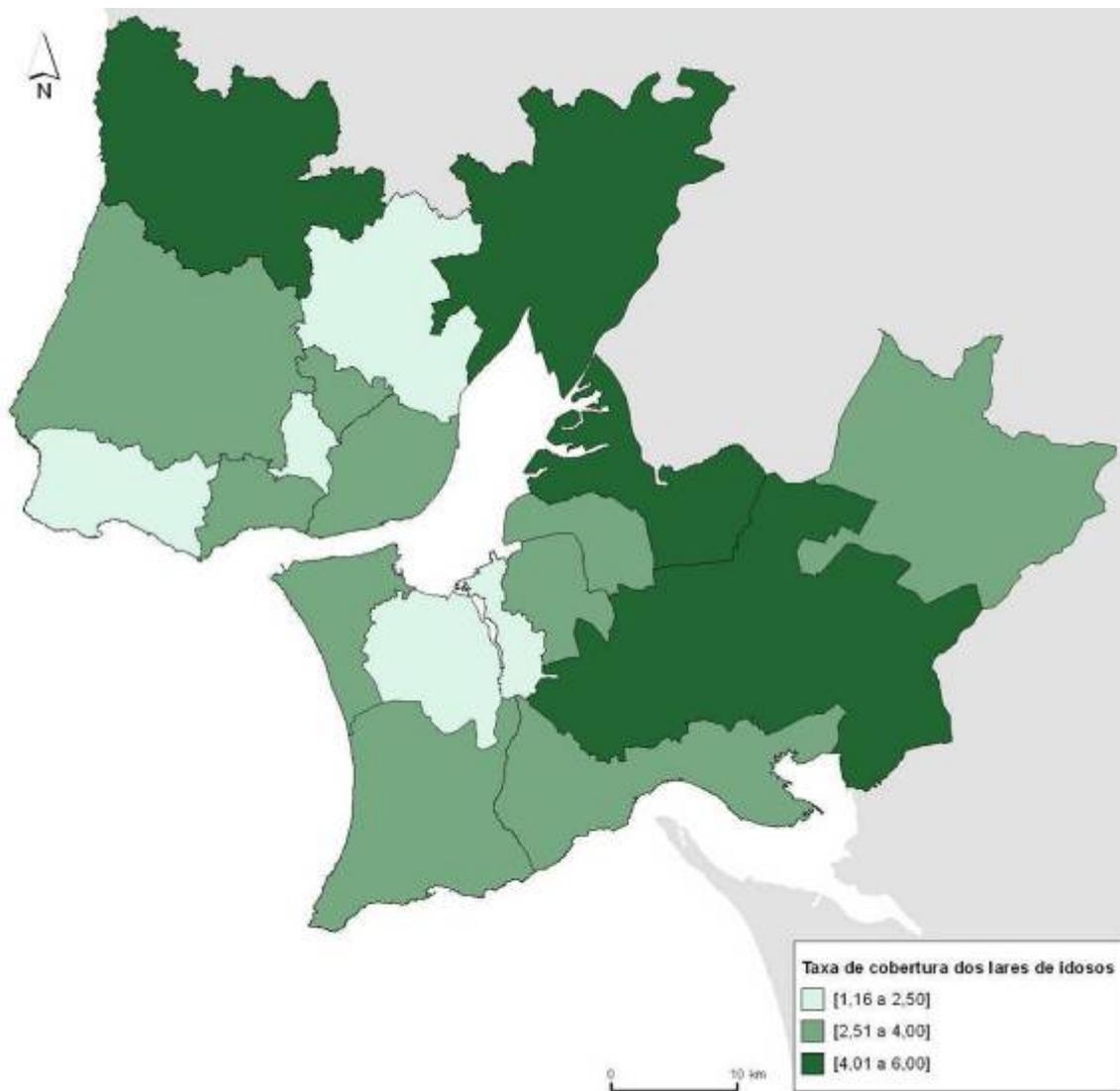
Unidade Territorial	Equipamentos (n.º)	Capacidade Total	Total de Utentes
Grande Lisboa	218	8.404	7.749
Amadora	7	285	290
Cascais	16	635	571
Lisboa	86	3.344	3.059
Loures	14	597	570
Mafra	12	400	395
Odivelas	11	489	475
Oeiras	27	780	632
Sintra	31	1.149	1.035
V. F. de Xira	14	725	722
Pen. de Setúbal	81	3.200	3.116
Alcochete	2	117	100
Almada	17	693	686
Barreiro	8	312	309
Moita	4	232	232
Montijo	7	261	254
Palmela	14	448	442
Seixal	10	270	269
Sesimbra	7	201	212
Setúbal	12	666	612
AML	299	11.604	10.865

Fonte: GEP/MTSS, 2007.

A Região apresenta uma taxa de cobertura média de 2,83, verificando-se que os concelhos que mais distam são, por um lado, Alcochete, Palmela e Vila Franca de Xira, detentores da melhor dotação de lares face à procura que registam e, no extremo oposto, os concelhos de Amadora e do Seixal, onde se identificam as mais baixas taxas de cobertura.

Uma análise comparativa entre a oferta e a procura actual revela a existência de um conjunto de territórios em situação crítica no que respeita a esta resposta social. Em primeiro lugar, encontram-se os concelhos de Sesimbra e da Amadora, dadas as situações de sobreocupação, pois dão resposta a um número de utentes superior à sua capacidade máxima efectiva. Em segundo lugar, encontram-se 8 concelhos que registam apenas uma ligeira superioridade da oferta face à procura registada (igual ou inferior a 10 lugares), denotando uma fraca capacidade, face a uma procura com crescimento expectável, e que, por isso, estando rapidamente em situação de sobrelotação.

Figura 37 – Taxa de Cobertura dos Lares de Idosos (2007)



Fonte: GEP/MTSS, 2007

Na Região existem, no entanto, 8 concelhos com um conjunto considerável de vagas em lares. Destacam-se Lisboa, Oeiras e Sintra, por deterem mais de uma centena de lugares em lares, actualmente não ocupados.

Quadro 20 – Oferta de Equipamentos de Residência para Idosos (2007)

Unidade Territorial	Equipamentos (n.º)	Capacidade Total	Total de Utentes
Grande Lisboa	16	338	230
Amadora	sem info	sem info	sem info
Cascais	sem info	sem info	sem info
Lisboa	14	325	218
Loures	1	9	8
Mafra	sem info	sem info	sem info
Odivelas	sem info	sem info	sem info
Oeiras	sem info	sem info	sem info
Sintra	1	4	4
V. F. de Xira	sem info	sem info	sem info
Pen. de Setúbal	1	30	30
Alcochete	sem info	sem info	sem info
Almada	sem info	sem info	sem info
Barreiro	sem info	sem info	sem info
Moita	sem info	sem info	sem info
Montijo	sem info	sem info	sem info
Palmela	1	30	30
Seixal	sem info	sem info	sem info
Sesimbra	sem info	sem info	sem info
Setúbal	sem info	sem info	sem info
AML	17	368	260

Fonte: GEP/MTSS, 2007

A última década ficou marcada pela diversificação das respostas sociais para os idosos, decorrente não só da complexificação das necessidades, mas também da própria alteração do perfil do idoso. É neste contexto que surgiram as residências para idosos, uma resposta social desenvolvida em equipamento, constituído por um conjunto de apartamentos com serviços de utilização comum, para idosos com autonomia total ou parcial e que, como tal, não pretendem a institucionalização em lares, por se tratarem de respostas mais vocacionadas para a quarta idade, em situação de elevada dependência.

Relativamente a estes equipamentos são poucos os concelhos com informação disponível. Porém, verifica-se a existência de uma oferta bastante restrita, por comparação com as demais respostas orientadas para esta população-alvo. A oferta existente caracteriza-se por 17 com forte concentração espacial (em Lisboa, 14). As restantes 3 residências localizam-se em Sintra, Loures e Palmela.

As residências na AML apresentam uma capacidade para 368 utentes, sendo a procura registada de 260 utentes, o que gera um superávide de 108 lugares.

Esta constatação não traduz directamente uma oferta suficiente para a procura, mas antes pelo contrário, poderá sugerir situações de insuficiente capacidade financeira para suportar os custos com esta resposta, uma vez que a oferta existente se tem caracterizado pela prática de preços médios mensais elevados.

3.3.3.3. População Portadora de Deficiência

À semelhança do observado para os anteriores públicos-alvo, também os equipamentos com respostas sociais para a população portadora de deficiência registaram uma ampliação e diversificação da oferta, no contexto da região.

No que concerne a esta população-alvo, a análise dos equipamentos subdivide-se em equipamentos para crianças e jovens e equipamentos para população adulta, dadas as especificidades inerentes.

Para crianças e jovens portadoras de deficiência assumem particular relevância, os equipamentos com a resposta social de lar de apoio. Trata-se de uma resposta destinada a acolher crianças e jovens entre os 6 e os 16/18 anos de idade, com necessidades educativas especiais, que necessitem de frequentar estruturas de apoio específico situadas longe do local da sua residência habitual. Destinam-se, ainda, a apoiar situações que, por comprovadas necessidades familiares, precisem temporariamente de resposta substitutiva da família.

Quadro 21 – Oferta de Equipamentos de Lares de Apoio para Crianças e Jovens Portadores de Deficiência (2007)

Unidade Territorial	Equipamentos (n.º)	Capacidade Total	Total de Utentes
Grande Lisboa	8	325	296
Amadora	sem info	sem info	sem info
Cascais	sem info	sem info	sem info
Lisboa	8	325	296
Loures	sem info	sem info	sem info
Mafra	sem info	sem info	sem info
Odivelas	sem info	sem info	sem info
Oeiras	sem info	sem info	sem info
Sintra	sem info	sem info	sem info
V. F. de Xira	sem info	sem info	sem info
Pen. de Setúbal	sem info	sem info	sem info
Alcochete	sem info	sem info	sem info
Almada	sem info	sem info	sem info
Barreiro	sem info	sem info	sem info
Moita	sem info	sem info	sem info
Montijo	sem info	sem info	sem info
Palmela	sem info	sem info	sem info
Seixal	sem info	sem info	sem info
Sesimbra	sem info	sem info	sem info
Setúbal	sem info	sem info	sem info
AML	8	325	296

Fonte: GEP/MTSS, 2007.

A análise deste tipo de equipamentos depara-se com a fragilidade da escassa informação disponível na Carta Social de 2007, existindo apenas referências para Lisboa. Posto isto, observa-se a existência de 8 lares de apoio, detentores de uma capacidade para 325 crianças e jovens nesta situação, verificando-se que a procura actual é inferior à oferta (296 utentes actualmente).

Relativamente à população adulta portadora de deficiência assumem particular interesse os Centros de Actividades Ocupacionais (CAO) e os lares residenciais, por exigirem estruturas físicas próprias e uma inserção territorial específica.

Os CAO, estruturas destinadas a desenvolver actividades para pessoas com deficiência grave, com idade igual ou superior a 16 anos, cujas capacidades não permitam, temporária ou permanentemente, o exercício de uma actividade produtiva, destinando-se a estimular o desenvolvimento, a facilitar a sua integração social e a facilitar o seu encaminhamento, sempre que possível para programas adequados de integração sócio-profissional.

Não obstante, uma vez mais, a fraca informação disponível para estes equipamentos, na AML existem 79 CAO, com uma capacidade máxima para 2.633 utentes. A procura destes equipamentos apresenta-se simultaneamente elevada, pois em 2007, 2.531 utentes frequentavam os CAO. Com efeito, regista-se sensivelmente uma centena de vagas nestes equipamentos ao nível metropolitano, salientando no entanto, a elevada procura que estas respostas registam e que poderão ser camufladas pela disponibilidade de lugares.

Quanto ao padrão locativo regista-se, uma vez mais, uma tendência para um modelo de concentração espacial, visto que 35 equipamentos se localizam no concelho de Lisboa.

Quadro 22 – Oferta de Equipamentos de CAO para População Adulta Portadora de Deficiência (2007)

Unidade Territorial	Equipamentos (n.º)	Capacidade Total	Total de Utentes
Grande Lisboa	70	2.291	2.170
Amadora	8	193	191
Cascais	7	174	175
Lisboa	35	1240	1222
Loures	sem info	sem info	sem info
Mafra	3	157	83
Odivelas	sem info	sem info	sem info
Oeiras	3	141	131
Sintra	7	197	185
V. F. de Xira	7	189	183
Pen. de Setúbal	9	342	361
Alcochete	sem info	sem info	sem info
Almada	1	45	45
Barreiro	2	72	72
Moita	sem info	sem info	sem info
Montijo	1	45	45
Palmela	sem info	sem info	sem info
Seixal	1	35	35
Sesimbra	1	45	45
Setúbal	3	100	119
AML	79	2.633	2.531

Fonte: GEP/MTSS, 2007

A análise dos lares residenciais para população adulta portadora de deficiência embate na fraca informação estatística oficial disponível. No entanto, identificam-se 50 equipamentos na AML, com capacidade para 1.399 utentes, embora apenas estivessem 1.253 utentes inscritos.

O seu padrão locativo atesta novamente a centralidade de Lisboa já que se concentram aí 23 equipamentos, o que corresponde sensivelmente a metade da oferta global.

Quadro 23 – Oferta de Equipamentos de Lares Residenciais para População Adulta Portadora de Deficiência (2007)

Unidade Territorial	Equipamentos (n.º)	Capacidade Total	Total de Utentes
Grande Lisboa	46	1.359	1.214
Amadora	4	72	65
Cascais	8	453	424
Lisboa	23	500	429
Loures	sem info	sem info	sem info
Mafra	2	131	92
Odivelas	sem info	sem info	sem info
Oeiras	5	103	101
Sintra	3	74	77
V. F. de Xira	1	26	26
Pen. de Setúbal	4	40	39
Alcochete	sem info	sem info	sem info
Almada	sem info	sem info	sem info
Barreiro	1	11	11
Moita	sem info	sem info	sem info
Montijo	sem info	sem info	sem info
Palmela	sem info	sem info	sem info
Seixal	sem info	sem info	sem info
Sesimbra	2	17	15
Setúbal	1	12	13
AML	50	1.399	1.253

Fonte: GEP/MTSS, 2007

3.3.4. Equipamentos de Saúde

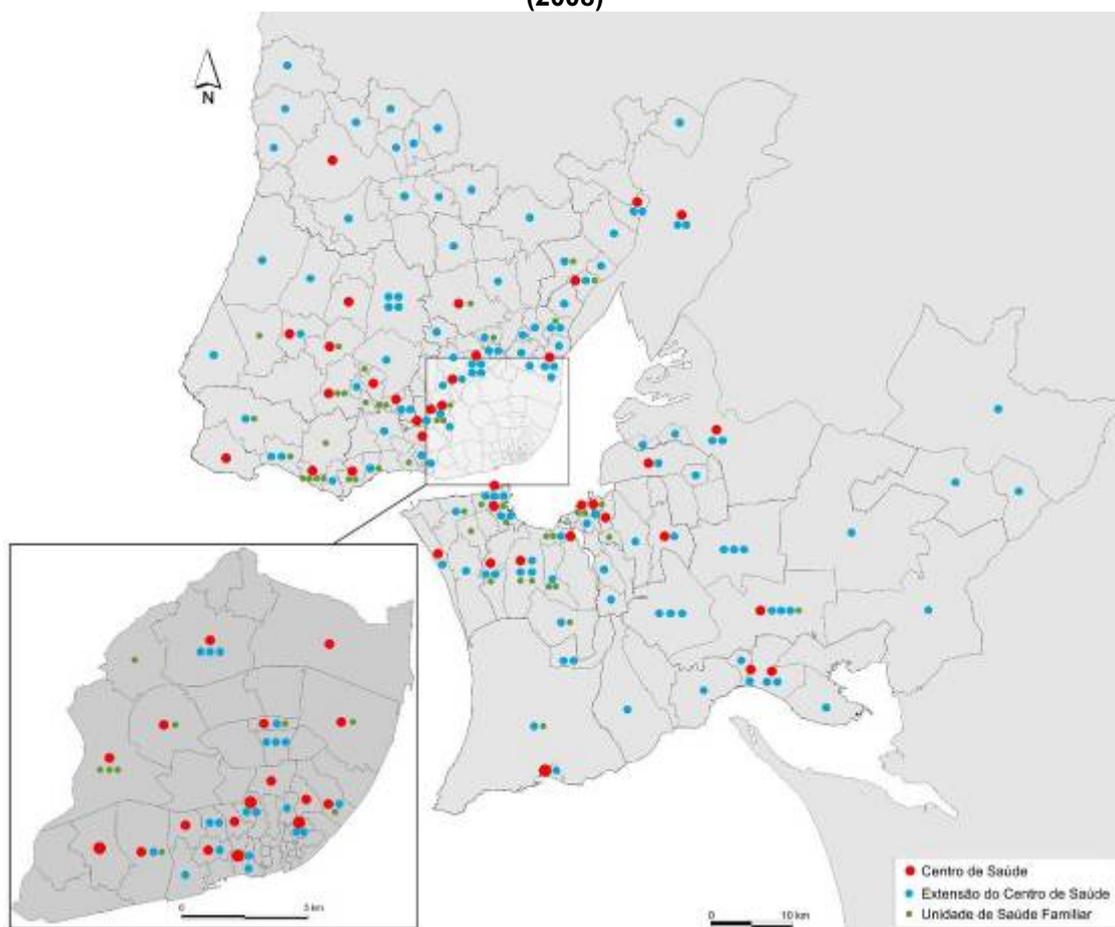
Os equipamentos de saúde desempenham um papel determinante na oferta de um quadro de vida qualificado às populações, tanto em termos das ofertas de proximidade, definidas pela Rede de Cuidados de Saúde Primários, como pela oferta hospitalar.

Os cuidados de saúde primários constituem o pilar central do sistema de saúde, conforme prevê o actual Programa do Governo, cabendo, por isso mesmo, aos centros de saúde um papel central no âmbito destes cuidados. A concretização desta visão tem vindo a ser trabalhada ao longo dos últimos anos de modo a aumentar a acessibilidade e eficiência dos serviços.

A análise dos equipamentos colectivos de saúde é sustentada com base na informação disponibilizada pelo Portal da Saúde, Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e Direcção-Geral da Saúde – Divisão de Estatísticas de Saúde.

A oferta de rede de cuidados de saúde primários na AML está suportada em 251 equipamentos repartidos pelas tipologias de centros de saúde (54), extensões de saúde (54) e unidades de saúde familiares (143).

Figura 38 – Localização dos Equipamentos da Rede de Cuidados de Saúde Primários (2008)



Fonte: <http://www.arslvt.min-saude.pt/> 2009

Trata-se, no entanto, de uma rede de equipamentos cuja repartição espacial entre as duas Margens é bastante assimétrica, com 65% da oferta a situar-se na Margem Norte e 35% na Margem Sul. Numa leitura à escala concelhia

sobressai o município de Lisboa, dispondo 48 unidades de cuidados de saúde, correspondente a 19% da oferta metropolitana, constituindo-se assim como o município com maior dotação de equipamentos de cuidados de saúde primários. A análise espacial destes equipamentos revela assim uma maior concentração em Lisboa e nos concelhos adjacentes mais densamente povoados, assistindo-se a uma gradual rarefacção da oferta no sentido dos territórios mais periféricos da Região de Lisboa.

Embora a oferta de equipamentos seja manifestamente superior na Grande Lisboa, uma análise da de equipamentos permite verificar que a Península de Setúbal apresenta um melhor grau de cobertura, uma vez que apresenta um número médio de habitantes por equipamento consideravelmente inferior (8.120 habitantes), por comparação com o rácio de 11.946 habitantes por equipamento existente na Grande Lisboa.

Uma leitura à escala municipal revela que os menores rácios de habitante por equipamento ocorre tendencialmente nos concelhos com menores quantitativos de habitantes em detrimento dos mais povoados e dotados com maior número de equipamento. Neste contexto, os municípios que apresentam menor pressão sobre os equipamentos são Alcochete (2.602 habitantes/equipamento), Mafra (4.181 habitantes/equipamento), Palmela (4.446/equipamento), Montijo (5.595 habitantes/equipamento) e Sesimbra (6.261 habitantes/equipamento). Na situação de maior pressão de número de habitantes por equipamento encontram-se essencialmente municípios da Margem Norte, designadamente, os municípios da Amadora (19.541 habitantes/equipamento), Oeiras (16.213 habitantes/equipamento), Sintra (13.990 habitantes/equipamento) e Cascais (13.129 habitantes/equipamento), excepção feita a um concelho da Margem Sul (Moita com 13.490 habitantes/equipamento). Lisboa apresenta uma cobertura intermédia, pois embora se trate do município com maior quantitativo de residentes, detém a maior oferta de equipamentos de cuidados de saúde primários.

Quadro 24 – Rácio N° de Habitantes por Equipamento da Rede de Cuidados de Saúde Primários

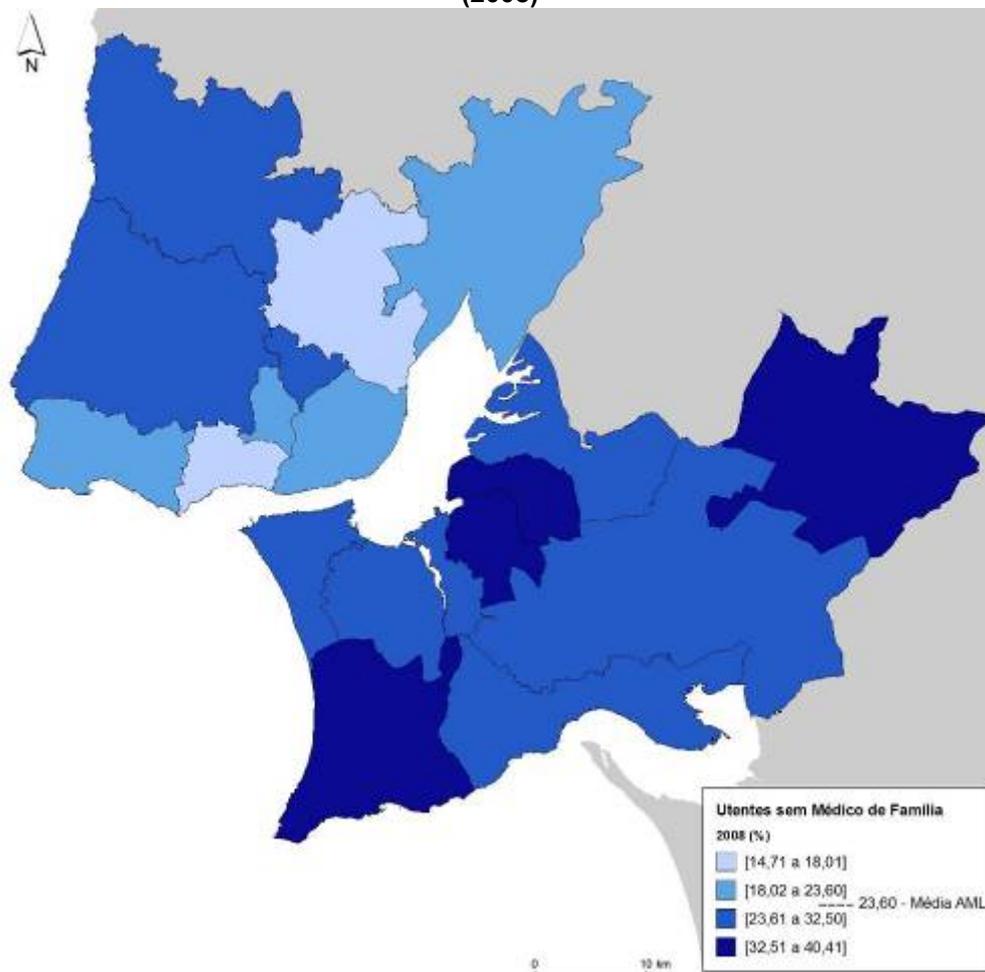
Unidade Territorial	Total de Cuidados de Saúde Primários	População Residente (2001)	Rácio N° de Habitantes por Equipamento
Grande Lisboa	163	1.947.261	11.946
Amadora	9	175.872	19.541
Cascais	13	170.683	13.129
Lisboa	48	564.657	11.764
Loures	19	199.059	10.477
Mafra	13	54.358	4.181
Odivelas	11	133.847	12.168
Oeiras	10	162.128	16.213
Sintra	26	363.749	13.990
V. F. de Xira	14	122.908	8.779
Pen. de Setúbal	88	714.589	8.120
Alcochete	5	13.010	2.602
Almada	16	160.825	10.052
Barreiro	9	79.012	8.779
Moita	5	67.449	13.490
Montijo	7	39.168	5.595
Palmela	12	53.353	4.446
Seixal	19	150.271	7.909
Sesimbra	6	37.567	6.261
Setúbal	9	113.934	12.659
AML	251	2.661.850	10.605

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2001); Portal da Saúde (2010).

Porém, a análise dos utentes sem médico de família coloca, uma vez mais, a Península de Setúbal numa posição mais desfavorável do que a Grande Lisboa, visto que 30% dos seus residentes se encontram nesta situação, por comparação a 21% na segunda NUTS III.

Na Margem Sul, todos os concelhos apresentam défices consideráveis de médicos de família, com particular destaque para o concelho do Montijo, que regista as maiores carências em termos regionais (40%), seguido pelos concelhos da Moita, Sesimbra e Setúbal (38%, 36% e 33%, respectivamente). Na Margem Norte, identificam-se realidades mais heterogéneas, com Oeiras e Loures a apresentarem as melhores coberturas em termos de médico de família (15% e 16%, respectivamente, dos residentes não têm médico de família) e Odivelas, Mafra e Sintra a registarem a maior privação (30%, 28% e 27%, respectivamente). Posto isto e não menosprezando todos os esforços empreendidos nos últimos anos nos cuidados de saúde primários, persiste na AML um assinalável défice médio de médicos de família (24%).

Figura 39 – Proporção de Utentes Residentes Sem Médicos de Família, por Concelho (2008)

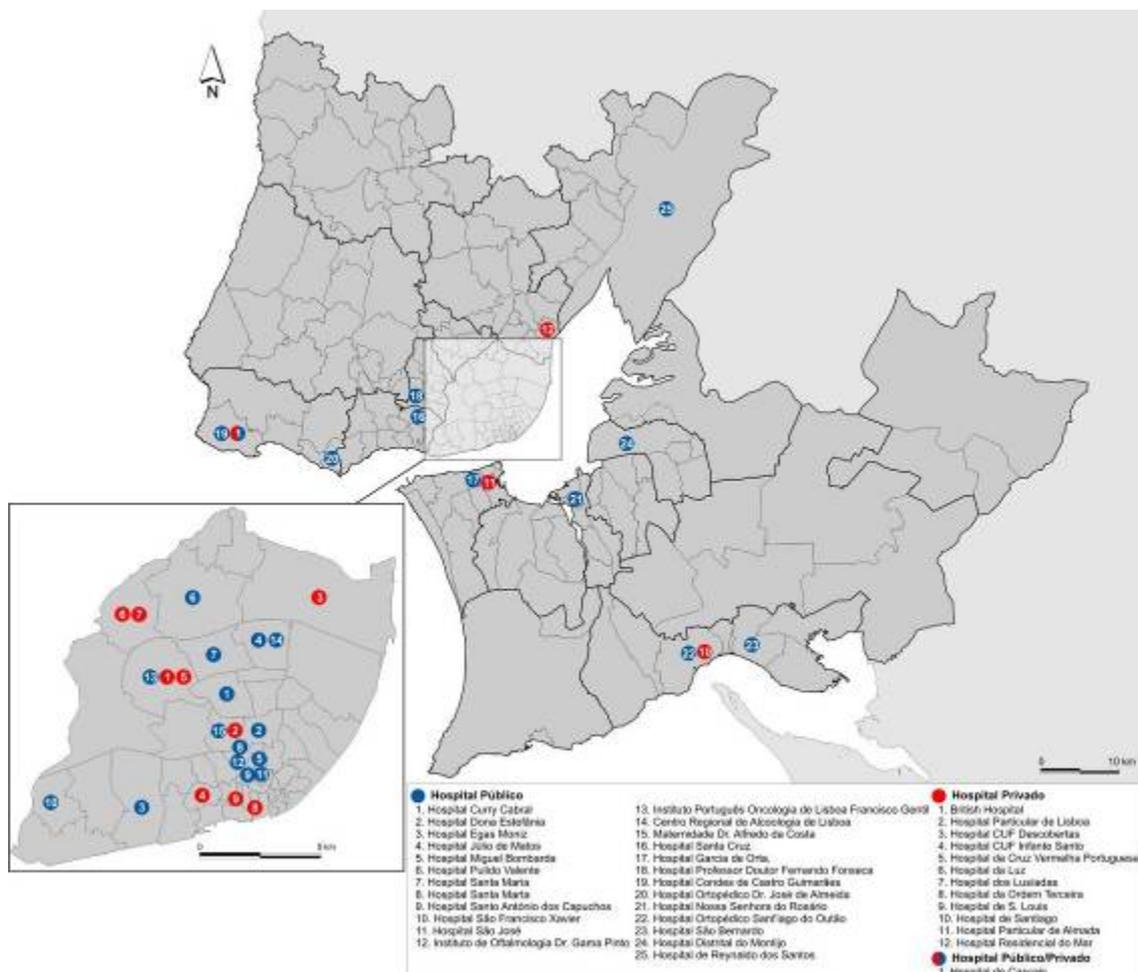


Fonte: Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, 2008.

A distribuição territorial das unidades hospitalares evidencia, por seu lado, o elevado protagonismo funcional da cidade de Lisboa no âmbito da oferta de serviços de saúde. Dos 25 hospitais públicos localizados no território metropolitano, 15 estão implantados no concelho de Lisboa e as restantes unidades distribuem-se de forma equitativa entre concelhos da Grande Lisboa e da Península de Setúbal. Este protagonismo funcional de Lisboa é reforçado na análise da repartição espacial dos hospitais privados, dada a captação 9 das 12 unidades hospitalares. Com efeito, apenas três concelhos dispõem deste tipo de oferta privada, mais especificamente, os concelhos de Loures, Almada e Setúbal. De notar, no entanto, que o primeiro e único hospital a entrar em funcionamento, até ao momento, no âmbito das Parcerias Público-Privadas (PPP) na saúde localiza-se na Margem Norte, mas no concelho de

Cascais, estando previstos outros hospitais desta natureza para diversos concelhos da Região de Lisboa.

Figura 40 – Localização dos Hospitais do Serviço Nacional de Saúde e Privados, 2009



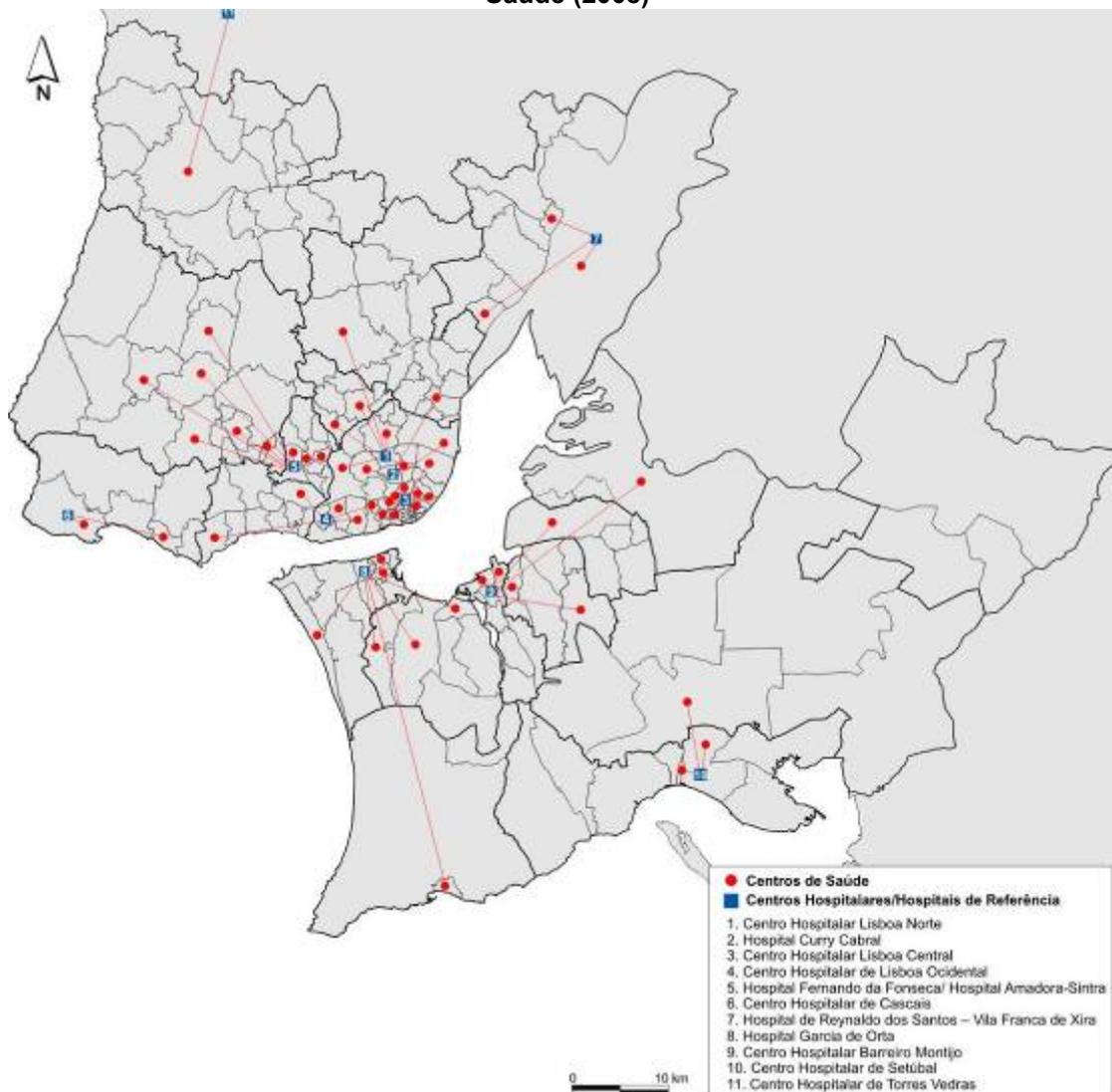
Fonte: Direcção-Geral da Saúde DSEES – Divisão de Estatísticas de Saúde, 2007 & Diversas outras fontes.

Uma leitura global da distância dos centros de saúde aos respectivos hospitais de referência permite destacar como o centro de saúde de Sesimbra como aquele que regista pior situação, uma vez que é aquele que se localiza a uma maior distância do respectivo hospital de referência (Hospital Garcia de Orta). Contudo, vários centros de saúde da AML apresentam unidades de referência hospitalar situadas a distâncias consideráveis, o que num quadro de acessibilidade aos cuidados de saúde poderá representar um

constrangimento. Com efeito, as situações mais críticas são o centro de saúde de Oeiras, cujos utentes têm de se deslocar ao Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, o centro de saúde de Loures que tem como hospital de referência o Centro Hospitalar de Lisboa Norte, alguns centros de saúde do concelho de Sintra, uma vez que têm de se dirigir ao Hospital Fernando da Fonseca, localizado no Município da Amadora, o centro de saúde de Mafra que tem um hospital de referência que se encontra situado já fora do espaço metropolitano (Centro Hospitalar de Torres Vedras) e, por fim, o centro de saúde da Póvoa de Santa Iria, pois embora o hospital de referência se situe no concelho de Vila Franca de Xira (Hospital de Reynaldo dos Santos), especialmente trata-se de uma distância assinalável. Na Margem Sul, importa destacar o centro de saúde de Alcochete, cuja oferta de cuidados de saúde diferenciados é assegurada pelo Centro Hospitalar Barreiro-Montijo.

Em posições contrárias, com elevada proximidade, encontram-se os centros de saúde dos concelhos de Lisboa, Cascais, Amadora, Almada e Barreiro, decorrente da oferta hospitalar ser existente nos próprios concelhos, mas também os centros de saúde de Odivelas e Montijo em virtude da elevada proximidade geográfica aos equipamentos hospitalares de referência.

Figura 41 – Distância dos Centros de Saúde aos Hospitais de Referência, por Centro de Saúde (2008)



Fonte: Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

As unidades hospitalares existentes na AML permitem dispor de uma oferta global de 7.675 camas. A Grande Lisboa dispõe de 82% desta oferta, sendo que a cidade de Lisboa agrega, por si só, 66% das camas existentes na AML. No contexto da Península de Setúbal, sobressaem as três principais unidades hospitalares, localizadas em Almada, Barreiro e Setúbal, que em conjunto, agregam 94% da oferta de camas desta NUTS III.

Quadro 25 - Internamento (Total das Especialidades) nos Hospitais do Serviço Nacional de Saúde da AML (2007)

Unidade Territorial	Designação	Lotação praticada	Doentes saídos
Grande Lisboa		6.289	222.842
Amadora	Hospital Amadora-Sintra	786	38.286
Cascais	Centro Hospitalar de Cascais	234	13.123
Lisboa	Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	1.231	42.940
Lisboa	Centro Hospitalar de Lisboa Norte, EPE	1.288	48.359
Lisboa	Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE	900	27.976
Lisboa	Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	740	3.850
Lisboa	Centro Regional de Alcoologia de Lisboa	30	347
Lisboa	Hospital de Curry Cabral – Lisboa	405	11.985
Lisboa	Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto – Lisboa	14	1.169
Lisboa	Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, EPE	300	10.324
Lisboa	Maternidade Dr. Alfredo da Costa – Lisboa	150	14.272
V. F. de Xira	Hospital de Reynaldo dos Santos – Vila Franca de Xira	211	10.211
Pen. de Setúbal		1.386	53.287
Almada	Hospital de Garcia de Orta, EPE – Almada	528	21.675
Barreiro	Hospital de Nossa Senhora do Rosário, EPE – Barreiro	365	14.690
Montijo	Hospital Distrital do Montijo	80	1.583
Setúbal	Centro Hospitalar de Setúbal, EPE	413	15.339
AML		7.675	276.129

Fonte: in "Centros de Saúde e Hospitais do SNS/2007", Direcção Geral de Saúde/DSEES/Divisão de Estatísticas da Saúde.

3.3.5. Equipamentos Culturais

A tomada de consciência sobre a importância dos equipamentos culturais na promoção de quadros de vida mais qualificados e na política de ordenamento do território é relativamente recente em Portugal. Este facto é evidenciado pelo peso diminuto da despesa pública na cultura. Porém, nos últimos anos, tem-se assinalado uma crescente valorização deste sector, o que se tem traduzido numa maior procura, impulsionando o aumento e diversificação da oferta e o aumento do valor acrescentado bruto (VAB) do sector.

A análise da rede de equipamentos culturais, que se desenvolve de seguida, contemplou diversos tipos de equipamentos culturais e foi suportada em diferentes fontes de informação provenientes, essencialmente, do Instituto dos Museus e da Conservação (Rede Portuguesa de Museus), para a análise dos museus, da Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas, no âmbito da análise das bibliotecas públicas, e da Inspeção Geral das Actividades Culturais, que suportou a análise dos restantes tipos de equipamentos.

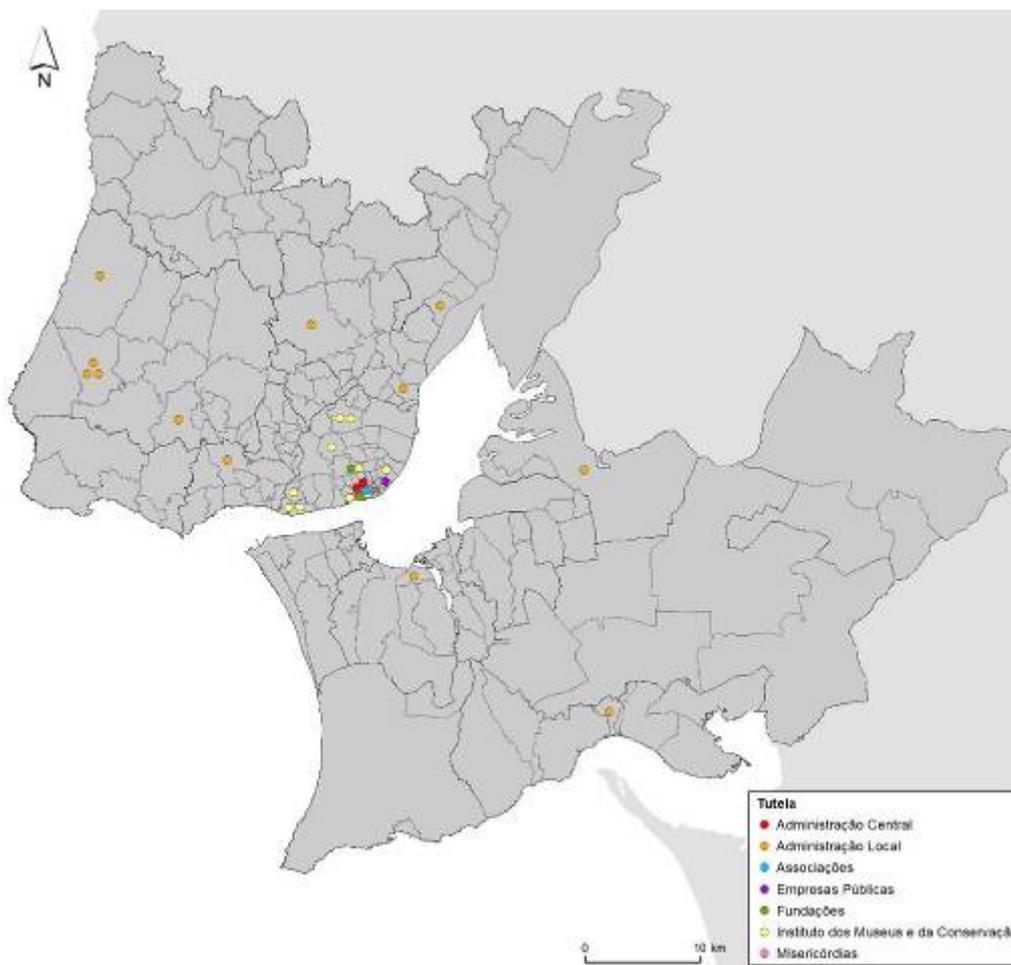
A oferta da região metropolitana contabiliza actualmente 461 equipamentos culturais, repartidos por 15 tipos. Trata-se, no entanto, de uma distribuição espacial bastante assimétrica, uma vez que a Grande Lisboa detém 79% da oferta, a par de uma oferta bastante limitada na Península de Setúbal (21%). Porém, uma leitura individualizada por tipo de equipamento cultural revela a existência de níveis de oferta bastante heterogéneos entre as duas Margens, mas uma análise mais detalhada incidirá apenas nos museus, teatros, auditórios e bibliotecas, dada a sua maior relevância para o diagnóstico em curso, quer por se tratarem de importantes equipamentos culturais de nível superior, como é o caso dos museus, teatros e auditórios, quer pelo protagonismo na promoção de hábitos culturais ao nível local, de que são um importante exemplo as bibliotecas.

No momento presente, a realidade museológica nacional atravessa um período bastante dinâmico, a avaliar quer pela criação de novas unidades museológicas, quer pelas inúmeras actividades e esforços de salvaguarda e divulgação dos museus.

Na AML, a oferta de museus apresenta-se consideravelmente extensa e diversificada, no entanto, sobre estes equipamentos, a análise apenas se baseará na informação da Rede Portuguesa de Museus, dada a sua maior pertinência para o PROT-AML. O território metropolitano concentra 29 dos 125 museus que integram a Rede Portuguesa de Museus, o que se traduz em 36% da oferta global. Esta oferta, para além de quantitativamente expressiva, caracteriza-se também pela diversidade de tutelas, espaços e actividades educativas. Integrando estas unidades museológicas na oferta cultural de nível superior, compreende-se o notório desfasamento existente entre as duas Margens do Tejo. Assim, a Margem Norte detém 26 museus, 17 dos quais situados no concelho de Lisboa, enquanto que na Margem Sul existem 3, localizados em Alcochete, Seixal e Setúbal. A disparidade adquire maior notoriedade quando a análise se circunscreve aos museus tutelados pelo Instituto dos Museus e da Conservação (a maioria dos quais classificados

como Museus Nacionais), na medida em que todos eles se localizam na Grande Lisboa, mais precisamente no concelho de Lisboa.

Figura 42 – Museus da Rede Portuguesa de Museus (2009)



Fonte: Instituto dos Museus e da Conservação.

O crescente dinamismo das unidades museológicas é confirmado pelo aumento significativo do número de visitantes, no período entre 2002 e 2008. Tendo por base o número de visitantes dos museus tutelados pelo Instituto dos Museus e da Conservação (somente os museus que estão sob esta tutela dispõem de informação pública deste tipo), constata-se uma variação positiva de 18%, tendo o número de visitante ascendido de 594.354, em 2002, para 701.060, em 2008. Esta variação reflecte uma mudança de comportamento efectiva, pautada pela crescente valorização e procura da oferta cultural. Das

situações inventariadas na qualidade de museus tutelados pelo Instituto dos Museus e da Conservação, a procura registada apresentou dissemelhanças significativas entre si, com o Museu Nacional do Teatro e o Museu Nacional de Arqueologia a registar maior crescimento de número de visitante (264% e 163%, respectivamente).

Quadro 26 - Evolução do Número de Visitantes dos Museus Tutelados pelo Instituto dos Museus e da Conservação, entre 2002 e 2008.

Concelho	Designação do Museu	Evolução do Nº de Visitantes		
		2002	2008	Variação (%)
Lisboa	Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves	9.341	12.235	31,0
Lisboa	Museu da Música	10.467	8.991	-14,1
Lisboa	Museu do Chiado - Museu Nacional de Arte Contemporânea	41.583	29.965	-27,9
Lisboa	Museu Nacional de Arqueologia	47.800	125.594	162,7
Lisboa	Museu Nacional de Arte Antiga	92.990	92.635	-0,4
Lisboa	Museu Nacional de Etnologia	17.602	10.242	-41,8
Lisboa	Museu Nacional do Azulejo	79.888	77.580	-2,9
Lisboa	Museu Nacional do Teatro	17.669	64.277	263,8
Lisboa	Museu Nacional do Traje	48.642	50.971	4,8
Lisboa	Museu Nacional dos Coches	228.372	228.570	0,1
Total Geral		594.354	701.060	18,0

Fonte: Instituto dos Museus e da Conservação.

O crescente dinamismo do sector cultural tem sido acompanhado por uma considerável vitalidade dos equipamentos de teatro, o que inclui os lugares criados para o efeito, mas também outros espaços que, não tendo sido criados para esta finalidade, foram adaptados para acolherem manifestações teatrais, de que são exemplo alguns cine-teatros e espaços de menor capacidade, como os teatros-estúdio.

Tendo por base a informação disponibilizada pela Inspeção Geral das Actividades Culturais, verifica-se que nos anos mais recentes (entre 2005 e 2008) se assinalou na AML um ligeiro aumento do número de equipamentos (de 49 para 54) destinados à actividade teatral. Estes dados ilustram um investimento contínuo na construção de novos equipamentos, a par da recuperação, com destaque para o Teatro Azul em Almada, inaugurado em 2005. Relativamente à lotação registou-se um comportamento inverso, tendo passado de 17.102 lugares para 15.660 lugares (variação negativa de 8%).

A apreciação mais detalhada dos teatros revela uma forte assimetria entre as duas NUTS III (47 equipamentos localizam-se na Grande Lisboa e 7 na Península de Setúbal) e uma forte polarização da cidade de Lisboa, que congrega 67% da oferta. O restante território metropolitano apresenta uma oferta muito exígua, identificando-se apenas 3 concelhos com alguma significância (Cascais tem 4 equipamentos e os concelhos de Almada e Sintra têm 3 equipamentos) e alguns concelhos com 1 só equipamento, os restantes encontram-se desprovidos desta oferta cultural.

Figura 43 – Lotação dos Equipamentos de Teatro (2008)



Fonte: Inspeção Geral das Actividades Culturais.

A distribuição da capacidade dos equipamentos revela, no entanto, que embora Lisboa se consolide como o concelho detentor da maior oferta (10.725 lugares), Almada surge na segunda posição com 1.476 lugares e Cascais em terceiro (936 lugares), enquanto os concelhos de Montijo e Palmela, detentores de apenas 1 equipamento, ocupam o quarto lugar (632 e 634, respectivamente). Sintra, com 3 equipamentos, manifesta uma menor lotação (222 lugares).

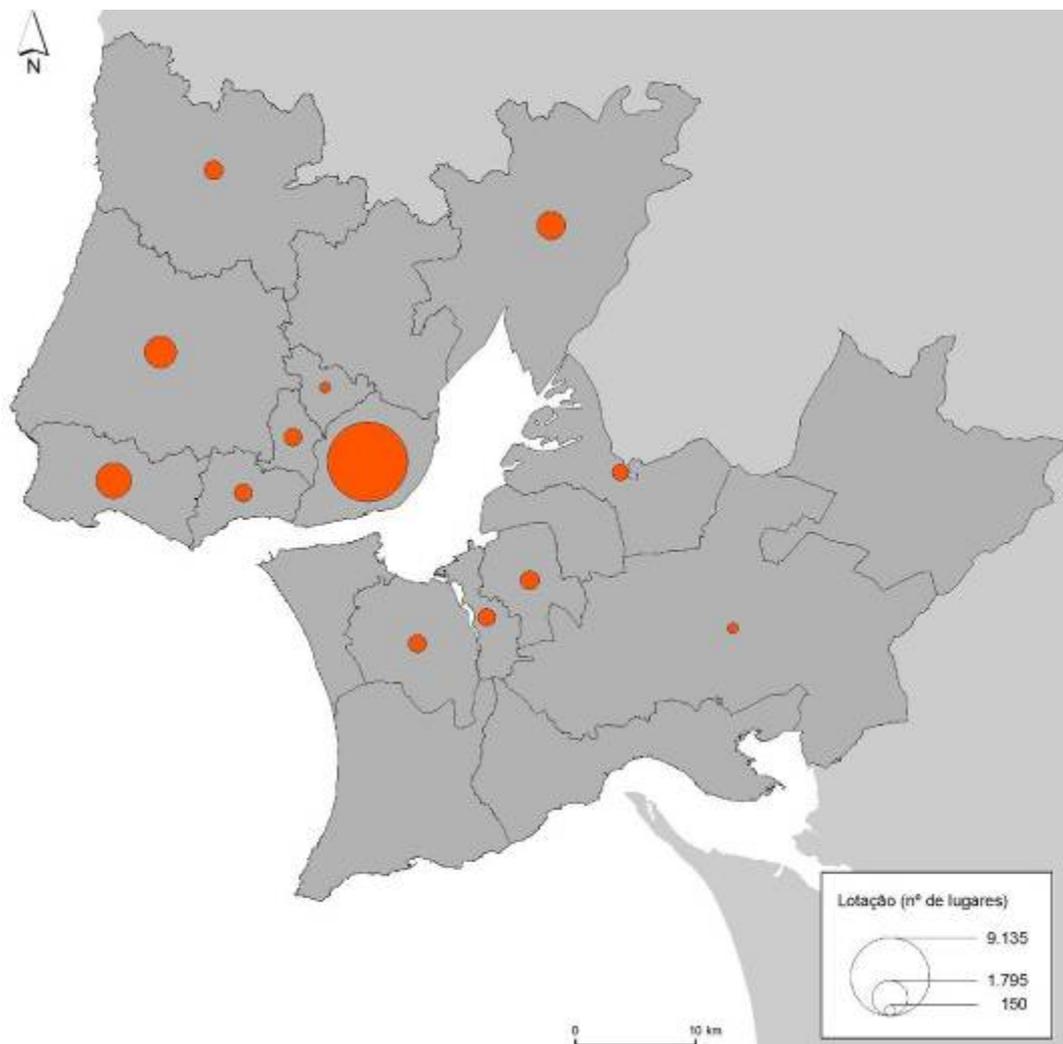
Outro tipo de equipamento cultural que importa destacar é o auditório, que em virtude da sua característica de pluridisciplinaridade, adquire particular notoriedade entre as salas de espectáculo. No contexto metropolitano de Lisboa, os auditórios têm acolhido significativos investimentos, evidentes no aumento do número de equipamentos e da sua lotação, pois entre o ano 2005 e 2008 houve um aumento de 10 equipamentos e um acréscimo de 8% da sua lotação. Com efeito, presentemente a rede de auditórios na AML contempla a existência de 44 equipamentos, com uma capacidade global de 16.894 lugares.

Ilustrando este acréscimo médio regional, as NUTS III da AML registaram um aumento da oferta de auditórios, nos últimos anos. Contudo, este crescimento foi mais elevado na Grande Lisboa, onde foram criados 8 novos equipamentos, comparativamente à Península de Setúbal, onde ocorreu um acréscimo de 2 equipamentos. Este padrão de investimentos reforçou a centralidade da Grande Lisboa que contabiliza um total de 37 auditórios, com uma lotação global de 15.016 lugares, face à Península de Setúbal que dispõe de 7 equipamentos, com uma lotação de 1.878 lugares.

Apenas na escala municipal, a distribuição da oferta caracteriza-se por uma repartição bastante dissemelhante, na qual Lisboa se constitui como a grande centralidade, contendo 43% da oferta regional. Assumem também particular destaque os concelhos de Cascais, Sintra e Vila Franca de Xira, na medida em que apresentam uma oferta com capacidade superior a mil lugares (1.795, 1.430 e 1.128, respectivamente). Na Península de Setúbal, onde a oferta manifesta maior debilidade, assinala-se o facto de existirem vários concelhos

desprovidos de auditórios, ao que acresce que os concelhos que dispõem desta oferta, apresentam uma capacidade que não vai além do meio milhar de lugares.

Figura 44 – Lotação dos Auditórios (2008)

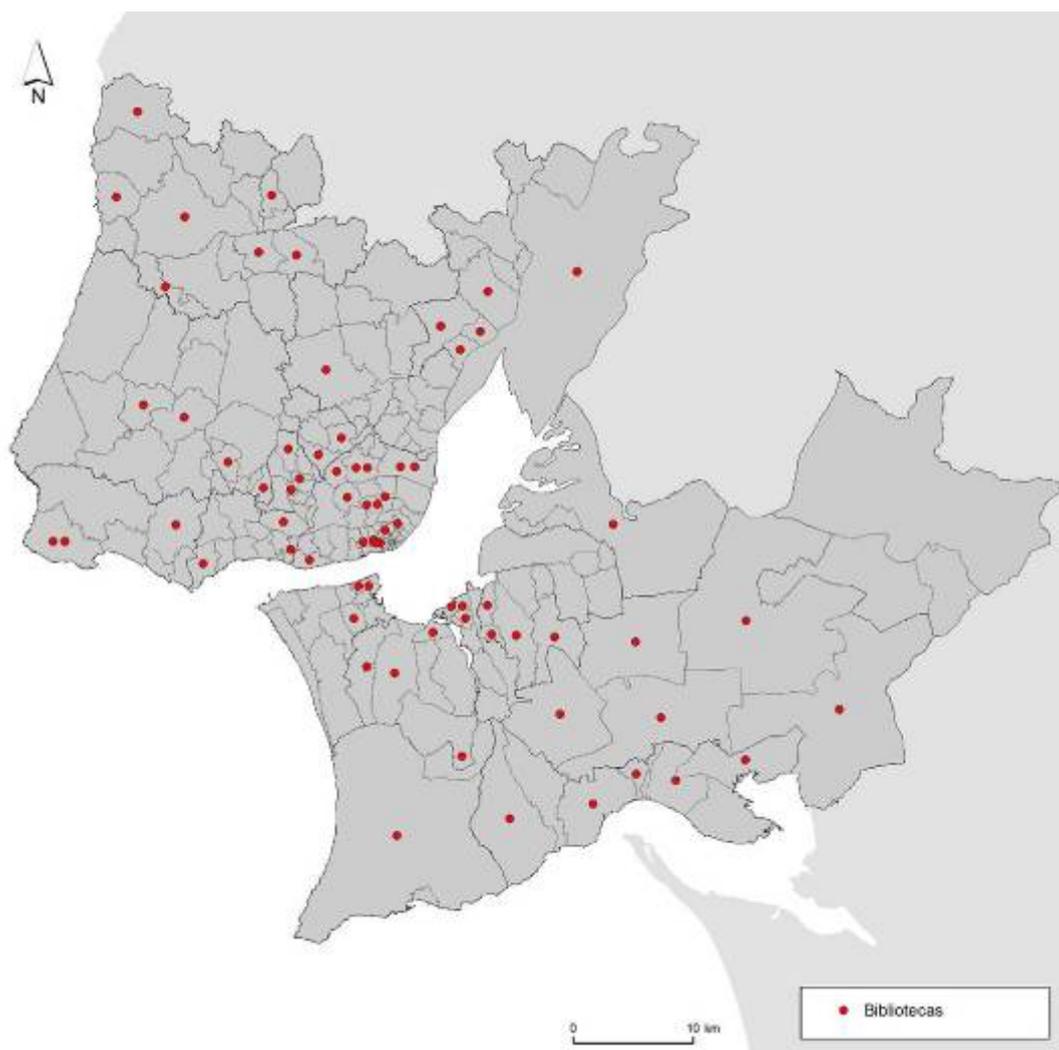


Fonte: Inspeção Geral das Actividades Culturais.

Na rede de equipamentos culturais de proximidade, as bibliotecas públicas assumem particular notoriedade, pois tal como definido no Manifesto da UNESCO sobre as mesmas, em 1994, a biblioteca pública é a porta de acesso local ao conhecimento, que torna prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os géneros e fornece as condições básicas para a aprendizagem ao longo da vida.

Passadas mais de duas décadas desde que foi lançado em Portugal o Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, a AML dispõe de 70 equipamentos, reunindo 38% das bibliotecas públicas inauguradas em todo o país. À escala das NUTS III, a Grande Lisboa surge particularmente bem posicionada, detendo 63% da oferta metropolitana, enquanto que a Península de Setúbal reúne menos de metade dos equipamentos (37%). Não obstante, estas desigualdades espaciais, merece particular destaque o facto de se encontrar há muito alcançado o primeiro objectivo do Programa, de dotação de todos os concelhos com uma biblioteca pública, uma vez que todos os concelhos da AML dispõem de pelo menos um equipamento.

Figura 45 – Bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (2009)



Fonte: Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas.

Embora o mínimo de uma biblioteca pública por concelho esteja assegurado, existem amplos contrastes no território metropolitano, oscilando entre um máximo de 16 equipamentos no concelho de Lisboa e um mínimo de 1 equipamento, nos concelhos de Loures e Alcochete.

3.3.6. Equipamentos de Justiça

O planeamento da rede de equipamentos de justiça constitui-se uma determinante essencial para o acesso à justiça subsequentemente enquanto garante de uma maior celeridade processual. A análise dos equipamentos de justiça desenvolve-se com base na informação disponibilizada pelo Ministério da Justiça, no Portal Citius, no site da Direcção-Geral da Administração da Justiça, na Direcção-Geral dos Serviços Prisionais e no site do Tribunal Central Administrativo Sul.

A oferta de equipamentos de justiça actualmente existente na Região de Lisboa reflecte algumas das mudanças mais recentes efectuadas no âmbito da reorganização e modernização do sistema de justiça nacional, com impactes positivos na promoção de uma oferta mais especializada e de maior proximidade aos cidadãos.

A oferta de equipamentos de justiça existente no espaço metropolitano de Lisboa estrutura-se em equipamentos de nível hierárquico superior, intermédio e de proximidade.

- No que concerne aos equipamentos de nível hierárquico superior, a AML dispõe de alguns dos principais órgãos de soberania nacionais, revelando particular interesse para o PROT-AML a análise dos tribunais superiores e dos estabelecimentos prisionais.
- Nos equipamentos de nível intermédio identifica-se apenas um tipo de equipamento, os tribunais, estruturando-se este em dois níveis, ou seja, tribunais de primeira e de segunda instância.

- Relativamente aos equipamentos de proximidade, que estruturam uma rede mais ampla e diversificada, serão alvo de análise os julgados de paz, a resolução alternativa de litígios, os cartórios notariais e as conservatórias.

Relativamente aos tribunais, a análise que se desenvolve encontra-se estruturada segundo as várias jurisdições e, dentro de cada uma destas, segundo o nível hierárquico a que pertence cada tribunal, o que decorre das especificidades inerentes à organização e funcionamento dos tribunais afectos a diferentes jurisdições. De notar que segundo a Constituição da República Portuguesa estão consagradas duas jurisdições distintas em Portugal, a civil e a administrativa, embora se encontre prevista a jurisdição do Tribunal Constitucional, a jurisdição do Tribunal de Contas, para além da dos tribunais arbitrais e dos julgados de paz.

Conformando-se a jurisdição civil, de acordo com a divisão judiciária do território nacional, em tribunais organizados em três instâncias, assinala-se a existência de tribunais judiciais de cada uma dessas instâncias na Região de Lisboa. Os tribunais judiciais, órgãos de soberania com competência para administrar a justiça em nome dos cidadãos, apresentam como órgão de última instância e, por isso, a hierarquicamente superior e territorialmente mais abrangente, o Supremo Tribunal de Justiça. Localizado no concelho de Lisboa, constitui um órgão único e de referência no país.

Concomitantemente, a AML dispõe também de tribunais judiciais de nível intermédio, designadamente os tribunais de primeira e segunda instância.

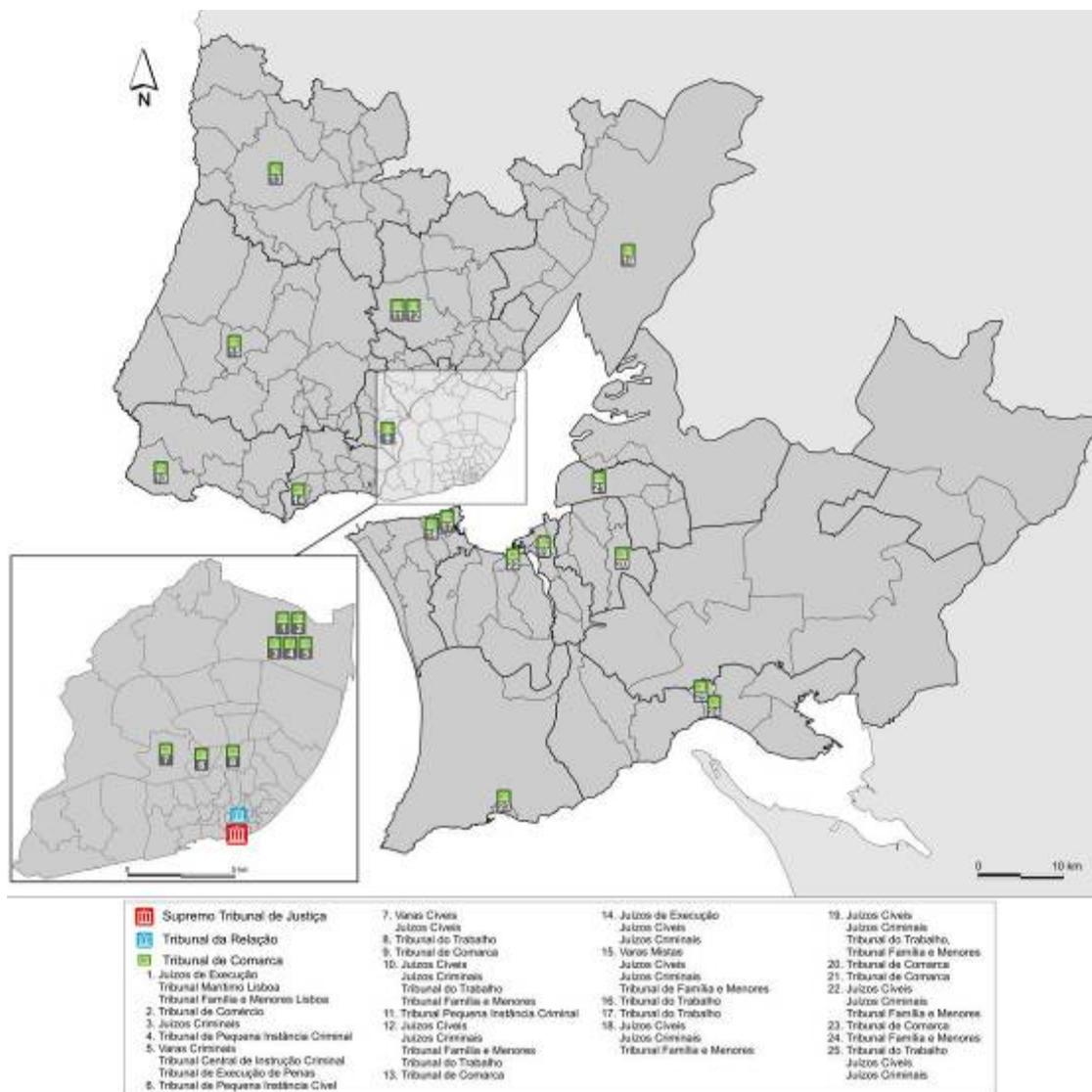
Existindo apenas um tribunal de segunda instância por cada distrito judicial (existem 5 no país), a Região de Lisboa dispõe de um, o Tribunal da Relação de Lisboa. De localização central, situando-se no concelho de Lisboa, a sua abrangência é relativa ao Distrito Judicial de Lisboa e Vale do Tejo, em conformidade com a reforma do mapa judiciário.

Os Tribunais de Comarca, que na qualidade de tribunais de primeira instância funcionam como órgãos de ingresso/de primeiro acesso dos cidadãos, são no âmbito da jurisdição civil os tribunais hierarquicamente inferiores e de jurisdição territorialmente mais restrita.

No âmbito dos tribunais de Comarca, importará salientar a coexistência e funcionamento no mesmo equipamento de diversos tribunais desta instância, de competência e especialização diversa. Deste modo, muito embora se encontrem em funcionamento 50 Tribunais de Comarca na Região de Lisboa, identificam-se 25 equipamentos. A maioria da oferta concentra-se na Grande Lisboa, que detém 16 equipamentos, enquanto que na Península de Setúbal a oferta é consideravelmente mais circunscrita (9 equipamentos).

Uma leitura mais fina revela, no entanto, que a supremacia da Margem Norte em muito se fica a dever à forte concentração de equipamentos no concelho de Lisboa, que dispõe de metade da sua oferta (8 equipamentos), bem como de 32% do total da oferta metropolitana. No lado oposto ao município de Lisboa, estão os concelhos de Odivelas, Alcochete e Palmela, uma vez que se encontram desprovidos da oferta deste tipo de equipamentos, apresentando os restantes municípios uma dotação que oscila entre 2 equipamentos, como é o caso dos concelhos de Loures, Almada e Setúbal e 1 equipamento, situação verificada nos restantes municípios metropolitanos.

Figura 46 – Localização e Hierarquia dos Tribunais Judiciais (2010)



Fonte: www.citius.mj.pt

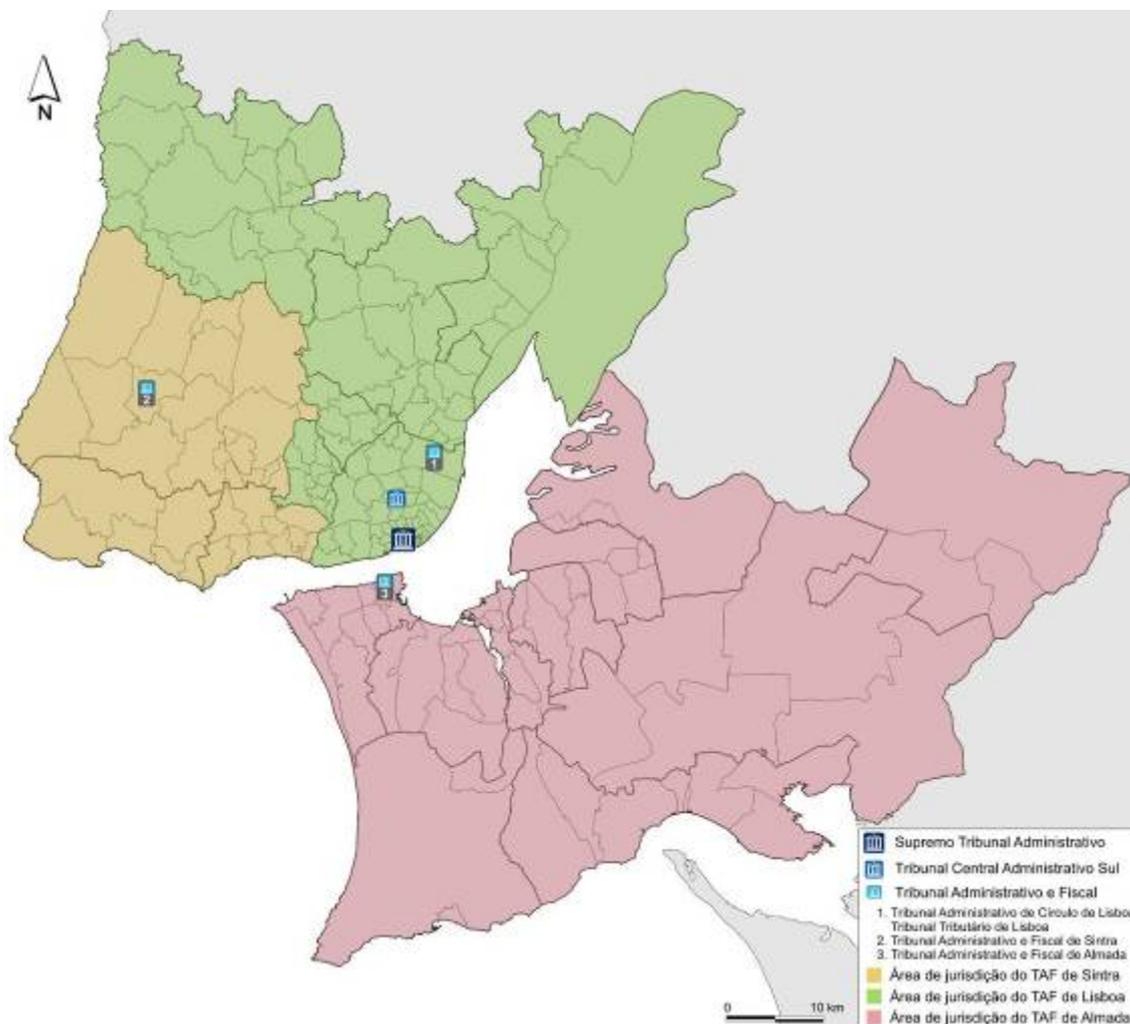
De acordo com a jurisdição administrativa e fiscal, também ela consagrada na Constituição da República Portuguesa, o órgão superior da hierarquia destes tribunais, único e com alçada em todo o território nacional, é o Supremo Tribunal Administrativo, o qual tem sede em Lisboa.

Num nível intermédio, encontram-se os Tribunais Centrais Administrativos hierarquicamente seguidos e com alçada sobre os Tribunais Administrativos de Círculo e Tribunais Tributários. No que trata aos Tribunais Centrais

Administrativos existem dois no país (Norte e Sul), sendo que o Tribunal Central Administrativo Sul tem sede em Lisboa. Igualmente inseridos nos tribunais administrativos de nível intermédio, encontram-se os Tribunais Administrativos e Fiscais de 1ª Instância (onde se inserem os Tribunais Administrativos de Círculo e os Tribunais Tributários).

Na Região de Lisboa existem 4 Tribunais Administrativos Fiscais, assinalando-se também a este nível uma maior afectação ao território da Grande Lisboa. Efectivamente na Margem Sul localiza-se apenas um, mais precisamente, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, com jurisdição sobre todo o território da Península de Setúbal. Já a Margem Norte dispõe de uma oferta mais alargada contemplando o Tribunal Tributário de Lisboa e o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, ambos localizados no concelho de Lisboa, num único equipamento, e com jurisdição sobre os concelhos de Lisboa, Loures, Odivelas, Mafra e a Vila Franca de Xira. Na Margem Norte acresce ainda um terceiro órgão, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, situado no concelho de Sintra, tem alçada sobre os municípios de Sintra, Amadora, Cascais e Oeiras.

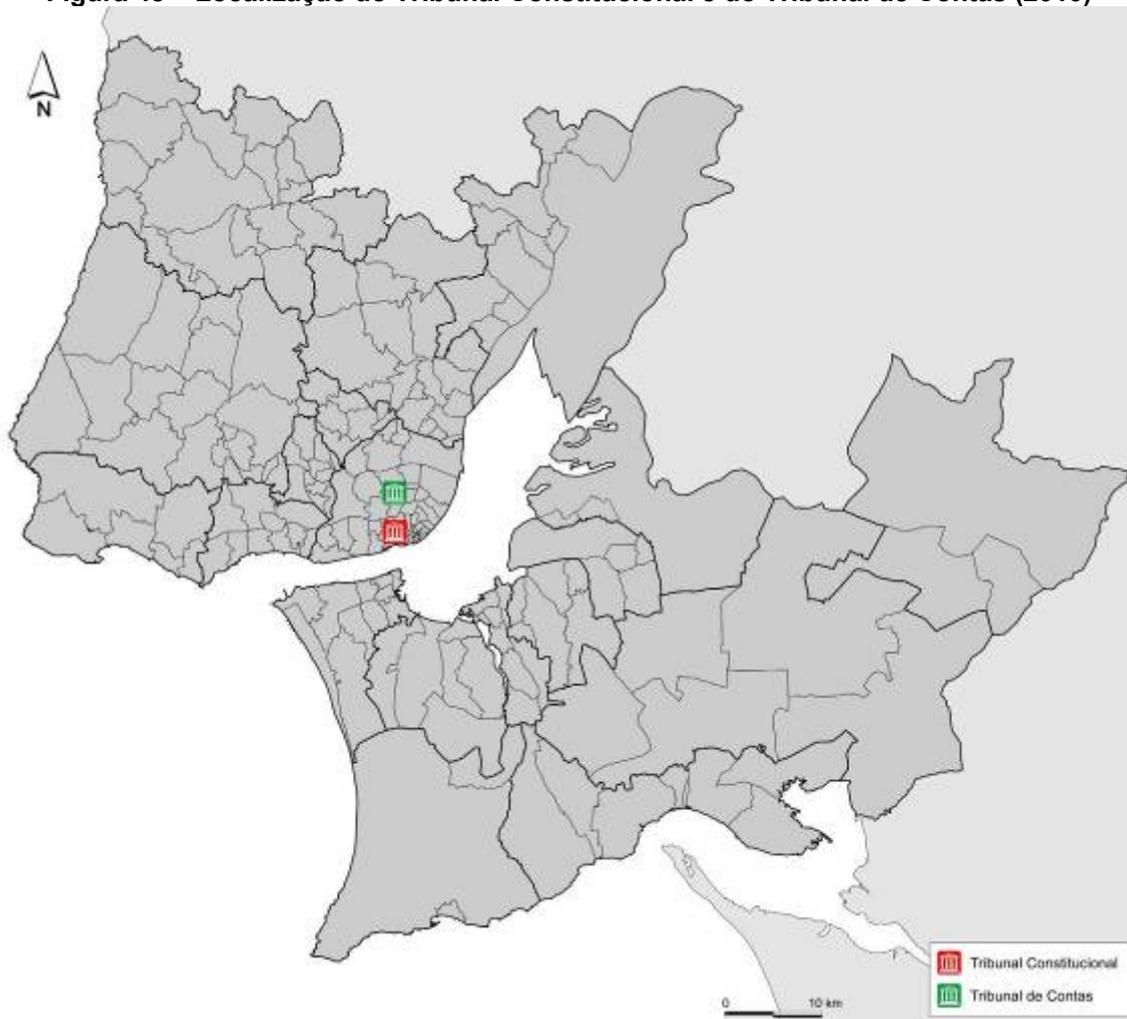
Figura 47 – Localização e Hierarquia dos Tribunais Administrativos e Fiscais e respectivas áreas de jurisdição dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 1ª Instância (2010)



Fonte: <http://www.tca.mj.pt/sections/apresentacao>

Tendo por base as jurisdições constitucionalmente não consagradas, importará ainda notar que no contexto metropolitano existem outros tribunais de nível hierárquico superior. É o caso do Tribunal Constitucional, instância a quem compete especificamente administrar a justiça em matérias de natureza jurídico-constitucional, e do Tribunal de Contas que tem por missão fiscalizar a legalidade, a regularidade e o estado das receitas e das despesas públicas, ambos localizados no concelho de Lisboa.

Figura 48 – Localização do Tribunal Constitucional e do Tribunal de Contas (2010)



Fonte: www.citius.mj.pt

Deste modo, o padrão locativo dos tribunais das várias jurisdições e entre estes, em particular, os tribunais de nível hierárquico superior, configuram um modelo de implantação espacial que evidencia a ampla notoriedade da AML à escala nacional, bem como a elevada capacidade polarizadora do município de Lisboa, enquanto grande centralidade na oferta de equipamentos de justiça no contexto da aglomeração metropolitana.

Na continuidade dos equipamentos de nível hierárquico superior, a análise da espacialização dos estabelecimentos prisionais demonstra uma menor notoriedade da AML à escala nacional na concentração destes equipamentos,

por comparação com a tendência identificada nos restantes equipamentos deste nível.

Com um total de 11 estabelecimentos prisionais, assiste-se a uma assinalável assimetria entre as duas NUTS III, albergando a Grande Lisboa uma ampla parte da oferta existente (9 equipamentos comparativamente à Península de Setúbal onde se localizam 2 equipamentos). Os estabelecimentos prisionais repartem-se pelo Distrito Judicial de Évora, que contempla o Estabelecimento Prisional Regional de Setúbal, e pelo Distrito Judicial de Lisboa, que alberga os restantes 10 estabelecimentos prisionais presentes na AML.

Sob a gestão da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, o sistema prisional português integra três tipos de estabelecimentos prisionais, coexistindo todos eles no território metropolitano, designadamente:

- A maioria são estabelecimentos prisionais centrais, destinados ao cumprimento de medidas privativas de liberdade, superiores a seis meses, concentrando-se estes na sua totalidade na Grande Lisboa, ainda que dispersos por diversos municípios (Lisboa, Sintra, Oeiras e Cascais).
- Os estabelecimentos prisionais de âmbito regional, destinados ao cumprimento de medidas de prisão preventiva e de penas privativas de liberdade até seis meses, são três e encontram-se dispersos pelas duas Margens do Rio Tejo, pois localizam-se nos concelhos de Lisboa (Estabelecimento Prisional da Polícia Judiciária de Lisboa), Montijo (Estabelecimento Prisional Regional do Montijo) e Setúbal (Estabelecimento Prisional Regional de Setúbal).
- Os estabelecimentos prisionais especiais, vocacionados para o internamento de reclusos que careçam de tratamento específico, onde se inserem o Estabelecimento Prisional de Tires e o Estabelecimento Prisional de São João de Deus, localizam-se na Margem Norte, nos municípios de Cascais e Oeiras, respectivamente.

A oferta de estabelecimentos prisionais existente data na sua maioria de edificações do início da segunda metade do século XX. Porém, estão em funcionamento alguns equipamentos mais antigos, nomeadamente:

- O Estabelecimento Prisional de Monsanto, cujas estruturas militares foram construídas na segunda metade do século XIX, embora tenha sido alvo de obras de remodelação em 2007;
- O Estabelecimento Prisional de Lisboa, anteriormente denominado de Cadeia Penitenciária de Lisboa, cuja construção se iniciou em 1873;
- O Estabelecimento Prisional de Caxias instalado em edificações que constituíram, no passado, o Forte de Caxias, uma construção que remonta a finais do século XIX;
- O Estabelecimento Prisional de Sintra, uma edificação da primeira metade do século XX.

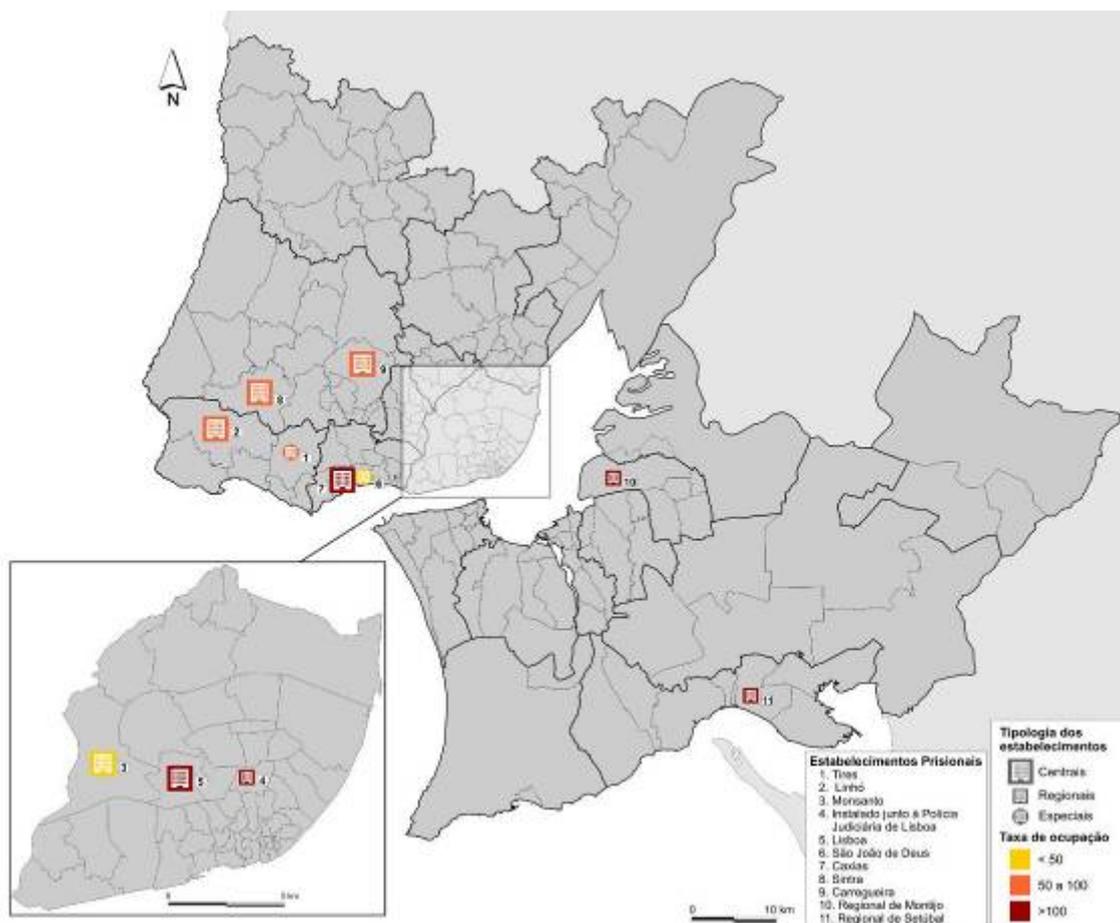
Apresentando os vários estabelecimentos lotações heterogéneas, importa, no entanto, constatar que quase metade destes encontram-se em situação de sobrelotação, de acordo com as estatísticas da Direcção de Serviços de Planeamento e Relações Externas, relativas à lotação e reclusos, existentes a 31 de Dezembro de 2008. Com efeito, acolhiam um número de reclusos superior à sua capacidade efectiva todos os estabelecimentos prisionais regionais (Lisboa 111%, Montijo 114% e Setúbal 157%), factor que não pode ser dissociado de se destinar ao cumprimento de medidas privativas de liberdade menores (até 6 meses), mas também os estabelecimentos prisionais centrais de Lisboa (105%) e Caxias (101%).

Quanto aos restantes estabelecimentos prisionais, apenas apresenta uma baixa taxa de ocupação (abaixo de metade da sua capacidade global) o Estabelecimento Prisional de Monsanto (39%), uma vez que o Hospital Prisional de São João de Deus, embora apresente uma taxa de ocupação de 7%. Tal decorre de para fins estatísticos, o número de reclusos contabilizados respeitar estritamente aos afectos a este equipamento, uma vez que os

doentes provisoriamente internados foram considerados nos estabelecimentos prisionais a que pertencem.

Por fim, com taxas de ocupação medianas, encontram-se o Estabelecimento Prisional de Tires (58%) e o Estabelecimento Prisional de Linhó (65%), enquanto que ambos os estabelecimentos prisionais localizados no concelho de Sintra (Sintra e Carregueira) apresentam taxas de ocupação consideravelmente elevadas, ainda que dentro das suas capacidades (83% e 89%).

Figura 49 – Taxa de ocupação dos estabelecimentos prisionais segundo o tipo (2008)



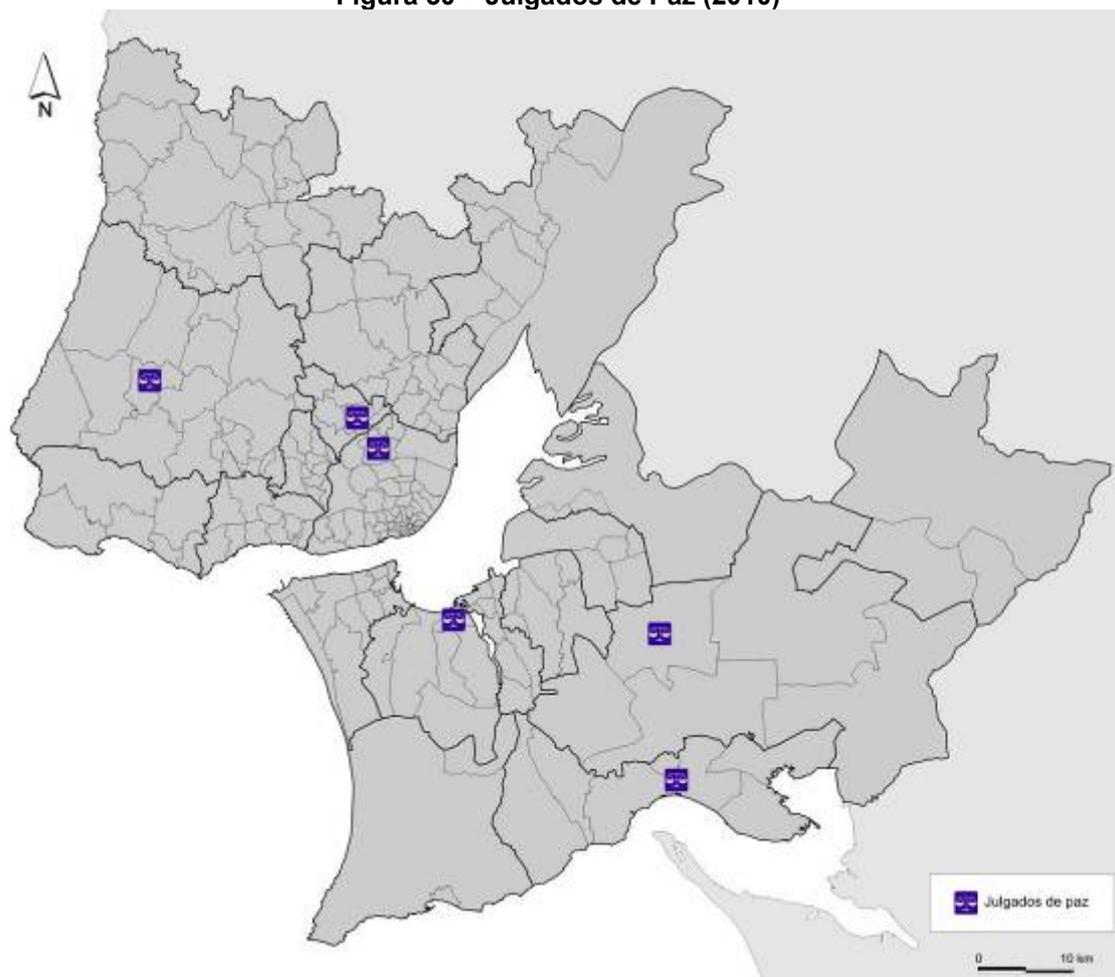
Fonte: Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, <http://www.dgsp.mj.pt/>

No contexto da justiça desempenha particular relevância os Julgados de Paz, na medida em que na sua qualidade de tribunais extrajudiciais, dotados de

características de funcionamento e organização próprias, com competência para apreciar e decidir acções declarativas cíveis, de valor igual ou inferior a 5.000 euros, em muito contribuem para uma maior acessibilidade dos cidadãos à justiça e uma tramitação processual mais simplificada.

Criados em 2001, existem actualmente em território nacional mais de duas dezenas de Julgados de Paz, que abrangem mais de meia centena de concelhos. A AML dispõe actualmente de seis, dispersos equitativamente pelas duas NUTS III. Os concelhos que apresentam este tipo de equipamento de justiça são Lisboa, Odivelas, Sintra, Palmela, Seixal e Setúbal.

Figura 50 – Julgados de Paz (2010)



Fonte: www.citius.mj.pt

Concomitantemente, no âmbito da justiça de proximidade, encontra-se uma diversidade de meios alternativos de resolução de litígios. Associados a processos e movimentos de informalização e desjudicialização da justiça, à sua simplificação e celeridade processual, as mais-valias da resolução alternativa de litígios tem levado à sua promoção em inúmeros países europeus. No contexto da AML identificam-se 5, concentrados na sua totalidade no município de Lisboa.

Embora os meios alternativos de resolução de litígios abranjam diversas formas de composição (mediação, conciliação e arbitragem), na AML existem 4 centros de arbitragem, acrescentando um quinto que aglutina diferentes formas de composição, pois trata-se de um centro de informação, medição e arbitragem.

Paralelamente a uma oferta quantitativamente circunscrita, assinala-se uma oferta vocacionada para uma tipologia limitada de litígios, tendencialmente orientados para o domínio comercial (sector automóvel, propriedade industrial, consumo), não existindo oferta vocacionada para litígios no domínio familiar, social, entre outros.

Figura 51 – Resolução Alternativa de Litígios (2010)



Fonte: www.citius.mj.pt

No contexto dos equipamentos de justiça de proximidade, os cartórios notariais são uma das tipologias cuja oferta se apresenta mais extensa. Tal facto não poderá ser dissociado da sua própria finalidade, atendendo a que a função notarial visa dar forma legal e conferir fé pública aos actos jurídicos extrajudiciais, o que fundamenta a necessidade de uma oferta alargada, que potencie uma efectiva capacidade de resposta às necessidades dos cidadãos e empresas.

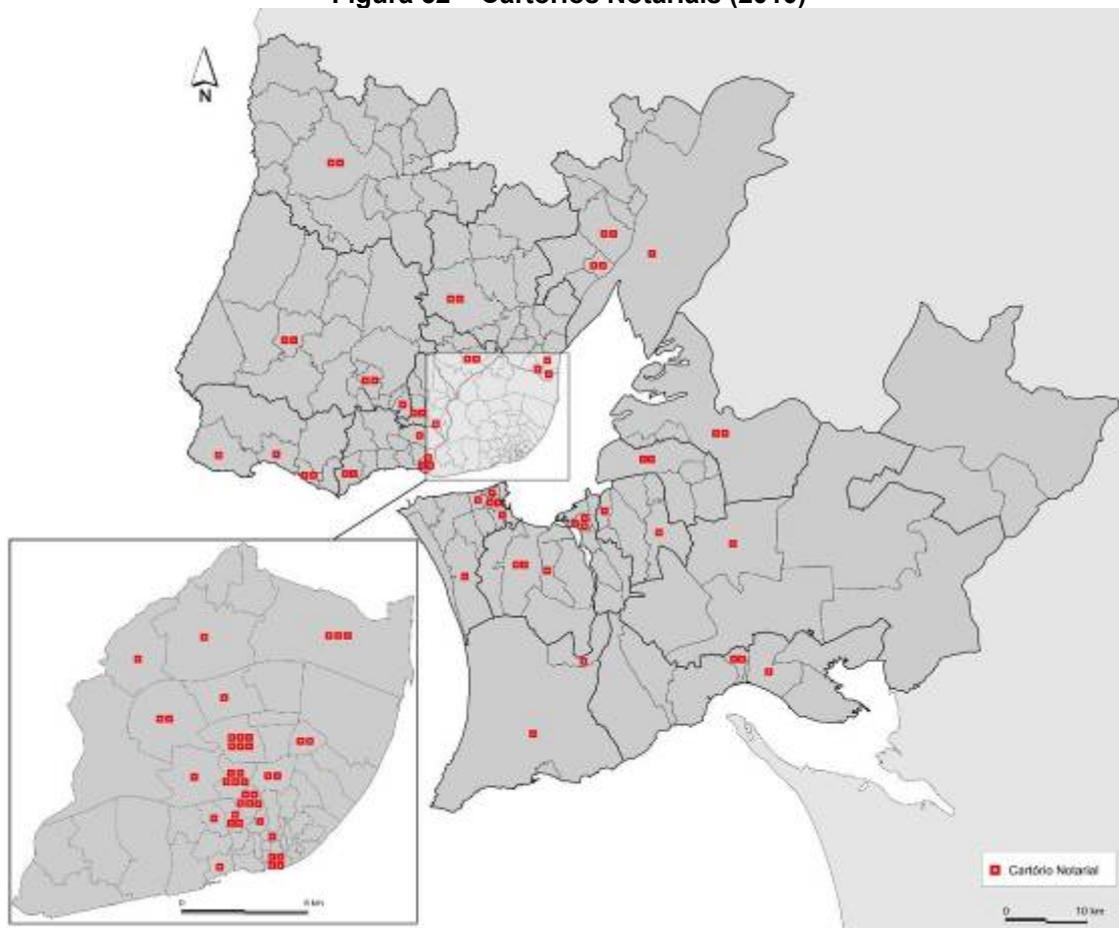
Presentemente, a AML contempla mais de uma centena de cartórios notariais (101), no entanto, assinala-se uma concentração de vários cartórios no mesmo

edifício. Com efeito, na presente análise o enfoque será dado ao equipamento, dada a sua maior relevância para o ordenamento do território.

A Região de Lisboa dispõe de 96 equipamentos com um ou mais cartórios, no entanto, assinala-se uma repartição espacial bastante assimétrica entre as duas NUTS III. Efectivamente, uma grande parte da oferta encontra-se concentrada na Grande Lisboa (75%), contrapondo com uma oferta substancialmente mais limitada (25%) na Península de Setúbal.

Uma leitura à escala concelhia evidencia que esta disparidade decorre directamente do protagonismo funcional exercido pelo concelho de Lisboa, que detém 56% da oferta da Grande Lisboa e 42% da oferta metropolitana, bem como o único cartório notarial de competência especializada (CNCE). Com efeito, nos restantes concelhos da Margem Norte, a oferta existente apresenta-se manifestamente mais reduzida, oscilando entre os 2 equipamentos, no caso dos concelhos de Mafra e de Odivelas, e um máximo de 6 equipamentos, situação observada em Oeiras, embora importe salientar que todos os concelhos apresentam mais do que um cartório notarial. Na Margem Sul, o padrão de oferta deste tipo de equipamentos segue a tendência geral observada na Margem Norte. Neste sentido, identifica-se uma centralidade, constituída pelo concelho de Almada, na medida em que apresenta uma maior concentração de cartórios notariais (6 equipamentos), enquanto que os restantes concelhos revelam uma oferta mais circunscrita, oscilando entre um mínimo de 1 equipamento no concelho de Palmela e um máximo de 3 equipamentos, dotação verificada nos concelhos do Barreiro, Seixal e Setúbal.

Figura 52 – Cartórios Notariais (2010)



Fonte: www.citius.mj.pt

Por fim, no âmbito dos equipamentos de justiça de proximidade, as conservatórias apresentam uma das maiores redes de equipamentos. À semelhança do observado para cartório notariais, também neste caso se assinala uma concentração de duas ou mais conservatórias no mesmo edifício. Deste modo, muito embora existindo 68 conservatórias na Região de Lisboa, identificam-se 39 equipamentos.

Quanto ao seu padrão espacial, os equipamentos de conservatórias revelam assimetrias espaciais, marcadas desde logo pela iniquidade quantitativa de equipamentos existentes na Grande Lisboa e na Península de Setúbal, muito embora menos expressivas do que as existentes ao nível dos notários. Assim,

a Grande Lisboa detém 59% da oferta, o que se traduz num total de 23 equipamentos, enquanto que a Península de Setúbal regista uma oferta claramente inferior (41%).

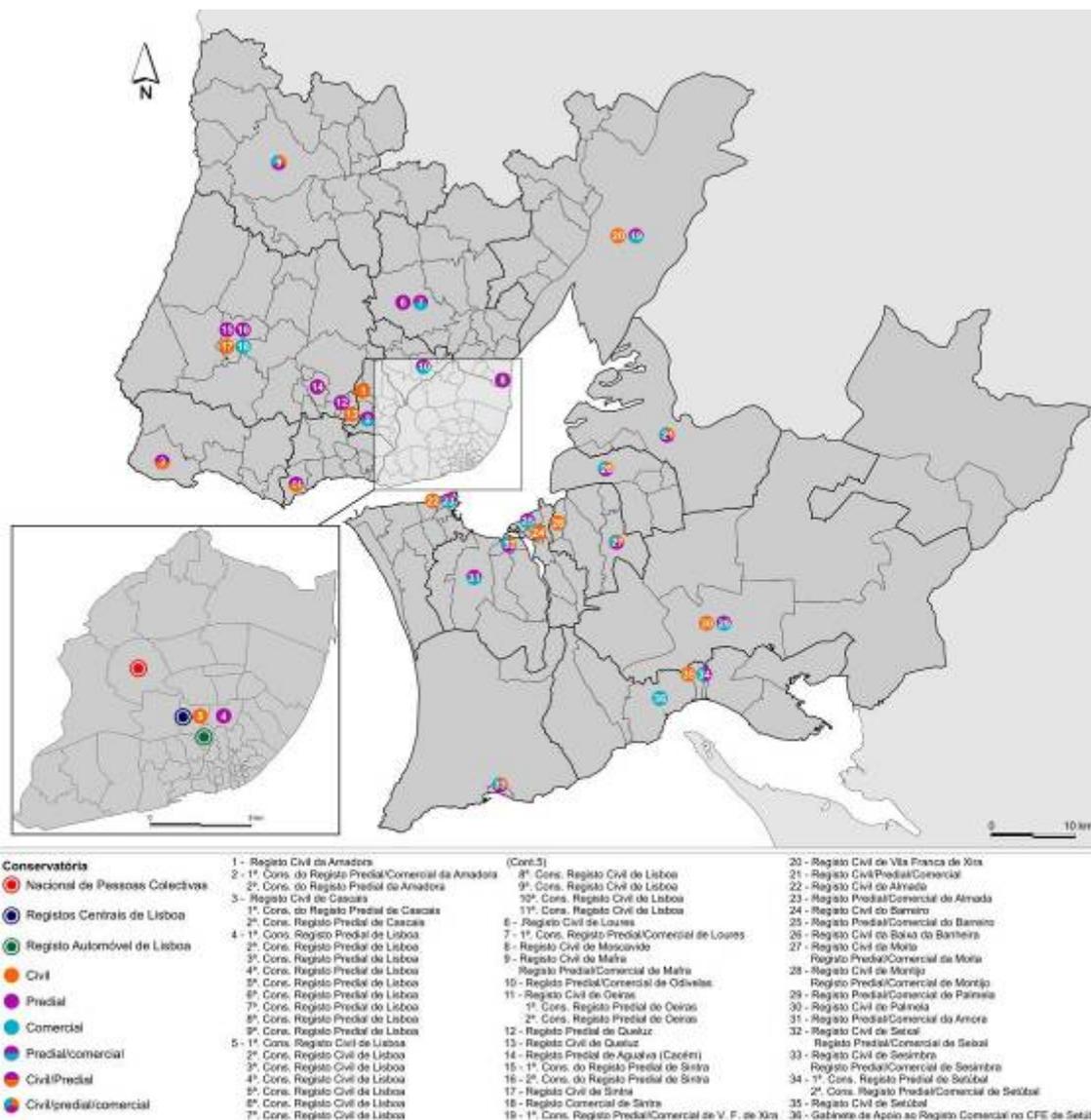
A análise desagregada por concelho revela ofertas tendencialmente homogéneas. O município de Sintra é o que apresenta um maior número de equipamentos (7), superando o número de equipamentos existentes no concelho de Lisboa (5), muito embora este último detenha a maior oferta efectiva de conservatórias (23). Como aspecto positivo a salientar, importará notar a inexistência de municípios desprovidos deste tipo de equipamento de proximidade.

No que trata ao tipo de conservatórias, a oferta existente caracteriza-se por uma ampla heterogeneidade. As conservatórias mais comuns são as de registo civil, as de registo predial e as de registo predial/comercial. Porém, identificam-se outros tipos de conservatórias, tais como a Conservatória Nacional de Pessoas Colectivas, a Conservatória de Registos Centrais de Lisboa e a Conservatória de Registo Automóvel de Lisboa, existindo apenas um equipamento de cada uma destas conservatórias, situando-se os três no concelho de Lisboa. Deste modo, Lisboa para além de apresentar a oferta mais extensa, detém assim também a oferta mais diversificada e especializada.

Embora em geral, deva existir na sede de cada concelho uma conservatória do registo civil, do registo predial e do registo comercial com competência em toda a área concelhia, tal nem sempre se verifica. Assim, a título exemplificativo, verifica-se que os concelhos de Cascais e Oeiras não dispõem de conservatórias do registo comercial, bem como Odivelas não tem conservatória do registo civil. Não obstante estes limiares mínimos desejáveis, quando o volume de serviço o justifica, um concelho, na sua sede ou fora dela, poderá ter mais de uma conservatória do mesmo tipo. Assim se compreende que o município de Lisboa disponha de uma rede tão alargada de conservatórias do

registo civil e conservatórias do registo predial, assim como vários outros concelhos apresentem mais do que uma conservatória do mesmo tipo.

Figura 53 – Conservatórias segundo o tipo, por freguesia (2010)



Fonte: www.citius.mj.pt

3.3.7. Equipamentos de Segurança Pública

Os equipamentos de segurança pública desempenham um papel essencial na garantia da segurança e ordem pública.

A manutenção da segurança e ordem pública, assim como a protecção e defesa da propriedade, é assegurada pela Polícia de Segurança Pública (PSP) e pela Guarda Nacional Republicana (GNR). Para além destes, nos equipamentos de segurança pública importará ainda considerar os equipamentos dos bombeiros, pela sua missão de socorro e protecção civil em caso de acidente, catástrofe, no combate ao fogo, no transporte de feridos, etc.

A análise dos equipamentos de segurança pública que de seguida se apresenta é sustentada pela informação disponibilizada nos sites da Polícia de Segurança Pública, da Guarda Nacional Republicana e da Autoridade Nacional da Protecção Civil.

No que concerne à segurança pública exercida pela PSP e GNR, importa desde logo salientar que estas entidades apresentam áreas de intervenção bem delimitadas, destinando-se a PSP ao policiamento de áreas urbanas (aglomerados com mais de 10.000 habitantes), enquanto a GNR exerce em geral o policiamento de áreas rurais. Tal facto fundamenta que na Região de Lisboa, a presença de equipamentos da PSP seja substancialmente mais expressiva.

A análise dos equipamentos colectivos de segurança pública da PSP circunscreve-se às Subunidades, correspondentes às Divisões, Esquadras e Postos, na medida em que constituem os equipamentos de proximidade aos cidadãos e, por isso, os equipamentos da PSP com maior dispersão territorial e com maior relevância para o ordenamento do território. Concomitantemente, importa referir que frequentemente no mesmo edifício concentram-se diversas

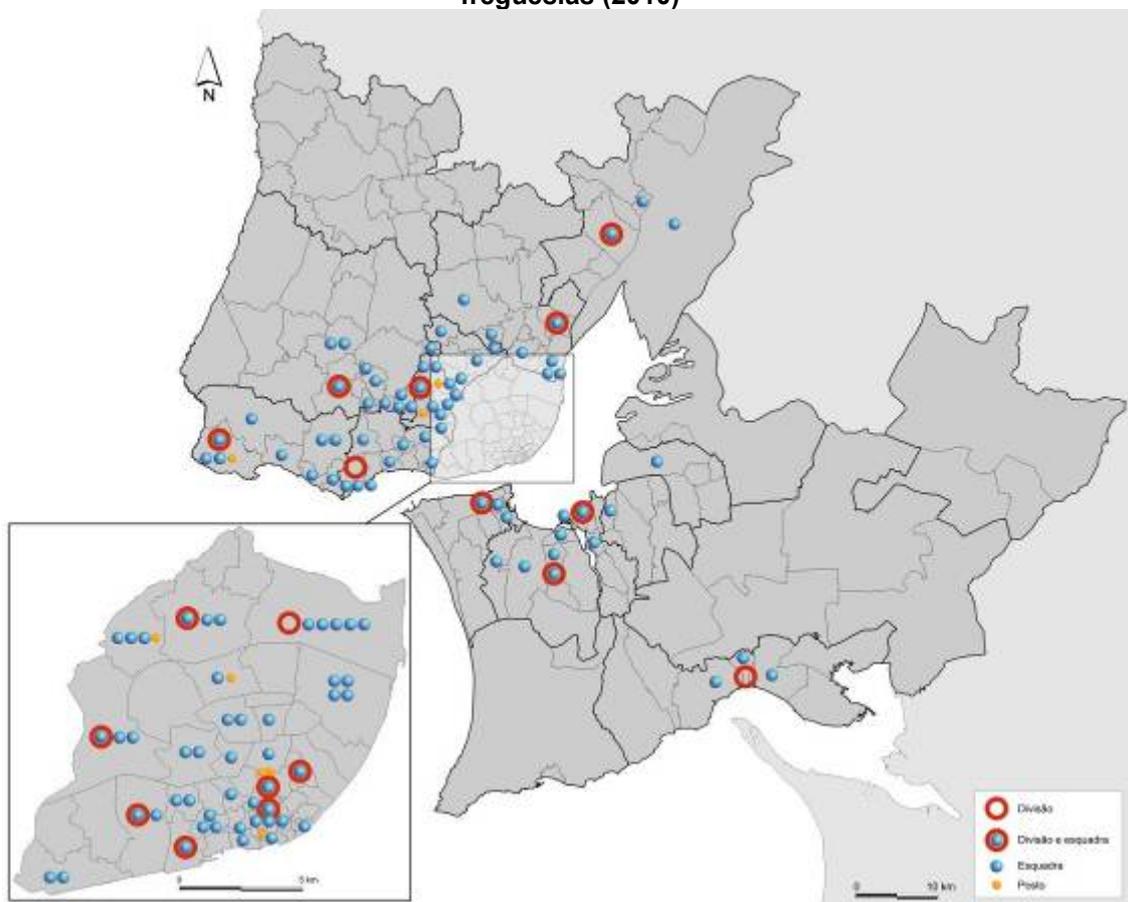
Subunidades da PSP, no entanto, apenas aqui serão tomadas em conta as estruturas físicas, em detrimento do quantitativo efectivo de Subunidades.

Contudo, no que trata aos equipamentos de nível superior da PSP importará notar que estes revelam uma forte concentração no município de Lisboa, localizando-se aí alguns dos principais equipamentos desta entidade, designadamente, a Direcção Nacional e o Comando Metropolitano, com irradiação na AML, o que atesta a centralidade de Lisboa no sistema urbano metropolitano e nacional.

A organização dos equipamentos de proximidade da PSP na Região de Lisboa reflecte, de igual modo, uma clara centralização no concelho de Lisboa, a validar pela concentração de 44% dos equipamentos existentes no espaço metropolitano. Os concelhos de Amadora e Sintra surgem como o segundo conjunto de municípios melhor dotados, com 12 e 10 equipamentos. Os restantes concelhos apresentam uma dotação igual ou inferior a 9 equipamentos, excepção feita aos municípios de Mafra, Alcochete, Palmela e Sesimbra, que não dispõem de Subunidades da PSP, uma vez que a PSP efectua o policiamento de áreas urbanas, em geral de aglomerados com mais de 10.000 habitantes.

Esta repartição espacial traduz-se numa forte assimetria na dotação de Subunidades da PSP entre as duas NUTS III, sendo que na Grande Lisboa se concentra a grande maioria da oferta de Subunidades da PSP (86%), face ao registado na Península de Setúbal (14%). O padrão locativo destes equipamentos evidencia a existência de uma grande centralidade na Grande Lisboa, constituída por Lisboa, na Península de Setúbal, destaca-se o município do Seixal, embora com uma dotação bastante mais modesta (5 equipamentos).

Figura 54 – Equipamentos com Subunidades da Polícia de Segurança Pública, por freguesias (2010)



Fonte: <http://www.psp.pt/Pages/defaultPSP.aspx>

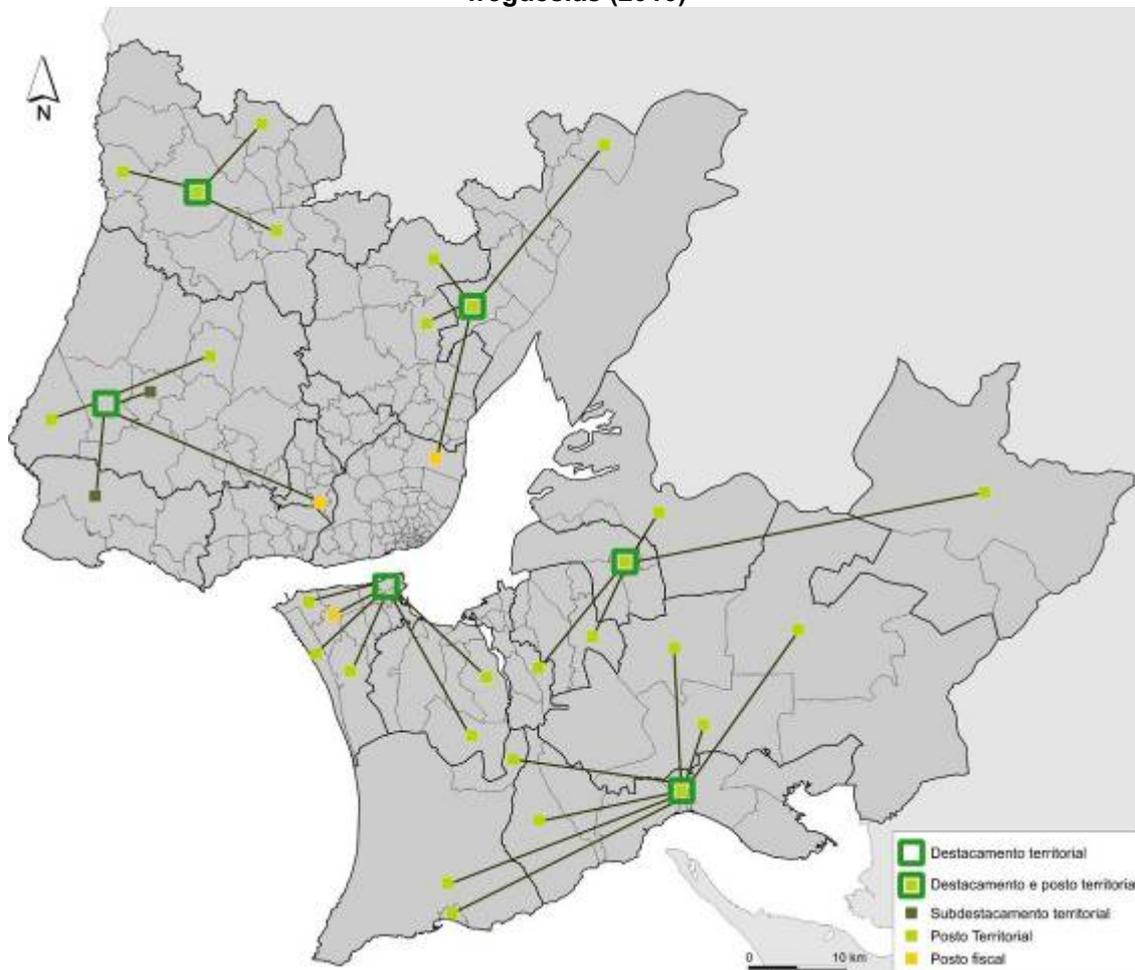
À semelhança do observado no caso dos equipamentos da PSP, também em termos da GNR se procede a uma análise incisiva dos equipamentos de proximidade, mais precisamente, dos Destacamentos e Postos. Constituindo equipamentos de irradiação supra-local ou local e sub-local, respectivamente, os Destacamentos e Postos Territoriais são os equipamentos da GNR que apresentam maior pulverização pelo território e, por isso, manifestam maiores implicações no ordenamento do território. Tal como verificado no caso dos equipamentos da PSP, também ao nível dos equipamentos de proximidade da GNR se assiste a uma concentração de Destacamentos e Postos no mesmo equipamento, sendo também aqui a estrutura física alvo de análise.

Não obstante esta maior pertinência dos equipamentos de proximidade no âmbito do PROT-AML, importa notar o protagonismo funcional do município de Lisboa no que respeita aos equipamentos de nível hierárquico superior, dada a evidente constelação de equipamentos aí presentes, designadamente, do Comando Geral, equipamento máximo, de irradiação nacional, bem como de Direcções e Companhias.

Cingida a intervenção da GNR a áreas rurais ou aglomerados com menos de 10.000 habitantes, em termos quantitativos a oferta de equipamentos de proximidade manifesta uma maior rarefacção pelo território da metrópole de Lisboa, comparativamente à situação revelada pela PSP, evidenciando em termos locativos uma incidência predominante nos espaços mais periféricos e menos povoados da AML.

Uma leitura espacial mais fina revela uma oferta de equipamentos de proximidade ligeiramente superior na Margem Sul (20 equipamentos) face à Margem Norte (15 equipamentos), consequência das menores densidades populacionais e de urbanização aí existentes. O padrão locativo destes equipamentos evidencia ainda uma cobertura territorial na Península de Setúbal consideravelmente superior à existente na Grande Lisboa, dada a existência nesta última de inúmeros espaços intersticiais entre os vários equipamentos, uma vez que se tratam de áreas de policiamento da PSP.

Figura 55 – Destacamentos da GNR e Postos inseridos nas suas Áreas de Irradiação, por freguesias (2010)



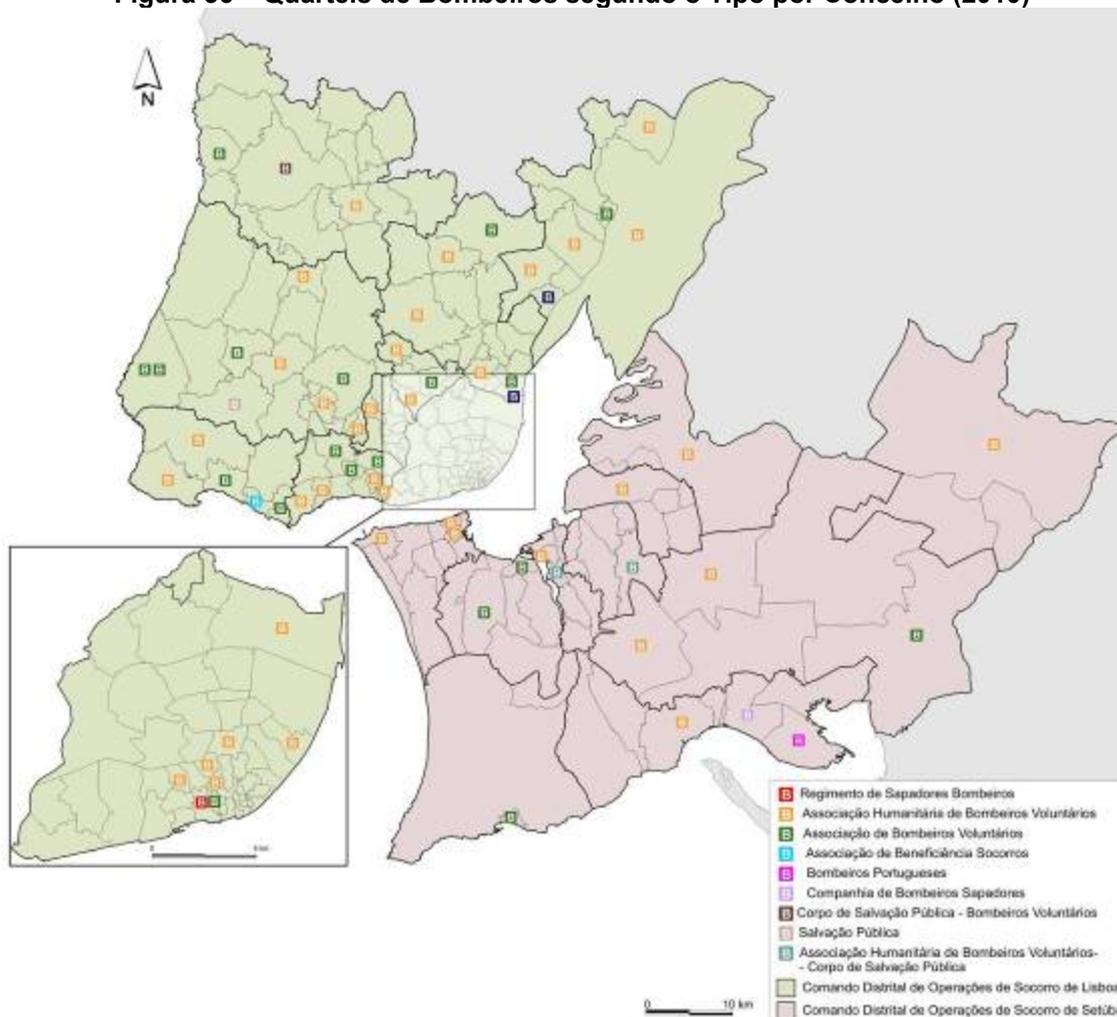
Fonte: <http://www.gnr.pt/>

A segurança pública é também assegurada pelos bombeiros, aos quais acresce a missão de protecção civil. Os equipamentos de bombeiros, designados por quartéis, têm como finalidade a congregação de serviços de âmbito operacional e associativo, com o objectivo de apoiar as Corporações de Bombeiros na sua missão de socorro.

A repartição de quartéis de bombeiros revela-se bastante assimétrica entre as duas Margens do Rio Tejo, uma vez que 73% destes se situam na Margem Norte. À escala concelhia assinalam-se ténues disparidades, oscilando entre

um mínimo de 1 quartel de bombeiros nos concelhos de Amadora, Alcochete, Moita e Sesimbra e um máximo de 8 equipamentos no concelho de Lisboa.

Figura 56 – Quartéis de Bombeiros segundo o Tipo por Concelho (2010)



Fonte: <http://www.proteccaocivil.pt/Pages/default.aspx>

Contudo, verifica-se que a uma maior dotação de quartéis não corresponde necessariamente a uma maior cobertura, uma vez que os municípios que apresentam uma maior oferta são também, em geral, os que registam maiores concentrações populacionais. Neste sentido, os concelhos que apresentam rácios menores de número de habitantes por quartel de bombeiros são, em geral, os que apresentam menores quantitativos de habitantes. Ilustrativo de tal são os concelhos de Alcochete, que tem 1 equipamento para responder às

necessidades de 13.010 residentes, Palmela que apresenta 17.784 habitantes por quartel, Mafra que tem 18.119 habitantes por quartel e Montijo que regista 19.584 habitantes por quartel. Na situação mais desfavorável encontra-se o concelho da Amadora, dada a existência de um único quartel para responder às necessidades de 175.872 habitantes.

Embora distando consideravelmente da situação existente na Amadora, outras realidades menos favoráveis persistem pelo território metropolitano. Destaque-se o caso dos municípios do Seixal, com 75.136 habitantes por quartel, situação que decorre da diminuta oferta deste tipo de equipamentos para um concelho com 150.271 habitantes, assim como do município de Lisboa, pois embora se tratando do concelho com maior oferta de quartéis é também aquele que regista o maior quantitativo de residentes, conducente a um rácio de 70.582 habitantes por quartel.

Quadro 27 - Nº de Habitantes por Quartel de Bombeiros, por concelho (2010)

Unidade Territorial	Nº de Quartéis de Bombeiros	População Residente, 2001	Nº de Habitantes por Quartel
Grande Lisboa	48	1.947.261	40.568
Amadora	1	175.872	175.872
Cascais	5	170.683	34.137
Lisboa	8	564.657	70.582
Loures	6	199.059	33.177
Mafra	3	54.358	18.119
Odivelas	3	133.847	44.616
Oeiras	7	162.128	23.161
Sintra	9	363.749	40.417
Vila Franca de Xira	6	122.908	20.485
Península de Setúbal	18	714.589	39.699
Alcochete	1	13.010	13.010
Almada	3	160.825	53.608
Barreiro	2	79.012	39.506
Moita	1	67.449	67.449
Montijo	2	39.168	19.584
Palmela	3	53.353	17.784
Seixal	2	150.271	75.136
Sesimbra	1	37.567	37.567
Setúbal	3	113.934	37.978
AML	66	2.661.850	40.331

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2001) e Protecção Civil.

4. ANÁLISE SWOT

4. ANÁLISE SWOT

Principais Forças

- Concentração das funções de capitalidade do país.
- Forte concentração e valia do parque habitacional.
- Grande densidade de elementos motrizes dos processos de desenvolvimento e de internacionalização da economia portuguesa.
- Grande concentração de recursos humanos qualificados, financeiros e tecnológicos, de conhecimento e capacidade de inovação.
- Localização das principais infra-estruturas da logística de transportes e dos equipamentos sociais e culturais de nível superior.
- Elevada concentração e diversidade de valores patrimoniais, do natural ao construído e ao cultural.
- Assinalável investimento na realização, promoção, recepção e participação em eventos culturais internacionais (e eventos nacionais de elevada dimensão), promotora de uma forte dinâmica de internacionalização e reforço da oferta de equipamentos culturais.
- Investimentos efectuados no âmbito do RECRIA e outros, que contribuem para a revitalização socio-urbanística.
- Predominância da habitação própria.
- Forte presença de alojamentos sazonais nas freguesias onde existe uma forte tradição nas actividades associadas ao turismo de sol e mar.

Principais Fraquezas

- Acentuado desordenamento e desqualificação urbanística e paisagística, sobressaindo a existência de zonas desqualificadas associadas a bairros de génese ilegal e a áreas industriais obsoletas, degradação do parque habitacional dos bairros sociais e dos centros históricos, também eles crescentemente desertificados.
- Excessiva concentração e densificação habitacional sobre os eixos radiais de transportes em relação a Lisboa.
- Acentuada diversidade morfológica e tipológica das áreas urbanizadas, nem todas de qualidade mínima.
- Insuficiente clarificação das centralidades do sistema urbano metropolitano, da sua hierarquização e articulação física e funcional.
- Ineficiência do sistema de transporte público face às necessidades de mobilidade geradas pelo tipo de crescimento urbano, conduzindo ao aumento do transporte individual e ao congestionamento das limitadas acessibilidades internas.
- Elevada pressão urbano-turística e deficiente gestão dos sistemas naturais, com riscos crescentes de degradação ambiental e paisagística.
- Deficiente infra-estruturação e equipamentação do território prejudicando a equidade de acesso aos serviços sociais básicos.
- Excessiva e tradicional dependência funcional e de emprego do território metropolitano face à cidade de Lisboa.
- Elevado índice de pobreza, promotor de um agravamento das condições de acesso a determinados equipamentos colectivos, designadamente, ao nível dos equipamentos de saúde.
- Rede local de equipamentos desportivos de base e de proximidade insuficiente e deficiente utilização, limitando as práticas desportivas da população na sua generalidade, ao que acresce uma débil gestão dos equipamentos existentes.
- Fracos investimentos das famílias na frequência do ensino, para além da escolaridade obrigatória.
- Oferta insuficiente e pouco diversificada ao nível dos equipamentos de ensino e formação profissional, decorrente em particular do forte afluxo de imigrantes detentores de baixos níveis de instrução e formação profissional.
- Lacuna no mercado em termos de oferta de equipamentos sociais para segmentos da população com rendimentos médios e médios-baixos (existindo para a classe média-alta e classe alta uma oferta considerável do sector privado e para a classe baixa do Terceiro Sector).
- Insuficiência na prestação de serviços de tradução *in loco*, barreira relevante na acessibilidade aos equipamentos colectivos por parte de imigrantes.
- Fortes assimetrias ao nível da cobertura territorial da rede de equipamentos culturais de proximidade, com impactes assinaláveis na procura cultural, assim como nas políticas de descentralização e difusão artística e cultural.
- Forte presença de alojamentos vagos nas freguesias onde o parque habitacional está fortemente envelhecido e existe uma forte expressão de alojamentos

Principais Fraquezas

devolutos, bem como, se verifica a existência de vários alojamentos arrendados por parte de residentes que mantêm os seus contratos de arrendamento e residem em outros fogos.

- Forte presença de alojamentos vagos nas freguesias de concelhos na envolvente de Lisboa, o que está associado, fundamentalmente, ao desajustamento entre a oferta e a procura habitacional.
- Existência de freguesias com níveis de sobreocupação e com uma presença significativa de alojamentos devolutos.
- Níveis de degradação do edificado significativos, nomeadamente nas áreas onde o edificado é mais antigo (sedes de concelho e na área central da cidade de Lisboa), mas também nas periferias onde a dinâmica de construção foi muito acentuada não voltando a ter sido alvo de intervenções.
- Arrendamento com pouca expressão sendo ainda de notar duas situações contrastantes, ambas desfavoráveis ao regime de arrendamento: forte peso das rendas inferiores a 60 euros, que correspondem a freguesias envelhecidas do ponto de vista demográfico e do edificado, freguesias onde existe uma forte expressão da habitação social ou freguesias com forte expressão de habitação de génese clandestina; arrendamento a um custo superior, com expressão nas áreas balneares que desvirtuam o mercado de arrendamento para fins de residência principal.
- A concentração de alojamentos vagos em muitas freguesias contribui para o declínio das actividades económicas dos bairros.

Principais Oportunidades

- Elevado potencial de afirmação da cidade-região como rótula geo-estratégica Norte-Sul e Europa-Atlântico.
- Posicionamento como Região do Objectivo Competitividade Regional e Emprego, conduzindo a uma maior concentração de esforços nos domínios ligados à inovação e à competitividade.
- Áreas industriais em declínio mas desfrutando de excelentes localizações e com potencial de requalificação e reestruturação para novas utilizações.
- Forte atractividade para fluxos imigratórios com relevância demográfica, económica, social, cultural e territorial.
- Crescente atractividade da Região como destino de turismo e de eventos culturais e desportivos.
- Dimensão marítima com potencial para o desenvolvimento de actividades económicas portadoras de valor.
- Construção das grandes infra-estruturas de transporte previstas.
- Crescente consciencialização para a importância da valorização da qualidade na prestação dos serviços na rede de equipamentos colectivos;
- Crescente valorização e procura da oferta cultural.
- Paulatina desresponsabilização e desestruturação das redes de solidariedade primárias na prestação de cuidados a grupos particularmente vulneráveis, nomeadamente, crianças, jovens e idosos.
- Crescimento dos serviços e equipamentos colectivos especializados na prestação de cuidados a diferentes públicos-alvo.
- Intervenção crescente e mais eficaz de outros promotores de equipamentos colectivos que não o Estado, em particular, o Terceiro Sector e o sector privado.
- Novo contexto no âmbito do planeamento dos equipamentos, com a instauração da elaboração de cartas de equipamentos por tipologia, à escala municipal, instrumentos fundamentais no reordenamento e optimização da rede.
- Afirmação da dupla importância dos equipamentos colectivos, na promoção de um planeamento territorial e da qualidade de vida das populações, materializada na produção crescente de diagnósticos da oferta e da procura das diversas tipologias de equipamentos.
- Nichos do mercado habitacional associados à segunda residência, que podem vir a converter-se progressivamente em residências principais dos mais idosos ou dos membros mais novos da família. Este processo pode contribuir para um declínio dos alojamentos vagos ou sub-ocupados.
- Aumento do nº de famílias com 1 ou 2 pessoas associadas a jovens, tendência que se for enquadrada em políticas para o sector, pode contribuir fortemente para a revitalização socio-urbanística das áreas centrais, onde predominam tipologias habitacionais de menor dimensão.
- Aplicação dos princípios da construção sustentável e eficiência energética nas novas construções ou nos processos de reabilitação do edificado já existente.
- Construção da nova travessia, bem como a construção do novo aeroporto, definirão novas áreas de expansão habitacional que deverão ser antecipadamente planeadas/ordenadas, de forma a articular o sector habitacional, dos equipamentos e dos transportes/mobilidade.

Principais Ameaças

- Aumento da concorrência inter-regional no que respeita à atracção de investimento e de empresas estrangeiras tecnologicamente avançadas;
- Fragilização do tecido empresarial nacional no financiamento e no investimento em projectos estruturantes.
- Forte pressão para alteração do uso de zonas ambientalmente preservadas e disseminação desregrada dos loteamentos turístico-residenciais.
- Políticas sócio-urbanísticas desarticuladas e potenciadoras de riscos de conflito social.
- Deficiente articulação de políticas sectoriais nacionais com implicações espaciais na Região.
- Incapacidade de estabelecer cooperações, parcerias e liderança regional fortes.
- Agravamento das situações de pobreza e de exclusão social, decorrente do actual ciclo macroeconómico recessivo internacional, com impactes directos no aumento das barreiras à acessibilidade dos equipamentos colectivos.
- Reforço do carácter multidimensional da pobreza, exigindo uma crescente diversificação e complexidade da oferta de respostas e equipamentos sociais.
- Consolidação dos comportamentos sedentários entre a população, constituindo uma importante barreira à procura de equipamentos desportivos.
- Mercado de trabalho ainda pouco adaptado à valorização dos recursos humanos com níveis de ensino superior.
- Reforço ou continuidade na modalidade de compra de habitação própria que introduz uma enorme rigidez no mercado habitação e no mercado de emprego.
- Estagnação do sector imobiliário (nomeadamente para os mercados de compra de 1ª habitação e de mudança de habitação) acentua o desajustamento entre as bacias de residência e as áreas de emprego, obrigando a deslocações diárias honorosas e temporalmente longas.
- Acentuar da crise e a estagnação do poder de compra das famílias condicionarão a compra de segundas habitações, podendo contribuir para o aumento de alojamentos vagos.
- Baixos rendimentos dos idosos aumentam a exclusão social e dificultam as revitalizações dos bairros, do edificado e das condições de vida.
- Degradação das periferias.
- Expansão de novas áreas com menor densidade populacional e habitacional (expansão das habitações de maior dimensão), onde a mobilidade das famílias assenta numa crescente utilização do transporte individual.
- Ausência de uma política intermunicipal de transportes e mobilidade que suporte o crescimento de novas áreas urbanas.
- Crescimento do desajustamento entre as áreas de residência, os locais de trabalho e as bacias do quotidiano das famílias (dependência da mobilidade individual para ir à escola, fazer compras,...).

Principais Tendências Positivas

- Incremento das funções ligadas a escritórios, grandes superfícies comerciais e actividades de ciência, tecnologia e inovação no triângulo Lisboa-Sintra-Cascais.
- Densificação e diversificação funcional do eixo Lisboa-Odivelas-Loures.
- Reestruturação funcional do eixo Lisboa-Vila Franca de Xira no sentido das actividades logísticas.
- Reestruturação do Arco Ribeirinho impulsionado em novas acessibilidades, na emergência de novas centralidades e em processos de renovação e valorização urbanística.
- Consolidação do eixo Lisboa-Palmela-Setúbal, apoiado na nova acessibilidade ferroviária e no desenvolvimento do cluster do automóvel.
- Evolução positiva da cobertura da Região no que respeita a infra-estruturas e equipamentos vários.
- Expansão dos recursos humanos, financeiros e tecnológicos pertinentes para a economia do conhecimento.
- Crescente sensibilização para as questões da governância dos territórios e do ambiente e para o planeamento participativo.
- Aumento da oferta de ensino pré-escolar.
- Melhorias consideráveis ao nível dos equipamentos escolares.
- Fluxos imigratórios crescentes, com relevância demográfica, económica, social e cultural.
- Profícuo e intenso ciclo de evolução da cobertura da Região em diferentes tipologias de equipamentos colectivos.
- Dinâmica de crescimento populacional da AML positiva, nomeadamente da Margem Sul que, entre 2001 e 2007, registou um crescimento populacional superior ao verificado na Margem Norte.
- Dinâmica de construção de novos fogos (2001-2007) menos intensa que na década de noventa, retratando um atenuar na construção e urbanização, facto que pode traduzir uma contenção no processo de dispersão.
- Aumento da importância das tipologias T0 e T1, entre 2001 e 2007, apontando para uma “valorização” dos fogos de menor dimensão por parte de alguns segmentos populacionais.
- Aumento do nº médio de fogos para habitação por edifício construído em Lisboa, contrabalançando a dinâmica de abandono que caracteriza algumas áreas da cidade.

Principais Tendências Negativas

- Desenvolvimento urbanístico expansivo e fragmentário, potenciador da deslocalização centrífuga de empresas, apoiado nas infra-estruturas de transporte, sobretudo rodoviárias, incrementando significativamente a mobilidade assente no transporte individual.
- Agravamento das pressões urbanísticas sobre áreas de sensibilidade ambiental e paisagística.
- Agravamento das desigualdades nos rendimentos com consequências na precariedade social e qualidade de vida das populações.
- Agravamento dos desequilíbrios na relação produção/consumo de energia.
- Desenvolvimento urbano acelerado e essencialmente expansivo conduzindo a uma grande dispersão das implantações residenciais e das actividades, à rápida transformação da envolvente rural, e à intensificação e alargamento da amplitude dos movimentos pendulares diários.
- Expressivo crescimento urbano em desconformidade com o estabelecido na legislação urbanística.
- Crescimento da habitação comandado pelas vias de comunicação rodoviária em descontínuos, onde não existe mix funcional.
- Decréscimo do nº de médio de fogos por edifício, indicando que entre as novas construções se encontra um elevado nº de residências unifamiliares ou edifícios com um reduzido nº de pisos, indiciando uma tendência para a dispersão do tecido construído.
- Expansão do edificado iminentemente associada às vias de comunicação rodoviária e à mobilidade em transporte individual.
- Tendência para um acréscimo da distância entre as áreas de residência e as áreas de trabalho e de lazer.

5. AMBIÇÃO

5. AMBIÇÃO

O PROT -AML, aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2002, de 8 de Abril, apresenta quatro objectivos fundamentais:

- A contenção da expansão da AML, em especial sobre o litoral e sobre as áreas de maior valor ambiental, bem como nas zonas consideradas críticas ou saturadas do ponto de vista urbanístico;
- A diversificação das centralidades na estruturação urbana, nas duas margens do Tejo, com salvaguarda da paisagem e dos valores ambientais ribeirinhos, suportada numa reorganização do sistema metropolitano de transportes, no quadro de uma estratégia de mobilidade para a área metropolitana;
- A salvaguarda da estrutura ecológica metropolitana, que integra os valores naturais mais significativos desta área e que desempenha uma função ecológica essencial ao funcionamento equilibrado do sistema urbano metropolitano;
- A promoção da qualificação urbana, nomeadamente das áreas urbanas degradadas ou socialmente deprimidas, bem como das áreas periféricas ou suburbanas e dos centros históricos.

Ora, nem as alterações ocorridas nos últimos sete anos no território metropolitano, nem o quadro de investimentos públicos estruturantes programados e em curso para a AML, e que justificam o presente processo de alteração do PROT, alteraram a pertinência desta matriz de abordagem.

Pelo contrário, as orientações estratégicas estabelecidas no PNPOT e na ENDS, assim como os actuais referenciais das políticas de ordenamento e desenvolvimento territorial no espaço europeu, acentuam a relevância destes

objectivos, em virtude da urgência de aumentar os níveis de sustentabilidade das principais áreas urbanas e de alcançar avanços significativos na mitigação dos vectores determinantes das alterações climáticas.

Considerando este panorama estratégico e a persistência de evidentes fragilidades na ocupação urbana do território, manifestada pela crescente fragmentação territorial e social que as novas infra-estruturas poderão acentuar, a AML deverá ambicionar uma forma urbana mais compacta e mais densa, capaz de responder, simultaneamente, aos desafios definidos pelas actuais políticas de cidades, de habitação e de mobilidade, que concedem prioridade aos espaços urbanos consolidados, à reabilitação urbana e ao aumento da ecoeficiência energética ao nível da mobilidade.

Neste contexto, o PROT-AML deverá contribuir, desde logo, para o reforço da armadura urbana metropolitana, promovendo o policentrismo às mais diversas escalas (metropolitana, municipal e urbana) e pugnando por um reequilíbrio urbano-funcional entre as duas principais unidades, Grande Lisboa e Península de Setúbal, suportada na visão “uma cidade de cidades”. A concretização do novo Aeroporto Internacional de Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete deverá contribuir para a concretização deste modelo territorial, com impactos efectivos na requalificação das áreas industriais degradadas do Arco Ribeirinho, mas também acentuar a consolidação das novas centralidades urbanas do interior da Península de Setúbal, servidas por via ferroviária, como são os casos da Quinta do Conde e do Pinhal Novo.

Ao nível da habitação, urge, em primeiro lugar, alcançar uma melhor utilização dos espaços construídos através do reforço da recuperação do edificado, de forma a diminuir a pressão sobre o espaço urbanizável e impulsionar a revitalização demográfica e económica das áreas urbanas com maiores problemas de envelhecimento e de declínio funcional e económico. Por outro lado, será fundamental implementar sistemas de controlo do stock de alojamentos vagos, incentivando a sua ocupação. Finalmente, importa

melhorar a qualidade do edificado e das condições de habitabilidade dos grupos menos favorecidos (nomeadamente dos idosos e dos residentes em áreas críticas) e desenvolver medidas que visem o aumento da eficiência energética.

No âmbito dos equipamentos colectivos é necessário, por um lado, reduzir as desigualdades sócio-territoriais existentes, privilegiando a localização de novos equipamentos em áreas carenciadas, reforçando a armadura de pólos de serviços regionais, nomeadamente na Península da Setúbal, assegurando níveis elevados de acessibilidade pela globalidade da população, e, finalmente, assegurando uma boa programação nas novas áreas urbanas. Por outro lado, é fundamental assegurar que os equipamentos colectivos concorrem através da sua localização para os objectivos de sustentabilidade da AML, economizando no consumo de espaço e considerando a acessibilidade através dos serviços de transportes público como variável determinante na definição das opções locativas.

Finalmente, a ambição de protagonismo internacional que o país exige da AML, seja ao nível do turismo, seja ao nível de uma base económica competitiva, criativa e inovadora suportada em serviços avançados, é fortemente exigente de uma boa oferta urbana.

6. SÍNTESE

6. SÍNTESE

A forma urbana da AML é resultado do rápido e intenso processo de desenvolvimento urbanístico verificado na segunda metade do Século XX, definindo-se, em traços gerais, por: (i) um núcleo central tradicionalmente polarizador e compacto, que tem vindo a alastrar-se para além dos limites da cidade de Lisboa; (ii) por eixos radiais com forte densidade urbana, definidos pelas linhas ferroviárias de Vila Franca de Xira, Sintra e Cascais; (iii) por um eixo radial em direcção a Loures, suportado no transporte rodoviário e, por isso mesmo, com um menor grau de estruturação; (iv) pelo Arco Ribeirinho Sul, pontuado por um rosário de núcleos estruturantes e fortemente dependentes da Margem Norte; e, finalmente, por uma centralidade excêntrica e, conseqüentemente, relativamente autónoma, correspondente à cidade de Setúbal.

Todavia, os melhoramentos introduzidos na estruturação do território ao longo das últimas duas décadas, nomeadamente nas acessibilidades rodoviárias, a par do aumento da capacidade de mobilidade das famílias, em resultado do crescimento da taxa de motorização, conduziram à emergência de novos padrões de expansão das áreas residenciais e à realocação das actividades económicas. Em face destes novos fenómenos, verifica-se uma crescente fragmentação do tecido urbano metropolitano e a ocupação urbana de áreas mais distantes do centro, ou localizadas nas zonas intersticiais dos corredores tradicionais.

Embora este processo seja promissor de um modelo policêntrico da organização metropolitana, evidencia também uma insuficiente clarificação das centralidades do sistema urbano, da sua hierarquização, bem como das articulações físicas e funcionais entre os vários pólos. Ainda que se continue a verificar uma excessiva dependência funcional e de emprego da cidade de Lisboa, a expressiva terciarização da base económica metropolitana, a par do privilégio concedido ao transporte individual, suportaram a emergência de uma

rede de «Centralidades Periféricas Especializadas», com forte representatividade ao nível do emprego e do consumo, que estão a alterar o padrão de pendularidades metropolitanas, tornando-o mais diversificado. Estas tendências revelam-se penalizadoras das «Centralidades Motrizes Polivalentes», localizadas nas áreas de expansão urbana mais recente, que denotam evidente dificuldade de qualificação física, de renovação funcional e de afirmação cívica.

Em resultado do desaceleramento económico e demográfico verificado na Região nos últimos anos, a construção de novos fogos foi menos intensa que na década de noventa. Embora não seja possível comprovar, este facto poderá ter-se traduzido, em termos territoriais, numa relativa contenção do processo de dispersão. No entanto, e de acordo com a informação produzida pelo INE, entre 2002 e 2007, o parque habitacional aumentou 5,3% (4,4% na Margem Norte e 7,3% na Margem Sul).

Pese embora os esforços de qualificação que têm vindo a ser empreendidos, a AML continua a ser marcada pelo desordenamento territorial e pela desqualificação urbanística e paisagística. Sobressaem, de entre os inúmeros problemas:

- A falta de urbanidade das amplas áreas edificadas de génese ilegal localizadas no interior da Península de Setúbal, ou na periferia imediata de Lisboa, ou ao longo do corredor de Vila Franca de Xira, ou do espaço intersticial entre os corredores de Sintra e de Cascais;
- A inexistência de respostas suficientes, ao nível de equipamentos e serviços de proximidade e de espaços públicos polarizadores do quotidiano e das vivências urbanas, nas aglomerações da primeira e da segunda coroa de urbanização;

- A crescente realocação/localização de importantes equipamentos sociais na periferia das áreas urbanas, em espaços mal servidos por transportes públicos e onde não contribuem para a qualificação funcional e imagética do espaço urbano;
- O desenvolvimento de novas áreas urbanas em zonas periféricas, mal servidas pela rede de transportes públicos, promovendo uma crescente desarticulação do sistema urbano e uma mobilidade suportada no transporte individual;
- A desqualificação urbanística dos núcleos rurais, com valor patrimonial e com aptidão para o acolhimento de novas actividades económicas, promotoras de uma revitalização das áreas rurais;
- A existência de diversas áreas industriais obsoletas, a par de espaços de indústria e logística localizados no interstício de áreas residenciais, compondo tecidos promíscuos e desorganizados;
- A presença de bairros sociais, desintegrados do restante espaço urbano em rápida degradação física e social, originando situações de alienação (guetos) e de fractura social;
- A perda de vitalidade social e, conseqüentemente, habitacional dos centros históricos e tradicionais.

Considerando a persistência deste panorama de estrangulamentos, desarticulações e disfuncionalidades, verifica-se que os quatro objectivos fundamentais alocados ao PROT-AML, aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2002, de 8 de Abril, permanecem válidos e adequados, designadamente: (i) a contenção da expansão da Área Metropolitana de Lisboa; (ii) a diversificação das centralidades na estruturação urbana nas duas margens do Tejo, suportada numa reorganização do sistema

metropolitano de transportes; (iii) a salvaguarda da estrutura ecológica metropolitana; (iv) a promoção da qualificação urbana, nomeadamente das áreas degradadas ou socialmente deprimidas, bem como das áreas periféricas e dos centros históricos.

A presente alteração deverá servir para refrescar e intensificar a estratégia traçada anteriormente, aumentando a sua ambição e eficácia, em coerência com a urgência de incrementar significativamente os níveis de sustentabilidade ambiental e energética do sistema metropolitano, tornando-o mais eficiente e competitivo. Deste modo, a AML deverá ambicionar uma forma urbana mais compacta e mais densa, capaz de responder, simultaneamente, aos desafios definidos pelas actuais políticas de cidades, habitação e mobilidade, que concedem prioridade aos espaços urbanos consolidados, à reabilitação urbana e ao aumento da ecoeficiência.

O PROT-AML deverá procurar reforçar a armadura urbana metropolitana, promovendo o policentrismo às mais diversas escalas (metropolitana, municipal e urbana), pugnando por um reequilíbrio urbano-funcional entre as duas principais unidades, Grande Lisboa e Península de Setúbal, suportada na visão “uma cidade de cidades”. Neste contexto, a concretização do novo Aeroporto Internacional de Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete deverá contribuir para a renovação funcional da rede de centralidades tradicionais da Península de Setúbal, e para a consolidação das novas centralidades emergentes, melhor servidas por transporte público ferroviário, como são os casos da Quinta do Conde e do Pinhal Novo.

As estratégias de promoção e qualificação do parque habitacional e de reforço da oferta de equipamentos colectivos, deverão constituir instrumentos poderosos para a concretização desta visão territorial. Num caso, promovendo uma melhor utilização dos espaços construídos através do reforço da recuperação do edificado, de forma a diminuir a pressão sobre o espaço urbanizável e a impulsionar a revitalização demográfica e económica das áreas

urbanas com maiores problemas de envelhecimento e de declínio funcional e económico. Noutro, promovendo a redução das desigualdades sócio-territoriais, privilegiando as localizações mais carenciadas e o reforço da armadura de «Centralidades Motrizes Polivalentes».

BIBLIOGRAFIA E FONTES ESTATÍSTICAS

BIBLIOGRAFIA E FONTES ESTATÍSTICAS

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (2007) – Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território – Lei n.º58/2007, de 4 de Setembro; Declaração de Rectificação n.º 80-A/2007, de 7 de Setembro; Declaração de Rectificação n.º 103-A/2007, de 2 de Novembro. DGOTDU [s.l.]. Disponível em: <http://www.territorioportugal.pt/pnpot/>

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (2005) – Lei n.º 52/2005. DR 167 Série I-A de 31 de Agosto, Grandes Opções do Plano para 2005-2009.

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO DISTRITO DE SETÚBAL (2009) PEDEPS - Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal: <http://www.pedepes.com>

BARATA SALGUEIRO, Teresa (2001) – *Lisboa, Periferia e Centralidades*, Oeiras, Celta.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (2004) – *Habitação e Mercado Imobiliário na Área Metropolitana de Lisboa*, Direcção Municipal de Gestão Urbanística, Lisboa.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO (2002) – *Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa*, CCDRLVT, Lisboa.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO (2007). Lisboa 2020: Uma Estratégia de Lisboa para a Região de Lisboa.

DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (2002) – *Sistema Urbano Nacional. Síntese*, coord. João Ferrão e Teresa Sá Marques, Colecção Estudos 7., Lisboa, DGOTDU.

DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO – MINISTÉRIO DO AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (2006) – *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território*, RELATÓRIO. Dezembro 2006, Lisboa.

DOMINGUES, A. (2005) – “As áreas metropolitanas”, *Geografia de Portugal. Sociedade, Paisagens e Cidades*, coord. Carlos Alberto Medeiros, Lisboa, Circulo de Leitores, p. 211-225.

DALLHAMMER, E.; MARQUES DA COSTA, E.; MARQUES DA COSTA, N.; GONÇALVES, C.; ET ALHEGEDÜS, J.; TELLER, N.; (2006) - “*ESPON Project 1.4.2 – Social aspects of EU Territorial Development (2005-2006)*”. Final Report, May 2006 (in collaboration).

EMPRESA PÚBLICA DE URBANIZAÇÃO DE LISBOA (2007) – *Atlas da Habitação de Lisboa*, EPUL, Lisboa.

FERRÃO, J. (coord.) (2002) – *As Regiões Metropolitanas Portuguesas no Contexto Ibérico*, Lisboa, Direcção-Geral do Ordenamento do território e do Desenvolvimento Urbano.

GASPAR, J. (2000) – “Cidades Médias e Cidades Intermédias. Novas Funções Territoriais e Novas Formas Urbanas em Portugal”, *Ciudades Intermedias. Urbanización y Sostenibilidad*, BELLET, C e LLOP. J. (ed.), Lleida, Ed. Milenio, pp. 125-140.

GASPAR, J. (2006) – “Evolução e Perspectivas do Desenvolvimento Territorial”, *Geografia de Portugal. Planeamento e Ordenamento do Território*, Vol. 4, Coordenação: J. Gaspar e J. M. Simões, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 16-28.

INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA (2007) – *Atlas da Habitação de Portugal*, Lisboa.

INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA (2008) - *Documentos Técnicos de Base para o Plano Estratégico de Habitação*, CET/ISCTE, LET/Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto e A. Mateus & Associados, Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2004) – *Tipologia Sócio-Económica da Área Metropolitana de Lisboa 2001* (Tema C – População e Condições Sociais), INE, Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2002) – *Censos 2001. XIV Recenseamento Geral da População e IV Recenseamento Geral da Habitação*, INE, Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2000) – *Pressão Construtiva nas Áreas Metropolitanas e Concelhos com Cidades Médias*, Núcleo de Estudos Regionais da Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA/DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1999) – *Tipologia das Áreas Urbanas*, INE/DGOTDU, Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1999) – *Projecto Habitação - Estimativa do Parque Habitacional. Relatório Final*, INE, Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1993) – *Censos 2001. XIII Recenseamento Geral da População e III Recenseamento Geral da Habitação*, INE, Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (vários anos) – *Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo*, INE, Lisboa.

MARQUES DA COSTA, N. (2007) – *Mobilidade e Transporte em Áreas Urbanas. O caso da Área Metropolitana de Lisboa*, Dissertação de Doutoramento apresenta à Universidade de Lisboa.

MARQUES DA COSTA, E.; MARQUES DA COSTA, N.; SILVA, G. (2003) – “Estratégias de Povoamento e Políticas de Expansão dos Aglomerados

Urbanos”, comunicação apresentada na Conferência Ordenamento do Território e Revisão dos PDM - Painel: PDM e o Ordenamento do Território, da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

MARQUES, T. S. (2004) – *Portugal na Transição do Século. Retratos e Dinâmicas Territoriais*, Feira, Ed., Afrontamento.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL (2007) – *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (Relatório e Programa de Acção)*, MAOTDR, Lisboa.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL (2005) – *PROT 2006. Orientações Gerais para a elaboração dos PLANOS REGIONAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO*, Gabinete do Secretario de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, Lisboa.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (2007) – *Reforma dos Cuidados de Saúde Primários, Plano Estratégico 2007-2009*, Coordenação da Missão para os Cuidados de Saúde Primários.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. DIRECÇÃO-GERAL DA SAÚDE (2004). *Plano Nacional de Saúde 2004-2010: mais saúde para todos*. - Lisboa: Direcção-Geral da Saúde, 2004. - 2 v. - Vol. I - Prioridades. - Vol. II - Orientações estratégicas.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL (2008) *ENPSIS - Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social (2008-2010)*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (2000). Decreto-Lei nº 4/88 de 14 de Janeiro, com as alterações do Decreto-Lei nº 420/89, de 30 de Novembro nº 197/92, de 22 de Setembro, 104/96, de 31 de Julho e 329-C/2000, de 22 de Dezembro – suplemento. Regime Especial de Participação de Imóveis Arrendados (RECRIA)

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL (2008). POLIS XXI – Política de Cidades

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (2007). Decreto-Lei nº 135/2004, de 3 de Junho, com as alterações definidas no Decreto-Lei nº 54/2007, de 12 de Março. Programa de Financiamento para Acesso à Habitação (PROHABITA)

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (2007). Decreto-Lei nº 308/2007, de 3 de Setembro, com as alterações do Decreto-Lei nº 61-A/2008, de 28 de Março. Programa Porta 65 Jovem.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (2007) Programa Operacional Regional de Lisboa.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (2007). Programa Operacional Temático Valorização do Território 2007 - 2013. Observatório do QREN.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (2007). Programa Operacional Temático Potencial Humano (POPH)

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO (2006) Decreto-Lei n.º 78/2006 de 4 de Abril. Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios

MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO, PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO (1996). Decreto-Lei n.º 105/96, de 31 de Julho, com as alterações do Decreto-lei n.º 329-B/2000, de 22 de Dezembro. Regime de Apoio à Participação Habitacional em Áreas Antigas (REHABITA)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Nacional de Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Pré-Escolar

MINISTÉRIO DA SAÚDE E MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL (2007) – *Relatório de monitorização da Implementação das experiências piloto da rede nacional de cuidados continuados integrados, Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.*

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL e MINISTÉRIO DA SAÚDE (2007) - *Programa de Apoio Integrado a Idosos – PAII – Relatório de Actividades 2006.* Instituto de Segurança Social, IP e Direcção-Geral da Saúde.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL (2006) - *Programa de Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais (PAIES).*

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL (2006) Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006-2008 (PNAI)

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL (2006). Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08 de Agosto de 2006. Regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais. Diário da República, 08 Agosto 2006 (núm. 152). Serie I

MINISTÉRIO DO TRABALHO E SOLIDARIEDADE SOCIAL (2006) – *Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais*, Instituto de Segurança Social, IP.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E SOLIDARIEDADE SOCIAL (2006) - *1º Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade 2006-2009*, Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL (2007). Despacho nº 6716-A/2007, de 5 de Abril. Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (PCHI)

MOTA, Isabel *et al* (2005). *Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2015*. Governo da República.

PEH – Plano Estratégico da Habitação (2008/2013)

PORTAS, N. et al (2003) – Políticas Urbanas, Tendências, Estratégias e Oportunidades, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2007). Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2007 – Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013, *in* Diário da República n.º 126, Série I (3 de Julho): pp 4182-283.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2005). Resolução do Conselho de Ministros 169/2005 – Estratégia Nacional para a Energia, *in* Diário da República n.º 204, Série I-B (24 de Outubro): pp 6168-76.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2008). Resolução do Conselho de Ministros 80/2008. Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética (PNAEE) Portugal Eficiência 2015

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2005). Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2005. Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2007). Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2007. Programa de Modernização do Parque Escolar Destinado ao Ensino Secundário.

MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL (2002). Decreto-Lei n.º 7/99, de 8 de Janeiro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 39/2001, de 9 de Fevereiro e n.º **25/2002**, de 11 de Fevereiro. Programa de Apoio Financeiro Especial Para a Reabilitação de Habitações (SOLARH)

Decreto-Lei nº 220/83, de 26 de Maio – Construção ou Aquisição de Habitação a Custos Controlados para Venda

Decreto-Lei nº 110/85, de 17 de Abril – Construção ou Aquisição de Habitação a Custos Controlados para Arrendamento

Decreto-Lei nº 165/93, de 7 de Maio – Financiamento a Empresas de Construção Civil para Construção de Habitação a Custos Controlados

Decreto-Lei nº 106/96, de 31 de Julho – Regime Especial de Participação e Financiamento de Prédios Urbanos em Propriedade Horizontal (RECRIPH)

Decreto-Lei nº 145/97 de 11 de Junho – Promoção Cooperativa para Venda a Custos Controlados

Lei nº 85/98, de 16 de Dezembro - Estatuto Fiscal Cooperativo

Decreto-Lei nº 104/2004, de 7 de Maio – Regime Jurídico Excepcional de Reabilitação Urbana de Zonas Históricas e de Áreas Críticas de Recuperação e Reconversão Urbanística

Lei nº 6/2006, de 27 de Fevereiro – Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU)

ANEXOS

Número de Licenças Concedidas pelas Câmaras Municipais - Construção de Novos Edifícios para Habitação e Obras em Edifícios

Unidade Territorial	1991			1992			1993				1994				1995			
	Total constr. novas	Total obras	Constr. novas habitação	Total constr. novas	Total obras	Constr. novas habitação	Total constr. novas	Total obras	Constr. novas habitação	Obras habitação	Total constr. novas	Total obras	Constr. novas habitação	Obras habitação	Total constr. novas	Total obras	Constr. novas habitação	Obras habitação
Grande Lisboa	2.456	962	2.057	2.125	575	1.801	2.097	328	1.745	200	2.269	291	1.954	144	2.448	296	2.209	139
Amadora	88	0	82	107	0	103	79	0	77	0	109	0	104	0	87	0	81	0
Cascais	233	97	223	196	4	187	174	13	162	7	164	10	159	8	169	7	165	4
Lisboa	119	386	103	207	317	169	135	161	99	85	107	122	91	49	137	159	117	59
Loures	171	12	152	228	16	205	126	11	122	6	115	3	113	2	186	0	185	0
Mafra	490	157	336	301	74	242	399	79	262	48	522	136	354	73	531	97	407	55
Odivelas	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Oeiras	235	138	194	168	53	139	153	4	136	3	215	2	205	2	191	0	184	0
Sintra	952	171	818	732	111	588	822	47	706	41	784	3	698	3	896	9	845	7
V. F. de Xira	168	1	149	186	0	168	209	13	181	10	253	15	230	7	251	24	225	14
Pen. de Setúbal	1.915	272	1.596	1.636	262	1.379	1.726	229	1.458	141	2.058	228	1.775	133	2.023	235	1.736	119
Alcochete	38	24	24	62	42	41	52	10	35	6	58	12	47	8	54	5	32	2
Almada	343	9	332	325	25	322	266	13	261	12	337	3	331	2	385	0	380	0
Barreiro	109	47	65	123	49	93	64	35	42	10	71	38	47	16	87	62	63	21
Moita	129	10	107	129	6	104	125	12	109	8	159	29	130	14	157	17	119	4
Montijo	133	23	93	94	10	56	165	28	99	13	110	32	58	13	102	5	68	4
Palmela	325	62	220	238	63	171	268	26	201	13	338	21	266	17	317	33	243	20
Seixal	448	43	414	276	29	264	313	10	295	6	397	15	362	12	400	28	365	23
Sesimbra	195	51	151	174	37	129	193	44	147	37	196	34	165	26	209	15	183	13
Setúbal	195	3	190	215	1	199	280	51	269	36	392	44	369	25	312	70	283	32
AML	4.371	1.234	3.653	3.761	837	3.180	3.823	557	3.203	341	4.327	519	3.729	277	4.471	531	3.945	258

Número de Licenças Concedidas pelas Câmaras Municipais - Construção de Novos Edifícios para Habitação e Obras em Edifícios (cont.)

Unidade Territorial	1996				1997				1998				1999			
	Total constr. novas	Total obras	Constr. novas habitação	Obras habitação	Total constr. novas	Total obras	Constr. novas habitação	Obras habitação	Total constr. novas	Total obras	Constr. novas habitação	Obras habitação	Total constr. novas	Total obras	Constr. novas habitação	Obras habitação
Grande Lisboa	2.531	323	2.232	177	2.623	287	2.213	180	2.865	217	2.476	134	3.431	258	3.038	186
Amadora	74	0	70	0	97	0	89	0	87	-	78	-	70	-	67	-
Cascais	178	10	172	9	177	2	176	2	187	3	187	3	348	3	345	3
Lisboa	130	205	112	90	107	142	88	60	112	94	95	42	115	98	94	59
Loures	236	0	235	0	261	9	244	8	351	3	340	1	275	6	259	3
Mafra	583	82	410	59	730	115	468	98	885	110	610	85	912	123	674	102
Odivelas	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Oeiras	263	4	246	3	226	4	207	3	261	2	256	1	362	2	339	2
Sintra	817	11	763	9	756	4	697	3	724	-	667	-	982	21	912	13
V. F. de Xira	250	11	224	7	269	11	244	6	258	5	243	2	367	5	348	4
Pen. de Setúbal	2.105	229	1.850	133	2.919	160	2.647	92	3.174	140	2.884	90	3.644	138	3.381	92
Alcochete	97	7	66	4	124	12	83	7	128	12	82	3	132	8	116	4
Almada	484	1	475	1	798	11	768	6	552	1	528	1	567	7	539	6
Barreiro	91	56	72	19	119	24	105	9	184	17	163	8	261	10	239	4
Moita	150	10	114	4	150	8	118	5	171	5	147	5	188	7	171	3
Montijo	115	9	90	5	119	10	92	8	203	12	147	9	208	10	193	6
Palmela	262	31	212	21	335	14	271	4	368	8	312	4	510	22	415	18
Seixal	396	19	350	16	428	16	389	12	557	22	516	16	635	14	599	12
Sesimbra	152	41	143	36	423	9	421	9	493	16	492	15	525	23	524	23
Setúbal	358	55	328	27	423	56	400	32	518	47	497	29	618	37	585	16
AML	4.636	552	4.082	310	5.542	447	4.860	272	6.039	357	5.360	224	7.075	396	6.419	278

Número de Licenças Concedidas pelas Câmaras Municipais - Construção de Novos Edifícios para Habitação e Obras em Edifícios (cont.)

Unidade Territorial	2000				2001				2002				2003			
	Total constr. novas	Total obras	Constr. novas habitação	Obras habitação	Total constr. novas	Constr. novas habitação	Total obras	Obras habitação	Total constr. novas	Constr. novas habitação	Total obras	Obras habitação	Total constr. novas	Constr. novas habitação	Total obras	Obras habitação
Grande Lisboa	3.240	246	2.843	164	2.915	2.508	260	175	2.654	2.239	342	175	2.627	2.327	516	433
Amadora	49	-	46	-	46	44	0	0	127	119	4	0	157	155	0	0
Cascais	270	1	270	1	180	180	0	0	673	643	94	0	702	668	197	182
Lisboa	132	121	120	73	139	124	101	56	x	x	x	x	x	x	x	x
Loures	187	11	172	8	216	215	1	1	259	247	14	0	186	176	1	-
Mafra	951	81	728	63	855	621	111	90	1.003	694	202	153	945	735	298	239
Odivelas	x	x	x	x	x	x	x	x	218	206	23	17	238	230	17	11
Oeiras	299	1	282	1	245	238	3	0	148	139	0	0	166	153	0	0
Sintra	1.041	30	924	17	872	762	35	21	x	x	x	x	x	x	x	x
V. F. de Xira	311	1	301	1	362	324	9	7	226	191	5	5	233	210	3	1
Pen. de Setúbal	3.226	119	2.992	80	2.977	2.732	125	74	2.518	2.315	110	44	2.448	2.272	98	67
Alcochete	98	3	78	-	105	87	3	1	121	109	1	1	127	119	2	2
Almada	527	-	506	-	438	427	0	0	457	444	2	1	358	354	-	-
Barreiro	168	13	152	8	117	103	34	16	81	76	8	5	94	81	11	3
Moita	169	9	159	7	194	174	11	5	132	118	17	9	103	92	3	2
Montijo	229	7	222	5	197	176	3	1	204	176	8	0	109	97	0	0
Palmela	451	11	356	6	447	351	29	16	197	152	29	15	529	477	45	33
Seixal	507	12	467	11	476	447	13	8	370	330	10	0	388	349	9	4
Sesimbra	537	17	534	17	552	545	11	11	475	474	1	0	255	253	0	0
Setúbal	540	47	518	26	451	422	21	16	481	436	34	13	485	450	28	23
AML	6.466	365	5.835	244	5.892	5.240	385	249	5.172	4.554	452	219	5.075	4.599	614	500

Número de Licenças Concedidas pelas Câmaras Municipais - Construção de Novos Edifícios para Habitação e Obras em Edifícios (cont.)

Unidade Territorial	2004				2005				2006				2007			
	Total constr. novas	Constr. novas habitação	Total obras	Obras habitação	Total constr. novas	Constr. novas habitação	Total obras	Obras habitação	Total constr. novas	Constr. novas habitação	Total obras	Obras habitação	Total constr. novas	Constr. novas habitação	Total obras	Obras habitação
Grande Lisboa	2.240	2.031	852	755	2.654	2.433	965	838	2.600	2.354	1.237	1.012	2.654	2.333	1.214	981
Amadora	127	126	0	0	116	111	0	0	86	85	0	0	45	41	0	0
Cascais	465	449	648	589	515	496	784	715	390	378	546	471	504	484	584	507
Lisboa	x	x	x	x	x	x	x	x	57	54	466	375	55	48	333	258
Loures	283	265	3	3	422	396	423	389	0	0	381	341	0	0
Mafra	707	578	189	155	541	431	120	78	526	407	69	44	549	390	126	98
Odivelas	219	209	10	6	319	306	9	5	384	366	2	0	318	298	29	8
Oeiras	150	146	0	0	220	210	220	209	0	0	167	161	0	0
Sintra	x	x	x	x	326	301	52	40	372	343	154	122	468	420	121	97
V. F. de Xira	289	258	2	2	195	182	-	0	142	123	0	0	167	150	21	13
Pen. de Setúbal	2.341	2.185	90	58	2.205	2.094	72	46	2.300	2.152	96	71	1.953	1.816	101	68
Alcochete	157	150	4	4	125	121	...	4	221	205	0	0	158	152	2	2
Almada	420	410	0	0	318	312	0	0	308	298	0	0	227	216	0	0
Barreiro	114	90	12	1	149	133	13	6	126	113	12	7	79	67	12	6
Moita	156	140	2	1	116	107	127	114	5	2	125	108	1	1
Montijo	127	117	3	2	162	146	8	5	164	152	5	4	207	188	15	14
Palmela	431	412	34	26	366	349	20	13	353	325	37	29	244	213	31	22
Seixal	343	305	2	2	378	353	5	...	400	373	14	12	380	358	4	3
Sesimbra	244	243	0	0	181	181	0	0	245	241	1	1	179	176	1	1
Setúbal	349	318	33	22	410	392	26	18	356	331	22	16	354	338	35	19
AML	4.581	4.216	942	813	4.859	4.527	1.037	884	4.900	4.506	1.333	1.083	4.607	4.149	1.315	1.049

Número de Edifícios para Habitação Concluídos, Segundo o Tipo de Obra

Unidade Territorial	1991		1992	1993	1994				1995			1996			
	Total	Para habitação familiar	Para habitação familiar	Para habitação familiar	Construções novas	Para habitação familiar	Obras Total	Obras Para habitação familiar	Construções novas	Para habitação familiar	Obras Para habitação familiar	Construções novas	Para habitação familiar	Obras Total	Obras Para habitação familiar
Grande Lisboa	1.976	1.681	1.348	1.538	1.739	1.421	428	281	2.118	1.815	150	2.172	1.945	302	132
Amadora	57	51	44	52	66	64	1	0	66	61	0	93	87	3	0
Cascais	405	391	169	221	222	204	19	8	195	189	5	145	144	4	2
Lisboa	149	119	173	135	116	98	264	185	116	99	48	185	162	169	63
Loures	142	119	106	135	136	124	10	8	134	129	1	133	130	4	0
Mafra	325	232	227	318	339	208	76	37	431	287	63	532	415	88	47
Odivelas	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Oeiras	185	162	170	118	145	122	16	11	189	178	2	193	179	6	4
Sintra	579	483	345	451	607	510	30	26	759	676	20	676	634	11	10
V. F. de Xira	134	124	114	108	108	91	12	6	228	196	11	215	194	17	6
Pen. de Setúbal	1.363	1.110	944	1.123	1.526	1.269	218	104	1.780	1.508	136	1.774	1.541	228	123
Alcochete	49	27	19	23	47	34	11	5	56	34	7	66	45	8	6
Almada	263	251	185	211	259	254	27	12	257	249	3	260	253	5	1
Barreiro	79	60	44	44	85	53	47	15	75	55	25	66	50	47	15
Moita	137	110	86	102	151	128	18	9	135	114	8	138	106	10	4
Montijo	122	87	54	53	141	78	32	17	99	57	8	85	56	13	6
Palmela	232	155	156	145	259	193	32	17	309	237	20	271	213	36	23
Seixal	251	232	207	332	347	324	7	6	373	346	18	355	327	18	15
Sesimbra	115	83	99	91	107	88	18	16	122	90	27	186	168	23	19
Setúbal	115	105	94	122	130	117	26	7	354	326	20	347	323	68	34
AML	3.339	2.791	2.292	2.661	3.265	2.690	646	385	3.898	3.323	286	3.946	3.486	530	255

Número de Edifícios para Habitação Concluídos, Segundo o Tipo de Obra (cont.)

Unidade Territorial	1997				1998				1999				2000			
	Construções novas	Para habitação familiar	Obras Total	Obras para habitação familiar	Construções novas	Para habitação familiar	Obras Total	Obras para habitação familiar	Construções novas	Para habitação familiar	Obras Total	Obras para habitação familiar	Construções novas	Para habitação familiar	Obras Total	Obras para habitação familiar
Grande Lisboa	1.982	1.629	312	152	2.637	2.242	284	140	2.859	2.452	282	160	3.075	2.692	345	173
Amadora	73	68	2	0	53	49	105	2	97	85	4	0	79	73	2	
Cascais	137	132	5	3	197	193	2	4	324	309	17	6	226	225	4	3
Lisboa	144	129	157	49	149	137	5	35	102	81	112	51	120	103	155	47
Loures	147	141	16	4	324	303	125	4	297	276	10	2	422	407	25	4
Mafra	595	361	94	75	676	425	15	78	800	540	120	89	830	593	115	97
Odivelas	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Oeiras	211	195	5	2	307	284	9	6	233	226	1		333	310	15	4
Sintra	509	457	14	11	654	602	13	8	756	700	9	4	786	718	21	13
V. F. de Xira	166	146	19	8	277	249	10	3	250	235	9	8	279	263	8	5
Pen. de Setúbal	2.059	1.837	166	89	2.524	2.250	158	94	3.130	2.851	141	83	2.933	2.699	154	87
Alcochete	92	69	5	2	105	65	12	4	125	88	16	7	119	95	7	3
Almada	544	528	4	2	531	508	8	5	620	601	3	1	534	514	14	5
Barreiro	56	44	27	10	78	66	18	8	177	153	10	5	148	137	13	4
Moita	153	128	7	2	140	114	9	6	158	124	5	4	168	152	11	6
Montijo	105	80	14	6	140	89	12	6	132	105	7	5	155	143	11	6
Palmela	266	218	18	11	351	291	12	5	364	296	22	12	451	358	20	14
Seixal	372	331	14	10	346	315	14	13	483	445	14	9	456	427	19	12
Sesimbra	180	173	23	21	397	389	26	21	527	520	18	17	457	454	26	23
Setúbal	291	266	54	25	436	413	47	26	544	519	46	23	445	419	33	14
AML	4.041	3.466	478	241	5.161	4.492	442	234	5.989	5.303	423	243	6.008	5.391	499	260

Número de Edifícios para Habitação Concluídos, Segundo o Tipo de Obra (cont.)

Unidade Territorial	2001				2002				2003			
	Construções novas	Para habitação familiar	Obras Total	Obras Para habitação familiar	Construções novas	Para habitação familiar	Obras Total	Obras Para habitação familiar	Construções novas	Para habitação familiar	Obras Total	Obras Para habitação familiar
Grande Lisboa	2.604	2.248	270	135	2.977	2.565	255	189	2.486	2.091	369	285
Amadora	55	54	5	1	48	46	-	-	81	76	-	-
Cascais	222	220	5	1	261	257	14	14	226	214	56	54
Lisboa	78	55	109	39	144	128	76	49	155	141	59	41
Loures	152	144	20	6	183	178	4	2	185	177	3	-
Mafra	804	605	92	70	936	660	126	97	977	711	228	176
Odivelas	x	x	x	x	37	33	5	4	69	61	16	9
Oeiras	222	209	3	2	283	273	4	2	186	173	2	1
Sintra	768	687	29	11	768	689	21	16	361	326	4	3
V. F. de Xira	303	274	7	5	317	301	5	5	246	212	1	1
Pen. de Setúbal	2.694	2.485	115	67	3.393	3.162	110	72	2.502	2.297	100	68
Alcochete	99	79	4	1	78	68			89	76	2	2
Almada	459	442	1		532	510	1	1	412	404		
Barreiro	175	160	23	13	187	172	12	6	135	118	16	8
Moita	153	141	8	5	231	216	13	10	139	130	10	3
Montijo	169	159	5	3	259	238	3	2	166	142	6	6
Palmela	398	319	19	9	422	349	30	16	306	251	25	19
Seixal	448	416	8	3	520	488	14	10	376	344	10	8
Sesimbra	444	443	11	10	605	595	20	19	413	412	2	2
Setúbal	349	326	36	23	559	526	17	8	466	420	29	20
AML	5.298	4.733	385	202	6.370	5.727	365	261	4.988	4.388	469	353

Número de Edifícios para Habitação Concluídos, Segundo o Tipo de Obra (cont.)

Unidade Territorial	2004				2005				2006				2007			
	Construções novas	Para habitação familiar	Obras Total	Obras Para habitação familiar	Construções novas	Para habitação familiar	Obras Total	Obras Para habitação familiar	Construções novas	Para habitação familiar	Obras Total	Obras Para habitação familiar	Construções novas	Para habitação familiar	Obras Total	Obras Para habitação familiar
Grande Lisboa	2.108	1.893	376	326	1.629	1.263	509	431	1.907	1.734	642	554	2.349	2.095	1.041	859
Amadora	65	61	-	-	57	56	-	-	72	71	0	0	84	81	0	0
Cascais	416	400	200	185	313	303	356	335	335	320	480	439	423	412	566	500
Lisboa	38	34	3	2	5	3			2	2	2	0	4	4	263	208
Loures	216	202	2	2	97	86			212	202	2	2	336	301	1	1
Mafra	621	498	153	126	712	572	126	96	475	382	86	61	512	391	90	57
Odivelas	126	118	9	6	103		4		148	145	3	0	197	186	7	2
Oeiras	235	227	1	1	117	114			117	112	0	0	221	213	1	1
Sintra	102	87	2	-	85		23		379	350	69	52	364	316	107	85
V. F. de Xira	289	266	6	4	140	129			167	150	0	0	208	191	6	5
Pen. de Setúbal	1.748	1.648	70	46	1.536	1.561	49	31	1.977	1.857	68	48	1.869	1.754	89	65
Alcochete	109	106	1	1	77	67	5	4	152	149	4	4	100	94	1	1
Almada	313	308	1		364	359			254	247	0	0	222	218	0	0
Barreiro	81	70	9	3	87		10		96	81	6	2	122	116	8	5
Moita	101	90	1	1					110	99	3	3	103	92	3	1
Montijo	157	145	2	1					154	139	5	2	175	156	4	4
Palmela	193	177	28	19	471	457	14	12	324	304	25	17	189	166	36	28
Seixal	249	228	6	5	276	252	-	-	335	307	6	4	358	336	10	9
Sesimbra	191	190	1	1		174			205	203	1	1	184	181	1	1
Setúbal	354	334	21	15	261	252	20	15	347	328	18	15	416	395	26	16
AML	3.856	3.541	446	372	3.165	2.824	558	462	3.884	3.591	710	602	4.218	3.849	1.130	924

Número de Fogos Concluídos em Construções Novas para Habitação Familiar, Segundo a Tipologia

Unidade Territorial	2003				2004				2005				2006				2007			
	T0 ou T1	T2	T3	T4 ou mais	T0 ou T1	T2	T3	T4 ou mais	T0 ou T1	T2	T3	T4 ou mais	T0 ou T1	T2	T3	T4 ou mais	T0 ou T1	T2	T3	T4 ou mais
Grande Lisboa	952	3.769	4.631	1.491	655	3.121	3.896	1.388	248	2.200	2.836	754	388	2.715	2.972	910	661	3.113	3.357	1.085
Amadora	42	229	214	35	58	183	193	28	58	267	226	8	81	396	302	45	63	540	387	30
Cascais	37	125	210	133	107	425	585	277	68	411	539	224	51	323	477	218	37	320	499	252
Lisboa	466	1.070	945	389	141	322	351	182	...	4	12	...	0	16	15	0	30	44	0	12
Loures	81	319	603	213	75	380	543	185	13	197	316	57	34	308	353	90	228	669	505	139
Mafra	90	611	752	229	63	534	546	174	49	483	621	181	71	393	431	110	48	326	485	104
Odivelas	-	34	66	36	11	293	329	70	17	346	411	51	13	360	302	85	63	154	195	86
Oeiras	26	296	558	167	113	356	436	198	22	157	243	116	16	215	248	98	64	273	405	183
Sintra	123	728	670	175	56	243	239	59	...	205	124	...	110	420	421	191	61	258	255	168
V. F. de Xira	87	357	613	114	31	385	674	215	21	130	344	117	12	284	423	73	67	529	626	111
Pen. de Setúbal	636	1.998	3.283	1.083	269	1.332	2.530	679	274	1.246	2.383	776	234	1.345	2.257	849	256	1.329	2.374	799
Alcochete	35	96	204	51	11	50	232	32	5	29	178	17	10	27	96	94	17	39	94	28
Almada	152	403	362	288	120	269	288	170	96	216	392	222	47	127	224	135	66	188	231	120
Barreiro	9	122	237	102	15	100	169	45	11	93	203	44	7	99	188	60	14	172	288	145
Moita	42	216	437	70	2	66	135	39	14	103	160	36	11	60	139	28	14	70	113	26
Montijo	27	136	347	44	14	107	561	61	23	92	334	47	41	156	327	71	29	179	494	54
Palmela	12	124	336	89	9	102	271	88	7	101	343	192	11	160	288	126	7	48	135	65
Seixal	41	201	423	176	16	233	326	103	60	306	352	118	37	296	475	175	70	270	511	172
Sesimbra	268	433	376	111	56	240	178	33	27	199	135	29	50	199	202	31	22	200	130	34
Setúbal	50	267	561	152	26	165	370	108	31	107	286	71	20	221	318	129	17	163	378	155
AML	1.588	5.767	7.914	2.574	924	4.453	6.426	2.067	522	3.446	5.219	1.530	622	4.060	5.229	1.759	917	4.442	5.731	1.884